ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 90

Brasília - DF, quinta-feira, 12 de maio de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência e Tecnologia 5
Ministério da Cultura 7
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 20
Ministério da Integração Nacional 44
Ministério da Justiça 46
Ministério da Previdência Social 55
Ministério da Saúde 56
Ministério das Comunicações 65
Ministério de Minas e Energia 66
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 78
Ministério do Esporte 79
Ministério do Trabalho e Emprego 79
Ministério dos Transportes 80
Conselho Nacional do Ministério Público 81
Ministério Público da União 82
Poder Legislativo 92
Poder Judiciário 92
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 92

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 126, de 11 de maio de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4468.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 360, DE 10 DE MAIO DE 2011

Atribui à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial da Fundação Osório no processo judicial nº 0001133-25.2010.5.01.0018 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, no processo judicial nº 0001137-67.2010.5.01.0081 em trâmite perante a 81ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e no processo nº 0000124-62.2011.5.01.0060 em trâmite perante a 60ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial da Fundação Osório no processo judicial nº 0001133-25.2010.5.01.0018 em trâmite perante a 18ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, no processo judicial nº 0001137-67.2010.5.01.0081 em trâmite perante a 81ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ e no processo nº 0000124-62.2011.5.01.0060 em trâmite perante a 60ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

PORTARIA Nº 898, DE 11 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS, no exercício das atribuições previstas no art. 17, inciso VI do Decreto 5683, de 24 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º - Instituir o 5º Concurso de Desenho e Redação da CGU, conforme regulamento constante do Anexo I desta Portaria, a ser publicado no site Criança Cidadã - Portalzinho da CGU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO VINICIUS CLAUSSEN SPINELLI

ANEXO I

Programa Olho Vivo no Dinheiro Público

5º Concurso de Desenho e Redação da Controladoria-Geral da União - CGU - para o ensino fundamental e médio

TEMA:

A sociedade no acompanhamento da gestão pública: Todos podem fiscalizar o dinheiro público!

OBJETIVO

O 5º Concurso de Desenho e Redação promovido pela Controladoria-Geral da União - CGU - é aberto aos alunos do ensino fundamental e médio, incluindo EJA, das escolas públicas e privadas de todo o país, bem como de instituições (ONG, OSCIP, FUNDAÇÃO, etc) que promovam trabalhos socioculturais com estudantes da educação básica, visando despertar nos estudantes o interesse pelo controle social, a ética e a cidadania por meio da promoção da reflexão e do debate desses temas nos ambientes educacionais.

REGULAMENTO DO CONCURSO

Art. 1º - O 5º Concurso de Desenho e Redação da CGU destina-se a todos os estudantes e escolas do ensino fundamental e médio do Brasil, incluída a modalidade EJA, bem como instituições que promovam trabalhos de caráter sociocultural com estudantes da educação básica.

Art. 2º - Os trabalhos serão divididos nas seguintes categorias:

I - Categoria Desenho (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental);

II - Categoria Redação I (voltada para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental);

III - Categoria Redação II (voltada para alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio);

IV - Categoria Redação III (voltada para alunos da modalidade Jovens e Adultos - EJA)

V - Categoria Escola-Cidadã.

VI - Categoria Entidade-Cidadã

Parágrafo único - As categorias serão premiadas conforme tabela abaixo:

CATEGORIA	ANO	PREMIAÇÃO
Desenho	1º Ano do Ensino Fundamental	Serão premiados os três melhores trabalhos de cada ano
	2º Ano do Ensino Fundamental	
	3º Ano do Ensino Fundamental	
	4º Ano do Ensino Fundamental	
	5º Ano do Ensino Fundamental	
Redação I	6º Ano do Ensino Fundamental	Serão premiados os três melhores trabalhos de cada ano
	7º Ano do Ensino Fundamental	
	8º Ano do Ensino Fundamental	
	9º Ano do Ensino Fundamental	
Redação II	1º Ano do Ensino Médio	Serão premiados os três melhores trabalhos da categoria, independente de ano
	2º Ano do Ensino Médio	
	3º Ano do Ensino Médio	
Redação III	Alunos matriculados na modalidade Jovens e Adultos - EJA	Serão premiados os três melhores trabalhos da categoria.
Escola-Cidadã	Todas as escolas participantes	Serão premiados os três melhores Planos de Sensibilização e Mobilização
Entidade-Cidadã	Todas as entidades participantes	Será premiado o melhor Plano de Sensibilização e Mobilização
* Também serão premiados os professores responsáveis pela aplicação da atividade, cujo nome esteja no formulário do trabalho do aluno selecionado como primeiro colocado.		

DAS CATEGORIAS

Art. 3º - Podem concorrer na Categoria Desenho alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada.

Art. 4º - Podem concorrer na Categoria Redação I alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada.

Art. 5º - Podem concorrer na Categoria Redação II alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º - Podem concorrer na Categoria Redação III alunos do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, regularmente matriculados na educação básica na modalidade Jovens e Adultos - EJA - em estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada.

Art. 7º - Podem concorrer na categoria Escola-Cidadã os estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada que desenvolverem atividades de sensibilização e mobilização sobre o tema "A sociedade no acompanhamento da gestão pública: Todos podem fiscalizar o dinheiro público!"

Art. 8º - Podem concorrer na categoria Entidade-Cidadã as instituições (ONG, OSCIP, FUNDAÇÃO, etc.) que desenvolverem atividades de sensibilização e mobilização sobre o tema "A sociedade no acompanhamento da gestão pública: Todos podem fiscalizar o dinheiro público!"

DA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS E INSCRIÇÃO

Art. 9º - As instituições e escolas interessadas em participar do Concurso deverão acessar o site Criança Cidadã - Portalzinho da CGU no endereço eletrônico www.portalzinho.cgu.gov.br/concursos, onde encontrarão o material de divulgação, o regulamento do concurso, a ficha de inscrição e os formulários de realização dos trabalhos.

Parágrafo único - Caso prefira, a instituição ou a escola poderá solicitar à CGU o envio de formulários já impressos, por meio do link referente ao 5º Concurso de Desenho e Redação no endereço www.portalzinho.cgu.gov.br/concursos, atendida na medida da disponibilidade do material.

Art. 10 - Considerando as informações contidas no Portalzinho da CGU - Canal do Professor, disponível no endereço http://www.portalzinho.cgu.gov.br/001/canal-do-professor, os professores deverão trabalhar o tema com os alunos, incentivando seu debate no ambiente escolar e familiar, bem como organizar e supervisionar a confecção dos trabalhos, que deverão ser realizados em sala de aula, no formulário próprio.

Art. 11 - As instituições e as escolas deverão desenvolver estratégias de sensibilização e mobilização para debater o tema do Concurso, tanto no ambiente de ensino quanto fora dele, cuja experiência poderá ser relatada no campo "Plano de Sensibilização e Mobilização" da Ficha de Inscrição, a fim de concorrerem à premiação das categorias Escola-Cidadã e Entidade-Cidadã.

Art. 12 - Para concorrer, o trabalho inscrito no concurso deverá tratar do tema proposto, ser individual, inédito, original e identificado em formulário próprio.

§ 1º - No formulário específico deverá constar o desenho ou a redação inscrita, os dados do aluno e o nome do professor responsável pela disseminação do conteúdo.

§ 2º - A redação deverá ter no mínimo vinte (20) e no máximo trinta (30) linhas. As redações que não obedecerem aos limites mínimo ou máximo serão desclassificadas.

Art. 13 - As instituições e escolas participantes do concurso deverão selecionar, dentre os trabalhos produzidos pelos alunos, o melhor trabalho de cada ano das categorias Desenho e Redação I, bem como o melhor trabalho da categoria Redação II e o melhor trabalho da categoria Redação III, independentemente de turno ou sala.

Parágrafo único - As instituições e escolas que desrespeitarem o disposto neste artigo, enviando mais de um trabalho por ano nas categorias Desenho ou Redação I, ou mais de um trabalho por categoria nos demais casos, terão seus trabalhos desconsiderados.

Art. 14 - Poderão concorrer nas categorias Entidade-Cidadã e Escola-Cidadã do 5º Concurso de Desenho e Redação da CGU, respectivamente, qualquer instituição ou escola que desenvolva uma estratégia de sensibilização e mobilização de seus alunos em torno do tema deste concurso.

§ 1º - A participação da instituição ou escola se dará por meio da descrição da ação desenvolvida com os alunos no campo "Plano de Sensibilização e Mobilização" da Ficha de Inscrição, onde deverá relatar a estratégia utilizada para a inclusão do debate sobre os temas do Concurso no ambiente escolar.

§ 2º - Com o objetivo de detalhar melhor a ação de disseminação, o Plano de Sensibilização e Mobilização poderá vir acompanhado de complementos como fotos, vídeos, relatos etc.

Art. 15 - A instituição ou escola participante do concurso deverá enviar os trabalhos selecionados, juntamente com a Ficha de Inscrição devidamente preenchida, via Correios, para a de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, sala 722, Brasília - DF, CEP 70070-905, até o dia 28 de outubro de 2011.

Parágrafo único - Os trabalhos postados após 28 de outubro de 2011 serão desclassificados.

Art. 16 - A inscrição no Concurso importa em autorização do autor ou do seu responsável para que a Controladoria-Geral da União utilize dos trabalhos e imagens dos autores em publicações, materiais e eventos institucionais.

DO JULGAMENTO E PREMIAÇÃO

Art. 17 - A Comissão Julgadora será composta por, no mínimo, cinco membros, indicados pela Controladoria-Geral da União - CGU.

§ 1º - Os membros da Comissão Julgadora serão designados em ato específico do Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas.

§ 2º - A Comissão Julgadora poderá contar com um membro capacitado para o exame de trabalhos produzidos por alunos com deficiência, que necessitem de uma avaliação especializada.

Art. 18 - A Comissão Julgadora deverá eleger, dentre os trabalhos desenvolvidos pelos alunos e enviados pelas escolas e instituições participantes, os três melhores de cada ano da categoria Desenho, os três melhores de cada ano da categoria Redação I, os três melhores da categoria Redação II, os três melhores da categoria Redação III e os três melhores Planos de Sensibilização e Mobilização da Categoria Escola-Cidadã e o melhor Plano de Sensibilização e Mobilização da categoria Entidade-Cidadã.

Art. 19 - Na Categoria Desenho, o julgamento levará em conta a criatividade e a originalidade do trabalho.

Art. 20 - Nas Categorias Redação I, Redação II e Redação III, o julgamento levará em conta a criatividade, o conteúdo, a originalidade, a pertinência ao tema, a clareza no desenvolvimento das ideias e a correção ortográfica e gramatical do texto.

Art. 21 - Nas categorias Escola-Cidadã e Entidade-Cidadã, o julgamento levará em conta a criatividade, a originalidade e a efetividade das ações de sensibilização e mobilização desenvolvidas pelas instituições ou escolas.

Art. 22 - O primeiro colocado de cada ano das categorias Desenho e Redação I, bem como o primeiro colocado das categorias Redação II e Redação III, receberão como prêmio:

I - Um computador;

II - Certificado;

Art. 23 - O segundo colocado de cada ano das categorias Desenho e Redação I, bem como o segundo colocado das categorias Redação II e Redação III, receberão como prêmio:

I - Uma máquina fotográfica digital;

II - Certificado;

Art. 24 - O terceiro colocado de cada ano das categorias Desenho e Redação I, bem como o terceiro colocado das categorias Redação II e Redação III, receberão como prêmio:

I - Um aparelho reprodutor de DVD;

II - Certificado;

Art. 25 - O professor responsável, cujo nome esteja no formulário do trabalho selecionado como primeiro colocado de cada ano das categorias Desenho e Redação I, bem como do primeiro colocado das categorias Redação II e Redação III, receberá os seguintes prêmios:

I - Um computador;

II - Certificado;

§1º - Cada professor poderá ser agraciado apenas uma vez, mesmo quando responsável por mais de um aluno premiado.

Art. 26 - Cada uma das três escolas vencedoras da categoria Escola-Cidadã receberá os seguintes prêmios:

I - Um computador;

II - Uma máquina fotográfica digital;

III - Um aparelho reprodutor de DVD;

IV - Certificado de Escola-Cidadã;

Art. 27 - A instituição vencedora da categoria Entidade-Cidadã receberá os seguintes prêmios:

I - Um computador;

II - Uma máquina fotográfica digital;

III - Um aparelho reprodutor de DVD;

IV - Certificado de Entidade-Cidadã;

Art. 28 - Poderá haver premiação por menção honrosa nos casos em que a Comissão Julgadora entender pertinente.

Art. 29 - O resultado do Concurso será divulgado até 25 de novembro de 2011.

Art. 30 - A entrega dos prêmios ocorrerá até 08 de abril de 2012, em cerimônia a ser definida pela CGU.

Parágrafo único - A critério da CGU, a premiação poderá ocorrer na escola ou instituição em que haja premiados, ou em cerimônia específica a ser realizada na capital, ocasião em que a CGU deverá providenciar o custeio do deslocamento dos alunos e professores premiados, bem como dos responsáveis pelas Escolas e/ou Entidades premiadas, incluindo estada com pensão completa, com direito à companhia do responsável legal, nos casos em que for necessário.

Art. 31 - Os alunos e as instituições e/ou escolas vencedoras receberão comunicação escrita da Controladoria-Geral da União - CGU - com informações detalhadas sobre a premiação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - Estão impedidos de participar do Concurso os membros das Comissões Julgadoras, bem como seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o segundo grau.

Art. 33 - Serão desclassificados os trabalhos que não se enquadrarem no tema e nas especificações deste regulamento, os que forem realizados fora do formulário específico, bem como aqueles enviados em desconformidade com as disposições do Artigo 14.

Art. 34 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Julgadora, cujas decisões serão irrecorríveis.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 28, DE 11 DE MAIO DE 2011

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar o Pregão Eletrônico para Registro de Preços CDP/SRP nº 05/2011, realizado no dia 15.04.2011 (Processo Licitatório nº 422/2011), referente a aquisição de materiais elétricos para a Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com as características mínimas estabelecidas no Termo de Referência e demais condições do Edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedoras do referido Pregão às empresas: 1- L & Z ELETRICIDADE E ILUMINAÇÃO LTDA - CNPJ nº 02.644.184/0001-58, para os itens 02, 03, 04, 07, 15, 16 e 18, pelo valor total de R$-6.967,35 (seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos); 2 - MULTI MERCANTES LTDA - CNPJ n° 04.049.640/0001-47, para os itens 05, 06 e 08, pelo valor total de R$-15.293,20 (quinze mil, duzentos e noventa e três reais e vinte centavos); 3 - COMATEL COMÉRCIO DE MATERIAL LTDA - CNPJ nº 04.510.069/0001-16, para o item 01, pelo valor total de R$-47.959,20 (quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos); 4 - GUIFER & GAAM COMERCIAL LTDA - CNPJ n° 10.647.765/0001-71, para os itens 09, 14, 17, 20 e 21, pelo valor total de R$- 5,155,00 (cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais); 5 - NSK COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA - ME - CNPJ n° 12.443.367/0001-69, para os itens 10, 11, 12, 13 e 22, pelo valor total de R$-12.860,00 (doze mil, oitocentos e sessenta reais); III - encaminhar à DIRAFI para elaboração dos Pedidos de Compra; IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA DO SOCORRO PIRÂMIDES SOARES

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 943, DE 11 DE MAIO DE 2011

Aloca frequências mistas regulares para o México.

O DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, tendo em vista o disposto no art. 7º da Resolução nº 57, de 10 de outubro de 2008, com a redação dada pela Resolução nº 154, de 25 de junho de 2010, e considerando o que consta do processo nº 60800.069012/2011-26, resolve:

Art. 1º Alocar, à empresa TAM Linhas Aéreas S.A., nos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos em vigor, 7 (sete) frequências semanais para a realização de serviços aéreos regulares mistos entre o Brasil e o México.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 940, DE 11 DE MAIO DE 2011

Homologa o heliponto em navio privado SEVEN MAR (RJ)

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, tendo em vista o que consta no processo nº 60800.074552/2011-21, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto em navio privado abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: SEVEN MAR (9PQE);

II - unidade da federação: RJ;

III - tipo e nome do campo de recursos naturais: perfuração - Instalação Submarina/Bacia de Campos;

IV - proprietário: Acergy Shipping LTD.;

V - coordenadas geográficas: variáveis;

VI - Altitude: 21 metros;

VII - formato e dimensões da área de pouso e decolagem: octogonal - 22,8 metros

VIII - resistência do pavimento: 14,2 toneladas;

IX - comprimento total do maior helicóptero a operar: 22,2 metros;

X - condições operacionais: VFR Diurna/Noturna.

Art. 2º A operação no heliponto em plataforma de que trata esta Portaria sujeita-se à observância das seguintes condições:

I - Operações VFR noturnas somente em caráter de emergência.

Art. 3º Fica revogada a Portaria ANAC nº 903/SIA, de 05 de maio de 2011, publicada no DOU nº86, Seção 1, Página 9, de 06 de maio de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 23 de fevereiro de 2015.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 941, DE 11 DE MAIO DE 2011

Inscreve o heliponto privado Hospital das Clínicas de Teresina (PI) no cadastro de aeródromos.

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e tendo em vista as informações que constam nos autos do processo nº 60800.034078/2011-03, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC, abrindo-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Hospital das Clínicas de Teresina (HCT);

II - código OACI: SJXL;

III - município (UF): Teresina (PI);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 05° 03' 28" S / 42° 48' 56" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 936, DE 11 DE MAIO DE 2011

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 865, de 29 de abril de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.059431/2011-50, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária ATB AERO TAXI LTDA., CNPJ 04.182.253/0001-84, com sede social na cidade de São Paulo/SP, como empresa exploradora do serviço aéreo público não regular de transporte de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DUARTE

PORTARIA Nº 937, DE 11 DE MAIO DE 2011.

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de serviço aéreo especializado.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 865, de 29 de abril de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.057028/2011-96, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária AEROSHOW HELICÓPTEROS SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., com sede social na cidade de Joinville/SC, empresa de serviço aéreo especializado na atividade aerofotografia, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DUARTE

PORTARIA Nº 938, DE 11 DE MAIO DE 2011

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 865, de 29 de abril de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n°. 60800.050008/2011-94, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária SAGRES TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ nº 01.539.425/0001-36, com sede social na cidade de Brasília/DF, como empresa de serviço de transporte aéreo público não-regular na modalidade de táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DUARTE

PORTARIA Nº 939, DE 11 DE MAIO DE 2011

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de táxi aéreo.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 865, de 29 de abril de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.027390/2010-51, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária VISION TAXI AÉREO LTDA., com sede social em SÃO PAULO/SP, como empresa exploradora do serviço aéreo público não regular de transporte de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DUARTE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Capítulo IV do Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, e o que consta do Processo nº 21000.004220/2004-14, resolve:

Art. 1º Revogar a Instrução Normativa nº 16, de 11 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSSI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 377, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1º, art. 5o, do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, alterado pela Lei n° 11.775, de 17 de setembro de 2008, e o que consta do Processo n° 21000.004185/2011-62, resolve:

Art. 1º Publicar os preços mínimos para as culturas de inverno da safra 2011, definidos por meio do Voto CMN nº 025/2011, relacionados no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Os preços mínimos de que trata o art. 1º desta Portaria são estabelecidos em favor dos produtores.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSSI

ANEXO

1. Preços Mínimos - Trigo em grãos da safra de inverno 2011.
1.1. Produto amparado por AGF e EGF

Regiões/Estados amparados	Tipo	PH mínimo	Preços Mínimos - R$/60kg			Vigência[1]
			Brando	Pão	Melhorador/Durum	
Sul	1	78	23,81	28,62	29,97	Jul/2011 a jun/2012
	2 [2]	75	22,19	26,30	27,54	
	3	70	19,20	22,56	22,56	
Sudeste, Centro-Oeste e Bahia	1	78	26,78	32,08	33,59	
	2[2]	75	24,84	29,43	30,83	
	3	70	21,59	25,37	25,37	

(1) Vigência para a região Centro-Oeste e BA: jun/2011 a maio/2012.
(2) Preço mínimo básico - brando, tipo 2, PH mínimo 75.

2. Preços Mínimos - Grãos da safra de inverno 2011.
2.1. Produtos amparados por EGF

Produtos	Regiões amparadas	Unidade	Tipo	Preços Mínimos - (R$/unidade)	Vigência
Aveia	Sul	60kg	1	16,02	Jul/2011 a jun/2012
Canola	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	60kg	Único	28,26	
Cevada	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			22,32	
Girassol	Sul e Centro-Oeste			25,68	
Triticale	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			17,10	

3. Preços Mínimos - Sementes[1] da safra de inverno 2011.
3.1. Produtos amparados por EGF

Produtos	Regiões amparadas	Unidade	Tipo	Preços Mínimos (R$/unidade)	Vigência
Cevada	Sul, Sudeste e Centro-oeste	kg	Único	0,57	Jul/2011 a jun/2012
Girassol	Sul e Centro-Oeste			0,59	
Trigo	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			1,21	
Triticale	Sul, Sudeste e Centro-Oeste			0,52	

[1] Genética, básica e certificada S1 e S2, de acordo com o art. 35 do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

COMERCIAL

Viva! MUSEU DA IMPRENSA
Uma viagem no tempo
Dedicado à preservação de publicações oficiais, maquinaria e peças relevantes para o estudo da história da imprensa no Brasil.
VISITAÇÃO:
de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h;
SIG - Quadra 6 - Lote 800, Brasília-DF.

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 305, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.001312/2010-27, de 27/04/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa CIS Eletrônica Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 49.922.131/0001-15, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Modem para tecnologia celular; e

II - Modem para rede sem fio.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 837, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.001312/2010-27, de 27/04/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 306, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.002911/2010-68, de 03/08/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Specto Painéis Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 95.849.642/0001-76, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Conversor de interface serial, em rede com fio;

II - Conversor de interface serial, em rede sem fio, com frequência de operação inferior a 15 GHz e taxa de transmissão inferior a 1Mbit/s; e

III - Aparelho emissor de senhas.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 932, de 7 de dezembro de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.002911/2010-68, de 03/08/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 307, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003203/2010-44, de 09/08/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Teczap Comércio e Distribuição Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 08.619.872/0001-44, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Unidade digital, de pequena capacidade, baseada em microprocessador;

II - Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 kg, com teclado alfanumérico de no mínimo 70 teclas, e com uma tela de área superior a 140 cm^2 e inferior a 560 cm^2; e

III - Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 kg, com teclado alfanumérico de no mínimo 70 teclas, e com uma tela de área superior a 560 cm^2.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003203/2010-44, de 09/08/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 308, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003349/2010-90, de 12/08/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.173.898/0001-74, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Fonte de alimentação, para aparelhos de telecomunicações, baseada em técnica digital;

II - Roteador Digital para Rede Sem Fio; e

III - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, do tipo placa de rede.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003349/2010-90, de 12/08/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 309, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.005027/2009-41, de 28/12/2009, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Pixel TI Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.554.082/0001-30, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Fonte de alimentação para microcomputador portátil.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 295, de 04 de maio de 2009.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.005027/2009-41, de 28/12/2009.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 310, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003109/2010-95, de 06/08/2010, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Fabinject Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.289.126/0001-53, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho eletro-médico para analgesia epidérmica por resfriamento, baseado em técnica digital.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003109/2010-95, de 06/08/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 311, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003558/2010-33, de 27/08/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa TCS Indústria de Componentes de Comunicação e Sistemas de Segurança Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.139.853/0001-58, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para travamento automático de portas de veículos automóveis, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 883, de 1 de dezembro de 2008.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003558/2010-33, de 27/08/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 312, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.003558/2010-33, de 27/08/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa TCS Indústria de Componentes de Comunicação e Sistemas de Segurança Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.139.853/0002-39, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para travamento automático de portas de veículos automóveis, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 406, de 24 de maio de 2010.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.003558/2010-33, de 27/08/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 313, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.004266/2010-18, de 25/10/2010, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.119.618/0001-40, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Microcomputador portátil, de peso inferior a 3,5 Kg, com teclado alfanumérico de no mínimo 70 teclas, e com uma tela de área superior a 140 cm² e inferior a 560 cm².

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.004266/2010-18, de 25/10/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 314, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.001802/2010-23, de 25/05/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Teikon Tecnologia Industrial S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 01.371.925/0001-01, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para impressora térmica.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 917, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.001802/2010-23, de 25/05/2010.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 315, DE 11 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCT nº 01200.002565/2010-18, de 13/07/2010, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Cellcom Brasil Indústria e Comércio de Baterias para Celulares Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.317.890/0002-90, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Carregador de acumulador para aparelho telefônico celular, baseado em técnica digital;

II - Acumulador elétrico de células de íon de lítio; e

III - Carregador de acumulador para microcomputador portátil, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCT nº 01200.002565/2010-18, de 13/07/2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

RETIFICAÇÕES

Na Portaria Interministerial nº 302, de 10 de maio de 2011, publicada no DOU nº 89, Seção I, de 11 de maio de 2011, pág. 22, onde se lê: Portaria Interministerial nº 302, leia-se: Portaria Interministerial nº 303.

Na Portaria Interministerial nº 303, de 10 de maio de 2011, publicada no DOU nº 89, Seção I, de 11 de maio de 2011, pág. 22, onde se lê: Portaria Interministerial nº 303, leia-se: Portaria Interministerial nº 304.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
COMISSÃO DELIBERATIVA

RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO N° 103, DE 05 DE MAIO DE 2011, publicada no DOU nº 087, de 09/05/2011, seção 1, página 3:
Onde se lé: MIRACY WERMELINGER PINTO LIMA
Leia-se: LAERCIO ANTONIO VINHAS

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DESPACHOS DO DIRETOR
405ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90
Em 4 de maio de 2011

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Instituto Agronômico/Secretaria de Agricultura e Abastecimento	900.0076/1990	46.384.400/0023-54

406ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação de Apoio do Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco	900.0022/1990	11.735.586/0001-59
Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola	900.0575/1994	61.705.380/0001-54

ERNESTO COSTA DE PAULA

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 9, DE 10 DE MAIO DE 2011

Aprova o Documento de Referência para Apresentação de Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica, junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, do Ministério da Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Aprovar o Documento de Referência para Apresentação de Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica, junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, do Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de convênios, termos de parceria e termos de cooperação.

Parágrafo Único O documento de que trata este artigo será disponibilizado ao público no sítio www.mct.gov.br e nos anexos do programa específico, no Sistema de Convênios do Governo Federal - SICONV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RETIFICAÇÕES

Na Ata da Sessão Pública para Aferição do Edital de Concurso nº 01, de 22 de fevereiro de 2011, publicada no D.O.U. de 11 de maio de 2011, Seção 1, página 23 e no site www.ancine.gov.br, retifica-se:

Onde se lê: 2. Inscrições habilitadas:

Leia-se: 2. Inscrições inabilitadas:

Onde se lê: Dos atos de deferimento ou indeferimento da inscrição pela Comissão, caberá recurso pela empresa inscrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Ata no Diário Oficial da União.

Leia-se: Dos atos de deferimento ou indeferimento da inscrição pela Comissão, caberá recurso pela empresa inscrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Retificação no Diário Oficial da União.

Na Deliberação nº . 45 de 15/03/2011, publicada no DOU nº . 52 de 17/03/2011, Seção 1, página 8, em relação ao projeto "O Lugar do Desejo", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685/93.

leia-se:

Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de coprodução e nos termos dos arts. 1º , 1º -A e 3º da Lei nº . 8.685/93, respectivamente.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 257, DE 11 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 0583 - Projeto Caravana do Humor
Messe Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 00.777.418/0001-00
Processo: 01400.001046/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 106.638,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto visa levar espetáculos teatrais para as cidades de Cuiabá, Belém e Fortaleza, com uma apresentação em cada cidade, no total 03 apresentações, com o ingresso sendo o ingresso 01 Kg de alimento não perecível que serão doados a instituições carentes. O objetivo principal é a formação de platéia.
11 1045 - I Festival de Circo do Ceará
ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DONA ZEFINHA
CNPJ/CPF: 10.188.110/0001-82
Processo: 01400.002166/20-11
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 489.000,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/08/2011
Resumo do Projeto:
O I Festival de Circo do Ceará é uma mostra de artes circenses que será realizada no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza e fortalecida por um subprojeto de formação e informação voltados para proprietários, artistas e funcionários em forma de cursos, treinamentos, oficinas e palestras com objetivo de capacitar a classe circense em suas atividades artísticas, técnicas e administrativas.
11 0088 - Inclusão Social II
Cooperativa De Trabalho De Artistas, Técnicos e Produtores em Artes
Cênicas e Áudio Visuais SP
CNPJ/CPF: 07.406.375/0001-03
Processo: 01400.000216/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 340.850,25
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Continuidade ao Curso Livre de Teatro para Deficientes Físicos, Visuais, Síndrome de Down e Pessoas interessadas com montagem de espetáculo ao final do curso (02 meses em cartaz,total 08 apresentações). O curso já vem sendo realizado há 09 anos,visando à formação teatral para cidadãos que sejam portadores de deficiência mesclando com indivíduos sem nenhuma dessas características e também objetivando integra-los na área de artes cênicas, promovendo e estimulando a convivência no meio teatral
11 0834 - PROJETO CIA. LUNA LUNERA 2011/212
Cia. De Teatro Luna Lunera
CNPJ/CPF: 05.042.880/0001-82
Processo: 01400.001750/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.444.150,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto pretende: realizar a manutenção da Cia. Luna Lunera no período de 02(dois) anos, com os seguintes objetivos: Promover a MOSTRA LUNA LUNERA com os espetáculos "Nesta Data Querida", "Aqueles Dois" e "Cortiços" em comemoração aos 10 anos do grupo a se completarem em 2011; Realizar INTERCÂMBIO com grupos nacionais e internacionais, parceiros da Companhia; Criar o NOVO ESPETÁCULO DA CIA. LUNA LUNERA; Realizar TEMPORADA DO NOVO ESPETÁCULO.
11 1057 - GENTILEZA GERA GENTILEZA SOCIAL 2
Grupo de Teatro Amador Cia de Teatro Contemporâneo
CNPJ/CPF: 04.629.007/0001-28
Processo: 01400.002177/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 105.690,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Gentileza gera gentileza visa dar treinamento a população de baixa renda e gerar empregabilidade nas empresas locais, criando habilidades baseadas nas artes cênicas - pequenas mágicas e interpretações o projeto prepara pessoas para um atendimento mais qualificado criando uma ambiência mais favorável para o turista da região facilitando o desenvolvimento do potencial turístico que se encontra estrangulado pelo baixo nível de atendimento
10 12653 - Dinossauros - Turnê Nordeste
Cena Promoções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.958.684/0001-90
Processo: 01400.023881/20-10
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 175.760,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Dinossauros, texto do argentino Santiago Serrano, é o primeiro espetáculo do Grupo Cena, de Brasília. O grupo tem em sua breve trajetória outras duas obras, Fronteiras e Varsóvia, também dirigidas por Guilherme Reis. Em cartaz desde dezembro de 2005, o espetáculo vem realizando temporadas e apresentações em várias cidades brasileiras e agora se prepara para realizar uma turnê por capitais de estados do Nordeste.
11 1593 - FILO - Festival Internacional de Londrina 2011
AMEN - Associação dos Amigos da Educação e Cultura Norte do Paraná.
CNPJ/CPF: 04.051.956/0001-73
Processo: 01400.003084/20-11
PR - Londrina
Valor do Apoio R$: 1.371.710,57
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a 43ª edição do FILO - Festival Internacional de Londrina, incluindo as mostras de artes cênicas local e regional, nacional e internacional. O Festival acontece em teatros, salas alternativas e espeços públicos como praças, ruas e parques da cidade. A programação inclui espetáculos e atividades para todos os públicos. A expectativa de publico para a edição 2011 é de aproximadamente 100 mil espectaores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11 0973 - Circuito de Teatro em Português
Cooperativa Cultural Brasileira
CNPJ/CPF: 06.292.764/0001-84
Processo: 01400.002038/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 839.182,75
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Circuito de Teatro em Português apresentará 13 espetáculos em São Paulo e em mais 13 cidades do Interior e Litoral Paulista, no mês da Consciência Negra. Alem do grupo Harém Teatro do Piauí, serão mais 12 Cias de Teatro de países lusófonos, 6 Africanos, 5 de Portugal e 1 da Galícia, num total de 36 apresentações com 87 artistas.
11 0946 - Festival Panorama - 20 anos
Associação Cultural Panorama
CNPJ/CPF: 08.818.683/0001-09
Processo: 01400.001967/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 3.592.977,88
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Festival Internacional de Dança e Artes do Corpo celebrando sua 20ª edição, o Panorama reúne artistas nacionais e internacionais em mais de 20 espaços no Rio e municípios vizinhos. Além das apresentações nos teatros, o projeto inclui dois seminários, a ocupação de espaços não convencionais com performances gratuitas, Mostra Universitária, programação para crianças (Panoraminha) e projetos de formação de novos públicos para a dança. Essa edição comemorativa acontece também em Brasília.
11 0945 - Projeto Uma Viagem Teatral pelo Tietê - Etapa 1,
Da Penha a Salesópolis - Uma Viagem Teatral pelo Al
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.001965/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 335.723,07
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
"Da Penha a Salesópolis - Uma Viagem Teatral pelo Alto Tietê" é a primeira de cinco etapas que formam o projeto "Uma Viagem Teatral pelo Tietê" que consiste na pesquisa e produção de espetáculos teatrais mambembes em toda extensão da várzea do Tietê, da nascente a foz, com temáticas inerentes aos aspectos sociais, culturais e ambientais da região. Esta etapa em específico ocorrerá em 10 cidades do Alto Tietê e bairros da periferia da zona-leste da cidade de São Paulo.
11 1580 - Mitos do Teatro Brasileiro - II Edição
Alecrim - Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.221.843/0001-79
Processo: 01400.003071/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 171.820,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A partir da trajetória de artífices das artes cênicas nacionais, o projeto vai entrelaçar vida e obra de um homenageado com o contexto da época, criando um projeto fincado na memória histórica desse país. São módulos mensais que homenageiam nomes importantes do teatro brasileiro, entrelaçados por roteiro dramatizado e apresentado por dois narradores numa mediação cênica. No palco, há ainda dois convidados, um da tradição e da época do homenageado; outro da atualidade a falar das influências.
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 6555 - Projeto SomAtivo
Clube Internacioanal do Recife
CNPJ/CPF: 10.875.102/0001-04
Processo: 01400.014336/20-10
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 1.316.695,03
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
SomAtivo é um projeto fundamentado em oficinas de pratica e desenvolvimento musical para 200 jovens e adolescentes em vulnerabilidade social, que serão divididas em dois núcleos: Núcleo Cursivo (NC), com oficinas de instrumentos populares e eruditos e o NP(Núcleo Pratico) onde serão formados grupos musicais e orquestras com alunos absorvidos do Núcleo Cursivo.
11 2110 - Serenata na Savassi
Fernanda Teixeira Gomes
CNPJ/CPF: 581.039.106-00
Processo: 01400.005993/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 465.080,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Serão realizadas Serenatas instrumentais mensais, em praça pública, perfazendo um total de 06 eventos. O palco será montado na praça Savassi região símbolo da modernidade de Belo Horizonte,propiciando aos jovens o contato com a tradicional Serenata,manifestação tão importante na cultura mineira e aos instrumentistas a oportunidade de mostrar sua arte

11 1877 - Orquestra de Violinos - Manutenção
Centro Cultural Cartola
CNPJ/CPF: 04.248.634/0001-19
Processo: 01400.005510/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 484.800,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Orquestra de Violinos dá continuidade a Orquestra prevê a expansão do universo musical dos alunos, em especial a formação de violinistas, para compôr a Orquestra de Violinos, como forma de propiciar a formação de novos talentos e de platéias diferenciadas para a agenda cultural disponibilizada pela entidade, que passa a envolver na sua programação outros gêneros musicais, além do samba.
10 10333 - ORQUESTRA BRASILEIRA DE BELÉM
La Fabbrica Comunicação e Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 07.792.964/0001-69
Processo: 01400.020672/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 598.484,75
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto pretende dar continuidade à atividade da Orquestra Brasileira de Belém, existente desde 2005 na cidade de Belém (PA). A orquestra tem 30 integrantes, todos jovens que moram em regiões de vulnerabilidade social. Um dos objetivos da orquestra é a valorização da tradição orquestral brasileira e do seu repertório. Os alunos recebem aulas de música semanalmente, ensaiam, desenvolvem oficinas de musicalizaçao nas escolas e realizam espetáculos gratuitos voltados para a comunidade.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
11 0167 - PAOLO MARANCA
ASA 18 PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.115.216/0001-81
Processo: 01400.000302/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 191.600,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Apresentação da obra de Paolo Maranca, basicamente de suas temperas de ovo, técnica que Maranca partilhava com o amigo Alfredo Volpi. Mas, também seus desenhos, em tecnica mista, de rara sensibilidade e beleza. A sua intensa atividade de critico, testemunha e participante da historia da arte no país será lembrada e enfatizada.
11 0642 - Entre Linhas
Vanda Maria Garcia Ropero Ramirez
CNPJ/CPF: 309.706.388-92
Processo: 01400.001430/20-11
SP - Santana de Parnaíba
Valor do Apoio R$: 303.620,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A Exposição Individual, apresentando a produção atual da artista Vanda Ramirez.
11 1288 - Cidade das águas 2011
Psicozido Imagens e Diagramação Ltda-ME
CNPJ/CPF: 07.311.501/0001-38
Processo: 01400.002481/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 537.903,26
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Cidade das Águas é uma exposição cenográfica que resgata a memória das águas que cruzam São Paulo, através de uma maquete cenográfica gigante, de 300 metros quadrados, que reconstitui a topografia original da Grande São Paulo e as modificações sofridas ao longo dos tempos.
11 0828 - Exposição Artur Pereira
Sérgio Rodrigo Reis
CNPJ/CPF: 992.965.516-68
Processo: 01400.001744/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 434.440,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A exposição "Artur Pereira" pretende homenagear aquele que foi um dos principais escultores primitivistas do País. Serão realizadas três exposições em Minas: em Ouro Preto, Mariana - terra natal do artista -, e em Dom Silvério, onde vive o maior colecionador das obras do escultor, o empresário Márcio Teixeira.
11 1073 - DIÁLOGOS - FAYGA OSTROWER e ALEX GAMA
Luz Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 05.089.799/0001-58
Processo: 01400.002202/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 387.230,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem e exibição da exposição Diálogos – Fayga Ostrower e Alex Gama, marcando os 10 anos de morte de Fayga Ostrower e comemorando os 35 anos de carreira de Alex Gama.
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

11 1181 - Resgate Sócio Cultural vivenciado nas Escolas Públicas II
Instituto Alpargatas
CNPJ/CPF: 05.520.423/0002-37
Processo: 01400.002337/20-11
PB - João Pessoa
Valor do Apoio R$: 235.404,62
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Esta obra literária tem como objetivo resgatar e registrar em formato de livro-álbum as diversas oficinas e ações de melhoria da política pública educacional das redes municipais e estaduais, aprimorando a qualidade do ensino por meio da cultura. Objetivo é produzir um livro que retrate todas as áreas culturais (música, dança, artes, teatro, folclore e brincadeiras típicas) da região da Paraíba e Pernambuco. Será composto por textos que incentivem e apóiem o desenvolvimento da cultura local.
10 11541 - TETOS DO BRASIL
Das Lima Produção e Promoções de Eventos LTDA.
CNPJ/CPF: 04.561.876/0001-68
Processo: 01400.022523/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 417.000,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
EDIÇÃO DE LIVRO CONTANDO A HISTÓRIAS DOS TETOS BRASILEIROS, RESTAURAÇÃO DE UM TETO ANTIGO EM MINAS GERAIS E PINTURA DE UM NOVO TETO NO RIO DE JANEIRO.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 2441 - ARTES VISUAIS, MÚSICA & TEATRO PARA TODOS.
Edson Wiethölter
CNPJ/CPF: 887.016.200-10
Processo: 01400.006609/20-11
RS - Estrela
Valor do Apoio R$: 132.335,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar em Lajeado/RS, um evento cultural de alto nível com a exposição de artes visuais "Cultura, Moda e Sustentabilidade" da fotógrafa Luisa Dorr com a curadoria da artista Flora Darde em 9 instituições de ensino e cultura da cidade, 1 apresentação musical instrumental com a Orquestra de Teutônia e 1 espetáculo de artes cênicas com o Tangos & Tragédias, com acesso gratuito à população, para que produções culturais de qualidade comprovada beneficiem a todos.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 2041 - Show "Clarear" Uma Homenagem a Clara Nunes
EULA HALLAK PEREIRA DA FONSECA PRODUÇÕES - ME
CNPJ/CPF: 11.775.268/0001-11
Processo: 01400.005898/20-11
SP - Ribeirão Preto
Valor do Apoio R$: 69.095,60
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O show Clarear tem a missão de contar e cantar a história musical da cantora e atriz Clara Nunes. Esse espetáculo direciona o público para um olhar nas raízes culturais brasileiras, carregando em si a musicalidade que passa pelos quatro cantos de nosso país. Contar essa história tem por missão também educar, no sentido de discutir a formação cultural, étnica e religiosa de nosso país.
10 12197 - Festival 10 Anos Arena
E.F.esportes Ltda
CNPJ/CPF: 04.311.950/0001-98
Processo: 01400.023352/20-10
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 672.949,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O projeto propõe de forma original, celebrar os dez anos de atuação do Arena Futebol Clube como local de produção e atuação cultural de grande qualidade e relevância no Distrito Federal. Por meio de eventos multidisciplinares, serão três dias de eventos, sendo o primeiro voltado para a produção de oficinas e dois dias com espetáculos musicais, com nove bandas por dia divididas em dois palcos e mais uma tenda voltada para a música eletrônica, com a apresentação de cinco DJ's por dia.
11 2012 - Oficina de Violão e Teclado no Rio Comprido
Matheus Edgard Paiva Magalhães
CNPJ/CPF: 064.621.026-24
Processo: 01400.005870/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 30.080,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Ministrar aulas de Teclado e Violão

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11 0131 - MOSTRA SÃO PAULO EXPOSAMBA
FÁBRICA DO SAMBA - MOSTRAS MUSICAIS LTDA
CNPJ/CPF: 11.377.700/0001-16
Processo: 01400.000265/20-11
SP - São Vicente
Valor do Apoio R$: 2.517.015,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar em seis meses, na capital e em 26 cidades do estado de São Paulo, uma Mostra Competitiva de Samba composta por 70 eventos, limitada a 1.200 inscrições concorrentes e 60 convidadas. Todas as composições inscritas serão objeto de apresentação pública, havendo na final, premiação pecuniária. Nas dez noites de realização da seleção, semifinais e final, serão realizados shows em homenagem a compositores, com renomados artistas nacionais.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
10 10862 - Grandes Temas das Tradições Brasileiras de Música e Dança
Associação Cultural Cachuera!
CNPJ/CPF: 02.910.189/0001-85
Processo: 01400.021422/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 307.970,00
Prazo de Captação: 12/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto contempla a realização do curso Grandes Temas das Tradições Brasileiras de Música e Dança, ministrado por Paulo Dias, etnomusicólogo e presidente da Associação Cultural Cachuera! e a edição de materiais voltados ao apoio à implementação da Lei 10.639/03 nas escolas, sendo um DVD e um guia para professor a ser distribuído para Secretarias de Educação de todo o Brasil, além de visitas monitoradas ao Acervo Cachuera! em São Paulo de estudantes de escolas públicas e privadas.

PORTARIA Nº 258, DE 11 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
07 10494 - Bandidos de Schiller (Os)
Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona
CNPJ/CPF: 53.255.451/0001-36
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
08 3802 - Oficina de música instrumental - Ano II
Aroldo Costa Macêdo
CNPJ/CPF: 117.597.475-72
BA - Salvador
Período de captação: 01/04/2011 a 15/06/2011
10 3133 - BRASIL VOCAL
Carlos Belém Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.576.412/0001-86
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/05/2011 a 31/07/2011
08 1400 - Série Instrumental
Veredas Produções e Edições Musicais Ltda
CNPJ/CPF: 00.614.034/0001-76
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 11/03/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
08 2107 - Crítica de João Apolinário (A): Memória do Teatro Paulista de 1964 a 1971
Imagens Conteúdo & Forma Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 71.650.402/0001-80
SP - São Paulo
Período de captação: 14/03/2011 a 31/12/2011
10 5817 - Memórias de um Piloto de Provas
Matiz Arquitetura e Design Ltda.
CNPJ/CPF: 01.341.487/0001-39
SP - São José dos Campos
Período de captação: 01/05/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
08 10110 - Lendas São-Joanenses
Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei
CNPJ/CPF: 18.994.319/0001-45
MG - São João del Rei
Período de captação: 10/05/2011 a 31/12/2011

PORTARIA Nº 259, DE 11 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 09 6571 - "TUCCA - Temporada 2010", publicado na portaria aprovação N° 0103/10 de 12/03/2010, publicada no D.O.U. em 15/03/2010, para "TUCCA - Temporada 2011".

PRONAC: 09 2562 - "Ciranda Músico-Cultural em Morro Redondo 2009", publicado na portaria aprovação N° 0036/09 de 29/09/2009, publicada no D.O.U. em 30/09/2009, para "Ciranda Músico-Cultural em Morro Redondo 2011".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

RETIFICAÇÃO

Retificar o período de captação do projeto na portaria de aprovação Nº 0031/11 de 20 de janeiro de 2011, publicada no D.O.U. em 21 de janeiro de 2011, Seção 1, referente ao Processo: 01400.011160/2010-14, Projeto "Laburé - Brincando com os Deuses" - Pronac:10 4617.

Onde se lê: Prazo de captação: 21/01/2011 à 31/01/2011
Leia se: Valor do apoio: 21/01/2011 à 31/12/2011

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 2812 - INDIE 2011 - MOSTRA DE CINEMA MUNDIAL
Zeta Filmes Ltda.
CNPJ/CPF: 02.469.679/0001-98
Processo: 01400.007358/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 461.150,00
Prazo de Captação: 11/05/11 a 31/12/2011
Realização da 11ª edição da mostra apresentará a diversidade da produção cinematográfica independente internacional e nacional, com exibições em Belo Horizonte e São Paulo, de 15 a 22/09/11.
11 1064 - SLOW FILME - Festival Internacional de Cinema e Alimentação - 2ª edição
Objeto Sim Projetos Culturais
CNPJ/CPF: 04.358.295/0001-23
Processo: 01400.002185/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 154.139,50
Prazo de Captação: 11/05/11 a 31/12/2011
Realização da 2ª edição do festival, com exibições gratuitas na cidade histórica de Pirenópolis - GO, de 15 a 18 de setembro de 2011.
10 12499 - PRODUÇÃO AUDIOVISUAL - CURTA METRAGEM
Instituto Brasileiro de Audiovisual
CNPJ/CPF: 02.605.336/0001-03
Processo: 01400.023711/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 353.565,00
Prazo de Captação: 11/05/11 a 31/12/2011
Produção de 20 filmes de curta-metragem de até 13 minutos. Os filmes serão produzidos pelos alunos dos cursos regulares da Escola de Cinema Darcy Ribeiro.
11 2124 - CINE PIRENÓPOLIS - MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA
Impar Produções em Vídeos, Fotografia e Desing Ltda. ME
CNPJ/CPF: 06.040.189/0001-22
Processo: 01400.006018/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 937.977,00
Prazo de Captação: 11/05/11 a 31/12/2011
Realização da mostra, apresentando a produção cultural das Américas e da África, com ênfase em produção de realizadores independentes, de 26 a 30 de outubro de 2011 no histórico Cine Teatro Pireneu, em Pirenópolis.
11 1562 - Áudio Vídeo Mix Brasil
Divina Comédia Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 53.099.842/0001-09
Processo: 01400.003050/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.351.162,00
Prazo de Captação: 11/05/11 a 31/12/2011
Realização de mostra de filmes de curta metragem nacionais, seguidas de palestras/workshops e eventos musicais, de maio de 2011 a abril de 2012.

ANEXO II

11 1268 - Viação Cipó: o melhor da cultura de Minas Gerais na TV
Cisup Ltda.
CNPJ/CPF: 03.770.523/0001-05
Processo: 01400.002457/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.288.830,00
Prazo de Captação: 11/05/11 a 31/12/2011
Produção e veiculação de 40 programas semanais de TV, com 22 minutos cada, sobre patrimônio histórico; artesanato; música; culinária tradicional; patrimônio natural e cultura popular de Minas Gerais.

SECRETARIA DE CIDADANIA CULTURAL

PORTARIA Nº 19, DE 10 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE CIDADANIA CULTURAL, Marta Pavese Porto, no uso de suas atribuições legais e com base nas Portarias Minc nº 156 e nº 82, de 06 de julho de 2004 e de 18 de maio de 2005 respectivamente, que cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, resolve:

Art. 1º - Divulgar lista dos Premiados no Edital Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede, com base no item 8.1, instituído pelo Edital nº 6, de 09 de março de 2010, publicado no DOU em 11/3/2010, conforme seleção promovida pela Comissão de Seleção

Agrupamentos Sociais (Premiados 10.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
2º Encontro de Jovens de Terreiro	Teatro de Anônimo	Rio de Janeiro	RJ	80,5	R$ 10.000,00
Festival Cultural de Capoeira	Associação Beneficente Integra Belém	Belém	PA	70,5	R$ 10.000,00

Agrupamentos Sociais (Premiados 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Ciclo de palestras sobre diáspora africana, Cult. afro-brasileira e capoeira angola SP	Instituição internacional de Capoeira angola	Salvador	BA	78,5	R$ 25.000,00
Novos Caminhos da fotografia	ImageMagica	São Paulo	SP	75	R$ 25.000,00
Hip Hop Filmes	Fórum de Hip Hop Municipal SP	São Paulo	SP	73,5	R$ 25.000,00
Convívio Engenhos de Farinha - fortalecendo a gastronomia e as ID culturais do litoral catarinense	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo	Florianópolis	SC	72,5	R$ 25.000,00
Festival de Cenas Curtas	Federação Municipal das ADM de Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	SP	71	R$ 25.000,00

Pessoa Física (Premiados 10.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor	Providências
Festejo de Santa Bárbara (Filhos e Filhas de Iansã)	Associação da Cultura Religiosa Afro-Brasileira de Caxias	Caxias	MA	86,5	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Contextualizando o teatro	Associação cultural Abstractus	Porto Velho	RO	82	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sambada de Coco de Tururu	Instituto Social e Educacional de Artes e Ofícios Dom Helder Câmara	Paulista	PE	81,5	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Enc. de mestres e mestras da Cultura Pop.: A PELEJA DE NÊGO CHICO CONTRA O CABEÇA DE CUIA	Grupo sociocultural e Ambiental Cem Modos	Santa Rita	MA	78	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Encontro de Cocos	Associação Pau e Lata	Natal	RN	77	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Fronteiras em Movimento	Associação da Cia de Teatro Amadeus	Florianópolis	SC	76,5	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Arte Musical na Foz do Chico	Associação Amigos de Piaçabuçu	Piaçabuçu	AL	75	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
São Gonçalo in Rap	Observatório do Hip Hop	São Gonçalo	RJ	73,5	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Revoltosa na Cidade do Barro	Sociedade Musical 5 de Novembro - Revoltosa	Nazaré da Mata	PE	69,5	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Suburbarte, Suburbanos! - Catálogo de Artistas e a Realizadores	Mocambo- Teatralidades Afro-Brasileira	Rio de Janeiro	RJ	59,5	R$ 10.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)

Pessoa Física (Premiados 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor	**Providências**
O Marajó é um Espetáculo	Ponto de cultura Reconquistando a arte a cultura e a cidadania no Marajó	Souré	PA	92	R$ 25.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Festival Dosol musica Instrumental e Contemporânea	Movimento de Valorização da Arte e Educação pela Cidadania	Natal	RN	86	R$ 25.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
I Encontro de Chegança da Bahia	Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia	Santo Amaro	BA	81	R$ 25.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Construções do Erotismo: Poesia, Performance e Sexualidade	SOMOS - Ponto de Cultura LGBT	Porto Alegre	RS	80	R$ 25.000,00	Encaminhar CPF (Cadastro de Pessoa Física)

Organização não Governamental (Premiados 10.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
1º CAPOVIDA - Festival de capoeira pela vida e Cidadania	Associação Comunitária de Assistência a Família	Missão Velha	CE	96,5	R$ 10.000,00
Encontro Cultural prêmio Areté e patrocínio	Projeto Cidadania	Guimarânia	MG	84,5	R$ 10.000,00

Organização não Governamental (Premiados 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Noite do Jongo - Oficinas, seminários e rodas com jovens lideranças jongueiras	Fundação Euclides da Cunha	Volta Redonda	RJ	94	R$ 25.000,00
Cultura e Cidadania	Assoc. de Educ. Cult. Formação Profis. Esporte e Expressões Folclóricas de Valparaíso de GO	Valparaíso de Goías	GO	81	R$ 25.000,00
II Mostra de Musica Instrumental Brasileira de Campos Sales - CE	Associação Comunitária do Guarani	Campos Sales	CE	80	R$ 25.000,00
Cidade Igualitária: a Cultura como um Direito Fundamental	Ponto de cultura Brinquedoteca Cantando Sonhos	Itapiuna	CE	77,5	R$ 25.000,00
Festival 20 anos de Acauã Produções Culturais	Acauã Produções Culturais /Ponto de Cultura Caminhos de Acauhan	Aparecida	PB	73,5	R$ 25.000,00
100 Anos de Axé	Obirim Odara	Rio de Janeiro	RJ	71,5	R$ 25.000,00
Páscoa em Pé de Serra: Sonho, Alegria, Samba e Fantasia	Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas	Pintadas	BA	68	R$ 25.000,00
Tarde de Chorinho	Grupo Folclórico Aruanda	Belo Horizonte	BH	65,5	R$ 25.000,00
Seminário de Literatura Piauiense	Ponto de Cultura de São Juliao PI	São Julião	PI	63	R$ 25.000,00
V Encontro de Informação Sociocultural e educativo	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baixa Grande	Baixa Grande	BA	63	R$ 25.000,00

Organização não Governamental (Premiados 50.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
9ª Festival de Rimbó - Festival de Carimbó de Santarém Novo	Grupo de tradição Marajoara Cruzeirinho	Souré	PA	93,5	R$ 50.000,00
Arraia da Araguaia	Camarim das Artes (Atuando, Caminhando e Cantando)	Vitória	ES	91	R$ 50.000,00
VII Festival de Esquetes da Cia. Teatral Acontece	Instituto Garajal de Arte e Cultura Popular	FORTALEZA	CE	89	R$ 50.000,00
Caravana Cultural Educativa	Companhia de Teatro e Dança Arte Livre	Porto Franco	MA	86,5	R$ 50.000,00
1º de maio : memória- luta - reflexão e celebração popular	LIDER - Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da região Sisal	Santa Luz	BA	83	R$ 50.000,00

Organização não Governamental (Premiados 75.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
4ª MITI - Mostra Internacional de Teatro Infantil	Associação dos Produtores Culturais de Mato Grosso	Cuiabá	MT	96,5	R$ 75.000,00
V Festival Nacional de Cinema e Vídeo dos Sertões	Associação de Teatro Cidade Cenográfica	Floriano	PI	89,5	R$ 75.000,00
Projeto Articulando	Obras Sociais da Diocese de Macapá - Casa da Hospitalidade	Macapá	AP	84	R$ 75.000,00

Organização não Governamental (Premiados 100.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Festival de Teatro na Escola	NAC - Núcleo de Arte e Cultura	Brasília	DF	93,5	R$ 100.000,00
Festival Mundo da Rua	Associação Educativa Cultural Teatro Boca Rica	Fortaleza	CE	92	R$ 100.000,00
Seminário Rede Cultural da terra: Articulando Cultura e Política no Campo	Abrapo - Associação Brasil Popular	São Paulo	SP	83	R$ 100.000,00

Ponto de Cultura (Premiados 10.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Entre Pontos: Rocinha - Paraty	CIESPI (Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância	Rio de Janeiro	RJ	85,5	R$ 10.000,00
VII Encontro Nacional de Capoeira da Costa do Descobrimento do-Bahia	Associação de Capoeira kilombolas	Eunápolis	BA	78	R$ 10.000,00
Projeto Raízes	Companhia Cultural Ciranduis	Janduís	RN	73,5	R$ 10.000,00
Campeonato Capoeira Ginga Criança	Prefeitura Municipal de Planura	Rio de Janeiro	RJ	69,5	R$ 10.000,00

Ponto de Cultura (Premiados 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
V Cajazeirato - Festival Estadual de Teatro de Cajazeiras	Associação Cajazeirense de Teatro ACATE	Cajazeiras	PB	96	R$ 25.000,00
Mostra Artística terra de arte	Assoc. dos peq. trabalhadores organizados do projeto de assentamento	Canindé	CE	92	R$ 25.000,00
4º Festival de São José das Culturas	Ação animatographo de promoção e integração cultural e social	Belmiro Braga	MG	91,5	R$ 25.000,00
Panetone Cênico	Apac-Associação Paulista de Artes Cênicas	Suzano	SP	91,5	R$ 25.000,00
II Festival de Cultura Popular	Associação Comunitária Sócio Cultural de Major Sales	Major Sales	RN	90,5	R$ 25.000,00
Chaminé Arte Feira II - Fraiburgo 50 anos	Centro Cultural Egon Frey	Fraiburgo	SC	87,5	R$ 25.000,00
Concertos de Primavera	Instituto Cultural Canarinhos da Terra	Campinas	SP	86,5	R$ 25.000,00
MOSTRA ENTRE MORROS	Companhia Quartum Crescente	Mauá	SP	85,5	R$ 25.000,00
IV Congresso de Cultura	Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal Patativa do Assaré	Vila Nova do Piauí	PI	85	R$ 25.000,00
Feira de Diversidade	Companhia Vida de Teatro e Dança	Maricá	RJ	84,5	R$ 25.000,00
BR 174-Via de Mão Dupla 2010	Grupo de Teatro A Bruxa esta solta	Boa Vista	RR	84	R$ 25.000,00
2º Encontro de Bailes Rodas e Cantorias	Instituto Boimamão - Preservação e Fomento da Cultura	Bombinhas	SC	83,5	R$ 25.000,00
FESTIVAL POR TI PAQUETÁ - CULTURA, MEIO AMBIENTE E TRADIÇÕES	O Nosso Papel	Rio de Janeiro	RJ	83	R$ 25.000,00
I Encontro de Percursos Culturais e Literatura	Canteiro de Obras - Centro de Cultura e Artes	Maricá	RJ	82,5	R$ 25.000,00
CAINAVIOLA	Balaio de Tradições	Alagoa	MG	80	R$ 25.000,00

Ponto de Cultura (Premiados 50.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
III Encontro Quilombada do Sul da Bahia e I Encontro Regional da Rede Mocambos	Associação de Educação, Arte e Cultura Popular	Itacaré	BA	95	R$ 50.000,00
Mostra KinoOikos Formação do Olhar	Assoc. Cultural Kinoforum/Ponto de Cultura AudioVisual Kinoforum	São Paulo	SP	91,5	R$ 50.000,00
Africanismo: Vivenciais Culturais	Ponto de Cultura Mangueirê	Vitória	ES	91	R$ 50.000,00
22 FETEAG - Festival de Teatro do Agreste - Mostra Nacional	Teatro Experimental de Arte	Caruaru	PE	90,5	R$ 50.000,00
Festa do Azul Marinho 2010	Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombos da Fazenda	Ubatuba	SP	90,5	R$ 50.000,00
Olhares no Mundo	Olhares no Mundo	São Gonçalo do Amarante	RN	90,5	R$ 50.000,00
Diálogo entre Aldeias	Aldeia - Agência de Dês. Cultural, Educomunicação, Infoinclusão e Audiovisual	Fortaleza	CE	90	R$ 50.000,00
SEM TRETAS ARMAS HIP HOP É A NOSSA CARA	FOME DE LIVRO NA QUEBRADA - TERESINA - PI	Teresina	PI	89,5	R$ 50.000,00
Arraiá Vila Junina-Ponto de Tradições Juninas	Prefeitura Municipal de Senador Pompeu	Senador Pompeu	CE	88	R$ 50.000,00
Sarau Ambiental de Pirenópolis	COEPI - COMUNIDADE EDUCACIONAL DE PIRENÓPOLIS	Pirenópolis	GO	88	R$ 50.000,00

Ponto de Cultura (Premiados 75.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
FERCON - Festival Regional da Consciência Negra	Fundação Conscienciarte	Paracatu	MG	97,5	R$ 75.000,00
ACENDA UMA VELA - VI	IDEÁRIO COMUNICAÇÃO, CULTURAL, EDUCAÇÃO POPULAR	Maceió	AL	96	R$ 75.000,00
Espaço Convivência-Arte Inclusiva 2010	Associação Crepúsculo-Arte, Saúde e Educação Sem Barreiras	Belo Horizonte	MG	95	R$ 75.000,00
IV Mostra Menestrel Teatro Circula-Dô	Grupo Menestrel Faze-Dô	Lajes	SC	94,5	R$ 75.000,00
IV Iguacine - Festival de Cinema da Cidade de Nova Iguaçu	Avenida Brasil - Instituto de Criatividade Social	Nova Iguaçu	RJ	93,5	R$ 75.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I Curta Gênero - Fest. e Sem. pró-equidade. I Enc. Nac.dos PC Pela Equidade e Divers.	Fábrica de Imagens - Ações Educativas em Cidadania e Gênero	Fortaleza	CE	91,5	R$ 75.000,00
IV Mostra Nacional Albertina Brasil de Artes sem Barreiras	Associação Luz do sol	Aracaju	SE	91,5	R$ 75.000,00
3ª AFRO-Fest-Feira Afro-Indigena-Festival de Cultura Afro	Associação da Comunidade Negra de Itapeva e Região	Itapeva	SP	91	R$ 75.000,00
Teatro para todos	Casa de Artes Ilê Aió	Salvador	BA	90,5	R$ 75.000,00
12ª Encontro Pernambucano de Coco - 2010	Centro Cultural Farol da Vila	Cabo de Santo Agostinho	PE	89,5	R$ 75.000,00

Ponto de Cultura (Premiados 100.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
X Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros	Associação Comunitária da Vila de São Jorge - ASJOR	Alto Paraíso	GO	99	R$ 100.000,00
I Encontro Olga Kos de Inclusão Cultural: Igualdade pela Arte: Caminho para Inclusão	Ponto de Cultura Olga Kos	São Paulo	SP	96,5	R$ 100.000,00
Conexão Brasil -Marrocos no Olinda Jazz	Instituto Plataforma Brasil	São Paulo	SP	94	R$ 100.000,00
BATZANGA! CONFRARIA BRASILEIRA DE SONS & CORES	Grupo Cultural Jongo da Serrinha	Rio de Janeiro	RJ	92,5	R$ 100.000,00
Festival Inter. de Teatro"Viva a Diversidadeviva, abraçando as artes de Transformação"	Associação Grupo de Cultura Regional Iaçá	Belém	PA	90,5	R$ 100.000,00

Art. 2º - Divulgar lista dos Classificados no Edital Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede, com base no item 8.1, instituído pelo Edital nº 6, de 09 de março de 2010, publicado no DOU em 11/3/2010, conforme seleção promovida pela Comissão de Seleção

Agrupamentos Sociais (Classificados 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Não é por falta de rede que vamos deixar de pescar	Centro de Teatro do Oprimido - CTO/RIO	Rio de Janeiro	RJ	65,5	R$ 25.000,00
XXI - Encontro Nacional dos Estudantes de comunicação Social - Enecom 2010	Associação Brasileira de Documentaristas/ABD/PB	João Pessoa	PB	65	R$ 25.000,00
I Mostra de Teatro de Rua de Escadaria	Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona	São Paulo	SP	64	R$ 25.000,00

Pessoa Física (Classificado 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Festival de Cultura Popular em Águas Compridas	Maracatu Carnavalesco Misto Leão Coroado	Olinda	PE	79	R$ 25.000,00
Mostra de teatro de Mamulengo	Ponto de cultura Invenção Brasileira	Samambaia	DF	78,5	R$ 25.000,00
Projeto Nosso Canto - Edição 2010	Ponto de Cultura Tarrafa Cultural	Ibortirana	BA	78,5	R$ 25.000,00
Festival Edição de Música	VOAR ARTE PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE	Gama	DF	77,5	R$ 25.000,00
Jornada Teatral Itinerante	AACEMI - Assoc. de Amigos do Conservatório Estadual de Música de Ituiutaba	Ituiutaba	MG	77	R$ 25.000,00
Noite de Giz	Cooperativa Brasiliense de Teatro	Brasília	DF	77	R$ 25.000,00
3 Oficina e Mostra Rádio-Visualizar	Associação Conselho do Samba do Estado de São Paulo	São Paulo	SP	73	R$ 25.000,00
Discutindo Dança no RN	Associação Gira Dança	Natal	RN	71,5	R$ 25.000,00
Tecendo e tramando rede de cidadania com o teatro de rua	Instituto Ta Na Rua para Artes Educação e Cidadania	Rio de Janeiro	RJ	70	R$ 25.000,00
Festival 2010 de Dança e Circo "Viva o Teatro"!!!!	APM CEMA dorival rossi	Pradópolis	SP	67,5	R$ 25.000,00
ORIKI	Instituto Arte no Dique	Santos	SP	63	R$ 25.000,00
Festival de Rodas de Carimbó do Baixo Amazonas	Grupo Ação Ambiental Vila Viva	Santarém	PA	58,5	R$ 25.000,00
Oficina de blues: música, circo e história no Circo Laheto	Grupo de Teatro Laheto	Goiânia	GO	55	R$ 25.000,00

Organização Não Governamental (Classificado 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Ceará Junino, Cantando e Dançando no meu Pé de Serra	ACCAS - Associação Comunitária de Caiana Cajazeira e Alto Santo	Barreiras	CE	60	R$ 25.000,00

Organização Não Governamental (Classificado 50.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Encontro Rede Norte de Cineclubes	Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente	Palmas	TO	82	R$ 50.000,00
Mini Tela Diadema - 2010	Associação Projeto Brasileiro de Dança - APBA	Diadema	SP	82	R$ 50.000,00
IX Mostra Ribeirão em Cena de Teatro	Associação Ribeirão em cena de Atores Profis., Amadores e Universitários de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	SP	78	R$ 50.000,00
Conexão Eco	Instituto Cultural Neo Humanista	São Paulo	SP	74	R$ 50.000,00
Mostra Cultural: Lego e Cultura	Centro Comunitário e Creche sinhazinha Meirelles	São Paulo	SP	62,5	R$ 50.000,00
O Resgate	Liga Sergipana de Blocos e Escolas de Samba	Aracaju	SE	55	R$ 50.000,00

Organização Não Governamental (Classificado 75.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Festival de Música	Conselho Escolar e Cultural Anapolino de Faria	Anápolis	GO	79	R$ 75.000,00
Rede de troca de Experiência	Projeto de Percussão Barracão dos Sonhos	São Paulo	SP	67,5	R$ 75.000,00
O Balanço da Banda	ONG. Arte Movimenta	Florianópolis	SC	63	R$ 75.000,00

Organização Não Governamental (Classificado 100.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
diVerso com o reVerso	Instituto Cultural Lusófono	Itêbire	MG	82	R$ 100.000,00
Semana Cultural Festa do Manuelzão	Ponto de Cultura Memorial Manuelzão - Armazem da Cultura	Três Marias	MG	74	R$ 100.000,00
Amigos da Vida	Associação Cultural Cena Onze	Cuiabá	MT	73	R$ 100.000,00
XIV Mostra de Arte Missioneira	Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga	RS	72,5	R$ 100.000,00
Tambores e Memorias : Tradição e Renovação no Gongado Mineiro	Ponto de Cultura Aqui Se Lê - Borrachalioteca de Sabará	Sabará	MG	65,5	R$ 100.000,00

Ponto de Cultura (Classificados 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
III Colóquio de educadores Sociais de Cama Elastica do Nordeste	Centro Cultural Armazém do Circo	Maceió	AL	79	R$ 25.000,00
Mostra Audio Visual Cultura Viva -Observatório do Arquipélago	Associação elementos da Natureza (Azimuth Ponto de Cultura e Sustentabilidade)	Ilha bela	SP	78,5	R$ 25.000,00
Entre Praças e Livros	PM de Palmeira - PR	Palmeira	PR	77	R$ 25.000,00
Entre Pontos - 4ª Edição	Laboratório de Intervenção Artística -Laia	Camaragibe	PE	77	R$ 25.000,00
IV São Tomé in Concert	Associação de Jovens, Ação e Cidadania	São Tomé	RN	76	R$ 25.000,00
Recontando Nossa Historia	Itaperuna de todos os Credos	Itaperuna	RJ	75,5	R$ 25.000,00
VII Ambientura - Consolidando as ações dos pontos de cultura dos sertões de cratéus e Inhamuns	Associação Ribuliço Ecoart	Crateús	CE	75	R$ 25.000,00
XX Mostra de Teatro Amador de Santarém	Associação de Atores, Autores e Técnico Amador de Santarem - ATAS	Santarém	PA	74,5	R$ 25.000,00
Encontro de Raízes Gaúchas (ERAG)	CTG Clareira da Mata	Caçapava do Sul	RS	73,5	R$ 25.000,00
A Vez e a Voz da Terra - Jovens do Campo construindo cultura	Associação Centro de Capacitação Paulo Freire	Caruaru	PE	73	R$ 25.000,00
I Encontro da Rede de Agentes Culturais do Campo de Jaboticatubas - MG	Associação Quilombola de Mato do Tição	Jaboticatubas	MG	73	R$ 25.000,00
5 GRIOT-Festival Cultural Afro-Brasileiro-Debates e Shows	Projeto Herbert de Souza	Campinas	SP	71,5	R$ 25.000,00
Amazônia de Alma Indígena	Associação Projeto Cultural Ananin Dance	Ananindeua	PA	71	R$ 25.000,00
II Semana de Arte e Cultura de São João das Duas Pontes	Companhia de Santos Reis-Santa Cruz de São João das Duas Pontes	São João das Duas Pontes	SP	71	R$ 25.000,00
Tempero cultural	Grupo sócio-Cultural Código	Japeri	RJ	70	R$ 25.000,00
1 Encontro de Saberes Populares"Viva a Roda"	Sociedade Musical e Artística Lira de Ouro	Duque de Caxias	RJ	68	R$ 25.000,00
A Cultura se Encontra no Ponto	Ponto de Casa na Cultura	Miracema	RJ	64,5	R$ 25.000,00
Pontos na rua - eventos em rede	Rua da Cultura	Aracaju	SE	63,5	R$ 25.000,00
I Encontro de Literatura Infantil Monteiro Lobato	Associação Cultural Montanha Encantada	Monteiro Lobato	SP	61,5	R$ 25.000,00
I Encontro de Mestres da Capoeira Angola do Ponto de Cultura ABENCAVO	Associação Beneficente Educacional e cultura de Capoeira Angola viola de Ouro	Salvador	BA	58,5	R$ 25.000,00
Festival de Música Barulho Lab	Coletivo Digital - Associação para a Democratização e Acesso à Sociedade da informação	São Paulo	SP	51,5	R$ 25.000,00
Meu segundo passo na dança	Centro Cultural Língua Solta - Associação Artística Cultural Língua Solta	Santana	AP	50	R$ 25.000,00

Ponto de Cultura (Classificados 50.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Encontro Nacional da Rede Ação Griô - Regional Ventre Sol	CHP - Congregação Holística da Paraíba	João Pessoa	PB	87,5	R$ 50.000,00
Cordela nas Escolas	Fundação Nordestina do Cordel - FUNCOR	Teresina	PI	87	R$ 50.000,00
Conexão Brasil 2010	Associação Companhia Terramar	Natal	RN	86,5	R$ 50.000,00
I FESTIGU - Festival de Teatro Itinerante de Gurupi	Cia de Teatro Sorria Meu Bem	Gurupi	TO	86,5	R$ 50.000,00
Museu da Vila Real	Associação Amigos na Cultura	Volta Redonda	RJ	84,5	R$ 50.000,00
ERA - Encontro regional de Arte	Companhia de Teatro e dança Arco-Íris	Dionísio Cerqueira	SC	84	R$ 50.000,00
Pontos de Culturas Indígenas: tercendo a Rede	Associação da Comunidade Indígena Xukuru	Recife	PE	84	R$ 50.000,00
Estival - Mostra de Peças Curtas	Companhia Cultural Velhus Novatus	São José dos Campos	SP	83,5	R$ 50.000,00
XIII Seminário Estadual de Música do RN	Associação Musical de Cruzeta - AMUSIC	Cruzeta	RN	83	R$ 50.000,00
Ouve a Voz da Arte - Juventudes transformando a Arte	Instituto Geração Futuro	Pombos	PE	82	R$ 50.000,00
Vamos Celebrar: Transformar e Avançar	Centro Cultural Eldorado dos Carajás	Goiania	GO	81,5	R$ 50.000,00
II Show dos Mestres da Cultura da Paraíba	Pará´lwa Coletivo de Assessoria e Documentação	João Pessoa	PB	78,5	R$ 50.000,00
Rede Bimestral de ações cênicas	Organização Ponto de Equilíbrio	Teresina	PI	78	R$ 50.000,00
II Monstra de Teatro de Bonecos da Região Serrana	Centro de Formação do Artista Cristão-CEFAC	Macaé	RJ	78	R$ 50.000,00
I Festival do Gambá - Encontro dos Mestres da Floresta	CULTUAM	Maués	AM	77	R$ 50.000,00
II Fest. de Teatro da Amazônia Mato Grossense e VII Semin. de Cul. de Alta Floresta	Teatro Experimental de Alta Floresta	Alta Floresta	MT	75,5	R$ 50.000,00
Festival de Cultura Negra Heranças Africanas	Ilú Obá de Min - Educação, cultura e Arte	São Paulo	SP	75,5	R$ 50.000,00
Mostra Observatório Cênico	Associação De Moradores do Jardim Juliana Vila Paulicéia e Vila Suissa	Mogi das Cruzes	SP	75	R$ 50.000,00
Feira Sóciocultural Maria Sampaio	União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacencias	São Paulo	SP	72,5	R$ 50.000,00
Encontro de Mestres e Professores de Capoeira em SP	Projeto Capoeira entre Amigos	São Paulo	SP	72,5	R$ 50.000,00
Arte Social em foco	Espaço Cultural Pés no Chão	Ilha Bela	SP	71,5	R$ 50.000,00
Marabatuque	Placa Esporte Clube	Macapá	AP	71,5	R$ 50.000,00
I Encontro Regional de Pontos de Cultura	Associação Beneficente de Amparo à Família	São Paulo	SP	69	R$ 50.000,00
Circus - Mostra Estudantil de arte e Cultura	União Municipal dos Estudantes de Suzano	Suzano	SP	69	R$ 50.000,00
II Jornada Cultural da Terra	Teatro Jabuti	Florianopólis	SC	68,5	R$ 50.000,00
II Festival das Culturas Erudita e Popular	Associação Cultural Arte na Praça -ACAP	Guaraciaba do Norte	CE	66	R$ 50.000,00
Casa de Contos	Trotamundos Cia de Artes	Natal	RN	63	R$ 50.000,00
Festival de Música Passeando Pela MPB	Associação Mensageiros da Paz de Iepê	Iepê	SP	53,5	R$ 50.000,00
I Encontro de Culturas Tradicionais e Juventude	Ponto de Cultura Companhia de Aruanda	Rio de Janeiro	RJ	51,5	R$ 50.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ponto de Cultura (Classificados 75.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Cultura Terminal: As Matrizes Africanas Pedem Passagem	Gingas - Instituto de Cultura Afro-Brasileira	Niteroi	RJ	88	R$ 75.000,00
Pólo cultura Viva do Guadalupe	Centro Cultural Coco de Umbigada	Olinda	PE	86,5	R$ 75.000,00
Baque Virado	Maracatu Estrela Brilhante de Igarassú	Igarassú	PE	86,5	R$ 75.000,00
Africa Viva - Ancestralidade Africana no Brasil	Centro Cultural Orùnmilá	Ribeirão Preto	SP	85,5	R$ 75.000,00
Quintal Cultural	ICA-Instituição de Incentivo à Criança e ao Adolescente de Mogi Mirim	Mogi Mirim	SP	85	R$ 75.000,00
I Festival Juriti e Poesia Encenada	Criméia Resistência Comunitária	Goiania	GO	85	R$ 75.000,00
Kizomba-Festa de Exaltação à Cultura afro Brasileira	Associação Cultural Alquimidia	Florianópolis	SC	84	R$ 75.000,00
IV Campeonato Paraense de Bandas e Fanfarras	Associação Musical da Amazônia - AMA	Belém	PA	84	R$ 75.000,00
Festa das Nações 2010	Fundação São Pedro	São Paulo	SP	84	R$ 75.000,00
ESPIA! Mostra Baiana de Teatro de Animação	Associação Beneficente Cultural e Religiosa OIA DEJI - ACORDE	Salvador	BA	84	R$ 75.000,00
I Festival Sapatada Cultural	Instituto Práxis de Educação e Cultura	Franca	SP	84	R$ 75.000,00
II Encontro Juvenil - As artes e as ciência para uma vida sutentável	Associação Casa das Artes de Educação e Cultura	Rio de Janeiro	RJ	82,5	R$ 75.000,00
Circulando Livros	Sociedade Amigos da Biblioteca Municipal Norberto Ferreira Filho	Crateús	CE	82,5	R$ 75.000,00
9 Festival Cultural Quilombos Estivas	Associação Remanescente dos Quilombos do Sítio Estivas	Garanhuns	PE	82,5	R$ 75.000,00
Semeando Cultura Colhendo Cidadania	Fundação Cultural Cabras de Lampião	Serra Talhada	PE	82,5	R$ 75.000,00
10 Edição do Show "Cara de Bonecas"	Associação dos Grupos Folclóricos e Culturais de Itaiatuba	Itaituba	PA	82	R$ 75.000,00
III Vila de Histórias nas Terras do Boi Falô -	Associação Núcleo Interdisciplinar de Narradores orais e Agentes de leitura - NINA	Campinas	SP	80,5	R$ 75.000,00
XII Cidade Revelada	Fundação Genésio Miranda Lins	Itajaí	SC	80,5	R$ 75.000,00
Sambadas do Amaro Branco	Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Alafin Oyó	Olinda	PE	80	R$ 75.000,00
Polo de Cultura	Grupo Afro Urucungo	Arcoverde	PE	79,5	R$ 75.000,00
IV Festa do Fandango: O encontro das Rabecas	Associação Cultural Popular Mandicuera Casa Mandicuera	Paranaguá	PR	79,5	R$ 75.000,00
29ª Mostra de Cultura Árabe	Instituto Jerusalém do Brasil	Campinas	SP	79	R$ 75.000,00
Ciranda de Cidadania - Cultura, Comunicação e infância pelos direitos de crianças e adolescentes	Catavento Comunicação e Educação	Fortaleza	CE	79	R$ 75.000,00
Mostra Brasil Plural	Sociedade de Desenv. Cultural, Ecológica e Social de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS	78,5	R$ 75.000,00
Cena Brasil	OSCIP-Diálogos	Olinda	PE	78	R$ 75.000,00
2 Guerrilha do Ato Dramático Caririense	Cia Ciarense de Teatro Brincante	Crato	CE	78	R$ 75.000,00
PARADA CULTURAL DO ITINGA - Mostras Artísticas e Troca de Saberes	Associação de Moradores e Amigos do Bairro do Itinga - AMORABI	Joinville	SC	78	R$ 75.000,00
1ª Feira Raízes da Africa	Ponto de Cultura Sementes da Capoeira	Porciúncula	RJ	78	R$ 75.000,00
ParanaÊparaná - Capoeira Angola + Expressões de Cultura Popular	Cores da Rua - associação Artística de Educação Informal	Curitiba	PR	77	R$ 75.000,00
VI FOPP - Feira de Oratórios de Paranapiacaba	ARCA - Associação Ribeirãopirense de Cidadãos Artistas	Ribeirão Pires	SP	77	R$ 75.000,00
Encontro Internacional de Parteiras Tradicionais	CAIS do Parto - Centro Ativo de Integração do Ser - ANTENA LIGADA	Olinda	PE	76,5	R$ 75.000,00
FESTIVAL DOS 15 ANOS DA ORQUESTRA DE CORDAS DA GROTA	Reciclarte	Niteroi	RJ	76,5	R$ 75.000,00
Nossa Velha Infância	Centro Cultural Artístico da Região Oceânica	Niteroi	RJ	75,5	R$ 75.000,00
Cine Brascuba	Associação dos Amigos do Tempo Glauber	Rio de Janeiro	RJ	75	R$ 75.000,00
Maratona de Teatro Infanto Juvenil	Associação Cultural Abstractus	Porto Velho	RO	75	R$ 75.000,00
1ª TEIA LATINA: Cultura Além das Fronteiras	SPM Serviço Pastoral dos Migrantes - Centro de Apoio ao Migrante	São Paulo	SP	74	R$ 75.000,00
Festival Ceará em Ponto	Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga	Guaramiranga	CE	73,5	R$ 75.000,00
I Mostra Pontos do Mato	Pontão Ação Cultural em Redes	Cuiabá	MT	73	R$ 75.000,00
Lapinha Museu Vivo - VIII Encontro de Cultura de Raiz Matriz Africana	Ponto de Cultura Centro de Educação Flor do Cascalho	Belo Horizonte	MG	72,5	R$ 75.000,00
O Ponto na Periferia	CIA DEUS BACO DE TEATRO AMADOR DE ACOPIARA	Acopiara	CE	72,5	R$ 75.000,00
Puxirum Cultural 2010	Grupo de Teatro e Dança Origem	Manaus	AM	72,5	R$ 75.000,00
Harmônicas Batalhas Bgirls e Bboys	Instituto Voz	São Paulo	SP	72	R$ 75.000,00
Rede Moinho Cultural	Associação Galpão Raso da Catarina	São Paulo	SP	72	R$ 75.000,00
I Encontro de Artes dos Pontos de Cultura da Bahia	Universidade do Estado da Bahia-UNEB	Salvador	BA	71,5	R$ 75.000,00
Um dia na Biblioteca	Associação cultural Dynamite	São Paulo	SP	71	R$ 75.000,00
II Encontro com o Saci: Guardião das Matas e dos Saberes Populares	ócio Agricola Dom Hélder Câmara	Ribeirão Preto	SP	70,5	R$ 75.000,00
Projeto Bandas/Atitude	ONG Atitude Social	Rio de Janeiro	RJ	70	R$ 75.000,00
O Fim está próximo	Boa Companhia e sarau	Campinas	SP	70	R$ 75.000,00
I Encontro dos Pontos de Cultura Hip Hop	Consciência, Liberdade e Movimento	São Gonçalo	RJ	69,5	R$ 75.000,00
Encontro Sul da Arte dos Pontos de Cultura	Instituição Espirita Casa da Fraternidade	Araranguá	SC	68,5	R$ 75.000,00
Francisco Santos: Jubileu de Ouro	Ponto de Cultura "Artes da Terra"	Francisco Santos	PI	68,5	R$ 75.000,00
20 de Novembro	Fundação de Capoeira Eu Negro	Barra	BA	68	R$ 75.000,00
Sarau na rede - poesia de ponto a ponto	Movimento pelo direito à Moradia - Ponto de cultura MORARTE	São Paulo	SP	67,5	R$ 75.000,00
Espaço Criativo	Sérgio de Cássio Souza Nascimento	Ceilandia	DF	67,5	R$ 75.000,00
I Encontro da Orquestra Internacional Luso Brasileiro Brasil-Portugal	Expressart Produções Culturais	Recife	PE	66,5	R$ 75.000,00
Primeira Mostra Artística Sul Brasileira dos Pontos de Cultura	Multiplicando Talentos	Criciúma	SC	64	R$ 75.000,00
Abração da Juventude: a grande colheita da esperança	Abração Cultura Solidária e Comunidade Sustentável	São Paulo	SP	62,5	R$ 75.000,00
Mostra Fragmento de Ulisses	Instituto Cidade de Cataguases	Cataguases	MG	59	R$ 75.000,00
Rede Comunitária da Cultura	Associação Teatro Terceira Margem	Belo Horizonte	MG	57	R$ 75.000,00
Fronteiras do Corpo em Cena	Centro Popular de Conspiração Gargarullo	Miguel Pereira	RJ	57	R$ 75.000,00
Encontro Final do programa Colaboratório 2009/2010	Associação Cultural panorama (Espaço Panorama)	Rio de Janeiro	RJ	56	R$ 75.000,00
1 Teia Arte e Cultura - Rio Claro e e Região	Centro De Voluntariado De Rio Claro	Rio Claro	SP	55	R$ 75.000,00
Prêmio Crescer e Viver de Circo do Brasil	Programa Social Crescer e Viver	São Gonçalo	RJ	55	R$ 75.000,00
Construindo Música	Associação Comunidade Cristã de Itajaí	Itajaí	SC	54,5	R$ 75.000,00
Ciclo de Eventos com Oficina, Exibições de Filmes, Conferências e Debates	ESCOLA NOMADE DE FILOSOFIA	São paulo	SP	53	R$ 75.000,00

Ponto de Cultura (Classificados 100.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
V Balaio Cultural	Associação Mantida por Pais, Professores e Amigos Responsáveis pela Educação	Serra Branca	PB	89,5	R$ 100.000,00
Encontro Intercultural de Jovens e Lideranças Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul	OSCIP-Amigo do Índio	Dourados	MS	86,5	R$ 100.000,00
SÓ-RISOS 35 ANOS NA PÁTRIA DOS BONECOS	Centro e Produção Cultural Mamulengo só-riso	Olinda	PE	85	R$ 100.000,00
2ª Festival Nacional de Teatro - Pontos de Cultura	Grupo Escândalo Legalizado Teatro - ESCALET	Floriano	PI	84,5	R$ 100.000,00
ECOS - Gritos que se perdem	Lúmini Art - Centro de Pesquisa, Cultural e Ação Social	Rio de Janeiro	RJ	84	R$ 100.000,00
MOSTRA DE RECITAIS DE TIRADENTES	PONTO DE CULTURA ENTRE E VISTA	Tiradentes	MG	83	R$ 100.000,00
Mostra Tearo Voador	ponto de Cultura Circo Voador	Rio de Janeiro	RJ	83	R$ 100.000,00
Encontro de Tambores - 1ª Edição	FANSC-Difusão dos Tambores Japoneses(taiko)em Santa Catarina	Joinville	SC	83	R$ 100.000,00
Seminários do Centro Univ. de Cult e Arte da União Nacional dos Estudantes-CUCA da UNE	Associação de Arte e Cultura do Nordeste-ABRACNE	Rio de Janeiro	RJ	81,5	R$ 100.000,00
Encontro dos Pontos de Cultura e Educação	Espaço Cultural Casa da Ribeira	Natal	RN	81	R$ 100.000,00
SAMBA PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	Centro Cultural Cartola	Rio de Janeiro	RJ	80,5	R$ 100.000,00
Festival de Música Laurindo de Almeida	Associação Cultural Parceiros da Arte	Miracatu	SP	80	R$ 100.000,00
Fórum TNA - O Artista na Cena Paralela	Teatro Negro e Atitude	Belo Horizonte	MG	80	R$ 100.000,00
Nesse Palco Iluminado	Dama das Camélias	Rio de Janeiro	RJ	79,5	R$ 100.000,00
Conexão Cavalo Marinho	Associação Respeita Januário	Recife	PE	79	R$ 100.000,00
I Festival Misturando Cores nas Raizes	Associação Folclórica de Tangará da Serra	Tangará da Serra	MT	79	R$ 100.000,00
Teia Capital: pontos que unem o teatro e a cidade	COMMUNE COLETIVO TEATRAL	São Paulo	SP	78	R$ 100.000,00
Festival Internacional de Tranças Afro-F.I.T.A	Associação Brasileira de Bem Estar Social, Turismo, Inclusão Social	Rio de Janeiro	RJ	77	R$ 100.000,00
A possibilidade do Mar	Instituto CAE - Ponto de Cultura Vozes de Senzane	Guarujá	SP	76	R$ 100.000,00
II Seminário dos Pontinhos de Cultura - Regional sudeste	Companhia Cultural Bola de Meia	São José dos Campos	SP	75,5	R$ 100.000,00
Encontro Nacional da Rede Ação Griô	Associação Grãos de Luz.	Lençois	BA	75,5	R$ 100.000,00
Festival Nacional de Arte transformista	SOMOS Ponto de Cultura LGBT do RS	Porto Alegre	RS	75,5	R$ 100.000,00
Cabucine - 1ª Festival Nacional de Curtas Socioambientais	Associação Cultural e Ambiental Chico Mendes	Guarulhos	SP	74	R$ 100.000,00
Encontro Sul Americano de Culturas Populares	AVICA - Associação Pela Vida Ambiental e Cultural	Cuiabá	MT	74	R$ 100.000,00
Desfile do Bl. Afro. Arca do Axé e a Rede de Cult. ENGOMA-Beiru-Cabula-Salvador Carnaval	Associação Cultural Comunitária e Carnavalesca Arca do Axé	Salvador	BA	73	R$ 100.000,00
Encontro Awai Amba de Tuxaua - Ação Tuxaua	Instituto 3 Vermelho	Florianópolis	SC	73	R$ 100.000,00
O "Quintal do Barraco" Apresenta...	GEFEP - Grupo de Formação de Educadores Populares	Rio de Janeiro	RJ	73	R$ 100.000,00
Teia Regional de Sabauna	Opção Brasil	Mogi das Cruzes	SP	71,5	R$ 100.000,00
Bonecos Canela - Cultura Viva, Mais Cultura no Pampa	Fundação Cultural de Canela	Canela	RS	71	R$ 100.000,00
I Enc. Nac. Agente Escola. Viva: Fortalecendo uma Rede de Jovens Pela Educação e Cultura	Instituto de Imagem e Cidadania	Nova Friburgo	RJ	69,5	R$ 100.000,00
II Fórum de Música, Educação e Cidadania	PIRPIM-Pontão de Integração Regional do PIM	Vassouras	RJ	69	R$ 100.000,00
Cultura Ponto a Ponto	Grupo Iguassuano de Acessibilidade	Rio de Janeiro	RJ	66	R$ 100.000,00
I Seminário Nacional da Lei Cultura Viva junto ao Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede	Associação Cultural Tarsila do Amaral	Guarulhos	SP	65	R$ 100.000,00
Fortalecimento da Rede de PC e Empreendedores Culturais do Estado de MG	Centro de Recreação de Atendimento e Defesa da Criança e Adolescentes	Belo Horizonte	MG	62	R$ 100.000,00
Encontro Regional Sul-Sudeste da rede Cultural e Saude	Casa de Cultura Tainã	Campinas	SP	61,5	R$ 100.000,00
Mostra a cara Z. O - 1ª Festival de Artes da Zona Oeste	Centro Social de Cultura e Lazer Mangueiral	Rio de Janeiro	RJ	61	R$ 100.000,00
III Ciranda dos Pontos de Cultura de Alagoas	Instituto Engenho de Idéias	Santa Luzia do Norte	AL	56,5	R$ 100.000,00
UM PONTO A MAIS	Associação dos Produtores Teatrais do Ceará	Fortaleza	CE	54,5	R$ 100.000,00
Levando o Circo ao Ponto	Associação de Artes Circenses e Popular do Paraná Circo - Ito	Curitiba	PR	51	R$ 100.000,00
Samba de Roda -Beata de Lyemanjá - Arte e Memória e Diversidade Cultural	INDEC - Instituto de desenvolvimento Cultural -Beata de Lemanjá arte e Memória	Nova Iguaçu	RJ	50,5	R$ 100.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º - Divulgar lista dos Desclassificados no Edital Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede, com base no item 8.1, instituído pelo Edital nº 6, de 09 de março de 2010, publicado no DOU em 11/3/2010, conforme seleção promovida pela Comissão de Seleção.

Agrupamento (Desclassificado 10.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Encontro de Mitologia Indígena	ONG PROJETO OLHO VIVO	Curitiba	PR	36,5	R$ 10.000,00

Agrupamento (Desclassificado 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Nasce uma cidade	Espaço cultural Francisco de assis França - ECFA	Volta Redonda	RJ	37	R$ 25.000,00

Pessoa Física (Desclassificado 10.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
BATUCALOCA - Ritual de Arte e cultura	Ilê Asé Omo Oya Bagan Ose Ibô	Hortolândia	SP	34,5	R$ 10.000,00

Pessoa Física (Desclassificado 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
ADÉLIAS, MARIAS, FRANCISCAS... O ENCONTRO	Associação Cultural Assistencial Projeto Usina de Sonhos	Itaúna	MG	41,5	R$ 25.000,00

Organização Não Governamental (Desclassificado 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Vivendo e Aprendendo	Mão na Terra	Taguatinga	DF	48	R$ 25.000,00

Organização Não Governamental (Desclassificado 100.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Solicitado
Batuque de Castro Alves	Associação Foto Filatélica Numismática de Volta Redonda	Volta Redonda	RJ	49,5	R$ 100.000,00

Ponto de Cultura (Desclassificado 25.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
7 Festival de Capoeira do Alto Médio Canindé, Encontro Norte e Nordeste "Uma rede de axé com os pontos de cultura-PI"	Ponto de Cultura Comunidade Capoeira	Simplicio Mendes	PI	46	R$ 25.000,00
Assemb. Setoriais Fórum de Cult. de Campinas-Discussão e Elaboração do Plano Munic. de Cult. de Campinas	Centro de Dança Integrado	Campinas	SP	44	R$ 25.000,00
5ª Art Estação Cassino Cine Vídeo	Centro de Produção, Promoção e Formação em Arte e Cultura "Artestação	Rio Grande	RS	31,5	R$ 25.000,00

Ponto de Cultura (Desclassificado 50.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
Jovens em Ação - 1ª Mostra Regional de Vídeos produzidos por jovens em PC	Associação Cultural e Ecológica Celebração ao Renascimento das Artes - Celebreiro	São josé dos Campos	SP	35,5	R$ 50.000,00

Ponto de Cultura (Desclassificado 75.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
HIP HOP BRASIL EM REDE	PONTO DE CULTURA HIP HOP A LÁPIS-ASSOCIAÇÃO VERMELHO	São Paulo	SP	49	R$ 75.000,00
Encontrão Tropical de MetaReciclagem	Associação Agente Cidadão	São Paulo	SP	48,5	R$ 75.000,00
Cinema e Formação do Olhar	Instituto Cultural Cinema Brasil	Rio de Janeiro	RJ	48	R$ 75.000,00
Encontro de Comunicação, Cultura em Rede e Gestão Coletiva	Associação Imagem Comunitária	Belo Horizonte	MG	48	R$ 75.000,00
Aldeia da Paz na C onferência Global das Partes - (Cop 16 - Mudanças Climáticas)	Pontão Iteia	Recife	PE	45	R$ 75.000,00
5 Festival do Folclore De Bauru-1° Festival Cultural da Região de Bauru	Yauaretê, Centro de Cultura, Educação e Artes Carnavalescas	Bauru	SP	40	R$ 75.000,00
Evento Pela Paz do grajaú	Comunidade Cidadã	São Paulo	SP	40	R$ 75.000,00

Ponto de Cultura (Desclassificado 100.000,00)

PROJETO	PROPONENTE	CIDADE	UF	Total	Valor
VI Encontro de Atores Criadores Vilafest-Festival de Inverno do Cerrado	Grupo Teatral Ritual	Goiânia	GO	47	R$ 100.000,00
Festival Viva Favela	Viva Rio	Rio de Janeiro	RJ	39,5	R$ 100.000,00
Festival Intergalático de Radiodifusão	Escola de comunicação da UFRJ	Rio de Janeiro	RJ	22,5	R$ 100.000,00

Art. 4º - Que o prazo de pedido de reconsideração é de 5 dias (cinco) úteis, a contar do dia subseqüente à data da publicação desta portaria, o qual será apreciado pela totalidade dos seus membros, conforme item 10.9 do referido edital.

Art. 5º - Divulgar lista dos membros da Comissão de Avaliação e Seleção das iniciativas encaminhadas - Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede, conforme disposto no item 9.1 do Edital de Divulgação nº 06 de 09 de março de 2010 - DOU, sessão 3, de 11/03/2010, que foi composta pelos seguintes representantes:

I- Vanderlei dos Santos Catalão, Secretário de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura, que presidirá a Comissão;

II- Juana Nunes Pereira, representante suplente da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura;

III- Eliete do Carmo Braga, representante titular da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura;

IV - Mayra Oliveira Pereira Brito, representante suplente da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura;

V - Pedro Domingues Monteiro Junior, representante titular da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

VI - Daniel Castro Dória, representante suplente da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

VII - Josilene Brandão da Costa, representante titular da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura;

VIII - Joaquim Alves de Aguiar Rêgo, representante suplente da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura;

IX - Diogo de Carvalho Baldacci, representante titular da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura;

X - Juliana Brandão Peixoto, representante suplente da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura;

XI - Ana Paula Moura Rodrigues, representante titular da Sociedade Civil;

XII- Iberê Lopes de Araújo, representante suplente da Sociedade Civil;

XIII - Crissomaile Cardoso dos Santos, representante titular da Sociedade Civil;

XIV - Mateus Dounis Vinchon Guimarães, representante suplente da Sociedade Civil;

XV - Bruno Mendonça Alves, representante titular da Sociedade Civil;

XVI - Alexandre de Souza Santini Rodrigues, representante suplente da Sociedade Civil;

XVII - Dayanne Renata Timóteo da Silva, representante titular da Sociedade Civil;

XVIII- Pedro Stênio Caroca da Silva Barreto, representante suplente da Sociedade Civil;

XIX - Lucio Mauro Lira da Silva, representante titular da Sociedade Civil;

XX - Victor Stoistoimenoff Brito, representante suplente da Sociedade Civil;

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

MARTA PAVESE PORTO

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 1.120/MD, DE 10 DE MAIO DE 2011 (*)

Cria o Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa. (SAPID)

O MINISTRO DE ESTADO DE DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 1º do Anexo I ao Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Criar o Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SAPID).

Art. 2º - O SAPID é um Sistema de Informações Gerenciais, estruturado sobre uma plataforma segura de Banco de Dados, sediado em servidor do Ministério da Defesa, com acesso remoto em tempo real e hierarquizado em níveis, disponibilizado aos usuários da área de Ciência e Tecnologia de Interesse da Defesa.

Art. 3º - O SAPID possui os seguintes objetivos:

I - Consolidar e manter atualizadas as informações relativas aos Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional propostos, em desenvolvimento ou concluídos pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) das Forças Armadas e suas organizações parceiras;

II - Otimizar a gestão de recursos humanos e financeiros empregados nos Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional, possibilitando a alocação racional e econômica dos meios;

III - Facilitar a identificação, avaliação, seleção, priorização e aprovação das propostas de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação que necessitem de financiamento com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme determinado pela Portaria interministerial nº 750, de 20 de novembro de 2007 ou de suporte orçamentário de Ação de Governo específica sob a responsabilidade do Ministério da Defesa;

IV - Fortalecer a integração entre as ICT das Forças Armadas, e dessas com o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional; e

V - Possibilitar o mapeamento de competências técnicas distribuídas nas diversas ICT e fomentar uma relação de sinergia entre seus pesquisadores.

Art. 4º - O Sistema será implantado conforme o cronograma anexo, sob a coordenação geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI) da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), com apoio da Divisão de Tecnologia da Informação (DIVTI) do Departamento de Administração Interna (DEADI) deste Ministério.

Art. 5º - Somente serão considerados para efeito de obtenção de financiamento junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, os projetos que tiverem seus dados lançados no Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SAPID) até a data de 30 de novembro do ano anterior.

Art. 6º - O SAPID será gerido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI) da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD).

Art. 7º - Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON A. JOBIM

ANEXO

CRONOGRAMA MACRO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE DA DEFESA (SAPID)

Etapa	Descrição da Etapa	Data Prevista
1	Apresentação do Sistema para as FFAA	09 JUN 11
2	Limite para recebimento das sugestões oriundas das FFAA	08 JUL 11
3	Limite para o processamento das sugestões pelo DECTI/DIVTI-MD	05 AGO 11
4	Lançamento oficial do Sistema e disponibilização do acesso para as FFAA	12 AGO 11
5	Limite para entrada de dados dos Projetos das FFAA no Sistema	29 NOV 11
6	Uso pleno do Sistema	30 NOV 11

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 89, de 11-5-2011, Seção 1, pág. 26, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO DO MINISTRO
Em 10 de maio de 2011

PROCESSO MD Nº 60000.004195/2011-50.
INTERESSADO: MAURÍCIO PANZINI BRANDÃO.
ASSUNTO: Acumulação de remuneração de professor de instituição pública com os proventos de inatividade.
DOCUMENTO VINCULADO: PARECER Nº 245/2011CONJUR-MD/AGU.

1. Submete-se à deliberação do MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA processo administrativo de interesse do Exmo. Brigadeiro Maurício Pazini Brandão, sendo emitido na ocasião o PARECER Nº 245/2011/CONJUR-MD/AGU.

DECISÃO

Aprovo o entendimento exarado no PARECER Nº 245/2011/CONJUR-MD/AGU, concluindo pela improcedência do pedido de acumulação de remuneração pública com os proventos da inatividade militar deduzido pelo Exmo. Brigadeiro Maurício Panzini Brandão.

Cientifique-se o interessado, com cópia do parecer referido.

Remetam-se cópias das manifestações aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para ampla divulgação nas respectivas Forças e apuração se há outros casos de acumulação similares à detectada nos autos em epígrafe, nos respectivos órgãos.

Após, seja o processo restituído a Consultoria Jurídica desta pasta.

NELSON A. JOBIM

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL
CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO

PORTARIA CLBI Nº 23-T/ACI, DE 11 DE ABRIL DE 2011

Padronização de Equipamentos de Informática do CLBI

O DIRETOR DO CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO, no uso das atribuições que lhe confere, o ROCA 21-8 - Regulamento de Centro de Lançamento, aprovado pela Portaria nº 1.126/GC3, de 7 de dezembro de 2009, bem como observando o disposto no inciso II do parágrafo 1º e no inciso VI do parágrafo 2º, ambos do art. 28 do RCA 12-1 - Regulamento de Administração da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1.275/GC3, de 9 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º Determinar, em observância ao inciso I do art. 15 e ao art. 115, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e como resultado do estudo técnico realizado por meio da exposição de motivos pela Comissão designada por intermédio da Portaria CLBI nº 12-T/SSAUX, de 16 de março de 2011, constante do Processo Administrativo de Gestão nº 66/CLBI/2011, NUP 67703.000800/2011-45, que para as futuras aquisições de materiais de informática, no âmbito do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI, seja observada a padronização técnica abaixo descrita:

Microcomputadores de mesa ou "desktops", microcomputadores portáteis ou "notebooks" e servidores de rede - deverão ser adquiridos somente da marca DELL; e

Computadores, "switches" UTP de "rack" e de fibra - deverão ser adquiridos somente da marca SISCO SYSTEMS.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua assinatura e deverá ser publicada em Boletim Interno do CLBI e no Diário Oficial da União, conforme o disposto no inciso XIII do parágrafo 1º do art. 28 do RCA 12-1 - Regulamento de Administração da Aeronáutica, aprovado pela portaria nº 1.275/GC3, de 9 de dezembro de 2004 e no parágrafo 1º do art. 115 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cel. Av LUIZ GUILHERME SILVEIRA DE MEDEIROS

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 88/DPC, DE 9 DE MAIO DE 2011

Credencia a Empresa ENSEG - Serviços de Engenharia e Segurança Ltda. para ministrar o Curso Especial Básico de Combate a Incêndio (ECIN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa ENSEG - Serviços de Engenharia e Segurança Ltda. para ministrar o Curso Especial Básico de Combate a Incêndio (ECIN), na área sob a jurisdição do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), para atender, quando necessário, o previsto no Programa do Ensino Profissional Marítimo (PREPOM-Aquaviários).

§1º Ao término de cada curso autorizado, a Empresa ENSEG - Serviços de Engenharia e Segurança Ltda. deverá enviar ao (CIAGA) a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados Modelo DPC-1034 correspondentes.

Art. 2º O presente credenciamento tem a validade de dois anos, a partir da data de início da vigência desta Portaria, podendo ser renovado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 12, de 27 de janeiro de 2010.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO COORDENADORA DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL

PORTARIA Nº 3/SEC-IMO, DE 27 DE ABRIL DE 2011

Dá publicidade ao Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento (IAMSAR), Volume III, da Organização Marítima Internacional.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA COMISSÃO COORDENADORA DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL (Sec-IMO/CCA-IMO), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento da CCA-IMO, aprovado pela Resolução nº 1/2005/CCA-IMO, resolve:

Art. 1º Dar publicidade à atualização do Manual Internacional Aeronáutico e Marítimo de Busca e Salvamento, Volume III, da Organização Marítima Internacional (IMO), aprovado pela Resolução A.894(21) e tornado efetivo internacionalmente a partir de 25NOV1999.

Art. 2º O referido Manual, em língua portuguesa, está disponibilizado no sítio www.ccaimo.mar.mil.br, e a verificação da autenticidade do arquivo "IAMSAR_consolidado_com_emd_Jun2010.pdf", efetuada pela função "hash sha1", é: 7153004867fedf671029ab4fb0f6a37fdfbef093.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ENSINO
ESCOLA NAVAL
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 3/5/2011

Nº do Processo: 25819/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0370/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 17/05/2010
Hora: 14:10
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / 80 MILHAS NÁUTICAS DA COSTA DE CABO FRIO - RJ
Acidente / Fato: QUEDA DE CARGA E/OU EQUIPAMENTO NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
OCEAN AMBASSADOR
BALEEIRA Nº 2

Nº do Processo: 25820/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0387/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 12/07/2010
Hora: 22:20
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA / FUNDEADOURO Nº 06 - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
LOG-IN SANTOS
OCEAN VIKING
LUANDA TIDE

Nº do Processo: 25821/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0390/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 23/08/2010
Hora: 08:00
Local do Acidente: BAÍA DE GUANABARA / ATERRO DA ANTIGA VILA OLÍMPICA DE NITERÓI - RJ
Acidente / Fato: COLISÃO, ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
INGÁ II

Nº do Processo: 25822/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0391/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 24/06/2010
Hora: 05:00
Local do Acidente: CANAL DE ACESSO AO PORTO DO RIO DE JANEIRO / BAÍA DE GUANABARA - RJ
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO A INCOLUMIDADE / SEGURANÇA DA EMBARCAÇÃO OU A VIDA
Lista de Embarcações:
CBO MANOELLA
SKANDI WAVENEY
LAVANDER ACE

Nº do Processo: 25823/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0392/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 21/07/2010
Hora: 10:30
Local do Acidente: CANAL DA RASA / ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
ÁLCALIS

Nº do Processo: 25824/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0398/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 23/01/2010
Hora: 21:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO MUNICÍPIO DE BÚZIOS / PONTA DO CRIMINOSO - ARMAÇÃO DOS BÚZIOS-RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
BRENDA MAR

Nº do Processo: 25825/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0439/2010
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAE)
Data do Acidente: 06/04/2010
Hora: 21:35
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
HOEDIC II

Nº do Processo: 25826/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0249/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE (C P S E)
Data do Acidente: 20/10/2010
Hora: 18:30
Local do Acidente: TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA / BARRA DOS COQUEIROS - SE
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
ALEXANDRIA

Nº do Processo: 25827/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0117/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 04/11/2010
Hora: 21:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE / PROXIMIDADES DA PONTA DO MEL - AREIA BRANCA-RN
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO, NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
CABO DA BOA ESPERANÇA

Nº do Processo: 25828/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0131/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 15/02/2009
Hora: 22:00
Local do Acidente: RIO PARÁ / PROXIMIDADES DA ILHA DE SARACURA - BELÉM - PA
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
JEAN FILHO LIII
ISABELE I
ISABELE III
JANAÚ XI
SERRA MORENA
LINAVE IX

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº do Processo: 25829/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0421/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 13/01/1982
Hora:
Local do Acidente: RIO CAMPIM / SÃO DOMINGOS DO CAMPIM - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25830/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0422/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 12/08/2001
Hora: 05:00
Local do Acidente: RIO TAPAJÓS / SANTARÉM - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO - ESCALPELAMENTO
Lista de Embarcações:
SEIS AMIGOS

Nº do Processo: 25831/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0423/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 11/06/1992
Hora: 07:30
Local do Acidente: EM VIAGEM NO ESTADO DO PARÁ / DE BAGRE PARA COMUNIDADE EVANGÉLICA BETEL
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO - ESCALPELAMENTO
Lista de Embarcações:
PRETINHA

Nº do Processo: 25832/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0424/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 07/02/2009
Hora:
Local do Acidente: RIO CURUARI / SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
TRÊS IRMÃOS

Nº do Processo: 25833/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0425/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 13/08/1994
Hora: 11:00
Local do Acidente: RIO ANARAIZINHO / BREVES-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO/MOTOR

Nº do Processo: 25834/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0438/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 19/07/2007
Hora: 14:00
Local do Acidente: RIO MUTUTI / EM DIREÇÃO À LOCALIDADE DE BREVES-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25835/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0439/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente:
Hora: 14:00
Local do Acidente: RIO CANATICU / EM DIREÇÃO À CURRALINHO - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25836/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0440/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 17/10/2007
Hora:
Local do Acidente: IGARAPÉ TUCUNDUBA / BAIRRO DO GUAMÁ - BELÉM-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO - ESCALPELAMENTO
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25837/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0450/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 29/07/1991
Hora:
Local do Acidente: LAGO MARACÁ / PRAINHA - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
SÃO FRANCISCO

Nº do Processo: 25838/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0115/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE SANTARÉM (DEL SANTARÉM)
Data do Acidente: 03/10/2010
Hora: 03:10
Local do Acidente: RIO TAPAJÓS / PONTA NEGRA - SANTARÉM - PA
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
CISNE BRANCO
LISBOA
DONA ELIZABETH
CONSTRUNAVE

Nº do Processo: 25839/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0121/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE SANTARÉM (DEL SANTARÉM)
Data do Acidente: 19/01/2011
Hora:
Local do Acidente: RIO TAPAJÓS / PRÓXIMO À COMUNIDADE ARA-MANAÍ - BELTERRA-PA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
ANTONIO FILHO
AMANDA

Nº do Processo: 25840/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0150/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente:
Hora:
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO PARÁ / AFUÁ-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO(ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25841/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0172/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 14/01/2011
Hora: 08:30
Local do Acidente: BAÍA DE SÃO MARCOS / EM DIREÇÃO À CIDADE DE ALCÂTARA-MA
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
DIAMANTINA

Nº do Processo: 25842/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0171/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 27/10/2010
Hora: 08:00
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE LAGOS - NIGÉRIA X BRASIL / PORTO DE PARANAGUÁ - PR
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Lista de Embarcações:
LUBNA

Nº do Processo: 25843/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0172/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 22/08/2010
Hora: 15:00
Local do Acidente: CANAL DE ACESSO À ILHA DO MEL / PRÓXIMO AO IATE CLUBE DE PONTAL DO SUL - PR
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
UNAÍ
ATOBÁ II

Nº do Processo: 25844/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 20-36/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO RIO PARANÁ (C F R P)
Data do Acidente: 19/12/2010
Hora:
Local do Acidente: LAGO DE ITAIPU / FOZ DO IGUAÇU - PR
Acidente / Fato: ABALROAMENTO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
DREEN
TATI

Nº do Processo: 25845/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0231/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAI)
Data do Acidente: 28/12/2010
Hora: 14:00
Local do Acidente: PRAIA DE BOMBAS / BOMBINHAS - SC
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
ARCA DA VITÓRIA I

Nº do Processo: 25846/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0232/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAI)
Data do Acidente: 04/01/2011
Hora:
Local do Acidente: PRAIA DE BOMBAS / BOMBINHAS-SC
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
SOCANICA

Nº do Processo: 25847/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-35/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 19/02/2010
Hora: 09:30
Local do Acidente: PRAIA DE SOLIDÃO / TRAMANDAÍ - RS
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
BÓIA DE AMARRAÇÃO E FUNDEIO

Nº do Processo: 25848/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0339/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM PORTO ALEGRE (DEL P ALEGRE)
Data do Acidente: 23/12/2010
Hora: 19:00
Local do Acidente: RIO GUAÍBA / PRAIA DE IPANEMA - PORTO ALEGRE - RS
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
BISKAIA II

Nº do Processo: 25849/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0392/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 16/08/2009
Hora: 04:20
Local do Acidente: PORTO DE SANTOS / ARMAZÉM 35 - SANTOS - SP
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Lista de Embarcações:
FABIANA XXI

Nº do Processo: 25850/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0397/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 21/04/2010
Hora:
Local do Acidente: EM VIAGEM ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ILHA COMPRIDA E CANANÉIA / SÃO PAULO - SP
Acidente / Fato: QUEDA DE VEÍCULO NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
FB 13

Nº do Processo: 25851/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0426/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 28/05/2009
Hora: 16:15
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE TEMA - GANA X BRASIL / PORTO SANTOS-SP
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Lista de Embarcações:
BORIS BABOCHKIN

Nº do Processo: 25852/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0427/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 19/09/2010
Hora:
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE CAUCEDO - REPÚBLICA DOMINICANA X BRASIL / PORTO DE SANTOS-SP
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Lista de Embarcações:
DEBRA

Nº do Processo: 25853/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0275/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 04/10/2009
Hora: 11:00
Local do Acidente: RIO TIETÊ / RESERVATÓRIO DE BARRA BONITA - SP
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Lista de Embarcações:
HELIANA

Nº do Processo: 25854/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0059/2011
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITACIO)
Data do Acidente: 11/10/2010
Hora: 20:45
Local do Acidente: RIO PARANAPANEMA / SANTO INÁCIO - PR
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
NAVIGATOR
SANTA LUZIA

Totalização:

Juiz(a)	Distribuídos	Redistribuídos	Total
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	6		6
MARCELO DAVID GONÇALVES	2		2
SERGIO CEZAR BOKEL	7		7
FERNANDO ALVES LADEIRAS	6		6
SERGIO BEZERRA DE MATOS	10		10
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	5		5
Total:	36		36

TERMO DE ENCERRAMENTO
CONTÉM A PRESENTE ATA 36 INQUÉRITO(S)/RECURSO(S) DISTRIBUÍDO(S) POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.
Rio de Janeiro, 3 de Maio de 2011

LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.096, DE 6 DE MAIO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:
HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 002/2011, conforme segue:

Unidade	Departamento	Disciplina	Carga Horária	Classe/ Padrão	Candidato	Classificação
ICHL	Língua e Literatura Estrangeira	Língua Espanhola	40h	Professor Auxiliar I	Silvana Suelen Mendonça Mesquita	APROVADA

ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

PORTARIA Nº 1.133, DE 10 DE MAIO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:
HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 003/2011, conforme segue:

Unidade	Depto.	Disciplina	Carga Horária	Classe/ Padrão	Candidato	Classificação
ICSEZ	Coordenação Acadêmica	Cinesiologia, Cineantropometria, Socorros e Urgências	40h	Professor Auxiliar I	Marcello da Silva Soares	Aprovado

ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.027, DE 10 DE MAIO DE 2011

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o disposto no artigo 12 da Lei 8.112, de 11/12/90, o que consta no Processo de nº. 23113.008414/09-35/DIRESP/DDRH/GRH, resolve:
Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 31/05/2011, o prazo de validade do Concurso Público para Técnico-Administrativo do Edital 34/2009, para todos os cargos homologados através da Portaria nº 1.217, de 27/05/2010, publicada no D.O.U. de 31/05/2010, seção 1, páginas 14 e 15.
Art. 2º - O prazo de validade do cargo de Técnico de Laboratório-Área/Materiais, em virtude da retificação do seu resultado final, através da Portaria nº 2.081, de 14/09/2010, publicada no D.O.U. de 15/09/2010, seção 1, página 30, ficará prorrogado por 01 (um) ano, contado a partir de 15/09/2011.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

PORTARIA Nº 1.028, DE 10 DE MAIO DE 2011

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o disposto no artigo 12 da Lei 8.112, de 11/12/90, o que consta no Processo de nº. 23113.008414/09-35/DIRESP/DDRH/GRH, resolve:
Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 07/06/2011, o prazo de validade do Concurso Público para Técnico-Administrativo do Edital 34/2009, para o cargo de Técnico de Laboratório-Área/Agropecuária, homologado através da Portaria nº 1.266, de 02/06/2010, publicada no D.O.U. de 07/06/2010, seção 1, página 17.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PORTARIA Nº 32, DE 6 DE ABRIL DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 6, de 16 de abril de 2010, publicada no DOU de 19 de abril de 2010, resolve:
Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECAD/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2010, na forma do Anexo desta Portaria.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
SP	PREF MUN DE FERNANDOPOLIS	47842836000105	15350.00	jun/10	2,00	1742.50	2010
AL	PREF MUN DE MAR VERMELHO	12333761000144	23500.00	jul/10	2,00	6650.00	2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RN	PREF MUN DE CEARA-MIRIM	08004061000139	67000.00	jun/10	2,00	20100.00	2010
PI	PREF MUN DE CANTO DO BURITI	06554042000150	17687.50	ago/10	2,00	5306.25	2010
PE	PREF MUN DE CARPINA	11097342000198	25000.00	ago/10	2,00	5000.00	2010
PB	PREF MUN DE IBIARA	08943268000179	39250.00	jun/10	2,00	9175.00	2010
RS	PREF MUN DE LAGOA VERMELHA	87613626000151	10750.00	jun/10	2,00	2175.00	2010
PB	PREF MUN DE ITATUBA	08865628000161	41400.00	jun/10	2,00	10970.00	2010
BA	PREF MUN DE PRESIDENTE JANIO QUADROS	14120539000199	144100.00	jun/10	2,00	31880.00	2010
RS	PREF MUN DE IJUI	90738196000109	15150.00	jul/10	2,00	3045.00	2010
PB	PREF MUN DE PRINCESA ISABEL	08888968000108	40250.00	jul/10	2,00	4425.00	2010
PB	PREF MUN DE SAO JOSE DE PIRA-NHAS	08924052000166	100150.00	jul/10	2,00	16045.00	2010
RN	PREF MUN DE FLORANIA	08181562000190	37600.00	mai/10	2,00	10380.00	2010
RN	PREF MUN DE ASSU	08294662000123	28000.00	jun/10	2,00	8400.00	2010
PE	PREF MUN DE PANELAS	10215176000114	77000.00	ago/10	2,00	23100.00	2010
RN	PREF MUN DE JOAO CAMARA	08309536000103	62800.00	jun/10	2,00	18840.00	2010
MG	PREF MUN DE TAIOBEIRAS	18017384000110	21600.00	jun/10	2,00	0.00	2010
RS	PREF MUN DE BOM RETIRO DO SUL	87242707000192	800.00	jun/10	2,00	140.00	2010
RN	PREF MUN DE JUNDIA	04214217000155	11200.00	jun/10	2,00	3360.00	2010
PA	PREF MUN DE XINGUARA	04144150000120	35800.00	jul/10	2,00	5690.00	2010
MG	PREF MUN DE TUPACIGUARA	18260489000104	5093.75	jun/10	2,00	334.37	2010
PB	PREF MUN DE AGUIAR	08939944000130	65950.00	jun/10	2,00	8985.00	2010
PB	PREF MUN DE BONITO DE SANTA FE	08924037000118	41250.00	jul/10	2,00	6475.00	2010
PI	PREF MUN DE SANTA CRUZ DO PIAUI	06553960000165	18000.00	ago/10	2,00	5400.00	2010
BA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MILA-GRES	13720263000117	7177.50	ago/10	2,00	2153.25	2010
PI	PREF MUN DE PAU D`ARCO DO PIAUÍ	04218211000156	85100.00	ago/10	2,00	17530.00	2010
RN	PREF MUN DE ENCANTO	08355760000123	25000.00	jun/10	2,00	7500.00	2010
PI	PREF MUN DE BARRAS	06554406000100	162500.00	jun/10	2,00	26400.00	2010
RN	PREF MUN DE LUCRECIA	08349045000188	16900.00	jun/10	2,00	4320.00	2010
RN	PREF MUN DE VICOSA	08158198000148	5500.00	jun/10	2,00	1650.00	2010
MA	PREF MUN DE ESPERANTINOPOLIS	06376669000169	21000.00	jun/10	2,00	6300.00	2010
RN	PREF MUN DE AREIA BRANCA	08077265000108	40950.00	jun/10	2,00	12285.00	2010
BA	PREF MUN DE IRARA	13626205000129	24000.00	jun/10	2,00	7100.00	2010
RN	PREF MUN DE SAO PEDRO	08079915000146	11300.00	jul/10	2,00	0.00	2010
MA	PREF MUN DE CODO	06104863000195	202250.00	jun/10	2,00	40925.00	2010
BA	PREF MUN DE TUCANO	13810312000102	40100.00	jun/10	2,00	12030.00	2010
MG	PREF MUN DE BURITIS	18125146000129	24050.00	jun/10	2,00	715.00	2010

PORTARIA Nº 33, DE 6 DE ABRIL DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 6, de 16 de abril de 2010, publicada no DOU de 19 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECAD/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2010, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
AL	PREFE MUN DE PIACABUCU	12247268000101	26200.00	jul/10	2,00	5710.00	2010
MG	PREF MUN DE MONTES CLAROS	22678874000135	36850.00	jun/10	2,00	1555.00	2010
PE	PREF MUN DE TUPANATINGA	10106250000164	95000.00	jul/10	2,00	28500.00	2010
PI	PREF MUN DE SAO BRAZ DO PIAUI	41522145000130	25100.00	ago/10	2,00	0.00	2010
BA	PREF MUN DE JUAZEIRO	13915632000127	363400.00	jul/10	2,00	107720.00	2010
CE	PREF MUN DE REDENCAO	07756646000142	39500.00	ago/10	2,00	2450.00	2010
PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARA-PE-MIRI	05191333000169	51375.00	jul/10	2,00	11062.50	2010
PB	PREF MUN DE OLIVEDOS	08740102000155	6800.00	jun/10	2,00	2040.00	2010
PB	PREF MUN DE ESPERANCA	08993909000108	26500.00	jun/10	2,00	7950.00	2010
TO	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓ-POLIS	24851461000136	14050.00	jul/10	2,00	0.00	2010
SP	PREF MUN DE RIBEIRAO GRANDE	67360446000106	13250.00	jun/10	2,00	3575.00	2010
PA	PREF MUN DE PRAINHA	04860854000107	26250.00	jul/10	2,00	0.00	2010
BA	PREF MUN DE MAETINGA	13284641000167	12700.00	ago/10	2,00	1110.00	2010
PB	PREF MUN DE MULUNGU	08786865000137	34550.00	jun/10	2,00	9715.00	2010
PA	PREF MUN DE SANTA MARIA DAS BARREIRA	10249381000109	25000.00	ago/10	2,00	0.00	2010
PR	PREF MUN DE PINHAIS	95423000000100	8050.00	jun/10	2,00	2415.00	2010
MA	PREF MUN DE POCAO DE PEDRAS	06202808000138	49750.00	jun/10	2,00	9175.00	2010
GO	PREF MUN DE JUSSARA	02922128000138	8350.00	jul/10	2,00	1205.00	2010
BA	PREF MUN DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES	14117329000141	155250.00	jun/10	2,00	0.00	2010
PA	PREF MUN DE MEDICILANDIA	34593525000108	38100.00	ago/10	2,00	0.00	2010
PI	PREF MUN DE SEBASTIAO BARROS	01612805000159	14000.00	ago/10	2,00	4200.00	2010
PB	PREF MUN DE BELEM	08928517000157	45100.00	jun/10	2,00	11580.00	2010
PI	PREF MUN DE ANISIO DE ABREU	06553630000170	64400.00	ago/10	2,00	18670.00	2010
RN	PREF MUN DE LUIS GOMES	08357600000113	17000.00	ago/10	2,00	0.00	2010
PI	PREF MUN DE NOSSA SENHORA DE NAZARE	01612592000165	60400.00	ago/10	2,00	2420.00	2010
PI	SECRETARIA DE EDUCACAO DO ES-TADO	06554729000196	4558950.00	mai/10	2,00	1044772.50	2010

PORTARIA Nº 34, DE 6 DE ABRIL DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 6, de 16 de abril de 2010, publicada no DOU de 19 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECAD/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2010, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
PB	PREF MUN DE GURJAO	09073685000170	17500.00	jun/10	2,00	5250.00	2010
MA	PREF MUN DE COLINAS	06113682000125	18200.00	jul/10	2,00	3960.00	2010
RN	PREF MUN DE SERRINHA	08144792000180	23700.00	jun/10	2,00	1310.00	2010
RN	PREF MUN DE MAJOR SALES	01612383000111	12750.00	jun/10	2,00	3775.00	2010
PI	PREF MUN DE PORTO	06554414000149	48700.00	ago/10	2,00	1960.00	2010

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PI	PREF MUN DE RIACHO FRIO	01612606000140	17137.50	ago/10	2,00	0.00	2010
MA	PREF MUN DE ALTO ALEGRE DO MARANHAO	01612326000132	45000.00	jul/10	2,00	0.00	2010
PA	PREF MUN DE CACHOEIRA DO ARARI	04884482000140	87750.00	ago/10	2,00	26325.00	2010
AC	PREF MUN DE TARAUACA	34693564000179	48600.00	ago/10	2,00	11380.00	2010
PB	PREF MUN DE DUAS ESTRADAS	08787012000110	22450.00	jun/10	2,00	4285.00	2010
PB	PREF MUN DE CAJAZEIRAS	08923971000115	137650.00	jun/10	2,00	41295.00	2010
PA	PREF MUN DE PRIMAVERA	05149141000194	34700.00	ago/10	2,00	6860.00	2010
CE	PREF MUN DE ICAPUI	10393593000157	84100.00	jun/10	2,00	25230.00	2010
PB	PREF MUN DE BREJO DOS SANTOS	09164716000107	10550.00	jun/10	2,00	2615.00	2010
PI	PREF MUN DE LAGOA ALEGRE	41522327000100	40700.00	ago/10	2,00	12210.00	2010
AL	PREF MUN DE AGUA BRANCA	12350153000148	58700.00	jun/10	2,00	7310.00	2010
CE	PREF MUN DE TARRAFAS	12464301000155	11650.00	jun/10	2,00	2595.00	2010
CE	PREF MUN DE SANTANA DO CARIRI	07597347000102	23350.00	jun/10	2,00	7005.00	2010
RN	PREF MUN DE CAICARA DO RIO DO VENTO	08351819000105	8500.00	jun/10	2,00	2550.00	2010
BA	PREF MUN DE RIO DO PIRES	13783279000179	252850.00	jul/10	2,00	75855.00	2010
MA	PREF MUN DE SAO JOAO DO CARU	01612344000114	37750.00	jun/10	2,00	0.00	2010
PE	PREF MUN DE QUIXABA	35445527000104	29500.00	ago/10	2,00	8850.00	2010
PB	PREF MUN DE ALCANTIL	01612470000179	7650.00	jun/10	2,00	1745.00	2010
AL	PREF MUN DE BATALHA	12250056000183	30500.00	jun/10	2,00	6200.00	2010
PB	PREF MUN DE GURINHEM	08809444000184	41750.00	jul/10	2,00	12525.00	2010
RN	PREF MUN DE GUAMARE	08184442000147	13500.00	jun/10	2,00	4050.00	2010
PB	PREF MUN DE SERTAOZINHO	01612771000100	74950.00	jul/10	2,00	6185.00	2010
CE	PREF MUN DE SENADOR SA	07598642000183	13825.00	jun/10	2,00	0.00	2010

PORTARIA Nº 35, DE 6 DE ABRIL DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 6, de 16 de abril de 2010, publicada no DOU de 19 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECAD/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2010, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
PA	PREF MUN DE SANTA MARIA DO PARA	05149174000134	73250.00	ago/10	2,00	18925.00	2010
AC	PREF MUN DE ACRELANDIA	84306737000127	7437.50	jun/10	2,00	2231.25	2010
BA	PREF MUN DE ITATIM	13866843000117	15350.00	jun/10	2,00	4605.00	2010
BA	PREF MUN DE MULUNGU DO MORRO	16445876000181	25225.00	ago/10	2,00	4017.50	2010
AL	PREF MUN DE MINADOR DO NEGRAO	12237038000161	22450.00	jul/10	2,00	6635.00	2010
CE	PREF MUN DE PIQUET CARNEIRO	07738057000131	25750.00	jul/10	2,00	5825.00	2010
MA	PREF MUN DE COROATA	06331110000112	56650.00	jun/10	2,00	16995.00	2010
GO	PREF MUN DE FORMOSA	01738780000134	2475.00	jul/10	2,00	0.00	2010
MG	PREF MUN DE CASSIA	17894049000138	750.00	jul/10	2,00	225.00	2010
CE	PREF MUN DE ARARENDA	23718356000160	21000.00	jul/10	2,00	6050.00	2010
CE	PREF MUN DE ACARAPE	23555170000138	32700.00	jun/10	2,00	0.00	2010
BA	PREF MUN DE PIRIPA	13694658000192	77500.00	jun/10	2,00	16650.00	2010
CE	PREF MUN DE CARIRE	07598600000142	27800.00	jul/10	2,00	8340.00	2010
CE	PREF MUN DE ITATIRA	07963739000148	55550.00	jun/10	2,00	16615.00	2010
CE	PREF MUN DE NOVO ORIENTE	07982010000119	64200.00	jul/10	2,00	19260.00	2010
PA	PREF MUN DE TUCUMA	22981088000102	11625.00	jul/10	2,00	2175.00	2010
BA	PREF MUN DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENH	13674817000197	115600.00	jul/10	2,00	25480.00	2010
CE	PREF MUN DE PARAMOTI	07711963000142	66500.00	ago/10	2,00	17350.00	2010
CE	PREF MUN DE VARJOTA	07673114000141	32850.00	jul/10	2,00	3555.00	2010
AL	PREF MUN DE TANQUE DARCA	12241865000129	54300.00	jul/10	2,00	16290.00	2010
MA	PREF MUN DE BURITI	06117071000155	67150.00	jun/10	2,00	6295.00	2010
PA	PREF MUN DE SANTAREM NOVO	05149182000180	35000.00	ago/10	2,00	0.00	2010
PB	PREF MUN DE APARECIDA	01613168000135	38987.50	jun/10	2,00	0.00	2010
AL	PREF MUN DE PAULO JACINTO	12335030000138	7700.00	jul/10	2,00	2310.00	2010
CE	PREF MUN DE TRAIRI	07533946000162	90550.00	jul/10	2,00	20465.00	2010
PB	PREF MUN DE AMPARO	01612473000102	20700.00	jul/10	2,00	0.00	2010
CE	PREF MUN DE JATI	07413255000125	6600.00	jul/10	2,00	1980.00	2010
MG	PREF MUN DE VARZELANDIA	18017467000100	12337.50	jun/10	2,00	1563.75	2010
PA	PREF MUN DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	05070404000175	15522.50	ago/10	2,00	4656.75	2010

PORTARIA Nº 46, DE 11 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 6, de 16 de abril de 2010, publicada no DOU de 19 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECAD/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2010, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
RN	PREF MUN DE TENENTE ANANIAS	08357667000158	29700.00	jun/10	2,00	7410.00	2010
PB	PREF MUN DE SOLEDADE	08919425000100	14000.00	jul/10	2,00	4200.00	2010
PA	PREF MUN DE ABAETETUBA	05105127000199	194550.00	jul/10	2,00	56215.00	2010
PB	PREF MUN DE DESTERRO	08925968000130	16500.00	jun/10	2,00	4250.00	2010
PI	PREF MUN DE CRISTINO CASTRO	06554364000108	29750.00	jun/10	2,00	4525.00	2010
GO	PREF MUN DE ANAPOLIS	01067479000146	22700.00	ago/10	2,00	3810.00	2010
BA	PREF MUN DE FATIMA	13393152000143	24375.00	jul/10	2,00	0.00	2010
BA	PREF MUN DE ITIRUCU	14198543000170	90100.00	jun/10	2,00	27030.00	2010
PB	PREF MUN DE CATURITE	01612640000115	24000.00	jun/10	2,00	3050.00	2010
PI	PREF MUN DE PICOS	06553804000102	35000.00	ago/10	2,00	8312.50	2010
PB	PREF MUN DE SERIDO	08916124000123	15700.00	jul/10	2,00	4710.00	2010
CE	PREF MUN DE RERIUTABA	07598667000187	48350.00	jul/10	2,00	11855.00	2010
PB	PREF MUN DE PICUI	08741399000173	11512.50	jul/10	2,00	3453.75	2010
BA	PREF MUN DE ITAQUARA	13763735000119	20400.00	jun/10	2,00	6120.00	2010
AL	PREF MUN DE SAO SEBASTIAO	12247631000199	35000.00	jun/10	2,00	9050.00	2010
RN	PREF MUN DE DOUTOR SEVERIANO	08355489000126	42100.00	jun/10	2,00	12630.00	2010
RN	PREF MUN DE VENHA-VER	01612380000188	37450.00	jun/10	2,00	11035.00	2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 47, DE 11 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 6, de 16 de abril de 2010, publicada no DOU de 19 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECAD/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2010, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
MG	PREF MUN DE ALFENAS	18243220000101	22550.00	jun/10	2,00	5415.00	2010
AL	PREF MUN DE PARICONHA	35634435000172	36100.00	jul/10	2,00	1180.00	2010
RS	PREF MUN DE GRAMADO	88847082000155	12250.00	jul/10	2,00	2493.75	2010
PB	PREF MUN DE VIEIROPOLIS	01613339000126	19250.00	jul/10	2,00	5575.00	2010
PI	PREF MUN DE UNIAO	06553606000130	173100.00	ago/10	2,00	51930.00	2010
PE	PREF MUN DE CUSTODIA	11358165000156	366000.00	jul/10	2,00	64250.00	2010
PB	PREF MUN DE MONTADAS	08739351000120	11500.00	jun/10	2,00	2250.00	2010
PI	PREF MUN DE VILA NOVA DO PIAUI	01612614000197	23950.00	ago/10	2,00	4785.00	2010
BA	PREF MUN DE CARINHANHA	14105209000124	92250.00	jul/10	2,00	0.00	2010
BA	PREF MUN DE GUAJERU	13284658000114	77500.00	jul/10	2,00	22700.00	2010
MA	PREF MUN DE AXIXA	06008569000180	34950.00	jul/10	2,00	2335.00	2010
BA	PREF MUN DE MANOEL VITORINO	13894886000106	106800.00	jul/10	2,00	30490.00	2010
SC	PREF MUN DE JAGUARUNA	82928698000174	17500.00	ago/10	2,00	4450.00	2010
MG	PREF MUN DE IPATINGA	19876424000142	43550.00	jun/10	2,00	5565.00	2010
MA	PREF MUN DE BREJO	06116743000108	97500.00	jul/10	2,00	25650.00	2010
MA	PREF MUN DE PARNARAMA	06115117000105	92500.00	jun/10	2,00	8600.00	2010
MA	PREF MUN DE SANTA QUITERIA DO MARANH	06232615000120	53250.00	ago/10	2,00	15825.00	2010
MG	PREF MUN DE UNAI	18125161000177	35850.00	jun/10	2,00	0.00	2010

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.070, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de História, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de licenciatura em História (código 82764), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 188 de 11 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 12 de março de 2010, para fins de aditamento, vedando-se novos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de licenciatura em História (código 82764), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.071, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200905622, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Psicologia, bacharelado, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Santa Maria, na BR 230, Km 504, s/n, bairro Cristo Rei, no município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, mantida pela Lacerda e Goldfarb Ltda., com sede no município de Cajazeiras, no Estado da Paraíba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.072, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200812001, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Santa Emília, na Rua Marfim, nº 375, bairro Jardim Atlântico, no município de Olinda, no Estado de Pernambuco, mantida pelo Centro Educacional e Desportivo Fase Ltda. EPP, com sede no município de Olinda, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.073, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810780, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Enfermagem, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade São Fidélis, na Rua Elízio da Costa Santos, s/n, bairro Montese, no município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia São Fidélis S/S Ltda., com sede no município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.074, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC nº 200810781, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Ciências Sociais, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ministrado pela Faculdade São Fidélis, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Elízio da Costa Santos, s/n, bairro Montese, no município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia São Fidélis S/S Ltda., com sede no município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 2.978, DE 6 DE MAIO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24-jun-03 (DOU de 25-jun-03), torna público que não houve candidatos aprovados para as vagas ofertadas no Edital de Concurso Público de Provas e Títulos nº 27, de 24-jun-10 (DOU de 25-jun-10), a saber:

Centro	Unidade	Departamento	Setor	Adjunto - DE
CT	COPPE	Engenharia Civil	Geotécnica/Pavimentos	1
CCS	Instituto de Biologia	Botânica	Vegetais Superiores	1
CCJE	Instituto de Economia		Teoria Econômica	1
CCJE	Instituto de Economia		Economia Aplicada - Econometria	1

ALOISIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 2.979, DE 6 DE MAIO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24-jun-03 (DOU de 25-jun-03), torna público que não houve candidatos aprovados para as vagas ofertadas no Edital de Concurso Público de Provas e Títulos nº 26, de 18-jun-10 (DOU de 23-jun-10), a saber:

Centro	Unidade	Departamento	Setor	Adjunto - DE
CCJE	Instituto de Economia		Macroeconomia	1

ALOISIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 3.132, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto Presidencial de 24-jun-03 (DOU de 25-jun-03), torna público que não houve candidatos aprovados para as vagas ofertadas no Edital de Concurso Público de Provas e Títulos nº 114, de 13-dez-10 (DOU de 10-jan-11), a saber:

Centro	Unidade	Departamento / Curso	Setor / Área	Adjunto 40h -DE
CCS	Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais		Metodologias Analíticas para a Prospecção da Biodiversidade	1

ALOISIO TEIXEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 10 de maio de 2011

PROCESSO Nº : 00190.030164/2010-51.
INTERESSADO: VS Administradora de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ASSUNTO: Contrato da Segunda Novação de Dívida a ser celebrado entre a União e VS Administradora de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, no valor total de R$ 13.007.928,54 (treze milhões, sete mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos), posicionado em 1º de novembro de 2009, correspondente a 301 (trezentos e um) contratos homologados.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração do contrato em referência, nos termos da minuta apresentada.

Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

PROCESSO Nº : 00190.035225/2010-77.
INTERESSADO: Caixa Econômica Federal - CEF.
ASSUNTO: Contrato da quinquagésima segunda Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e a Caixa Econômica Federal - CEF, com fundamento na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Exame da legalidade da operação. Processo nº 00190.035225/2010-77.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

PROCESSO Nº : 17944.000226/2005-76.
INTERESSADO: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, a Caixa Econômica Federal - CAIXA.
ASSUNTO: Minuta de Contrato da Décima Segunda Assunção de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, representado por seu agente operador, a Caixa Econômica Federal - CAIXA, com a interveniência da CAIXA, com fundamento na Lei nº 10.150, de 2000, na Medida Provisória nº 2.181-45, de 2001, na Portaria MF nº 276, de 2001, e na Portaria MF nº 346, de 2005. Exame sob o aspecto de legalidade.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

PROCESSO Nº : 00190.028093/2010-27.
INTERESSADO: VS Administradora de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ASSUNTO: Contrato da Primeira Novação de Dívida a ser celebrado entre a União e VS Administradora de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, no valor bruto de R$ 43.065.659,29 (quarenta e três milhões, sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos), posicionado em 1º de novembro de 2009, correspondente a 800 (oitocentos) contratos homologados.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração do contra em referência, nos termos da minuta apresentada.

Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

GUIDO MANTEGA

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

PAUTA DE JULGAMENTOS

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Julgamentos marcados para os dias 25 de maio de 2011 e 26 de maio de 2011, na sede do COAF, situada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 3-A, Brasília (DF):

25/05/2011

Às 16h00:

Processo Administrativo n.º 11893.000147/2008-74 - IB Assessoria Mercantil Ltda (CNPJ: 02.218.373/0001-69), Paulo Ataídes Passos Ribeiro (CPF: 549.436.206-04), e Athaídes Ribeiro (CPF: 001.809.046-04).

Advogados: Noelho Adelino Machado - OAB/MG 36.575

Relator: Conselheiro Ricardo Andrade Saadi.

26/05/2011

Às 10h00:

Processo Administrativo nº 11893.000002/2009-54. Fator Fomento Mercantil Ltda (CNPJ: 05.241.073/0001-99), Valmor Leandro Biason (CPF: 405.745.980-49), Luiz Fernando Netto Disconzi (CPF: 138.554.050-20) e Dauri Flávio Prezzi (CPF: 437.477.520-04).

Advogado: Mário Henrique Ody - OAB/RS 54.202

Relator: Conselheira Iara Antunes Vianna.

Às 11h00:

Processo Administrativo nº 11893.000039/2010-16. CD Factoring Fomento Mercantil Ltda (CNPJ: 01.267.526/0001-03), Diniz Almeida Queiroz Júnior (CPF: 568.301.061-68) e Christiany Josefa da Silva Ribeiro (CPF: 690.066.011-87).

Relator: Conselheiro Ricardo Andrade Saadi.

Às 14h30:

Processo Administrativo nº 11893.000036/2010-82. Lopes Fomento Mercantil Ltda (CNPJ: 04.302.627/0001-58), Ailton José Lopes (CPF: 666.810.818-00) e Janice de Araújo (CPF: 010.513.228-47).

Relator: Conselheiro Marcelo de Oliveira Andrade.

Às 15:30:

Processo Administrativo nº 11893.000050/2010-86. Western Advance Fomento Mercantil Ltda (CNPJ: 04.468.395/0001-02) e Jacques Wolkovier (CPF: 501.814.328-20).

Advogado: Orlando Quintino Martins Neto - OAB/SP 227.702

Relator: Conselheiro Ricardo Andrade Saadi.

Brasília, 10 de maio de 2011.
ANTONIO GUSTAVO RODRIGUES
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 8, DE 11 DE MAIO DE 2011

Ratifica o Convênio ICMS 41/11 de 11 de maio de 2011.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 160ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada no dia 19 de abril de 2011, e publicado no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2011:

Convênio ICMS 41/11 - Exclui o Estado do Rio Grande do Norte do Convênio ICMS 05/98, que autoriza os Estados que menciona a conceder isenção do ICMS na importação de equipamento médico-hospitalar

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 11 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata a Medida Provisória nº 303/2006, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA (SP), no uso de suas atribuições legais, em especial, as conferidas pelos arts. 81 c/c o art. 79, ambos do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) aprovado pela Portaria MF n°257/2009 (DOU de 25/06/2009 - Seção 1 - págs. 33/42), tendo em vista o disposto no art. 7º, I, da Medida Provisória nº 303/2006 e nas Portarias Conjuntas PGFN/SRF nº 002, de 20/07/2006 (DOU de 25/07/2006, republicada no DOU de 01/08/2006) e nº 1, de 03/01/2007 (DOU de 05/01/2007) e demais legislação pertinente, declara:

Art. 1º. Ficam EXCLUÍDOS do Parcelamento Excepcional (PAEX) de que trata a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório, tendo em vista ter sido: a) verificada a inadimplência do sujeito passivo por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos impostos, contribuições ou exações de competência dos órgãos referidos no caput do art. 3º da referida Medida Provisória, inclusive os com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º. Faculta-se aos sujeitos passivos ora excluídos a apresentação de recurso administrativo dirigido ao PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE PIRACICABA/SP, junto à sede da respectiva Procuradoria Seccional, com endereço na Rua São José, nº 822, Centro, Piracicaba - SP, CEP 13400-330 (horário das 08:00h às 12:00h), no prazo de 10 dias contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, mencionando expressamente o número do respectivo processo administrativo de rescisão/exclusão, conforme indicado no Anexo Único deste Ato.

Art. 3º. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO LUIZ PALÁCIOS TORRES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional

CPF/CNPJ	DEVEDOR(A)
47.946.090/0001-71	RADIO NOTICIAS DE AMERICANA LTDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.153, DE 11 DE MAIO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e a apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF-Papel Imune).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º A autoridade concedente do Registro Especial de que trata o caput determinará, no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação no DOU, que sejam incluídas as informações no Sistema Gerencial Papel Imune (GPI) da RFB.

§ 4º A RFB, com base nas informações incluídas no GPI na forma do § 3º, disponibilizará, em seu sítio na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, a relação das pessoas jurídicas detentoras do Registro Especial, contendo a indicação da categoria das respectivas atividades desenvolvidas." (NR)

"Art. 7º .....

.....

§ 2º Na hipótese do § 1º, caberá ao Delegado da DRF, da Defis/SP ou da Demac/RJ decidir sobre a procedência dos esclarecimentos e das provas apresentadas, e, no caso de improcedência:

I - editar o ADE de cancelamento do Registro Especial; e

II - determinar:

a) que seja dada ciência de sua decisão à pessoa jurídica; e

b) que seja incluída no GPI a informação correspondente à decisão, no prazo previsto no § 3º do art. 2º.

....." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 976, de 2009, passa a vigorar acrescida do art. 9º-A:

"Art. 9º-A As DRF, a Defis/SP e a Demac/RJ deverão manter atualizadas, no GPI, as informações relativas aos Registros Especiais concedidos e cancelados de acordo com as disposições contidas nesta Instrução Normativa."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 9 DE MAIO DE 2011

Divulga taxas de câmbio para fins de elaboração de balanço relativo ao mês de abril de 2011.

A COORDENADORA DE TRIBUTOS SOBRE A RENDA, PATRIMÔNIO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS, no uso de sua competência delegada pelo art. 3º da Portaria Cosit nº 3, de 8 de maio de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 35, 36 e 37 da Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, no art. 8o da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e nos arts. 375 a 378 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999), declara:

Art. 1º Para fins de determinação do lucro real, no reconhecimento das variações monetárias decorrentes de atualizações de créditos ou obrigações em moeda estrangeira, quando da elaboração do balanço relativo ao mês de abril de 2011, na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas em geral, serão utilizadas as taxas de compra e de venda disponíveis no Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), em 29 de abril de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º As cotações das principais moedas a serem utilizadas nas condições do art. 1o deste Ato Declaratório Executivo são:

Abril/2011

Código	Moeda	Cotação Compra R$	Cotação Venda R$
220	Dólar dos Estados Unidos	1,5725	1,5733
978	Euro	2,3312	2,3326
425	Franco Suíço	1,8181	1,8195
470	Iene Japonês	0,0194	0,01941
540	Libra Esterlina	2,6264	2,6279

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 10 DE MAIO DE 2011

Autoriza a utilização dos procedimentos previstos na IN/SRF nº 562, de 19/08/2005, para os bens a serem admitidos temporariamente para a competição internacional de FMX (MotoCross Freestyle), evento desportivo denominado "RED BULL X - FIGHTERS".

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, § 1º, da Instrução Normativa SRF nº 562, de 19 de agosto de 2005, e tendo em vista o constante do processo nº 10166.003034/2011-88, declara:

Art. 1º Fica a empresa WAIVER LOGÍSTICA BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.726.359/0001-52, autorizada a utilizar os procedimentos previstos na Instrução Normativa SRF nº 562, de 19 de agosto de 2005, para a admissão temporária dos bens de procedência estrangeira destinados à competição internacional de FMX (MotoCross Freestyle), evento desportivo denominado "RED BULL X -FIGHTERS", a ser realizado na cidade de Brasília - Distrito Federal, em 28 de maio de 2011.

Art. 2º A empresa identificada no artigo anterior será responsável pela coordenação, importação e reexportação dos bens admitidos e destinados ao evento, bem assim pelo cumprimento das exigências e formalidades estabelecidas na legislação de regência do regime.

Art. 3º Fica autorizada a utilização dos formulários de que tratam os artigos. 4º e 31 da Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006, para os despachos aduaneiros de admissão temporária e reexportação dos bens destinados ao evento.

Art. 4º A data limite para permanência dos bens no País é o dia 28 de junho de 2011, nos termos da IN SRF nº 562/2005, art. 3º, § 4º.

Art. 5º Este ato entra em vigor da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ OLESKOVICZ

2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 5 DE MAIO DE 2011

Concessão do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), de que tratam a Lei nº 11.033/2004, o Decreto nº 6.582/2008 e a IN SRF nº 879/2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5.º da Instrução Normativa RFB n° 879, de 15 de outubro de 2008, e com base no que consta nos autos do Processo Administrativo n.º 10280.003051/2009-94, declara que:

Artigo único. A pessoa jurídica OCRIM S.A Produtos Alimentícios, CNPJ: n.º 61.065.199/0004-73, fica habilitada, após a publicação deste ato no DOU, ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), de que tratam a Lei nº 11.033/2004, o Decretonº 6.582/2008 e a IN RFB nº 879/2008, observando-se, ainda, o que prescreve o art. 76 da Lei nº 10.833/2003.

ARMANDO FARHAT

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 10 DE MAIO DE 2011

Exclusão de oício de empresa do regime Simples Federal no período de 01/01/2006 a 30/06/2007.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Marabá-PA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com base no inciso II, do artigo 9º, no inciso II, alínea "a" do artigo 13º e nos incisos I e IV do artigo 14, da Lei número 9.317, de 05 de dezembro de 1996, declara:

Art. 1º. Fica excluída do regime Simples Federal, com efeitos retroativos ao período de 01/01/2006 a 30/06/2007, a empresa abaixo, tendo em vista que o procedimento de fiscalização autorizado pelo Mandado de Procedimento Fiscal - MPF nº 02.1.03.00-2010-000048-4 - DRF/MARABÁ comprovou a interposição fraudulenta de pessoas na empresa fiscalizada no período ora excluído, bem como excesso de receita bruta no ano calendário de 2006, eventos puníveis com exclusão de ofício do simples federal, com base no inciso II, do artigo 9º, no inciso II, alínea "a" do artigo 13º e nos incisos I e IV, do artigo 14, da Lei número 9.317, de 05 de dezembro de 1996 e no que consta do processo administrativo nº 10218.000357/2011-67, a saber:

Empresa: TAPERAPUÃ INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA

CNPJ: 04.478.226/0001-53

Endereço: Rodovia Transcametá, s/n, km 29, Setor Industrial, Tucuruí-PA, CEP 68457-200.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAX WELLS DE CARVALHO RAMOS

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 45, de 11 de maio de 2007, publicado no DOU de 15 de maio de 2007, seção 1, página 12, emitido a favor de DANIEL TRANSPORTES LTDA, CNPJ Nº 09.487.141/0001-55, conforme consta das fls. 34/35, nos autos do processo de nº 10380.000516/2008-46.

Onde se Lê: "até 31 de dezembro de 2007". Leia-se: "até 31 de dezembro de 2011"

4ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE/GUARARAPES GILBERTO FREYRE

PORTARIA Nº 15, DE 11 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DOS GUARARAPES, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, aperfeiçoar e disciplinar a execução dos serviços e atividades aduaneiros e, em especial, a necessidade de sistematizar a prestação de informações por correio eletrônico enviadas a esta Alfândega pelas empresas de aviação, em matéria relacionada à lista de tripulantes e passageiros de vôos internacionais/domésticos, de que trata o artigo 28 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; resolve:

Art. 1º - Divulgar à comunidade aeroportuária em geral e, particularmente, às empresas de transporte aéreo com operação neste terminal aeroviário, a instalação de caixa postal eletrônica corporativa desta Alfândega, destinada ao recebimento de informações, em caráter reservado, de tripulantes e passageiros de vôos internacionais, em operações de embarque ou de desembarque, inclusive de vôos domésticos quando solicitados, materializada pelo endereço eletrônico savig.pe.alfrec@receita.fazenda.gov.br.

Art. 2º. As empresas aéreas deverão enviar eletronicamente as informações em causa à referida caixa corporativa com antecedência mínima de duas horas da chegada de vôos internacionais neste terminal aeroviário, assim como de vôos domésticos quando solicitados.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância do disposto no caput deste artigo, as citadas empresas deverão informar a esta Alfândega a previsão da chegada de vôos charters, com antecedência mínima de 96 horas.

Art. 3º. Outorga-se o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da vigência deste ato legal, para que as empresas aéreas possam adaptar-se à nova sistemática ora estabelecida, autorizando-se em caráter extraordinário, durante este período, o envio das informações em causa por meio impresso ou outro alternativo.

Art.4º.O descumprimento de qualquer das disposições do presente ato legal ou seu atendimento intempestivo ensejará a aplicação das penalidades previstas na no inciso I, do parágrafo único, do artigo 28 da Lei 10.637/2002, sem prejuízo do previsto no inciso V, do artigo 107, do DL nº 37/1966.

Art. 5º. Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 15, DE 11 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Gerador fotovoltaico consistindo em um painel de células fotovoltaicas e um acumulador (bateria) de íon-lítio (3.7V/2400mAh), próprio para fornecer energia a dispositivos eletrônicos e telefones celulares, apresentado conjuntamente com mochila de plástico (poliéster), à qual o painel fotovoltaico está fixado em caráter permanente, com conectores e com adaptador, comercialmente denominado "mochila solar", classifica-se no código 8501.31.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI).

DISPOSITIVOS LEGAIS: : RGI 1a (textos da posição 85.01 e da Nota 4 da Seção XVI) combinada com a RGI 3a b), RGI 6a (textos das subposições 8501.3 e 8501.31) e RGC-1a (texto do subitem 8501.31.20) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC) aprovada pela Resolução CAMEX no 43, de 22 de dezembro de 2006, republicada em 9 de janeiro de 2007, com alterações posteriores e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, tendo por base os subsídios fornecidos para a posição 85.01 pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto no 435, de 27 de janeiro de 1992 (versão atual aprovada pela IN RFB no 807, de 11 de janeiro de 2008, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1o da Portaria MF no 91, de 24 de fevereiro de 1994).

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES FALCÃO
Chefe

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 10 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da IN SRF nº 338, de 07 de julho de 2003, à vista do que consta do processo administrativo nº 10480.720845/2011-84, e com fundamento no artigo 131 combinado com o artigo 124, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, DECLARA: tendo em vista a dispensa de pagamento de tributos por efeito da depreciação, conforme o artigo 124, parágrafo único, inciso II, do citado Decreto, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca GMC, modelo RALLY, cor branca, ano de fabricação 1995, motor a gasolina, chassi nº 1GJGG35K0SF518897, de propriedade da Embaixada dos Estados Unidos da América, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 1707/95, registrada em 07.06.1995, na Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília.

Este Ato Declaratório Executivo somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito, quando acompanhado de cópia de sua publicação no Diário Oficial da União.

GINALDO ANTÔNIO FREIRE

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 9 DE MAIO DE 2011

Habilita no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap) de que trata o artigo 13 da Lei nº 11.196/2005, com redação dada pela Lei 11.774 de 17/09/2008, Decreto 5.789/2006 (e alterações) e IN SRF 605, de 2006.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 12 a 16 da Lei nº 11.196/2005, com redação dada pela Lei nº 11.774 de 17/09/2008 e Instrução Normativa (IN) SRF nº 605, de 04 de janeiro de 2006, DOU de 06 de janeiro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 15504.002191/2011-67, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Habilitar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap) a pessoa jurídica ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S/A., CNPJ 02.359.572/0004-30 e aos seus estabelecimentos, pelo prazo de 03 (três) anos, contados da presente habilitação.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 9 DE MAIO DE 2011

Habilita Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI - art. 1° a 5º da Lei no 11.488/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, alterada pela IN RFB nº 778/2007 e pela IN RFB nº 955/2009, e considerando o que consta do processo nº 15504.002191/2011-10, resolve:

Art. 1º - Habilitar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) a empresa ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 02.359.572/0004-30, para o projeto de implantação do Mineroduto de polpa de minério de ferro que se estenderá da área de mineração localizada na região entre os municípios de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro no Estado de Minas Gerais até as instalações da Estação Terminal localizada no Distrito de Barra do Açu, município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Portaria nº 983, de 27 de dezembro de 2010, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2010.

Art. 2º- O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 9 DE MAIO DE 2011

Declara o cancelamento das inscrições no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, de ofício, dos Nirf: 5.156.758-0, 4.212.309-7, 5.026.470-2 por anexação ao Nirf : 0.674.630-6.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, artigo 220 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro 2010 e tendo em vista o disposto no artigo 12, parágrafo único da Instrução Normativa SRF nº 830, de 18 de março de 2008 declara:

Artigo Único. Cancelado, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, as inscrições Nirf: 5.156.758-0, 5.026.470-2 e 4.212.309-7, referentes aos imóveis rurais, conhecidos como "Sítio Vala da Anta e Sítio Água Fria" cujas áreas são de 33,7 ha (trinta e três hectares e sete ares); 27,6 ha (vinte e sete hectares e seis ares), 101,2 ha (cento e um hectares e dois ares), localizados no distrito de Independência, município de Resplendor-MG, proprietários, Samuel Ferreira Dutra, CPF: 493.303.146-00 e Carlos Ronaldo Scherr, 353.718.977-04, por anexação das áreas ao Nirf : 0.674.630-6, conforme consta no processo nº. 10630.000712/2010-46.

ANTÔNIO CARLOS NADER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 10 DE MAIO DE 2011

Declara co-habilitação no Regime Especial de Incentivos para o desenvolvimento da Infra-estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, alterada pela Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, do Regimento Interno aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, tendo em vista o disposto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o constante do processo administrativo de nº 12965.000487/2011-72, resolve:

Art. 1º Reconhecer à Engecon Engenheiros Construtores Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 19.709.187/0001-25, a Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura - REIDI de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º Vincular o presente ADE ao projeto constante do anexo I da portaria nº 949, de 02 de dezembro de 2010 (MME) conforme estabelece o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 10 DE MAIO DE 2011

Cancelamento no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros das inscrições que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo § 3° do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, na redação dada pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e nos termos do § 1° do art. 5º da Instrução Normativa de DpRF Nº 109, de 2 de outubro de 1992, resolve:

Art. 1° Cancelar no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
	FERNANDO SANTANA SILVA SIMÕES	097.249.777-30	10730.003809/2011-63

Art. 2° Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto n° 6759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto Nº 7213 de 15 de junho de 2010, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7D/02.616	FERNANDO SANTANA SILVA SIMÕES	097.249.777-30	10730.003809/2011-63

Art. 3° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIRCEU RESENDE PINHEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 10 DE MAIO DE 2011

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro das inscrições que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo § 3° do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, na redação dada pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e nos termos do § 1° do art. 5º da Instrução Normativa de DpRF Nº 109, de 2 de outubro de 1992, resolve:

Art. 1° Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/04.677	LENA CONTINENTINO DE SÁ CARVALHO REIS	018.540.167-84	10730.001545/2011-11
7A/04.678	GILBERTO LUIS SOUSA ALMEIDA CRUZ	075.358.657-63	10730.002981/2011-08
7A/04.679	JULIO CESAR DE CARVALHO MOREIRA	037.317.347-45	10730.002996/2011-68
7A/04.680	ANA NERI MELO DE AZEVEDO	028.065.777-30	10730.002516/2011-69

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIRCEU RESENDE PINHEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 9 DE MAIO DE 2011

Concede inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e selo de controle a que estão sujeitos esses produtos.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, com as alterações das Portarias RFB n° 2.156, de 21 de fevereiro de 2011, Portaria RFB Nº 2.401, publicada no DOU de 04 de abril de 2011 e Portaria Nº 2.415, publicado no DOU de 05 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição Nº 07108/0009 - atividade importador - no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos concedido a ANA SANTOS ALIMENTOS COMÉRCIO ATACADISTA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 10.140.618/0001-00 situado na Rua Visconde de Pirajá, Nº 82, Subsolo Loja 106, Ipanema, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.410-003, requerido no processo administrativo Nº 10711.006862/2010-63.

Art. 2º A presente autorização será cassada em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 11, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Cadeira destinada à massagem shiatsu, com altura regulável.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 12, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Mesa para massagem dobrável.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Mesa para massagem dobrável.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 14, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Mesa para massagem dobrável.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 15, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Mesa para massagem.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 16, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Mesa para massagem dobrável.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 4421.90.00 Escada de madeira com dois degraus.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 44.21), RGI 6 (Texto da subposição 4421.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 18, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9404.90.00 Rampa de espuma.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.04), RGI 6 (Texto da subposição 9404.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 19, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 4202.92.00 Bolsa para proteção e transporte de mesa dobrável de massagem, com alças e zíper, revestida de duratran.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 42.02), RGI 6 (Texto da subposição 4202.92), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 21, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Apoio de cabeça regulável para mesa-cama de massagem.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do mercosul (NCM) constante da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 22, DE 10 DE MAIO DE 2011

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI: 9402.90.90 Mesa-cama especialmente concebida para massagem, com estrutura em madeira padrão marfim, dobrável e com altura regulável, marca Beltex, modelo Standard.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Texto da posição 94.02), RGI 6 (Texto da subposição 9402.90) e RGC-1 (Texto do código 9402.90.90), da Nomenclatura Comum do mercosul (NCM) constante da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com alterações posteriores.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA
Chefe

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 28 DE ABRIL DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 295 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, com base no preceituado no artigo 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei Nº 11.941/09, e no artigo 42, § 2o da IN RFB Nº 1.005/2010, considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 39, inciso III da IN RFB Nº 1.005/2010, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 26/08/2009.

0 EMPRESA: CONNECT MUNDI IMP EXP ELETRONICOS LTDA

1 CNPJ: 10.649.977/0001-98

PROCESSO: 10074.000901/2010-71

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 9 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 1º - §1º - da Instrução Normativa RFB Nº 562, de 19 de agosto de 2005, e à vista do que consta do processo Nº 12782.000019/2011-46, declara:

1. Fica a empresa VENTANA SERRA SHOWS E EVENTOS LTDA., estabelecida na Rua Laplace, 74 - 3º andar - município de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.949.010/0001-94, autorizada a utilizar os procedimentos previstos na Instrução Normativa RFB Nº 562, de 19 de agosto de 2005, para os despachos aduaneiros de admissão temporária e de reexportação de bens destinados ao evento desportivo "HONDA GP BRASIL DE MOTOCROSS 2011", a realizar-se no município de Indaiatuba/SP nos dias 21 e 22 de maio de 2011.

2. A operação de que trata o item 1 fica condicionada à liberação por outros órgãos da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a seu controle.

3. Fica fixado como prazo máximo para a permanência dos bens no País o período compreendido entre 10 de maio e 22 de junho de 2011, nos termos do §4º do art. 3º da Instrução Normativa RFB Nº 562/2005.

4. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSE GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 11 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo §2º do art. 27 da Portaria RFB Nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, declara:

1. Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO, situada no bairro de Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada, em caráter excepcional, a realizar, no dia 11 de maio de 2011, as operações de pouso e desembarque, previstas nos incisos I e X do caput do retro referido art. 27, relativamente à aeronave Boeing 727-200, procedente do México, trazendo a bordo uma comitiva do Colégio de Defesa Nacional do México composta por 70 (setenta) pessoas.

2. Para esta situação, os procedimentos fiscais serão efetuados pela ALF/GRU.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no dia 11 de maio de 2011.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 11 DE MAIO DE 2011

Declara Inaptidão da pessoa jurídica por Inexistente Fato.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA-SP, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e Artigo 3º, inciso IV, Portaria DRF/ATA Nº 22, de 04 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2011, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º: Inapta, por Inexistente de Fato, a pessoa jurídica ASA OESTE PAULISTA AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ Nº 01.327.472/0001-16, com fundamento no disposto nos Artigos 31, parágrafo único e 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2010, e observado o que consta do Processo Administrativo Nº 10820.000396/2007-70.

Art. 2º: Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES LINO BARBOSA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 11 DE ABRIL DE 2011

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o que consta da Portaria Nº 351/2009 do Ministério de Minas e Energia, de 21/09/2009 e publicada no DOU de 22/09/2009, do processo administrativo Nº 13896.000252/2011-12, e do ADE RFB 55/2009, de 05/11/2009, emitido pela Delegacia da Receita Federal em Joaçaba/SC, publicado no DOU de 09/11/2009, que habilitou a contribuinte Passos Maia Energética S/A, declara:

Art. 1º Co-habilita-se a empresa ENGEVIX ENGENHARIA S/A, CNPJ: 00.103.582/0001-31, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), nos termos dos arts. 1º a 5º da Lei 11.488/2007, 16 do Decreto 6.144/2007 e Instrução Normativa RFB 758/2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2° - A co-habilitação ao Reidi poderá ser cancelada a qualquer momento se o contribuinte deixar de satisfazer os requisitos exigidos para sua concessão, inclusive quanto à regularidade no recolhimento dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO GRACIANO CAPELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 10 DE MAIO 2011

Declara CANCELADA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 30 Inciso I e Artigo 31, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Artigo 1º - Declarar CANCELADA de ofício a inscrição de numero 421 988 708-35 no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do contribuinte "Alex Rodrigues Cardoso", em virtude de multiplicidade de inscrição, nos termos do inciso I, do artigo 30, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho 2010, conforme constatado no processo administrativo de número 13846.000086/2011-31.

RÓGER AUGUSTO GOULART SIQUEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 10 DE MAIO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21/12/2010, publicado no D.O.U. de 23/12/2010, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa Nº 1042/2010, de 10 de junho de 2010, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, resolve:

Art. 1º: CANCELAR, por determinação administrativa, o Cadastro de Pessoa Física, inscrição Nº 262.979.918-20, pertinente a Silvan Gomes dos Santos, conforme processo administrativo Nº 16189.720009/2011-81.

JOSÉ CESAR AGOSTINHO COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 10 DE MAIO DE 2011

Concessão de regime aduaneiro especial de admissão e de exportação temporária de recipientes e embalagens destinados ao transporte e acondicionamento

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 2010, considerando as disposições da Instrução Normativa RFB n.º 747, de 14 de junho de 2007 e os autos do processo administrativo n.º 10855.003071/2010-47, declara:

Art. 1º. A empresa TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.469.550/0001-54, estabelecida à Avenida Jerome Case, 3000, Bairro Éden, CEP: 18087220, em SOROCABA - SP, fica habilitada a utilizar os procedimentos simplificados de concessão e de controle dos regimes aduaneiros especiais de Admissão e Exportação Temporária, previstos na Instrução Normativa RFB N 747, de 14 de junho de 2007, relativamente a:

Jogo de engradado em aço, modelo Tecsis 37c, NCM 7326.90.90, cor verde, com peso aproximado de 3.200 kg, custeado em torno de US$ 3.250,00, para acondicionamento de pás eólicas tipo GE37c, constituído dos seguintes componentes: 2 peças Canga de Proteção da Ponta; 2 peças Estrutura da Raiz; 1 peça Estrutura Intermediária Simples; 1 peça Estrutura Intermediária Dupla; 4 peças Canga para Proteção de Bordo de Fuga e 4 peças Canga Metálica para Bordo de Ataque;

Jogo de engradado em aço modelo NH (NIEWHOF) 37C, NCM 7326.90.90, cor cinza, com peso aproximado de 6.500 kg, custeado em torno de US$ 6.853,00, para acondicionamento de pás eólicas tipo GE37c, constituído dos seguintes componentes: 2 peças Quadro de Proteção Raiz; 2 peças Estruturas Superiores; 2 peças Estruturas Inferiores; 26 peças Almofadas e 2 peças Canga de Proteção de Ponta;

Jogo de engradado em aço modelo Tecsis 2.5, NCM 7326.90.90, cor cinza, com peso aproximado de 3.250 kg, custeado em torno de US$ 5.670,00, para acondicionamento de pás eólicas tipo GE 48.7 (2.5), constituído dos seguintes componentes: 1 peça Estrutura da Raiz; 1 peça Estrutura Intermediária; 1 peça Canga de Proteção da Ponta; 1 peça Canga de Proteção Bordo de Fuga; 1 peça Canga de Proteção Bordo de Ataque e 3 peças Mola Elastomérica;

Jogo de engradado em aço modelo NH (NIEWHOF) 2.5, NCM 7326.90.90, cor cinza,

com peso aproximado de 3.046 kg, custeado em torno de US$ 6.461,00, para acondicionamento de pás eólicas tipo GE 48.7 (2.5), constituído dos seguintes componentes: 1 peça Estrutura da Raiz; 1 peça Estrutura Intermediária (Estrutura Superior); 1 peça Canga de Proteção de Ponta; 1 peça Canga de Proteção de Bordo de Fuga; 1 peça Canga de Proteção de Bordo de Ataque; 1 peça Bandeja Inferior (Estrutura Inferior) e 3 peças Mola Elastomérica;

Jogo de engradado em aço modelo Tecsis GE40XLE, NCM 7326.90.90, cor cinza, com peso aproximado de 3.400 kg, custeado em torno de US$ 7.632,98, para acondicionamento de pás eólicas tipo GE40XLE, constituído dos seguintes componentes: 1 peça Estrutura da Raiz; 1 peça Estrutura Intermediária; 1 peça Canga de Proteção de Bordo de Fuga; 1 peça Canga de Proteção de Bordo de Ataque; 1peça Estrutura Cross Adapter; 3 peças Mola Elastomérica e 1 peça Almofada de fibra de coco;

Jogo de engradado em aço modelo NH (Niewhof) GE40XLE, NCM 7326.90.90, cor cinza, com peso aproximado de 3.290kg, custeado em torno de US$ 8.423,98, para acondicionamento de pás eólicas tipo GE 40XLE, constituído de: 1 peça Estrutura da Raiz; 1 peça Estrutura Intermediária; 1 peça Canga de Proteção Bordo de Fuga; 1 peça Canga de Proteção de Bordo de Ataque; 1 peça Estrutura Cross Adapter; 3 peças Mola Elastomérica, 1 bandeja inferior e 1 peça Canga de Proteção da Ponta.

Jogo de engradado em aço modelo Clipper C96, NCM 7326.90.90, cor verde, com peso aproximado de 2.027,60 kg, custeado em torno de US$ 2.556,00, para acondicionamento de pás eólicas tipo Clipper, constituído dos seguintes componentes: 1 peça Parte Superior da Raiz; 1 peça Parte Inferior da Raiz; 4 Barras Roscadas Pequenas ¾ 360mm; 4 peças Braço Lateral; 2 peças Braço Superior; 10 parafusos M30; 2 peça Canga de Fibra da Raiz; 1 peça Parte Superior da Ponta; 1 peça Parte Inferior da Ponta; 1 bandeja; 1 mola Elastomérica Extradorso; 1 mola Elastomérica Intradorso; 1 mola Elastomérica Bordo de Ataque; 1 peça Canga de Proteção de Ataque; 1 peça Canga de Proteção de Bordo de Fuga; 1 peça Proteção da Raiz; 1 proteção de Ponta Parte Superior e Inferior e 4 Barras Roscadas ¾ 180mm;

Jogo de engradado em aço modelo Acciona ACAE, NCM 7326.90.90, cor azul, com peso aproximado de 5.310 kg, custeado em torno de EUR 4.170,00, para acondicionamento de pás eólicas tipo Acciona, constituído dos seguintes componentes: 2 peças Estrutura da Raiz; 8 conjuntos de Cabos de Aço; 2 peças Estrutura Intermediária Dupla; 8 peças Esticadores; 4 peças Canga de Proteção de Bordo de Fuga; 2 peças Treliça Lateral; 2 peças Suporte Metálico para Bordo de Fuga; 2 peças Canga de Proteção de Ponta; 4 peças Canga de Proteção de Bordo de Ataque e 4 peças Almofada de Proteção de PU.

Jogo de engradado em aço modelo Old Clipper C96, NCM 7326.90.90, cor verde, com peso aproximado de 1.769,50 kg, custeado em torno de US$ 2.329,00, para acondicionamento de pás eólicas tipo Clipper, constituído dos seguintes componentes: 1 peça Parte Superior da Raiz; 1 peça Parte Inferior da Raiz; 4 Barras Roscadas Pequenas ¾ 180mm; 4 peças Braço Lateral; 2 peças Braço Superior; 10 parafusos M30; 1 peça Parte Superior da Ponta; 1 peça Parte Inferior da Ponta; 1 bandeja; 1 peça Canga de Proteção do Bordo de Ataque; 1 peça Canga de Proteção de Bordo de Fuga; 1 peça Conjunto de Espuma de Proteção; 1 peça de Proteção da Raiz; 1 peça Proteção de Ponta Parte Superior e Inferior e 4 Barras Roscadas ¾ 180mm;

Art. 2º. A habilitação objeto deste ato é concedida em caráter precário, e a utilização dos procedimentos autorizados constitui tratamento especial que poderá ser extinto, cassado ou suspenso, por inobservância das regras estabelecidas ou por conveniência administrativa.

Art. 3º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União, revogando o Ato Declaratório Executivo no. 63, de 04/04/2011, publicado no DOU em 05/04/2011, sem interrupção de sua força normativa.

ÂNGELO CELSO BOSSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 5 DE MAIO DE 2011

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar Nº 127, de 14 de agosto de 2007, a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL signatário deste ato, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 23 de dezembro de 2010, conjugado com a Portaria SRRF08 Nº 53, de 2 de maio de 2011, publicada no DOU de 4 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar Nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nos arts. 5º e 6º da Resolução CGSN Nº 15, de 23 de julho de 2007, declara:

I - EXCLUÍDA do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, FLIGHT LOGÍSTICA LTDA, CNPJ 08.256.119/0001-31, com endereço na Rua Prudente de Moraes, 41, Centro, Caçapava/SP, CEP 12281-640, de primeiro de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, fundamentado no inciso VI do art. 17 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a alínea "c" do inciso II do art. 3º, combinada com o inciso XI do art. 5º e VII do art. 6º, estes da Resolução CGSN Nº 15, de 23 de julho de 2007, tudo em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo Nº 16045.000013/2011-63.

II - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campinas, nos termos do Decreto Nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Parágrafo Único - Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HAILTON DE PAULA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 11 DE MAIO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU de 23 de dezembro de 2010, com base no disposto no inciso II do artigo 39 e no inciso II do artigo 41, ambos da Instrução Normativa RFB Nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta no processo Nº 13895.000018/2007-19, DECLARA INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da empresa abaixo identificada, a partir de 13 de abril de 2007, data da última alteração cadastral, tudo em conformidade com o disposto no § 2º do inciso II do art. 41 e com os efeitos previstos nos artigos 44 e 45 da Instrução Normativa RFB supra mencionada.

EMPRESA: F&B PLASTIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

CNPJ/MF : 67.816.207/0001-00

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 3 DE MAIO DE 2011

Co-habilitação no Regime Especial (Reidi), instituído pela Lei Nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 298, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587/2010, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) instituído pela Lei Nº 11.488, de 15/06/2007, arts. 1º ao 5º, regulamentado pelo o Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25/07/2007; e, que a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, CNPJ 03.650.060/0001-48, titular do projeto aprovado pela Portaria do MME Nº 305, de 31/12/2008, foi habilitada ao Reidi pelo ADE Nº 241, publicado no DOU em 23/11/2009; e, também, o que consta do Processo Administrativo Nº 18186.003502/2010-15, resolve:

Art. 1º Declarar co-habilitada no Regime Especial (Reidi) a Serveng Civilsan S/A - Empresas associadas de engenharia, CNPJ Nº 48.540.421/0001-31, para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora dos bens ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144, de 2007: (a) o número da portaria que aprovou o projeto da empresa titular: "Portaria MME Nº 305, de 31/12/2008"; (b) o número do ato declaratório que co-habilitou a empresa adquirente: "ADE Nº 57, em data de publicação no DOU"; e, (c) a expressão: "Venda com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 10 DE MAIO DE 2011

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 41 e 44 da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ a inscrição da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 2010:

Empresa:	CNPJ N° :	Processo:
YORKEX TUBOS E CONEXÕES LTDA.	04.191.310/0001-91	19515.003308/2010-15

Art. 2º Declarar INIDÔNEOS, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos, a partir da publicação do presente ADE, conforme estabelece o artigo 45, § 3º, inciso I da referida Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA GEROLAMO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11, DE 9 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a entrega de documentos.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a implantação em toda a Receita Federal do Brasil do e-processo, resolve:

Art. 1º A entrega de documentos à IRF/SPO será feita exclusivamente em arquivo digital compatível com o e-processo nos seguintes casos:

I - vinculação da pessoa jurídica importadora ao real adquirente de produtos importados, em operações procedidas, tanto para revenda a encomendante predeterminado, como por conta e ordem de terceiros, nos termos, respectivamente, da IN SRF nº 634/2006 e da IN SRF nº 225/2002;

II - inscrição nos registros de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro, nos termos do art. 810 do Decreto n° 6.759/2009 c/c art. 71 da Lei nº 10.833/2003;

III - habilitação de empresas interessadas em transportar mercadorias sob regime de trânsito aduaneiro, nos termos da IN nº 248/2002.

§ 1º Excetua-se do disposto a entrega de documentos para juntada a processos administrativos já existentes em papel.

§ 2º Arquivos digitais compatíveis com o e-processo são aqueles em formato PDF, com tamanho máximo de 15Mb, cujas imagens digitalizadas sejam em preto-e-branco, com resolução de 300 dpi e compactação JPG.

Art. 2º O interessado entregará os arquivos digitais junto com recibo declaratório conforme modelo anexo.

Parágrafo único - A Saort verificará o hash gerado pelo SVA - Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais, digitalizará o recibo declaratório, fará sua juntada ao e-processo correspondente e restituirá a mídia e o original do recibo ao interessado.

Art. 3º Esta ordem de serviço entra em vigor a partir de 6/6/2011, após a sua publicação no DOU.

JOSÉ PAULO BALAGUER

ANEXO

RECIBO DECLARATÓRIO

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Declaro ter entregue à Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Paulo os arquivos digitais com o Código de Identificação Geral nº _____, gerado pelo Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais - SVA, versão nº _____, disponível no sítio da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br), para fins de formalização de e-processo.

Declaro, também, que recebi de volta o meio físico contendo os arquivos entregues e copiados, e que devo guardá-lo pelo prazo precluso de 30 (trinta) dias, no qual poderei manifestar-me contra a validade das imagens dos documentos digitalizados constantes nos autos, mediante alegação motivada,

fundamentada e comprovada da não conformidade do processo de digitalização. Para tanto, o inteiro teor dos autos do processo encontra-se disponível para consulta no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte - e-CAC, do sítio da Receita Federal do Brasil.

Declaro, ainda, que, se não me manifestar no prazo citado, as imagens dos documentos digitalizados serão consideradas válidas.

São Paulo, ____ de _____ de 2011.

Assinatura

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 5 DE MAIO DE 2011

Declara a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau-SC, usando da competência que lhe confere o artigo 295, do Regimento interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Nº 587 de 21 de Dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 9.784/99 que regulamenta processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e nos termos do artigo 80 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e dos artigos 28 e 30 da Instrução Normativa RFB Nº 1.005 de 08 de fevereiro de 2010, resolve:

Artigo 1º. Declarar a BAIXA DE OFÍCIO da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade DARA EXPRESS LTDA EPP, CNPJ 02.472.834/0001-25, por inexistência de fato, a partir de 01/04/1998.

MÁRIO SUEKI SONOMURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 11 DE MAIO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, co-habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei Nº 11.488 de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 da Instrução Normativa RFB no 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista que a interessada é contratada diretamente por titular do projeto aprovado pela Portaria do Ministério de Minas e Energia Nº 938, de 24 de novembro de 2010, e ainda o que consta do processo administrativo no 10980.000490/2011-72, declara:

Art. 1º Co-habilitada no Regime Especial (Reidi) a pessoa jurídica INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO, inscrita no CNPJ sob o no 01.715.975/0001-69, para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da COFINS nas aquisições no mercado interno ou nas importações, de que trata o art. 2º do Decreto Nº 6.144, de 2007, destinadas a implantação do empreendimento denominado PCH Cavernoso II, nos municípios de Virmond e Candói, no Estado do Paraná.

Art. 2º Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto Nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e,

3) Conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto Nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

RETIFICAÇÕES

No Ato Declaratório Executivo Nº 51, de 6 de março de 2011, publicado no DOU de 10 de maio de 2011, Seção.1, página.34:

Onde se lê: "Ato Declaratório Executivo Nº 51, de 6 de março de 2011"

Leia-se: "Ato Declaratório Executivo Nº 82, de 6 de março de 2011"

No Ato Declaratório Executivo Nº 52, de 6 de março de 2011, publicado no DOU de 10 de maio de 2011, Seção.1, página.34:

Onde se lê: "Ato Declaratório Executivo Nº 52, de 6 de março de 2011"

Leia-se: "Ato Declaratório Executivo Nº 81, de 6 de março de 2011"

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 27 DE ABRIL DE 2011

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto Nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.08.152	ALESSANDRO MAGUIROSKI	014.424.029-70
9A.08.153	CHARLES FERNANDO DE MIRANDA	064.732.179-32
9A.08.154	EDILENE ROSANE MATHEUS	609.654.289-15
9A.08.155	ELEAKIN DE ALMEIDA SCREMIN	057.782.619-00
9A.08.156	HELENA KAMPMANN	048.604.069-07
9A.08.157	JANETE APARECIDA TREVIGNO	871.236.909-82
9A.08.158	JOCIANE APARECIDA DOS SANTOS	006.832.829-05
9A.08.159	LEONARDO CHAVES ROCHA	048.144.599-47
9A.08.160	STHEFANIE HOFFMANN	055.779.239-80

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCONDES WITT

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 10 DE MAIO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O CHEFE DA SAFIS - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA, no uso da atribuição que confere ao DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA, conforme artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 04 de julho de 2008, e distribuído à SAFIS pela Ordem de Serviço DRF/PTG nº 05/2009, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI) e no artigo 5º da IN RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º - Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a mil mililitros, desde que autorizada a sua comercialização nessas embalagens, estão sujeitos ao imposto proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de mil mililitros, arredondando-se para mil mililitros a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

Art. 3º - As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho de mesa comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 210 do RIPI.

Art. 4º - As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarem o disposto no § 2º do art. 211 do RIPI.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DALTON CÉSAR ZIMMERMANN

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mili-litros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
04.986.473/0001-60	CASCA DURA BITURUNA (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
04.986.473/0001-60	DI SANDI BITURUNA (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
04.986.473/0001-60	DI SANDI BITURUNA (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
04.986.473/0001-60	DI SANDI (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
04.986.473/0001-60	DI SANDI BITURUNA (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
04.986.473/0001-60	CASA DE ESPECIARIAS	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
04.986.473/0001-60	CASA DE ESPECIARIAS	Acima de 1000ml	2204.21.00	H
04.986.473/0001-60	VINHO BITURUNA	Acima de 1000ml	2204.21.00	H

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 10 DE MAIO DE 2011

Declara inscrito no Registro Especial de que trata a IN SRF nº 504/2005 estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA SAFIS - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA, no uso da atribuição que confere ao DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA, conforme inciso II do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, e distribuído à SAFIS pela Ordem de Serviço DRF/PTG nº 05/2009, tendo em vista o disposto no art. 1º, § 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 1977, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, nos arts. 284 e 322 do Decreto 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - RIPI, e nos arts. 2º e 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º INSCRITO no Registro Especial como ENGARRAFADOR de Bebidas Alcoólicas, sob o número 09104/0010, o estabelecimento da empresa VINICOLA DI SANDI LTDA - ME, CNPJ 04.986.473/0001-60, localizado na Linha do Rosário, s/n, Zona Rural, Bituruna/PR, de acordo com os autos do processo nº 13936.000584/2010-94.

Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	NCM	RECIPIENTE	CAPACIDADE
Vinho Comum	Casca Dura Bituruna	2204.21.00	Não-Retornável	750 mL
Vinho Comum	Di Sandi Bituruna	2204.21.00	Não-Retornável	750 mL
Vinho Comum	Di Sandi Bituruna	2204.29.00	Retornável	4.600 mL
Vinho Fino	Di Sandi	2204.21.00	Não-Retornável	750 mL
Vinho Fino	Di Sandi Bituruna	2204.21.00	Não-Retornável	750 mL
Vinho Comum	Casa de Especiarias	2204.21.00	Não-Retornável	1.000 mL
Vinho Comum	Casa de Especiarias	2204.21.00	Não-Retornável	1.500 mL
Vinho Comum	Casa de Especiarias	2204.21.00	Não-Retornável	2.000 mL
Vinho Comum	Vinho Bituruna	2204.21.00	Não-Retornável	1.500 mL
Vinho Comum	Vinho Bituruna	2204.21.00	Não-Retornável	2.000 mL

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DALTON CÉSAR ZIMMERMANN

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 10 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei Nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes e/ou inadimplência nos tributos com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido mediante consulta à página da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul, na Rua Desembargador Armando Azambuja, Nº 150, Bairro Rio Branco, Caxias do Sul - RS, CEP: 95010-902.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO JOSÉ ROTH

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Inadimplência por 3 meses consecutivos ou 6 alternados das parcelas do Paes e/ou de tributo ou contribuição com vencimento após 28 de fevereiro de 2003, nos termos do art. 7º da Lei Nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.165.352/0001-05	88.657.275/0001-43	92.100.379/0001-20
94.281.748/0001-53	88.610.290/0001-36	01.856.866/0001-61
87.527.685/0001-07	93.364.974/0001-35	93.458.313/0001-79

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 10 DE MAIO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF Nº 595, de 27 de dezembro de 2005 e o que consta no processo 13053.720001/2011-61 declara:

I - Fica concedido registro à empresa DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL, inscrita no CNPJ sob o Nº 91.374.561/0001-06, para adquirir matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nos termos do art. 3º da Instrução Normativa SRF Nº 595, de 27 de dezembro de 2005.

II - Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 11 DE MAIO DE 2011

Declara inscrição de estabelecimento no Registro Especial para Engarrafador de bebidas alcoólicas na forma prevista na IN SRF/504/2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 238 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 95, de 30 de abril de 2007 e tendo em vista o disposto nos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa Nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, na IN RFB 1026, de 16 de abril de 2010, no artigo 336 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e o que consta do processo administrativo nº 13051.720053/2011-58, declara:

I - INSCRITA NO REGISTRO ESPECIAL, sob nº 10111/078, como ENGARRAFADOR, o estabelecimento da empresa ADIRVANI ANTONIO PARISOTO, CNPJ nº 10.280.633/0001-54, situado na EST LINHA DR. CARLOS BARBOSA, S/N - Interior, Município de Anta Gorda - RS.

II - Este Ato Declaratório Executivo autoriza o estabelecimento acima descrito a engarrafar os seguintes produtos:

PRODUTO	Classificação Fiscal - NCM	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE
Vinho Tinto Seco de Mesa	2204.29.11	Vinhos Parisoto	2000 ml
Vinho Tinto Seco de Mesa	2204.29.11	Vinhos Parisoto	750 ml
Vinho Branco Seco de Mesa	2204.29.11	Vinhos Parisoto	2000 ml
Vinho Branco Seco de Mesa	2204.29.11	Vinhos Parisoto	750 ml

III - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do registro.

IV - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 301, DE 10 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 24.943.779 (vinte e quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e nove) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 62.895.464,36 (sessenta e dois milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, observadas as seguintes condições:

I - data de emissão: 1º de janeiro de 2010;

II - data de vencimento: 1º de janeiro de 2040;

III - data-base: 1º de julho de 2000;

IV - forma de colocação: direta, em favor do interessado;

V - modalidade: nominativa;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal em 1º de maio de 2011: R$ 2,521489;

VIII - taxa de juros: não há;

IX - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

X - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE NORMAS E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.506, DE 11 DE MAIO DE 2011

Exclui subtítulo contábil criado para controle dos valores da provisão adicional para operações de crédito, arrendamento mercantil e outras operações com características de concessão de crédito no Cosif.

A Chefe Substituta do DEPARTAMENTO DE NORMAS DO SISTEMA FINANCEIRO do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso da atribuição que confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, com base no item 4 da Circular nº 1.540, de 6 de outubro de 1989, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 3.825, de 16 de dezembro de 2009, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º - Fica excluído, do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, o subtítulo contábil Provisão Adicional - Adição ao PR, código 3.0.9.73.09-7.

Art. 2º - Fica excluído, do Consolidado Econômico-Financeiro - Conef, Documento nº 5 do Cosif, a rubrica Provisão Adicional - Adição ao PR, código 30.9.8.40.09-5.

Art. 3º - Fica revogada a Carta Circular nº 3.388, de 24 de março de 2009.

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.662, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MARIANO BASTOS DE MESQUITA CIRELLO, C.P.F. nº 297.272.978-11, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.664, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MARCELO STRAZZACAPPA, C.P.F. nº 079.777.328-23, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.665, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a ROCX GESTÃO DE RECURSOS LTDA., C.N.P.J. nº 12.672.102, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.666, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., C.N.P.J. nº 13.293.225, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.667, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. OTÁVIO MAFFRA OTTONI, C.P.F. nº 212.611.718-96, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.668, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JOSÉ GUILHERME LEMBI DE FARIA, C.P.F. nº 128.881.926-91, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.669, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. CLEUBER LOPES DE OLIVEIRA, C.P.F. nº 175.482.131-15, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.670, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. MAURÍCIO VISCONTI LUZ, C.P.F. nº 016.724.227-01, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.671, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LYWAL SALLES FILHO, C.P.F. nº 036.806.817-04, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.672, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a Sra. CAROLINA CIARLINI GIOVANELLA, C.P.F. nº 007.827.670-52, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.673, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida à FINAMBRÁS HOLDING LTDA, C.N.P.J. nº 35.594.001, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.674, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida à Sra. MARIA CEZIRA FLORENCE SPINELLI, C.P.F. nº 531.982.478-53, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.675, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. JOÃO EMÍLIO GAZZANA, C.P.F. nº 069.947.920-72, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.676, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, cancela por decisão administrativa a autorização concedida à SWISS CAPITAL DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. nº 05.464.937, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 11.645, de 20 de abril, publicado no D.O.U., de 25.04.2011, Seção I, página 41, onde se lê "autoriza o Sr. MICHAEL TIMOTHY SHEA, C.P.F. nº 223.283.038-39", leia-se "autoriza o Sr. MICHAEL TIMOTHY SHEA, C.P.F. nº 233.283.038-39".

SECRETARIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO Nº 496, DE 11 DE MAIO DE 2011

Altera e acrescenta artigos à Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 3 de maio de 2011, com fundamento nos arts. 2º, inciso V; 8º, inciso I, e 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

Art. 1° Os arts. 6º e 41 da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

.....

§1º É vedado ao fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

§2º Para as chamadas de capital realizadas a partir do dia 12 de maio de 2011, o prazo máximo de que trata o inciso V do caput não deve ultrapassar o último dia útil do 2º mês subsequente à data inicial para a integralização de cotas." (NR)

"Art. 41. Considera-se infração grave, para efeito do disposto no art. 11, § 3º, da Lei nº 6.385, de 1976, a infração às normas contidas nos arts. 2º, §§ 2º, 3º e 4º; 3º; 5º; 6º-A, §§ 2º e 3º; 7º, § 2º; 15, incisos I e VIII, 31 e 36." (NR)

Art. 2º A Instrução CVM nº 391, de 2003, passa a vigorar acrescida do art. 6º-A, com a seguinte redação:

"Art. 6º-A O fundo deve manter, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio investido nos ativos previstos no art. 2º.

§1º O limite estabelecido no caput não é aplicável:

I - durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido conforme art. 6º, inciso V e §2º, de cada um dos eventos de integralização de cotas previstos no compromisso de investimento; e

II - para fundos em funcionamento antes de 12 de maio de 2011 e que, a partir desta data:

a) não efetuem novas chamadas de capital; ou

b) efetuem novas chamadas de capital com propósito exclusivo de pagamento de despesas do fundo.

§2º O administrador deve comunicar imediatamente à CVM, depois de ultrapassado o prazo referido no inciso I do §1º, a ocorrência de desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento da carteira, no momento em que ocorrer.

§3º Para o fim de verificação de enquadramento previsto no caput, deverão ser somados aos ativos previstos no art. 2º os seguintes valores:

I - destinados ao pagamento de despesas do fundo desde que limitado a 5% (cinco por cento) do capital subscrito;

II - decorrentes de operações de desinvestimento:

a) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do 2º mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no art. 2º;

b) no período entre a data do efetivo recebimento dos recursos e o último dia útil do mês subsequente a tal recebimento, nos casos em que não ocorra o reinvestimento dos recursos em ativos previstos no art. 2º; ou

c) enquanto vinculados a garantias dadas ao comprador do ativo desinvestido; e

III - aplicados em títulos públicos com o objetivo de constituição de garantia a contratos de financiamento de projetos de infraestrutura junto a instituições financeiras oficiais.

§4º Caso o desenquadramento ao limite estabelecido no caput perdure por período superior ao prazo de aplicação dos recursos, estabelecido conforme art. 6º, inciso V e §2º, o administrador deve, em até 10 (dez) dias úteis contados do término do prazo para aplicação dos recursos:

I - reenquadrar a carteira; ou

II - devolver os valores que ultrapassem o limite estabelecido aos cotistas que tiverem integralizado a última chamada de capital, sem qualquer rendimento, na proporção por eles integralizada." (NR)

Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
COLEGIADO

DECISÃO DE 5 DE ABRIL DE 2011

Local: São Paulo
PARTICIPANTES
OTAVIO YAZBEK - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
ALEXSANDRO BROEDEL LOPES - DIRETOR
ELI LORIA - DIRETOR
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA *
* por estar no Rio de Janeiro, participou da discussão por vídeo-conferência
APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. SP2010/0178 - CRUZEIRO DO SUL S.A. CORRETORA DE VALORES E MERCADORIAS
Reg. nº 7660/11
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Cruzeiro do Sul S.A. Corretora de Valores e Mercadorias ("Corretora") e Luis Felippe Índio da Costa, em conjunto, e por Fernando Luiz Martins Perroni Filho, previamente à instauração de Processo Administrativo Sancionador pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI.

A proposta apresentada pela Corretora e seu diretor Luis Felippe Índio da Costa se refere a possíveis irregularidades praticadas pelos proponentes ao permitirem alterações em ordens que haviam sido registradas sem a correta identificação do cliente que as emitiu após a realização dos respectivos negócios (possível infração ao disposto no parágrafo único do art. 4º e no art. 6º, § 2º da Instrução CVM 387/03).

A proposta apresentada pelo funcionário da Corretora, Sr. Fernando Luiz Martins Perroni Filho, se refere a possível participação em esquema de direcionamento de negócios, por meio do qual determinados clientes da Corretora eram beneficiados em detrimento de outros (possível prática não equitativa, em infração ao item I, conforme definido na alínea "c", item II, da Instrução CVM 08/79).

A Corretora e seu diretor apresentaram proposta em que se comprometeram a pagar à CVM, individualmente, o valor de R$ 200.000,00, perfazendo o total de R$ 400.000,00.

O Sr. Fernando Perroni Filho apresentou proposta em que se comprometeu a pagar à CVM o valor de R$ 100.000,00.

No entendimento do Comitê, a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentadas não se afigura oportuna nem conveniente, considerando notadamente a fase de investigação em que se encontra o procedimento administrativo, bem como a inexistência de suficiente clareza em relação às possíveis responsabilidades e aos eventuais prejuízos suportados pelos possíveis prejudicados.

O Colegiado, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso, deliberou a rejeição das propostas de termo de compromisso apresentadas pela Cruzeiro do Sul S.A. Corretora de Valores e Mercadorias, Luis Felippe Índio da Costa e Fernando Luiz Martins Perroni Filho.

SOLANGE MARIA DA ROCHA RODRIGUES
Coordenadora da Secretaria Executiva

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , SCS Quadra 01, Bloco "J", Edifício Alvorada, sala 802 - Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 23 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
1 - Processo: 10882.001872/00-34 - Nome do Contribuinte: CREDICARD SA/-ADM DE CART DE CREDITO - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
2 - Processo: 10120.006956/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEPALGO EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
3 - Processo: 10315.000321/2006-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WR ENGENHARIA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: KAREM JUREIDINI DIAS
4 - Processo: 10650.001012/2005-73 - Nome do Contribuinte: ARAGON E MALMEGRIN REPRES.PECUARIA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
5 - Processo: 10950.002314/2005-84 - Nome do Contribuinte: ARAME FORTE IND E COM DE ARAMES LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
6 - Processo: 13839.001091/00-27 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DE INFORM.DE JUNDIAI CIJUN - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
7 - Processo: 10950.002728/2005-11 - Nome do Contribuinte: CONTABE CONTABILIDADE BERNABE LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
8 - Processo: 10950.002295/2005-96 - Nome do Contribuinte: CONSTRUTORA KAIROS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
9 - Processo: 10950.002737/2005-02 - Nome do Contribuinte: CRUZ MALTA FOMENTO MERCANTIL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
10 - Processo: 13527.000221/2002-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA AGRICOLA SAO FRANCISCO - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
11 - Processo: 10855.000755/92-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONFECCOES MAGISTER LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
12 - Processo: 10840.003172/2005-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PROJEMI MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA EPP - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
13 - Processo: 10850.000125/2005-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRISMATEC S.J. R. PRETO LTDA-ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
14 - Processo: 10820.001368/2004-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHP-SERV. HIDRAULICOS E PNEUM. LTDA -EPP - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
15 - Processo: 10840.000342/2005-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USIFRESA SERRANA COM DE PECAS LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: VIVIANE VIDAL WAGNER
16 - Processo: 10930.005846/2003-40 - Recorrentes: ALGITUR TURISMO LTDA e FAZENDA NACIONAL - Responsável Solidário: ALFONS GARDEMANN - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE, RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: VALMIR SANDRI
17 - Processo: 10580.008634/2004-12 - Recorrente: LER COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
18 - Processo: 10830.000841/2001-97 - Recorrente: MAURO ROGERIO CARNIELLI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
19 - Processo: 10875.003956/2002-06 - Recorrente: FORMA E COR CONFECCOES DE ROUPAS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
20 - Processo: 10940.000003/2004-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACADEMIA DEFINICAO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
21 - Processo: 13839.001225/2005-95 - Recorrente: ANA PAULA TORSO PEREIRA DA SILVA ITATIBA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
22 - Processo: 19679.005549/2003-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MGMAR SERVICOS CINEMATOGRAFICOS LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

DIA 24 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator: FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
23 - Processo: 13609.000453/2001-28 - Nome do Contribuinte: NUTRIR PRODUTOS ALIMENTICIOS S A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
24 - Processo: 10120.008367/2004-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARQUEZ & MARTINS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
25 - Processo: 10510.000537/2005-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: KAREM JUREIDINI DIAS
26 - Processo: 10850.002288/2004-31 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL CARNES DERIV. V. GENTIL LTDA - Contribuinte Responsável: DÉCIO CASTILHO AFONSO - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
27 - Processo: 10855.000646/2004-21 - Recorrente: SIACLIN SER INTEGRADO ANALISE CLINICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - AGRAVO, RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
28 - Processo: 13656.001073/2004-98 - Recorrente: DEPARTAMENTO MUNIC DE ELETRICIDADE DME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
29 - Processo: 18471.000765/2004-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO NOBREGA DE EDUCACAO E ASSISTE - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
30 - Processo: 10380.002831/2004-84 - Recorrente: AMERICA DO SUL DIST DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
31 - Processo: 10073.001487/2003-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LANCE VIDEO DE VOLTA REDONDA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
32 - Processo: 10830.002713/00-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MELLGA LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
33 - Processo: 10840.001328/2004-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KMB SERVICOS S/S LTDA-ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
34 - Processo: 10840.002052/2004-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERMOCOMP SERV COM DE PECAS LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
35 - Processo: 10875.002833/2002-40 - Recorrente: PECAS VENDAS REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
Relator: VIVIANE VIDAL WAGNER
36 - Processo: 10825.002312/2004-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAQUINAS IND POLIKORTELTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
37 - Processo: 13603.000089/2005-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: METROMEC INDUSTRIAL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
38 - Processo: 13807.004914/2003-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TANCETTI SERVS EMPRESARIAIS S/C LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
39 - Processo: 13899.001238/2004-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANDELL ASSISTENCIA TECNICA S/C LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: VALMIR SANDRI
40 - Processo: 16327.000112/2005-31 - Nome do Contribuinte: EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S/A - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
41 - Processo: 10540.000617/2001-61 - Recorrente: RAMOS E SANTANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
42 - Processo: 11030.002270/2004-56 - Recorrente: PRATICA RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
43 - Processo: 10825.001581/2004-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO FELIPE DOS SANTOS JAU ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
44 - Processo: 10840.004176/2003-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CASPARI & ARIAS LTDA - ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
45 - Processo: 10820.002084/2004-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: L. S. S. & SILVA LTDA - ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

DIA 24 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
46 - Processo: 16327.003698/2002-42 - Nome do Contribuinte: LLOYDS TSB FOMENTO COMERCIAL LTDA. - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
47 - Processo: 10980.003004/2004-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORTOFIX COM IMP EXP PROD MED HOS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
48 - Processo: 11065.005592/2002-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CORDOARIA SAO LEOPOLDO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: KAREM JUREIDINI DIAS
49 - Processo: 13819.003512/2003-14 - Nome do Contribuinte: ALEGRIA DOS PES POD.COM.P.PREV. LTDA-ME. - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
50 - Processo: 13840.000850/2003-19 - Nome do Contribuinte: ALMEIDA & GUILHERME DA SILVA DIGITACAO DE DADOS S/S LTDA.-ME. - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
51 - Processo: 13710.002312/2001-82 - Nome do Contribuinte: ALSE MAQUINAS E MATERIAIS GRAFICOS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
52 - Processo: 13807.005218/2002-97 - Nome do Contribuinte: ART CORT IND. E COM. LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
53 - Processo: 10930.003299/2004-49 - Nome do Contribuinte: APF INSTALACOES E MONTAGENS LTDA EPP - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
54 - Processo: 13362.000159/2004-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEBASTIAO DE SOUSA RODRIGUES -ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
55 - Processo: 10935.000474/2003-15 - Recorrente: LABORATORIO DENTARIO SPADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
56 - Processo: 10935.000484/2003-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOTERICA SAO PAULO LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
57 - Processo: 10980.010887/2003-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SG SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
58 - Processo: 10980.011749/2003-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SILHOUETTE PROMOCOES E EVENTOS LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: VIVIANE VIDAL WAGNER
59 - Processo: 10875.005379/2003-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: O Z FILMES LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
60 - Processo: 11060.002989/2003-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCELO PEREIRA SOARES DOS SANTOS CIA LT - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
61 - Processo: 13894.000023/2004-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANDREAS ADRIANO ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
62 - Processo: 13894.000021/2004-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NIVALDO FREIXEDA - ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: VALMIR SANDRI
63 - Processo: 11065.002013/2002-55 - Nome do Contribuinte: MERIDIONAL LEASING S/A ARREND MERCANTIL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
64 - Processo: 11516.003183/2003-82 - Recorrente: CONSTRUTORA SANTA CATARINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
65 - Processo: 11543.001946/2003-23 - Recorrente: RURALNORTE MAQUINAS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
66 - Processo: 13808.006156/97-75 - Recorrente: NEW LYNE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
67 - Processo: 10875.002132/2004-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO DE ESTUDOS DE SAUDE LOPES LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
68 - Processo: 10580.007514/2003-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MEGALOG TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
69 - Processo: 13706.003760/2003-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KINO FILMES PROD.ART.E CINEMATOGRAFICAS - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

DIA 25 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
70 - Processo: 13848.000108/2005-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DEL ARCO REPRESENTACOES DE PRODUTOS PARA ALIMENTACAO ANIMAL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
71 - Processo: 18471.000617/2006-48 - Nome do Contribuinte: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: KAREM JUREIDINI DIAS
72 - Processo: 16327.000966/2002-74 - Nome do Contribuinte: DOW QUIMICA S.A. - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
73 - Processo: 10920.001354/2005-66 - Nome do Contribuinte: SCHULZ S/A - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
74 - Processo: 10218.000808/2003-56 - Nome do Contribuinte: LEOLAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
75 - Processo: 10680.006743/2001-24 - Nome do Contribuinte: DAMPHER COMERCIO E SERVICOS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
76 - Processo: 13433.000286/2005-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO EDILTON DE QUEIROZ - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO
77 - Processo: 11844.000020/2004-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAVOINE & AYRES LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
78 - Processo: 13603.001910/2003-13 - Recorrente: SETEM SERV TEC DE MONT E MAN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
79 - Processo: 13830.001652/2004-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KAIOBA IND.DE ESTRUT. METALICAS LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
80 - Processo: 13890.000086/2005-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROZIN FERRAMENTARIA LTDA ME - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: VIVIANE VIDAL WAGNER
81 - Processo: 11543.001425/2003-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE ALINO GUSSON - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: VALMIR SANDRI
82 - Processo: 13855.001793/2005-98 - Recorrente: AGROMEN SEMENTES AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
83 - Processo: 10825.000002/00-87 - Recorrente: LINS DIESEL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
84 - Processo: 16327.000009/2006-71 - Recorrente: PARANA CIA DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
85 - Processo: 16707.001675/2001-48 - Recorrente: GUARDIAN SEGURANA DE VALORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
86 - Processo: 13657.000352/2003-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARTRONIC AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA - RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Presidente da Turma

AUZONIA EVANGELISTA DE SOUZA
Secretário

1ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

ATA DE JULGAMENTOS

ATA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 802, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

OBSERVAÇÃO: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 25 DE MAIO DE 2011, ÁS 14:00 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
01 - Recurso: 502477 - Processo: 19515.006661/2008-32 - Recorrente: CONSTRUTORA LJA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Ganho de Capital.
02 - Recurso: 509940 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 16327.002212/2005-00 - Recorrentes: PARMALAT BRASIL S/A. - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros - Omissão de Receitas e Outros.
03 - Recurso: 176690 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 16561.000192/2007-13 - Recorrentes: Responsável Tributária Solidária (PARMALAT BRASIL S/A. - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS) e FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros - Glosa de despesas financeiras.
04 - Recurso: 516974 - Processo: 15249.000185/2005-30 - Recorrente: ERNANI BUENO DOS SANTOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: MAED - DIPJ.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
05 - Recurso: 267744 - Processo: 13888.003094/2006-86 - Recorrente: BOM PEIXE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF.
06 - Recurso: 267754 - Processo: 13888.000945/2007-10 - Recorrente: BOM PEIXE INÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF.
07 - Recurso: 267755 - Processo: 13888.000943/2007-21 - Recorrente: BOM PEIXE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF.
08 - Recurso: 506131 - Processo: 13853.000120/2007-01 - Recorrente: BENDACOLI E RICCI LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.
09 - Recurso: 169890 - Processo: 10725.000542/2005-83 - Recorrente: BJ COMPLETION SERVICES DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL. -
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
10 - Recurso: 166381 - Processo: 10920.002664/2007-60 - Recorrente: CRW PLÁSTICOS JOINVILLE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Multa Isolada.
11 - Recurso: 139349 - Processo: 10120.003833/2003-71 - Recorrente: REYDROGAS COMERCIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.
12 - Recurso: 153349 - Processo: 11065.002676/2005-12 - Recorrente: PEDRASUL CONSTRUTORA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
13 - Recurso: 156249 - Processo: 11020.000827/2003-52 - Recorrente: LOJAS COLOMBO S/A. - COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
14 - Recurso: 500470 - Processo: 19515.000543/2006-59 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Glosa de Despesas.
15 - Recurso: 501403 - Processo: 10880.901440/2006-75 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo - CSLL.
16 - Recurso: 172646 - Processo: 13807.004775/2001-18 - Recorrente: COMPANHIA SUZANO DE PAPEL E CELULOSE - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Correção Monetária de Balanço.
17 - Recurso: 173364 - Processo: 13971.000818/2004-29 - Recorrente: MABESA DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Glosa de Despesas Financeiras.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
18 - Recurso: 268441 - Processo: 10166.002417/2006-71 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DE HOSPITAL PRIVADO DO DISTRITO FEDERAL - AMHDF - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - COMPENSAÇÃO.
19 - Recurso: 511160 - Processo: 10768.906809/2006-22 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.
20 - Recurso: 500003 - Processo: 10768.906581/2006-71 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.
21 - Recurso: 503871 - Processo: 10768.906813/2006-91 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
22 - Recurso: 152943 - Processo: 15374.002175/2001-70 - Recorrente: SEAPAR NAVEGAÇÃO MARÍTIMA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ E OUTROS.
23 - Recurso: 160490 - Processo: 13820.001048/2003-84 - Recorrente: SAFRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.
24 - Recurso: 165564 - Processo: 10680.013202/2006-67 - Recorrente: EDIMINAS S/A. EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.
25 - Recurso: 166563 - Processo: 11080.004828/2007-95 - Recorrente: AGROFEL AGRO COMERCIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL e IRRF.
26 - Recurso: 343206 - Processo: 11065.001046/2007-92 - Recorrente: BRASTÊXTIL INDÚSTRIA DE MEIAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:30 HORAS

Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
27 - Recurso: 511383 - Processo: 10925.002409/2006-96 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Cooperativas.
28 - Recurso: 885051 - Processo: 10925.002521/2006-27 - Recorrente: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE JOAÇABA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSSL - Cooperativas. -
29 - Recurso: 173845 - Processo: 16327.001466/2005-01 - Recorrente: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ABRIL. - Matéria: CSLL - Cooperativa.
Recurso: 170930 - Processo: 10940.000979/2004-91 - Recorrente: NORSKE SKOG PISA LTDA. 30 - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCOMP - Saldo Negativo - IRPJ
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
31 - Recurso: 511318 - Processo: 13851.000086/2006-03 - Recorrente: DELTA DATA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.
32 - Recurso: 517480 - Processo: 10768.001156/2007-74 - Recorrente: DELTA CONSTRUÇÕES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Restituição.
33 - Recurso: 870100 - Processo: 10820.001498/2005-41 - Recorrente: BOM PASTOR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA. - EPP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL. - Matéria: SIMPLES.
34 - Recurso: 516937 - Processo: 13871.000153/2001-39 - Recorrente: DACAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
35 - Recurso: 165081 - Processo: 13855.001888/2004-21 - Recorrente: CALÇADOS SAMELLO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO.
36 - Recurso: 157994 - Processo: 19647.005223/2003-47 - Recorrente: DIM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRF.
37 - Recurso: 508608 - Processo: 11030.001125/2006-10 - Recorrente: LUCIANE VIVIANE PATRÍCIO SANCHES - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Exclusão.
38 - Recurso: 513280 - Processo: 10980.011588/2005-15 - Recorrente: FERWAY FREIOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Exclusão.
39 - Recurso: 514162 - Processo: 10980.008732/2006-17 - Recorrente: ALTAMIR ABRÃO JUNIOR - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.
DIA 27 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
40 - Recurso: 867061 - Processo: 11080.104217/2004-01 - Recorrente: ERGO S/A. CONSTRUÇÃO E MONTAGEM - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: MAED - DIPJ.
41 - Recurso: 867062 - Processo: 11080.104218/2004-48 - Recorrente: ERGO S/A. CONSTRUÇÃO E MONTAGEM - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: MAED - DIPJ.
42 - Recurso: 510473 - Ex Officio - Processo: 10580.011442/2005-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: COMPANHIA BRASILEIRA DE POLIURETANOS - Matéria: CSLL - Compensação de Bases Negativas.
Relator(a): CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA GUERREIRO
43 - Recurso: 507393 - Processo: 13971.000230/2007-18 - Recorrente: DECCORY COMÉRCIO & SERVIÇOS DE PINTURA LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.
44 - Recurso: 510777 - Processo: 13707.003214/2007-15 - Recorrente: DEMARIASS ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.
45 - Recurso: 875910 - Processo: 10880.910845/2006-02 - Recorrente: DENTAL RICARDO TANAKA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Compensação.
Relator(a): JOSÉ RICARDO DA SILVA
46 - Recurso: 173586 - Ex Officio - Processo: 15374.002778/2001-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessada: COMPANHIA DO JARI - Matéria: IRPJ.
47 - Recurso: 341480 - Processo: 11050.003098/2004-10 - Recorrente: LEAL ASSESSORIA TRABALHISTA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Exclusão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48 - Recurso: 340158 - Processo: 11070.000933/2005-11 - Recorrente: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES SANTO ÂNGELO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - SIMPLES NACIONAL.

49 - Recurso: 513226 - Processo: 10980.011584/2005-29 - Recorrente: HIKARI DENSHI INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE INFORMÁTICA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 303, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 25 DE MAIO de 2011, ÁS 14:00 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

01 - Recurso: 505466 - Processo: 10325.000244/2003-34 - Recorrente: ALTO MIUDEZAS COMERCIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

02 - Recurso: 154271 - Processo: 16327.000716/2003-15 - Recorrente: BANCO ITAÚ - BBA S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

03 - Recurso: 160524 - Processo: 16327.000751/2005-04 - Recorrente: BANCO ITAÚ BBA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

04 - Recurso: 160788 - Processo: 16327.000752/2005-41 - Recorrente: BANCO ITAÚ BBA S/A - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.

05 - Recurso: 174423 - Processo: 19515.001571/2005-11 - Recorrente: ALMEIDA JUNIOR SHOPPING CENTER LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL. - Matéria: LUCRO PRESUMIDO.

Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO

06 - Recurso: 508874 - Processo: 10855.900020/2008-41 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

07 - Recurso: 508870 - Processo: 10855.900023/2008-84 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

08 - Recurso: 508876 - Processo: 10855.900024/2008-29 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

09 - Recurso: 504113 - Processo: 10855.900032/2008-75 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

10 - Recurso: 506355 - Processo: 10855.900043/2008-55 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

11 - Recurso: 149479 - Processo: 13894.000334/00-45 - Recorrente: DELPHI CHASSIS NSK DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR

12 - Recurso: 154784 - Processo: 13005.000651/2002-71 - Recorrente: CROWN TAMPAS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL. - Matéria: IRPJ.

13 - Recurso: 155284 - Processo: 11060.002331/2004-28 - Recorrente: COCEVVIL COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros.

Relator(a): IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO

14 - Recurso: 153117 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 16327.000014/00-18 - Recorrente: UNIBANCO LEASING S/A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÁS 08:30 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

15 - Recurso: 514790 - Processo: 10980.007309/2007-72 - Recorrente: ALTAMIR ABRÃO JUNIOR - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros.

16 - Recurso: 508307 - Processo: 11831.006416/2002-45 - Recorrente: ACCOR PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRRF.

17 - Recurso: 886887 - Processo: 11610.012813/2006-84 - Recorrente: ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - DCTF

18 - Recurso: 865465 - Processo: 13811.000970/2003-63 - Recorrente: ALCON LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.

Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO

19 - Recurso: 506358 - Processo: 10855.900451/2008-15 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.

20 - Recurso: 506359 - Processo: 10855.900498/2008-71 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.

21 - Recurso: 506360 - Processo: 10855.900511/2008-91 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

22 - Recurso: 506373 - Processo: 10855.900742/2008-03 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

23 - Recurso: 506364 - Processo: 10855.900751/2008-96 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

24 - Recurso: 506370 - Processo: 10855.900758/2008-16 - Recorrente: AUTO ÔNIBUS NARDELLI LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

25 - Recurso: 167572 - Processo: 11610.001857/2001-74 - Recorrente: CITICORP MERCANTIL PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

26 - Recurso: 163377 - Processo: 13839.001190/2007-56 - Recorrente: PLÁSTICOS MB LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros.

Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR

27 - Recurso: 513079 - Processo: 10510.001779/2009-21 - Recorrente: ASC DISTRIBUIDORA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES

28 - Recurso: 157967 - Processo: 18471.002051/2003-46 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

Relator(a): IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO

29 - Recurso: 161132 - Processo: 16327.001344/2004-25 - Recorrente: ITAÚ SEGUROS S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL.

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÁS 14:30 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

30 - Recurso: 507965 - Processo: 10845.001677/2005-08 - Recorrente: AL MARE RESTAURANTE LTDA. - EPP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

31 - Recurso: 877430 - Processo: 16098.000201/2007-90 - Recorrente: ACAI - ASSESSORIA E CONTULTORIA ADMINISTRATIVA E DE INFORMÁTICA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO

32 - Recurso: 882768 - Processo: 13502.001192/2009-17 - Recorrente: BRASKEN S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Multa Isolada.

33 - Recurso: 500055 - Processo: 13502.720013/2007-74 - Recorrente: BRASKEN S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

34 - Recurso: 517122 - Processo: 10768.720236/2007-22 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

35 - Recurso: 139101 - Ex Offício e Voluntário - Processo: 19515.001880/2003-11 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SERVENG CIVILSAN S/A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA - Matéria: IRPJ.

Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR

36 - Recurso: 231627 - Processo: 10675.005136/2004-69 - Recorrente: BRITAGEM SÃO LUCAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL. - PIS/PASEP.

37 - Recurso: 145081 - Processo: 10166.007764/00-89 - Recorrente: PAULO OCTÁVIO HOTÉIS E TURISMO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

Relator(a): IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO

38 - Recurso: 167959 - Embargos de Declaração - Processo: 10280.720234/2007-14 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: SEGUNDA TURMA ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA DA PRIMEIRA SEÇÃO - Interessado: SUPER POSTO DOIS MIL LTDA.

DIA 27 DE MAIO DE 2011, ÁS 08:30 HORAS

Relator(a): JOÃO OTÁVIO OPPERMANN THOMÉ

39 - Recurso: 885979 - Processo: 10950.001243/2008-45 - Recorrente: ADRIANE APARECIDA SANTOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Exclusão.

40 - Recurso: 510417 - Processo: 13634.000636/2007-21 - Recorrente: AGNALDO APARECIDO BARROSO - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

Relator(a): SILVANA RESCIGNO GUERRA BARRETO

41 - Recurso: 877421 - Processo: 15364.931297/2008-41 - Recorrente: ARPET REPRESENTAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: Processo Administrativo Fiscal.

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

42 - Recurso: 158103 - Processo: 16327.003479/2002-63 - Recorrente: BANCO INTERCAP S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR

43 - Recurso: 335979 - Processo: 13839.001428/2003-10 - Recorrente: FERNANDO MARTINHO CASTIGLIONI - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.

Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES

44 - Recurso: 176895 - Embargos de Declaração - Processo: 10980.004265/2007-29 - Embargante: Conselheiro José Sérgio Gomes - Embargada: Segunda Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção - Interessada: AMBIENTAL PARANÁ FLORESTAS S/A. - IRPJ - Ex(s): 2007.

IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª SEÇÃO

EMENTÁRIO

Processo nº 36514.001034/2006-72
Recurso n° 142.621 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.160 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de agosto de 2009
Matéria TERCEIROS
Recorrente VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA
Recorrida SRP - SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/07/1996 a 31/12/2005
PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8,212 de 1991.
Uma vez não sendo mais possível a aplicação do art. 45 da Lei n° 8.212, há que serem observadas as regras previstas no CTN. Nesse sentido deve ser seguida a interpretação adotada pelo STJ no julgamento proferido pela 1ª Seção no Recurso Especial de n ° 766.050, cuja ementa foi publicada no Diário da Justiça em 25 de fevereiro de 2008.
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN.
REMUNERAÇÃO. PREMIAÇÃO. INCENTIVO. PARCELA DE INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, O Programa de Previdência complementar não contemplava a totalidade dos empregados estando em desacordo com o art. 28, 'p' do §9° da Lei n° 8.212/91 e arts. 9º e 468 da CLT (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10/12/97).
SALÁRIO INDIRETO --INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO
O valor referente à ajuda aluguel e ajuda escola pagos pela empresa em favor de seus empregados, integra o salário de contribuição por possuir natureza salarial, uma vez que foi fornecido em desacordo com a legislação previdenciária art. 28 § 9º "m" da Lei 8.212/91.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3° Câmara / 2' Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto divergente apresentado pelo Conselheiro Marco André Ramos Vieira, Vencido(a) o(a) Conselheiro Relator (a) Manoel Coelho Arruda Junior.
--
Processo nº 36266.003928/2005-95
Recurso nº 153.176 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.161 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de agosto de 2009
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS: PARCELAS DESCONTADAS DOS SEGURADOS
Recorrente Q.I. QUALITY INFORMÁTICA S/A LTDA
Recorrida DRP SÃO PAULO-NORTE/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENC/ÁRIAS
Período de apuração: 01/12/1995 a 31/05/2005
PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS, TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS, ART. 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212 de 1991.
Uma vez não sendo mais possível a aplicação do art. 45 da Lei n ci 8.212, há que serem observadas as regras previstas no CTN. Nesse sentido deve ser seguida a interpretação adotada pelo STJ no julgamento proferido pela ia Seção no Recurso Especial de n° 766.050, cuja ementa foi publicada no Diário da Justiça em 25 de fevereiro de 2008.
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN.
É OBRIGATÓRIO O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO RETIDA DA REMUNERAÇÃO DO SEGURADO E DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL, APROPRIAÇAO INDÉBITA.
As empresas são obrigadas a arrecadar e recolher as contribuições dos segurados empregados e contribuintes individuais, estes a partir de 04/2003, a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.
EMPRESAS URBANAS, CONTRIBUIÇÃO PARA O INCRA,
É legítima a cobrança da contribuição para o INCRA das empresas urbanas, sendo inclusive desnecessária a vinculação ao sistema de previdência rural.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO - SAT. REGULAMENTAÇÃO.
Não ofende ao Princípio da Legalidade a regulamentação através de decreto do conceito de atividade preponderante e da fixação do grau de risco,
JUROS DE MORA. TAXA SELIC. APLICAÇÃO À COBRANÇA DE TRIBUTOS.
É cabível a cobrança de juros de mora sobre os débitos para com a União decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, nos termos do voto divergente apresentado pelo Conselheiro Marco André Ramos Vieira, vencido o relator que aplicava o artigo 150, §40 e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto do Relatar.
--
Processo nº 12045.000224/2007-69
Recurso n° 143.714 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.164 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de setembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente SUPERMERCADO MODELO LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM CUIABÁ/MT
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 28/07/2005
OBRIGATORIEDADE DE CONFECCIONAR FOLHA DE PAGAMENTO.
A empresa é obrigada a preparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social;
É obrigatória a inclusão em folha de todos os pagamentos a segurados, independente da natureza salarial. Compete à autoridade fiscal identificar as parcelas integrantes ou não da base de cálculo das contribuições previdenciárias.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo n° 35311.000372/2007-91
Recurso n° 145.672 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.180 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de setembro de 2009
Matéria Auto de Infração: Obrigações Acessórias em Geral
Recorrente COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Recorrida DRP/DUQUE DE CAXIAS/RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 13/12/2005
AUTO-DE-INFRAÇÃO. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. TÍTULOS PRÓPRIOS.
Constitui infração a empresa deixar de escriturar em títulos próprios de sua escrituração contábil os fatos geradores de contribuições previdenciárias.
RELATÓRIO DE CO-RESPONSÁVEIS E VÍNCULOS. SUBSÍDIO PARA FUTURA AÇÃO EXECUTÓRIA.
Os relatórios de Co-Responsáveis e de Vínculos são partes integrantes dos processos de lançamento e autuação e se destinam a esclarecer a composição societária da empresa no período do débito, a fim de e subsidiarem futuras ações executórias de cobrança. Esses relatórios não são suficientes para se atribuir responsabilidade pessoal.
Recurso Voluntário Negado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. O Conselheiro Rogério de Lellis Pinto acompanha pelas conclusões. O Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior apresenta declaração de voto quanto à responsabilidade dos sócios. Presença do Advogado Sr. Leonardo Melo, OAB/RJ n° 137.721 que apresentou sustentação oral.
--
Processo n° 35311.000374/2007-81
Recurso n° 145.660 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.183 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de setembro de 2009
Matéria Auto de Infração: Obrigações Acessórias em Geral
Recorrente COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Recorrida DRP/DUQUE DE CAXIAS/RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÕRLAS
Data do fato gerador: 13/12/2005
AUTO-DE-INFRAÇÃO. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INFRAÇÃO.
É obrigação da empresa exibir à fiscalização todos os documentos relacionados à contribuições previdenciárias
RELATÓRIO DE CO-RESPONSÁVEIS E VÍNCULOS, SUBSÍDIO PARA FUTURA AÇÃO EXECUTÓRIA.
Os relatórios de Co-Responsáveis e de Vínculos são partes integrantes dos processos de lançamento e autuação e se destinam a esclarecer a composição societária da empresa no período do débito, a fim de e subsidiarem futuras ações executórias de cobrança. Esses relatórios não são suficientes para se atribuir responsabilidade pessoal.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora, O Conselheiro Rogério de Lellis Pinto acompanha pelas conclusões, O Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior apresenta declaração de voto quanto à responsabilidade dos sócios_ Presença do Advogado Sr. Leonardo Melo, OAB/RJ n° 137.721 que apresentou sustentação oral..
--
Processo nº 10580.004390/2007-41
Recurso nº 145.822 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.227 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de setembro de 2009
Matéria SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO
Recorrente MILLENNIUM INORGANICS CHEMICALS DO BRASIL SA
Recorrida DRP - SALVADOR / BA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/07/2000 a 30/06/2002
RESULTADO DE DILIGÊNCIA FISCAL SEM A CIÊNCIA DA RECORRENTE - VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.
O recorrente possui direito de participação no processo administrativo em relação a qualquer ato praticado ou documento juntado.
Diligência sem a comunicação de seu resultado à parte viola o princípio do contraditório. Transgressão ao art. 59, inciso II do Decreto n° 70.235 de 1972.
Decisão-Notificação emitida sem observância dos princípios que regem o processo administrativo merece ser anulada.
Anulada a Decisão de Primeira Instância.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo n° 13983.000052/2007-96
Recurso nº 145.998 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.229 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de setembro de 2009
Matéria SALARIO INDIRETO: AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO SEM PAT
Recorrente UNILOG LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
Recorrida DRP FLORIANÓPOLIS / SC
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/10/2002 a 30/08/2006
ALIMENTAÇÃO SEM INSCRIÇÃO NO PAT - PARCELA REMUNERATÓRIA, INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.
O ganho habitual sob a forma de utilidade configura base de cálculo de contribuições previdenciárias. Uma vez estando no campo de incidência das contribuições previdenciárias, para não haver incidência é mister previsão legal nesse sentido, sob pena de afronta aos princípios da legalidade e da isonomia.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a) Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Manoel Coelho Arruda Junior.
--
Processo n° 35866.000531/2006-09
Recurso nº 145.867 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.230 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de setembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Recorrente AMESH ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRA DE SURDOS E FISSURADOS
Recorrida DRP - CURITIBA / PR
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 14/12/2006
Ementa: PRAZO DECADENCIAL, CINCO ANOS, TERMO A QUO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PENALIDADE PECUNIÁRIA. ART. 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8,212 de 1991.
No caso de lançamento de oficio, há que se observar o disposto no art. 173 do CTN. Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
MULTA
A penalidade pelo descumprimento da obrigação acessória está prevista no art. 92 da Lei n ° 8.212/1991. A penalidade aplicada está perfeitamente compatível com o ordenamento jurídico vigente conforme expressamente previsto no art. 283, parágrafo 2° do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n° 3.048, devendo o valor da multa ser alterado em função da fluência da decadência.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da segunda-feira Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto que aplicava o artigo 150, §4º e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto do Relatar.
--
Processo n° 37071.000579/2007-61
Recurso n° 145.522 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.231 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de setembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Recorrente MARTIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.
Recorrida DRP - CAXIAS DO SUL / RS
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSORIAS
Data do fato gerador: 20/07/2006
DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO INSTRUMENTAL - ARTIGO 32, I DA LEI N° 8.212/1991 C/C ARTIGO 225 I e § 9º DO RPS, APROVADO PELO DECRETO Nº 3.048/99. FOLHA DE PAGAMENTO,
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar a fiscalização previdenciária na administração previdenciária.
Não inclusão de todos os segurados em folhas de pagamento acarreta a responsabilização pela autuação.
RELEVAÇÃO DA MULTA, IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CORREÇÃO DA FALTA.
A relevação não é faculdade da autoridade administrativa, uma vez o infrator atendendo aos requisitos do art. 291, § 1° do RPS, quais sejam: primariedade do infrator; correção da falta e sem ocorrência de circunstância agravante; surge para a autoridade o dever de relevar a multa. Contudo, essa autoridade não pode agir de oficio, é necessária a provocação da parte.
Analisando os requisitos e os autos, verifica-se que não houve a correção da falta até a decisão do órgão previdenciário de primeira instância administrativa. O autuado não demonstrou por meio de documentação a correção das faltas.
Não tendo sido corrigida a falta é impossível juridicamente a relevação da multa.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo nº 37169.003303/2006-75
Recurso nº 145.971 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.232 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de setembro de 2009
Matéria CARACTERIZAÇÃO DE SEGURADO EMPREGADO: PESSOA JURÍDICA
Recorrente MINERAL ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA
Recorrida DRP - BLUMENAU / SC
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/08/1998 a 31/07/2005
PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS, TERMO A QUO, AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS, ART, 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n ° 8.212 de 1991.
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
EMPREGADOS. CONTRATAÇÃO, INTERPOSTA PESSOA, SIMULAÇÃO.
A contratação de empregados por interposta pessoa jurídica é conduta ilícita, sendo possível à fiscalização efetuar o lançamento de oficio, conforme previsão no art. 149, inciso VII do CTN.
INCONSTITUCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
A alegação de inconstitucionalidade formal de lei não pode ser objeto de conhecimento por parte do administrador público. Enquanto não for declarada inconstitucional pelo STF, ou examinado seu mérito no controle difuso (efeito entre as partes) ou revogada por outra lei federal, a referida lei estará em vigor e cabe à Administração Pública acatar suas disposições.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, vencido o Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior que aplicava o artigo 150, § 4° e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto do Relator.
--

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS. VEDADA A IMPRENSA NACIONAL E A VENDA POR ASSINANTES.

Processo nº 37322.000351/2006-91
Recurso nº 146.312 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.233 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de setembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP. FATOS GERADORES
Recorrente NELSON PIZZO FILHO BAURU
Recorrida DRP - BAURU / SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 31/03/2005
OMISSÃO EM GFIP. RECIBOS COM REGISTROS DE PAGAMENTOS A SEGURADOS.
A recorrente alega que o simples registro a lápis não faz prova da prestação de serviço. Acontece que o registro foi elaborado pela própria recorrente, haja vista constar em seus documentos.
No presente caso não se trata de fazer prova negativa, se trata de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do Fisco, haja vista ter prova nos autos de fato constitutivo do direito da Fazenda Pública. A prova negativa seria na hipótese de se contradizer uma simples alegação, sem estar demonstrada em prova. Nos autos há prova, que são os recibos com registros de pagamentos a segurados.
Recurso voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo n° 10120.007765/2007-42
Recurso n° 151.945 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.237 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA. E OUTRO.
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/02/1997 a 28/02/1997, 01/11/1997 a 30/11/1997.
DECADÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91. Tratando-se de tributo sujeito ao lançamento por homologação, que é o caso das contribuições previdenciárias, devem ser observadas as regras do Código Tributário Nacional - CTN. Assim, comprovado nos autos o pagamento parcial, aplica-se o artigo 150, §4º; caso contrário, aplica-se o disposto no artigo 173, I.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido(a) o(a) Conselheiro(a) Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo nº 10166.014708/2007-93
Recurso nº 151.761 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.238 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA E OUTRO
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/03/1998 a 31/12/1998
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ELISÃO DA RESPONSABILIDADE, NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9311/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há benefício de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
PEDIDO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS, PRECLUSÃO TEMPORAL.
A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do (a) relator (a). Vencido (a)s o(a) Conselheiro(a) Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo nº 10166.014708/2007-93
Recurso nº 151.361 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.238 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA E OUTRO
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/03/1998 a 31/12/1998
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ELISÃO DA RESPONSABILIDADE, NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9311/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há benefício de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
PEDIDO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS, PRECLUSÃO TEMPORAL.
A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo n° 10120.007771/2007-08
Recurso n° 154339 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.242 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPRESAS EM GERAL
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA.
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/10/1998 a 31/01/1999
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ELISÃO DA RESPONSABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9.711/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há beneficio de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
PEDIDO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS. PRECLUSÃO TEMPORAL.
A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo nº 10120.010129/2007-06
Recurso nº 152.623 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.243 - 3° Câmara / 2" Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA,
EMPRESAS EM GERAL
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA.
Recorrida DRP GOIÂNIA/C.30
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/10/1998 a 30/11/1998, 01/08/1997 a 31/10/1997.
DECADÊNCIA, O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91. Tratando-se de tributo sujeito ao lançamento por homologação, que é o caso das contribuições previdenciárias, devem ser observadas as regras do Código Tributário Nacional - CTN. Assim, comprovado nos autos o pagamento parcial, aplica-se o artigo 150, §4°; caso contrário, aplica-se o disposto no artigo 173, I.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ELISÃO DA RESPONSABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9.711/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há beneficio de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto que aplicava o artigo 150, § 4º e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10120.010135/2007-55
Recurso nº 152.632 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.245 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA. E OUTRO.
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/05/1997 a 31/07/1998
DECADÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91. Tratando-se de tributo sujeito ao lançamento por homologação, que é o caso das contribuições previdenciárias, devem ser observadas as regras do Código Tributário Nacional - CTN. Assim, comprovado nos autos o pagamento parcial, aplica-se o artigo 150, §4º; caso contrário, aplica-se o disposto no artigo 173, I.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ELISÃO DA RESPONSABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9.711/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade Não há beneficio de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto que aplicava o artigo 150, § 4º e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10120.010133/2007-66
Recurso n° 152.629 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.248 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPRESAS EM GERAL
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA. E OUTRO.
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/08/1998 a 31/12/1998
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ELISÃO DA RESPONSABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9.711/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há beneficio de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
PEDIDO DE EVENTUAL JUNTADA DE DOCUMENTOS. PRECLUSÃO TEMPORAL.
A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2° Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo n° 10120.010130/2007-22
Recurso n° 152.625 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.249 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de setembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPRESAS
EM GERAL
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/04/1997 a 31/01/1999
DECADÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8112, de 24/07/91. Tratando-se de tributo sujeito ao lançamento por homologação, que é o caso das contribuições previdenciárias, devem ser observadas as regras do Código Tributário Nacional - CTN. Assim, comprovado nos autos o pagamento parcial, aplica-se o artigo 150, §4°; caso contrário, aplica-se o disposto no artigo 173, I.
VÍCIO FORMAL MPF INOCORRÊNCIA. EMPREITADA TOTAL-ESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ELISÃO.
A ciência do sujeito passivo na Notificação Fiscal de Lançamento de Débito após a expiração do Mandado de Procedimento Fiscal, não acarreta a nulidade do lançamento,
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ELISÃO DA RESPONSABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9.711/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há beneficio de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
PEDIDO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS. PRECLUSÃO TEMPORAL.
A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto que aplicava o artigo 150, § 4º e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo n° 10120.010131/2007-77
Recurso n° 152.626 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.250 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPRESAS EM GERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA, E OUTRO.
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/01/1999 a 31/01/1999
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ELISÃO DA RESPONSABILIDADE, NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9311/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há beneficio de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos teimas do voto do(a) relator(a). Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo n° 10166.014706/2007-02
Recurso n° 151.947 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.253 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA E OUTRO
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENC/ÁRIAS
Período de apuração: 01/08/1998 a 30/09/1998, 01/11/1998 a 30/11/1998.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ELISÃO DA RESPONSABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.
A tomadora de serviços é solidária com a prestadora de serviços até a entrada em vigor da Lei n° 9.711/1998. A elisão é possível, mas se não realizada na época oportuna persiste a responsabilidade. Não há beneficio de ordem na aplicação do instituto da responsabilidade solidária na construção civil.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido(a)s o(a) Conselheiro(a) Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo nº 17546.000939/2007-94
Recurso n° 154399 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.256 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria SALÁRIO INDIRETO: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS
Recorrente RIETER AUTOMOTIVE BRASIL - ARTEFATOS DE. FIBRAS TEXTEIS LTDA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SÃO BERNARDO
DO CAMPO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/05/1998 a 31/12/2003
PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE. AS RUBRICAS LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n°8212 de 1991,
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. DESOBEDIÊNCIA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS.
A participação nos lucros e resultados não integrará o salário-de-contribuição quando paga de acordo com a lei específica.
Pagamentos excedentes à periodicidade de um semestre civil violam a Lei nº 10.101.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda
Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, 1 do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, vencido o Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior que aplicava o artigo 150, § 4º, O Conselheiro Rogério de Lellis Pinto (Suplente) acompanha o Relatar só pelas conclusões, pois diverge quanto à Participação nos Lucros e Resultados, e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto do Relatar.
--
Processo nº 35464.004199/2005-95
Recurso nº 149.085 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.257 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS: PARCELAS DESCONTADAS DOS SEGURADOS
Recorrente ELSNER INDUSTRIAL E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SÀO PAULO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/01/1995 a 31/03/2003
PRAZO DECADENC1AL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE. AS RUBRICAS LANÇADAS ART. 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n°8.212 de 1991.
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência cio prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
JUROS CALCULADOS À TAXA SELIC. APLICABILIDADE.
A cobrança de juros está prevista em lei específica da previdência social, art. 34 da Lei n° 8.212/1991, desse modo foi correta a aplicação do índice pela fiscalização federal.
No sentido da aplicabilidade da taxa Selic, o Plenário do 2° Conselho de Contribuintes aprovou a Súmula de nº 3.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, vencido o Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior que aplicava o artigo 150, § 4º, e no mérito, por unanimidade de votos, manter os demais valores lançados, nos termos do voto cio Relator.
--
Processo nº 37071.000765/2007-09
Recurso n° 145.538 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.258 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METAL
MECÂNICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE CAXIAS DO SUL
Recorrida DRP - CAXIAS DO SUL / RS
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSORIAS.
Data do fato gerador: 17/10/2005
ARTIGO 33, § 2° DA LEI Nº 8.212/91 C/C ARTIGO 283, II, "j" DO RPS,
APROVADO PELO DECRETO N° 3.048/99 - NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS.
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar a fiscalização na administração previdenciária.
Inobservância do artigo 32, III da Lei n° 8.212/91 c/c artigo 283, II, "h" do RPS, aprovado pelo Decreto n° 3.048/99.
RESPONSABILIDADE PELA INFRAÇÃO, OBJETIVA.
A responsabilidade pela infração tributária em regra é objetiva, assim são irrelevantes o dolo, a culpa ou a ma - fé do sujeito passivo.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo nº 37172.001451/2006-04
Recurso nº 149.001 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.259 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL,
Recorrente PROSEGUR BRASIL SA - TRANSPORTADORA DE VALORES E
SEGURANÇA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM BELO HORIZONTE/MG
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 20/12/2005
DILAÇÃO DE PRAZO. APRESENTAÇÃO DE. DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE.
Os prazos no processo administrativo são peremptórios, não podendo ser alterado pelas partes, tampouco a administração pode alterá-los para um determinado contribuinte. Assim, independentemente da quantidade de autuações lavradas, tal quantidade não tem o condão de alterar o prazo para apresentação de defesa administrativa. A prova documental tem que ser colacionada no prazo disponível para defesa.
O prazo para apresentação de impugnação é ex lege, e justamente para não ferir o princípio da isonomia deve ser observado em qualquer caso.
INCONSTITUCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE. CONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
A alegação de inconstitucionalidade formal de lei não pode ser objeto de conhecimento por parte do administrador público. Enquanto não for declarada inconstitucional pelo STF, ou examinado seu mérito no controle difuso (efeito entre as partes) ou revogada por outra lei federal, a referida lei estará em vigor e cabe à Administração Pública acatar suas disposições.
RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES. RELAÇÃO DE CORESPONSÁVEIS. DOCUMENTO INFORMATIVO.
A relação de co-responsáveis é meramente informativa do vínculo que os dirigentes tiveram com a entidade em relação ao período dos fatos geradores. Não foi objeto de análise no relatório fiscal se os dirigentes agiram com infração de lei, ou violação de contrato social, ou com excesso de poderes.
Uma vez que tal fato não foi objeto do lançamento, não se instaurou litígio nesse ponto. Ademais, os relatórios de co-responsáveis e de vínculos fazem parte de todos processos como instrumento de informação, a fim de se esclarecer a composição societária da empresa no período do lançamento ou autuação, relacionando todas as pessoas físicas e jurídicas, representantes legais do sujeito passivo, indicando sua qualificação e período de atuação.
O art. 660 da Instrução Normativa SRP n° 03 de 14/07/2005 determina a inclusão dos referidos relatórios nos processos administrativos - fiscais.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relatar. O Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior apresentará declaração de voto quanto à responsabilidade dos sócios.
--
Processo n° 37172.001439/2006-91
Recurso nº 143364 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.260 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP. FATOS GERADORES
Recorrente PROSEGUR BRASIL SA - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
Recorrida DRP - BELO HORIZONTE / MG
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Data do fato gerador: 21/12/2005
DILAÇÃO DE PRAZO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, IMPOSSIBILIDADE.
Os prazos no processo administrativo são peremptórios, não podendo ser alterado pelas partes, tampouco a administração pode alterá-los para um determinado contribuinte. Assim, independentemente da quantidade de autuações lavradas, tal quantidade não tem o condão de alterar o prazo para apresentação de defesa administrativa. A prova documental tem que ser colacionada no prazo disponível para defesa.
O prazo para apresentação de impugnação é ex lege, e justamente para não ferir o princípio da isonomia deve ser observado em qualquer caso.
INCONSTITUCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
A alegação de inconstitucionalidade formal de lei não pode ser objeto de conhecimento por parte do administrador público. Enquanto não for declarada inconstitucional pelo STF, ou examinado seu mérito no controle difuso (efeito entre as partes) ou revogada por outra lei federal, a referida lei estará em vigor e cabe à Administração Pública acatar suas disposições.
RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES. RELAÇÃO DE CORESPONSÁVEIS. DOCUMENTO INFORMATIVO.
A relação de co-responsáveis é meramente informativa do vínculo que os dirigentes tiveram com a entidade em relação ao período dos fatos geradores.
Não foi objeto de análise no relatório fiscal se os dirigentes agiram com infração de lei, ou violação de contrato social, ou com excesso de poderes.
Uma vez que tal fato não foi objeto do lançamento, não se instaurou litígio nesse ponto.
Ademais, os relatórios de co-responsáveis e de vínculos fazem parte de todos processos como instrumento de informação, a fim de se esclarecer a composição societária da empresa no período do lançamento ou autuação, relacionando todas as pessoas físicas e jurídicas, representantes legais do sujeito passivo, indicando sua qualificação e período de atuação.
O art. 660 da Instrução Normativa SRP n° 03 de 14/07/2005 determina a inclusão dos referidos relatórios nos processos administrativos - fiscais.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso para aplicar a multa do artigo 32, A, inciso II da Lei n° 8.212/91, com a redação da MP n° 449, nos termos do voto do(a) relator(a). O Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior apresentará declaração de voto quanto à responsabilidade dos sócios e assistência médica.
--

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 35377.000385/2006-15
Recurso nº 143.464 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.262 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Recorrente SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARRETOS
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SÃO JOSÉ. DO RIO PRETO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Data do fato gerador: 22/12/2005
RESULTADO DE. DILIGÊNCIA FISCAL SEM A CIÊNCIA DA RECORRENTE. - VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.
O recorrente possui direito de participação no processo administrativo em relação a qualquer ato praticado ou documento juntado.
Diligência sem a comunicação de seu resultado à parte viola o princípio do contraditório. Transgressão ao art. 59, inciso II do Decreto nº 70.235 de 1972.
Decisão-Notificação emitida sem observância dos princípios que regem o processo administrativo merece ser anulada.
Decisão de Primeira Instância Anulada.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36496.001216/2007-90
Recurso n° 153.402 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.263 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Recorrente SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUAZEIRO
Recorrida DRP - JUAZEIRO / BA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Data do fato gerador: 06/09/2007
ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. ATO CANCELATÓRIO, DESCUMPRIMENTO DO ART. 55 DA LEI N° 8.211.
O procedimento para cancelamento da isenção fel regularmente adotado pela fiscalização. Ao descumprir os requisitos previstos no art. 55 da Lei nº 8.212, a entidade perde direito ao gozo do beneficio fiscal.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo n° 35239.001638/2005-71
Recurso n° 165.473 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.266 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria SALÁRIO INDIRETO
Recorrente ESTADO DO RS PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Recorrida DRP - PORTO ALEGRE / RS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/07/2001 a 28/02/2004
RECURSO INTEMPESTIVO.
O recurso interposto intempestivamente não pode ser conhecido por este Colegiada.
Recurso Voluntário Não Conhecido.
Crédito tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestividade, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo n° 35232.000590/2007-14
Recurso n° 155.425 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.267 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E OUTRO
Recorrida DRP - NATAL / RN
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/06/1995 a 31/05/1998
PRAZO DECADENCIAL, CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS, ART. 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de n° 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212 de 1991.
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso 1 do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, FALTA CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA. RELATÓRIO INCOMPLETO, NULIDADE.
O órgão previdenciário aponta que a recorrente não conseguiu elidir a responsabilidade solidária, entretanto não indicou no relatório fiscal, nem na complementação do relatório, os fundamentos para enquadrar os serviços prestados como sujeitos ao instituto da solidariedade. Não foi realizado o cotejamento pelos Auditores-Fiscais entre a documentação analisada e a legislação que dispõe acerca da cessão de mão-de-obra.
A formalização do auto de infração tem como elementos os previstos no art. 10 do Decreto n ° 70.235. O erro, a depender do grau, em qualquer dos elementos pode acarretar a nulidade do ato por vício formal. Entre os elementos obrigatórios no auto de infração consta a descrição do fato (art. 10, inciso III do Decreto n 0 70.235). A descrição implica a exposição circunstanciada e minuciosa do fato gerador, devendo ter os elementos suficientes para demonstração, de pelo menos, da verossimilhança das alegações do Fisco. De acordo com o princípio da persuasão racional do julgador, o que deve ser buscado com a prova produzida no processo é a verdade possível, isto é, aquela suficiente para o convencimento do juízo.
Pelo exposto, in casu, não se tratou de simples erro material, mas de vício na formalização por desobediência ao disposto no art. 10, inciso III do Decreto nº 70.235.
Processo Anulado.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, pelo voto de qualidade, em anular o lançamento. Vencido(a)s o(a)s Conselheiro(a)s Marcelo Oliveira (Suplente), Manoel Coelho Arruda Junior e Rogério de Lellis Pinto (Suplente).
--
Processo nº 35232.000588/2007-37
Recurso nº 155.434 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.268 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E OUTRO
Recorrida DRP - NATAL / RN
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/04/1998 a 31/10/1998
RESPONSABILIDADE SOLIDARIA FALTA CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA. RELATÓRIO INCOMPLETO. NULIDADE.
O órgão previdenciário aponta que a recorrente não conseguiu elidir a responsabilidade solidária, entretanto não indicou no relatório fiscal, nem na complementação do relatório, os fundamentos para enquadrar os serviços prestados como sujeitos ao instituto da solidariedade. Não foi realizado o cotejamento pelos Auditores-Fiscais entre a documentação analisada e a legislação que dispõe acerca da cessão de mão-de-obra.
A formalização do auto de infração tem como elementos os previstos no art. 10 do Decreto n° 70.235. O erro, a depender do grau, em qualquer dos elementos pode acarretar a nulidade do ato por vício formal. Entre os elementos obrigatórios no auto de infração consta a descrição do fato (art. 10, inciso III do Decreto n ° 70.235). A descrição implica a exposição circunstanciada e minuciosa do fato gerador, devendo ter os elementos suficientes para demonstração, de pelo menos, da verossimilhança das alegações do Fisco. De acordo com o princípio da persuasão racional do julgador, o que deve ser buscado com a prova produzida no processo é a verdade possível, isto é, aquela suficiente para o convencimento do juízo.
Pelo exposto, in casu, não se tratou de simples erro material, mas de vício na formalização por desobediência ao disposto no art. 10, inciso III do Decreto n° 70.235.
Processo Anulado.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, pelo voto de qualidade, em anular o lançamento. Vencido(a)s o(a)s Conselheiro(a)s Marcelo Oliveira (Suplente), Manoel Coelho Arruda Junior. e Rogério de Lellis Pinto (Suplente).
--
Processo nº 35232.000587/2007-92
Recurso nº 155.437 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.269 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS E OUTRO
Recorrida DRP - NATAL / RN
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/03/1996 a 31/10/1998
PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO, AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de n° 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8.212 de 1991.
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. FALTA CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA. RELATÓRIO INCOMPLETO. NULIDADE.
O órgão previdenciário aponta que a recorrente não conseguiu elidir a responsabilidade solidária, entretanto não indicou no relatório fiscal, nem na complementação do relatório, os fundamentos para enquadrar os serviços prestados como sujeitos ao instituto da solidariedade, Não foi realizado o cotejamento pelos Auditores-Fiscais entre a documentação analisada e a legislação que dispõe acerca da cessão de mão-de-obra.
A formalização do auto de infração tem como elementos os previstos no art. 10 do Decreto n ° 70.235. O erro, a depender do grau, em qualquer dos elementos pode acarretar a nulidade do ato por vício formal. Entre os elementos obrigatórios no auto de infração consta a descrição do fato (art. 10, inciso III do Decreto n ° 70.235), A descrição implica a exposição circunstanciada e minuciosa do fato gerador, devendo ter os elementos suficientes para demonstração, de pelo menos, da verossimilhança das alegações do Fisco. De acordo com o princípio da persuasão racional do julgador, o que deve ser buscado com a prova produzida no processo é a verdade possível, isto é, aquela suficiente para o convencimento do juízo.
Pelo exposto, in casu, não se tratou de simples erro material, mas de vício na formalização por desobediência ao disposto no art. 10, inciso III do Decreto n° 70.235.
Processo Anulado.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, pelo voto de qualidade, em anular o lançamento. Vencido(a)s a(a)s Conselheiro(a)s Marcelo Oliveira (Suplente), Manoel Coelho Arruda Junior e Rogério de Lellis Pinto (Suplente).
--
Processo nº 35412.000548/2005-1.3
Recurso nº 14.3.051 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.270 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO
Recorrente RS SERVIÇOS SC LIDA SUCESSORA DE RS MANUTENÇÃO
INDUSTRIAL LIDA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM GUARULHOS/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/01/1993 a 31/12/1998
PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO, ENTENDIMENTO DO STJ, ART. 150, PARÁGRAFO 4º DO CTN. DECADÊNCIA PARCIAL.
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 1.2 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8..212 de 1991.
Uma vez não sendo mais possível a aplicação do art. 45 da Lei nº 8.212, há que serem observadas as regras previstas no CTN.
As contribuições previdenciárias são tributos lançados por homologação, assim devem, em regra, observar o disposto no art. 150, parágrafo 4º do CTN. Havendo, então o pagamento antecipado, observar-se-á a regra de extinção prevista no art. 156, inciso VII do CTN.
No caso, houve pagamento antecipado, ainda que parcial, sobre as rubricas lançadas, conforme relatório fiscal (DAD). Assim, aplica-se a regra prevista no art. 150, parágrafo 4º do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
DESCONTO SEGURADOS EMPREGADOS. PRESUNÇÃO LEGAL.
O desconto das contribuições previdenciárias a cargo dos segurados sempre se presume feita oportuna e regularmente pela empresa nos termos do art. 33, parágrafo 5° da Lei nº 8.212.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3º câmara / 2º turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, pelo voto de qualidade, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso, nos termos do voto do relatou. Vencidos os Conselheiros Marcelo Oliveira (Suplente), Manoel Coelho Arruda Junior e Rogério de Lellis Pinto (Suplente), que votam pela anulação do lançamento por vício material, já que imotivado o lançamento.
--
Processo nº 35564.002766/2006-21
Recurso nº 152.147 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.271 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente CHALLENGER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SÃO PAULO CENTRO/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/12/1996 a 31/12/1998
DECADÊNCIA - O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto da relatora. Os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Rogério de Lellis Pinto (Suplente) acompanharam o relator somente nas conclusões. Entenderam que se aplicava o artigo 150, § 4º do CTN.
--
Processo nº 35380.000634/2005-32
Recurso nº 144.685 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.272 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIA EM GERAL
Recorrente SOLETROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA EM BOTUCATU/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/0111994 a 31/12/1994, 01/01/1996 a 31/12/2001 FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INFRAÇÃO.
É obrigação da empresa exibir à fiscalização todos os documentos relacionados à contribuições previdenciárias.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 12045.000070/2007-1.3
Recurso nº 142.037 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.273 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL.
Recorrente MADENORTE S/A LAMINADOS E COMPENSADOS
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM BELÉM/PA
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/01/1992 a 30/06/2002
REABERTURA DE PRAZO. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS ATRAVÉS DE TIAD.
Reaberto prazo para apresentação dos documentos, e, constatado pela fiscalização a inexistência do documento solicitado, não há que se falar em autuação.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 35464.003903/2004-10
Recurso nº 141.797 Embargos
Acórdão nº 2302-00.274 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria CESSÃO DE MÃO DE OBRA: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPRESAS EM GERAL
Embargante DRP UBERLÂNDIA / MG
Interessado AMERICAN EXPRESS DO BRASIL TEMPO & CIA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/06/1995 a 30/11/1997
DECADÊNCIA - O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Embargos Acolhidos. Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, conhecer do pedido de revisão e acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto da relatora, Os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Rogério de Lellis Pinto (Suplente) acompanharam o relator somente nas conclusões. Entenderam que se aplicava o artigo 150, § 4° do CTN.
--
Processo nº 35489.000521/2006-18
Recurso nº 147.068 Voluntário
Acórdão nº 2302-00275 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL
Recorrente MANOEL CABRAL
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENC1ÁRIA EM TAUBATÉ/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/10/2003 a 31/10/2003
RESULTADO DE DILIGÊNCIA FISCAL SEM A CIÊNCIA DA RECORRENTE, - VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA,
O recorrente possui direito de participação no processo administrativo em relação a qualquer ato praticado ou documento juntado.
Diligência sem a comunicação de seu resultado à parte viola o princípio do contraditório. Transgressão ao art. 59, inciso II do Decreto nº 70.235 de 1972.
Decisão-Notificação emitida sem observância dos princípios que regem o processo administrativo merece ser anulada.
Decisão de Primeira Instância Anulada.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10670.001287/2007-31
Recurso nº 145.432 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.276 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente EVALDO JENER DE FÁTIMA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA EM MONTES CLAROS/MG
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 21/07/2007
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO
ART, 41 DA LEI Nº 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei n° 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção)„ Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato inflacionario.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37169.005389/2006-71
Recurso nº 144.140 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.279 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL,
Recorrente ALTA PAPÉIS E TUBOS DE PAPELÃO LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM BLUMENAU/SC
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/01/2003 a 31/12/2005
FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, É obrigação da empresa exibir à fiscalização todos os documentos relacionados à contribuições previdenciárias.
Recuso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 37169.005388/2006-26
Recurso nº 143.628 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.280 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente ALTA PAPÉIS E TUBOS DE PAPELÃO LTDA
Recorrida DRP BLUMENAU / SC
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/01/2000 a 31/12/2005
FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INFRAÇÃO.
É obrigação da empresa exibir à fiscalização todos os documentos relacionados à contribuições previdenciárias.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo nº 36190.002571/2006-30
Recurso nº 142.877 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.281 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria RESTITUIÇÃO: SEGURADOS
Recorrente PALMIRA GONÇALVES SANTOS
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA EM SALVADOR - BROTAS/BA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/06/2001 a 30/06/2001, 01/12/2002 a 31/12/2002,
01/04/2003 a 30/04/2003, 01/08/2004 a 31/0812004
PARCELA A CARGO DO SEGURADO. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA.
A sentença transitada em julgado na Justiça do Trabalho faz coisa julgada material, conforme previsto no art. 269 do Código de Processo Civil, Eventual rediscussão das contribuições previdenciárias descontadas do segurado somente é possível mediante ação rescisória, restando afastada a via administrativa.
INCONSTITUCIONALIDADE. AFASTAMENTO DE NORMAS LEGAIS. VEDAÇÃO,
O Segundo Conselho de Contribuintes não é competente para afastar a aplicação de normas legais e regulamentares sob fundamento de inconstitucionalidade.
Recuso Voluntário Negado.
Direito Creditório Não Reconhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 13028.000073/2007-10
Recurso nº 150.566 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.282 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO
Recorrente CEREAIS BARRIL LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM SANTO ANGELO/RS.
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS
Período de apuração: 01/01/1996 a 28/02/2006
DECADÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
DEPÓSITO RECURSAL. REVOGAÇÃO. INEXIGIVEL, PARA TODOS OS PROCESSOS AINDA SOB EXAME DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.
Com a revogação do artigo 126, §1° da Lei n° 8.213, de 24/07/91 pela Medida Provisória nº 413, de 03/01/2008, não é mais exigível o depósito recursal. Sendo tempestivo, o recurso deve ser conhecido.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, com fundamento no artigo 173, I do CTN, acatar a preliminar de decadência de parte do período a que se refere o lançamento para provimento parcial do recurso. Vencidos os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Rogério de Lellis Pinto (Suplente), que aplicam o artigo 150 § 4º do CTN.
--
Processo n° 44021.000238/2007-47
Recurso nº 145.389 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.324 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. GFIP. FATOS GERADORES.
Recorrente COOPERCEL COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA MATARAZZO DE EMBALAGENS CELOSUL.
Recorrida DRP - SÃO PAULO / SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 19/09/2006
PRAZO DECADENCIAL. CINCO ANOS. TERMO A QUO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PENALIDADE PECUNIÁRIA, ART. 173, INCISO I, DO CTN,
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8.212 de 1991.
No caso de lançamento de oficio, há que se observar o disposto no art. 173 do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização,
RETROATIVIDADE BENIGNA. GFIP. MEDIDA PROVISÓRIA N° 449, REDUÇÃO DA MULTA.
As multas em GFIP foram alteradas pela Medida Provisória n° 449 de 2008, que beneficiam o infrator. Foi acrescentado o art. 32-A à Lei n° 8.212.
Conforme previsto no art. 106, inciso II do CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo como infração; b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo; c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Conselheira Bernadete de Oliveira Barros, que entende que deve ser aplicada a multa do artigo 35 A, da Lei nº 8.212/91.
--

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011051200035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 36712.000839/2006-62
Recurso nº 145.085 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.261 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria AUTO DF INFRAÇÃO. OBRIGAÇOES ACESSÓRIAS
Recorrente SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITAPETINGA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SALVADOR/BA
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 31/05/2005
MPE PROCEDIMENTO REGULAR CIÊNCIA APÓS O PRAZO DE EXPIRAÇÃO
De acordo com o disposto no Enunciado nº 25 do GRPS, não Irá ressalva do tipo de ciência que será conferida ao contribuinte: pessoal, postal com aviso de recebimento ou por edital. Não havendo ressalva do tipo de ciência, não pode o intérprete, no caso esta Calma a, reduzir o alcance de tal dispositivo. Conforme previsto no art. 15 do Decreto n ' 3.969/2001, que instituiu o MPF, este se extinguirá pela conclusão do procedimento fiscal, registrado em termo próprio; ou pelo decurso dos prazos. A conclusão do procedimento fiscal não pode, considerando o teor do Enunciado nº 25, ser interpretada como a ciência ao contribuinte, sendo este um requisito de eficácia do lançamento, mas deve ser interpretada como a lavratura do lançamento, pois esta e o requisito de existência do ato.
CARACTERIZAÇÃO EMPREGADO VÍCIO NO RELATORIO FISCAL INCOMPLETO.
Não se pode confundir o órgão fiscalizado' com o julgador Cabe à Receita Federal fiscalizar e lançai: os tributos, c cabe ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF a tarefa de verificar a regularidade da decisão de primeira instancia, e não efetuar ou complementar o lançamento.
A formalização do auto de infração tem como elementos os previstos no art.
10 do Decreto nº 70.235. O erro, a depender do grau, cru qualquer dos elementos pode acarretar a nulidade do ato por vicio formal Entre os elementos obrigatórios no auto de infração consta a descrição do fato (art. 10, inciso III do Decreto nº 70.235) A descrição implica a exposição circunstanciada e minuciosa do fato gerador, devendo ter os elementos suficientes para demonstração, de pelo menos, da verossimilhança das alegações do Fisco. De acordo com o principio da persuasão racional do julgador, o que deve ser buscado com a prova produzida no processo é a verdade possível, isto é, aquela suficiente para o convencimento do juízo.
Processo Anulado.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em anular o auto de infração por vicio formal Vencidos os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Rogério de Lellis Pinto (Suplente) que anulam por vicio material.
--
Processo nº 35488.001247/2006-04
Recurso nº 145.838 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.264 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria RESTITUICAO
Recorrente PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAIL PAULISIA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA PIRACICABA/SP
Assunto: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁR1AS
Data do fato gerador: 07/06/2005
RESTITUIÇÃO - PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO PLEITO É DE 5 ANOS.
O prazo que o contribuinte dispõe paia realizar o pedido de restituição é previsto em lei, sendo de cinco anos.
INCONSTITUCIONALIDADE IMPOSSIBII IDADE DE CONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.
A alegação de inconstitucionalidade formal de lei não pode ser objeto de conhecimento por parte do administrador público Enquanto não for declarada inconstitucional pelo STF, ou examinado seu mérito no controle difuso (efeito entre as partes) ou revogada por outra lei federal, a referida lei estará em vigor e cabe à Administração Pública acatar suas disposições.
Recurso Voluntário Negado.
Direito Creditório Não Reconhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, Ciii negar provimento ao recluso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 35466.003828/2007-10
Recurso nº 144.134 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.277 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2000
Matéria RESTITUICAO: SEGURADOS
Recorrente FATIMA REGINA DE LIMA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SÀO PAULO/SP
Assunto: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Data do fato gerador: 06/04/2004
RESTITUIÇÃO RECOLHIMENTO INDEVIDO. INOCORRECIA
Conforme dispõe o art. 89 da Lei nº 8.212/1991, a restituição ou compensação somente é cabível nos casos de recolhimento a maior ou indevido.
Não cabe a devolução de valores pelo arrependimento do recorrente, uma vez efetuando o recolhimento passou a estar seguindo pela previdência social com base nos valores recolhidos Portanto, visto ti atar-se de um seguro, não cabe a contrição, sendo a lei expressa nesse sentido ao dispor que as hipóteses suscetíveis de devolução de valores são apenas no caso de recolhimento a maior ou indevido.
Recurso Voluntário Negado.
Direito Creditório Não Reconhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35948.002301/2006-66
Recurso nº 144.339 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.284 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANÁ LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVI DENCIÁRIA EM CURITIBA/PR
Assunto: CONTRIBUIOES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/05/1995 a 31/10/1995
DECADÊNCIA
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior acompanhou o relator somente nas conclusões, Entendeu que se aplicava o artigo 150, § 4° do CTN.
--
Processo nº 12045.000229/2007-91
Recurso nº 144.873 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.285 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP OUTROS DADOS
Recorrente JSM DE FREITAS CONFECÇÃO
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA DF DUQUE DE CAXIAS/RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 19/05/2006
DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSORIA. GFIP EM DESCONFORMIDADE.
Constitui infração a empresa apresentar Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GHP em desconformidade com as formalidades especificadas no respectivo Manual de Orientação. Art. 32, § 1º, da Lei nº 8.212/91, com a redação da Lei nº 9.528/97, c/c art. 225 do Regulamento da Previdência Social.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo nº 36624.001209/2007-85
Recurso nº 146.390 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.286 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente USANTANGELO PIMURAS LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCI ÁRIA EM SÃO PAULO - OESTE/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 17/08/2006
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 35011.003535/2006-91
Recurso nº 147.047 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.288 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 0.3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente MARYSE MENDES PEREZ
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM MANAUS/AM
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do tato gerador: 14/11/2005
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE, REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.112. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.112 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei n° 1.1941/2009.
A aplicação de urna penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracionario.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 35027.000154/2007-62
Recurso nº 144.561 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.289 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente JOANES INDUSTRIAL S/A PRODUTOS QUÍMICOS E VEGETAIS
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM ITABUNA/BA
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÇORIAS
Data do fato gerador: 18/05/2006
DECADÊNCIA:
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo n° 35368.000269/2007-96
Recurso nº 143.700 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.291 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GIFIP. FATOS GERADORES.
Recorrente CORTEX INDÚSTRIA TEXTIL LTDA
Recorrida DRP - SÃO PAULO / SP
ASSUMO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 02/10/2006
PRAZO DECADENCIAL, CINCO ANOS. TERMO A QUO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ANTECIPADO SOBRE AS RUBRICAS
LANÇADAS. ART. 173, INCISO I, DO CTN,
O Supremo Tribunal Federal, conforme entendimento sumulado, Súmula Vinculante de nº 8, no julgamento proferido em 12 de junho de 2008, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212 de 1991.
Não tendo havido pagamento antecipado sobre as rubricas lançadas pela fiscalização, há que se observar o disposto no art. 173, inciso I do CTN.
Encontram-se atingidos pela fluência do prazo decadencial parte dos fatos geradores apurados pela fiscalização.
RETROATIVIDADE BENIGNA. GFIP. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449, REDUÇÃO DA MULTA.
As multas em GFIP foram alteradas pela Medida Provisória nº 449 de 2008, que beneficiam o infrator. Foi acrescentado o art. 32-A à Lei n° 8.212.
Conforme previsto no art. 106, inciso II do CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo como inflação; b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo; c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 13833.000075/2007-14
Recurso nº 144.063 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.292. - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÕES ACESSORIAS GFIP
Recorrente COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO INTERIOR. PAULISTA
Recorrida DRP - SÃO PAULO/SP
Assunto: OBRIGAÇÕES ACESSORIAS.
Data do fato gerador: 06/03/2006
RFTROATIVIDADF BENIGNA GFIP MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449,
REDUÇAO DA MULTA.
As multas em GFIP foram aliciadas pela Medida. Provisória nº 449 de 2008, que beneficiam o infrator foi acrescentado o art. 32-A à Lei nº 8.212.
Conforme previsto no art. 106, inciso II do CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado: a quando deixe de defini-lo como infração: b) quando deixe de tratá-lo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo: e) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, Segunda Turma Ordinária, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.
--

Processo n° 35582.007170/2006-08
Recurso nº 146.580 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.294 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GEFIP. FATOS GERADORES.
Recorrente CVM 2 EQUIPAMENTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Recorrida DRP - RIO DE JANEIRO / RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 29/09/2006
RETROATIVIDADE BENIGNA, GFIP. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449,
REDUÇÃO DA MULTA.
As multas em GFIP foram alteradas pela Medida Provisória nº 449 de 2008, que beneficiam o infrator. Foi acrescentado o art. 32-A à Lei n " 8.212.
Conforme previsto no art. 106, inciso II do CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo como infração; b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo; c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
AUTO DE INFRAÇÃO. ELEVAÇÃO DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CORRE',ÇÃO DA FALTA.
A relevação não é faculdade da autoridade administrativa, uma vez o infrator atendendo aos requisitos do art. 291, § 1º do RPS, quais sejam: primariedade do infrator; correção da falta e sem ocorrência de circunstância agravante; surge para a autoridade o dever de relevar a multa. Contudo, essa autoridade não pode agir de oficio, é necessária a provocação da parte.
Analisando os requisitos e os autos, verifica-se que não houve a correção da falta até a decisão do órgão previdenciário de primeira instância administrativa. O autuado não demonstrou por meio de documentação a correção das faltas.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 18108.000444/2007-97
Recurso nº 154.379 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.295 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP OUTROS DADOS.
Recorrente FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS - ASSOCIAÇÃO EDUCCIONAL.
Recorrida DRP - SÃO PAULO/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 03/07/2006
OBRIGAÇÃO ACESSORIA GFIP. DADOS NÃO RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES.
Conforme expressamente consignado no art. 225, inciso IV do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, a empresa é obrigada a informar mensalmente ao INSS, por intermédio da GFIP, na forma por ele estabelecido, dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS. Desse modo a obrigação não se resume a informai, mas sim informar na forma estabelecida pelo INSS.
MUITA ISOLADA DUPLICIDADE DE AUTUAÇÃO INOCORRENCIA,
O presente auto de infração teve como fundamento o erro nos campos das GFIP não relacionados aos fatos geradores das contribuições previdenciárias Por seu turno, as NFLD tiveram como fundamento a ausência de recolhimento do tributo. Portanto, foram lavrados com capitulação legal distintas e lastreadas em fatos distintos e independentes. Mesmo que a recorrente tivesse pago todas as contribuições, o presente auto de infração ainda seria lavrado.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, Segunda Turma Ordinária, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35301.004604/2007-08
Recurso nº 145.785 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.298 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP. FATOS GERADORES
Recorrente HOSPITALAV SERVIÇOS E PROCESSAMENTO DE ROUPAS E TECIDOS LTDA.
Recorrida DRP RIO DE JANEIRO - CENTRO/RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 15/12/2006
DEPOSITO RECURSAL. REVOGAÇÃO. INEXIGÍVEL, PARA TODOS OS PROCESSOS AINDA SOB EXAME DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.
Com a revogação do artigo 126, §1° da Lei n° 8.113, de 24/07/91 pela Medida Provisória n° 413, de 03/01/2008, não é mais exigível o depósito recusai, Sendo tempestivo, o recurso deve ser conhecido.
GFIP. DADOS NÃO CORRESPONDENTES A TODOS OS FATOS GERADORES
Constitui infração a apresentação de GFIP com dados não correspondentes a todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias, conforme artigo 32, Inciso IV e §5º, da Lei nº 8.212/91.
RETROATIVIDADE BENIGNA. GFIP. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449. REDUÇÃO DA MULTA.
As multas em GFIP foram alteradas pela Medida Provisória nº 449 de 2008, que beneficiam o infrator. Foi acrescentado o art. 32-A à Lei nº 8.212.
Conforme previsto no art. 106, inciso II do CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo tomo infração; b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo; e) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Conselheira Bernadete de Oliveira Barros, que entende que a multa deve ser a do artigo 35 A, da Lei nº 8.212/91.
--
Processo nº 37211.000572/2007-06
Recurso nº 145.784 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.299 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP. OUTROS DADOS
Recorrente HOSPITALAV SERVIÇOS E PROCESSAMENTO DE ROUPAS TECIDOS LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA NO RIO DE JANEIRO - CENTRO/RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 15/12/2006
DEPÓSITO RECURSAL. REVOGAÇÃO. INEXIGÍVEL PARA TODOS OS PROCESSOS AINDA SOB EXAME DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.
Com a revogação do artigo 126, §1° da Lei nº 8.213, de 24/07/91 pela Medida Provisória nº 413, de 03/01/2008, não é mais exigível o depósito recursal. Sendo tempestivo, o recurso deve ser conhecido.
DEIXAR DE PRESTAR INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS. INFRAÇÃO.
Constitui infração a empresa apresentar Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP em desconformidade com as formalidades especificadas no respectivo Manual de Orientação. Art. 32, § 1º, da Lei n° 8.212/91, com a redação da Lei nº 9.528/97, c/c art. 225 do Regulamento da Previdência Social.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo nº 37211.000494/2007-31
Recurso nº 145.783 Voluntário
Acórdão nº 2302-00300 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP. PATOS GERADORES
Recorrente HOSPITALAV SERVIÇOS E PROCESSAMENTO DE ROUPAS E
TECIDOS LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA NO RIO DE JANEIROCENTRO/ RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 13/12/2006
DEPÓSITO RECURSAL. REVOGAÇÃO. INEXIGÍVEL PARA TODOS OS PROCESSOS AINDA SOB EXAME DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE, Com a revogação do artigo 126, §1° da Lei nº 8.213, de 24/07/91 pela Medida Provisória nº 413, de 03/01/2008, não é mais exigível o depósito recursal, Sendo tempestivo, o recurso deve ser conhecido.
DEIXAR DE PRESTAR INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS. INFRAÇÃO. Constitui infração deixar a empresa de prestar ao INSS todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse do mesmo e os esclarecimentos necessários à fiscalização. Artigo 32, inciso III da Lei nº 8.212/91.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo nº 37306.007306/2006-66
Recurso n° 143.917 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.301 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente FIRPAVI CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA S/A
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SÃO PAULO - OESTE/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 21/12/2005
FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, INFRAÇÃO.
É obrigação da empresa exibir à fiscalização todos os documentos relacionados à contribuições previdenciárias,,
O extravio de documentos da empresa não exime a responsabilidade da mesma em providenciar a legalização de novos livros, conforme artigo 10 do Decreto-Lei 486/1969 e artigo 264 do Decreto 3.048/99.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo nº 10120.004739/2007-62
Recurso nº 145.425 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.302 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente JUVENAL RAIMUNDO DE LIMA
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: ORRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 28/10/2005
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE, REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI N 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha - funda-mento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009.
A aplicação de urna penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 12045.000335/2007-75
Recurso nº 145.782 Voluntário
Acórdão nº 2302-09.303 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente JOSÉ CARDOSO DOS SANTOS FILHO
Recorrida DRP GOIÂNIA/GO
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 30/11/2005
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE, REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA, RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no Art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo - foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão publico, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 35219.000308/2006 -88
Recurso nº 146.455 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.305 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente MIGUEL TRINDADE FERREIRA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENGIÁRIA EM RECIFE/PE
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 07/07/2004
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO
ART. 41 DA LEI N° 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA.
RECONELCIMENTO
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009. A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN. Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 36980.006152/2006-71
Recurso nº 147.147 De Ofício
Acórdão nº 2302-00.306 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente DELEGACIA DA. RECEITA PREVIDENCIÁRIA. EM GOVERNADOR VALADARES/MG
Interessado ORLANDO SANT ANA AFONSO
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2000
NULIDADE DA AUTUAÇÃO
Conforme reconhecido pela decisão de primeira instância, não houve a correta cientificação do agente público responsável pela prática ou não do ato que constitui infração à legislação previdenciária.
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE, REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI N º 8.112. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória n 0 449 de 2008, convertida na Lei n° 1.1941/2009.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato inflacionario.
Recurso de Oficio Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo n° 14094.000044/2007-27
Recurso nº 145.791 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.307 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL.
Recorrente CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS GUAICURUS LTDA.EPP
Recorrida DRP - CUIABA / MT
Assunto: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 0.3/07/2006
ARTIGO 33, § 2º DA LEI Nº 8.212/91 C/C ARTIGO 283, II, "j" DO RPS, APROVADO PELO DECRETO Nº 3.048/99 - NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS.
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar o INSS na administração previdenciária.
Inobservância do artigo 32, III da Lei nº 8.212/91 c/c artigo 283, II, "h" do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento: por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 14094.000042/2007-38
Recurso nº 145.999 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.308 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO GUAICURUS LTDA EPP
Recorrida DRP - CUIABA / MT
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 03/07/2006
CARACTERIZAÇÃO EMPREGADO, VÍCIO NO RELATÓRIO FISCAL, INCOMPLETO.
Não se pode confundir o órgão fiscalizador com o julgador Cabe à Receita Federal fiscalizar e lançar os tributos, e cabe ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF a tarefa de verificar a regularidade da decisão de primeira instância, e não efetuar ou complementar o lançamento.
A formalização do auto de infração tem como elementos os previstos no art. 10 do Decreto nº 70.235. O erro, a depender do grau, em qualquer dos elementos pode acarretar a nulidade do ato por vicio formal. Entre os elementos obrigatórios no auto de infração consta a descrição do fato (art. 10, inciso III do Decreto n 70,235). A descrição implica a exposição circunstanciada e minuciosa do fato gerador, devendo ter os elementos suficientes para demonstração, de pelo menos, da verossimilhança das alegações do Fisco. De acordo com o princípio da persuasão racional do julgador, o que deve ser buscado com a prova produzida no processo é a verdade possível, isto é, aquela suficiente para o convencimento do juízo.
Auto de infração anulado.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em anular o auto de infração, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior acompanhou o relator somente nas conclusões. Entendeu que se configurou o vicio material.
--
Processo nº 14094 000041/2007-93
Recurso nº 146.251 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.309 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL.
Recorrente CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS GUAICURUS LTDA EPP
Recorrida DRP - CULABA / MT
ASSUN t o: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do lato gerador: 03/07/2006
ARTIGO 32, II DA LEI Nº 8.212/1991 C/C ARTIGO 283 II, "a" DO RPS, APROVADO PELO DECRETO Nº 3.048/99. CONTABILIZAÇÃO FMTITULOS PRÓPRIOS
A inobservância da obrigação tributaria acessória é lato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar o INSS na administração previdenciária.
Inobservância do artigo 32, III da Lei nº 8.212/91 c/c artigo 283, II, "b" do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3 048/99.
Recurso Voluntário Negado
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, I datados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 14094.000022/2007-67
Recurso nº 146.252 Voluntário
Acórdão nº 2302-00310 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL.
Recorrente CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS GUAICURUS LTDA EPP
Recorrida DRP - CUIABA / MT
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 0.3/07/2006
FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS À FISCALIZAÇÃO.
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar o INSS na administração previdenciária.
Inobservância do artigo 32, III da Lei nº 8.112/91 c/c artigo 283, II, "b" do RPS, aprovado pelo Decreto n° 3.048/99.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento: por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 35226,005961/2006-44
Recurso nº 144.038 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.31 1 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO.
Recorrente ALFREDO DE CASTRO FILHO
Recorrida DRP-TERESINA / PI
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 02/09/2002
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART, 41 DA LEI N ° 8.112. EFEITOS. RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no Art. 41 da Lei nº 8.112 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 35464.004454/2006-81
Recurso nº 165.824 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.312 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS: PARCELAS DESCONTADAS DOS SEGURADOS
Recorrente ECOWINDOW PI ÁSTICOS LTDA
Recorrida DRJ - SÃO PAULO I / SP
ASSUNTO: COM RIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/12/2002 a 30/11/2005
RELATÓRIO FISCAL COMPLETO. CERCEAMENTO DE, DEFESA. NÃO OCORRENCIA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO, RESPONSABILIDADE DA EMPRESA.
O relatório fiscal indicou todos os fundamentos fálicos e jurídicos que ensejaram a presente notificação.
Houve discriminação clara e precisa dos fatos geradores, possibilitando o pleno conhecimento pela recorrente.
GFIP. TERMO DE CONFISSÃO. - ALEGAÇÃO DO CONTRIBUINTE
NÃO CORROBORADA POR MEIO DE, PROVA.
Conforme dispõe o art. 225, § 1º do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999 os dados informados em GFIP constituem termo de confissão de divida quando não recolhidos os valores nela declarados.
A notificada teve oportunidade de demonstrar que os valores apurados pela fiscalização, e por ela própria declarados em GFIP ou registrados nas folhas de pagamento não condizem com a realidade na fase de impugnação e agora na fase recursal, mas não o fez. Para fins processuais, alegar sem provar é o mesmo que não alegar.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM_ os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36624.014613/2006-38
Recurso nº 145.066 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.316 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente SUL AMÉRICA SERVIÇOS MÉDICOS S/A
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM SÃO APULO - OESTE/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 29/12/2005
DECADÊNCIA: O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto do relatar. Os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Edgar Silva Vidal acompanharam o relator somente nas conclusões. Entenderam que se aplicava o artigo 150, §4° do CTN.
--
Processo nº 37311.011872/2006-01
Recurso nº 145.441 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.317 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente IGL INDUSTRIAL LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM JUNDIAI/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 05/06/2006
FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. INFRAÇÃO
É obrigação da empresa exibir à fiscalização todos os documentos relacionados à contribuições previdenciárias.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PEDIDO DI., DILAÇÃO DO PRAZO DE DEFESA. PROIBIÇÃO PELA
LEGISLAÇÃO. INDEFERIMENTO.
Em face da determinação contida no art. 34 da Portaria MPS nº 5.20/04, o prazo de defesa não pode ser prorrogado.
JUNTADA DE DOCUMENTOS. PRECLUSÃO TEMPORAL,
A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).
--
Processo n° 35464.000803/2006-95
Recurso nº 142.638 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.318 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente SGS DO BRASIL LTDA.
Recorrida DRP SÃO PAULO-SUL/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 14/04/2005
DECADÊNCIA
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto do relator. Os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Edgar Vidal acompanharam o relator somente nas conclusões. Entenderam que se aplicava o artigo 150, § 4° do CTN.
--
Processo n° 35464.000737/2006-53
Recurso nº 142.520 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.319 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente SGS DO BRASIL LTDA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENC1ÁRI A EM SÃO PAULO-SUL/SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/05/1994 a 31/12/ 1994, 01/02/1997 a 31/12/1997.
DECADÊNCIA
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária por unanimidade de votos acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto do relator. Os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Edgar Silva Vidal acompanharam o relator somente nas conclusões,. Entenderam que se aplicava o artigo 150, § 4° do CTN.
--
Processo nº 35464.000809/2006-62
Recurso nº 142.379 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.320 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente SGS DO BRASIL LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIART EM SÃO PAULO SUL/SP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/01/1995 a 30/04/1995
DECADÊNCIA
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda
Seção de Julgamento, por unanimidade de votos acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso, nos termos do voto do relator. Os Conselheiros Manoel Coelho Arruda Junior e Edgar Silva Vidal acompanharam o relator somente nas conclusões. Entenderam que se aplicava o artigo 150, §4º do CTN.
--
Processo nº 13507.000278/2007-11
Recurso nº 149.277 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.321 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente RAMINDO ISMAR BRITO COSTA
Recorrida DRP/SALVADOR/BA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Data do fato gerador: 28/11/2006
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212, EFEEFOS - RETROATIVIDADE BENIGNA RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991-, entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na nº 11.941/2009.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.
--
Processo n° 35011.000239/2007-10
Recurso n° 149.466 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.322 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente MARYSE MENDES PEREZ
Recorrida DELEGACIA DA RECETVA PREVIDENCIÁRIA EM MANAUS/AM
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 19/04/2006
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO
ART. 41 DA LEI Nº 8.212,, EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA.
RECONHECIMENTO
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória n ° 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009.
A aplicação de urna penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracionário.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 13362.000342/2007-47
Recurso nº 154.962 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.323 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente NILMAR VALENTE DE FIGUEIREDO
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM TERESINA/PI
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 31/10/2006
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART 41 DA LEI Nº 8.212, EFEITOS - RETROATIVIDADE, BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei n° 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 44021.000239/2007-91
Recurso nº 145.379 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.325 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DF INFRAÇÃO. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL.
Recorrente COOPERCEL COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA MATARAZZO DE EMBALAGENS CELOSUL
Recorrida DRP - SÃO PAULO/ SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 19/09/2006
ARTIGO 33, §, 2° DA LEI Nº 8.212/91 C/C ARTIGO 283, II, "j" DO RPS, APROVADO PELO DECRETO Nº 3.048/99 - NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS.
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar o INSS na administração previdenciária.
Inobservância do artigo 32, 111 da Lei nº 8.212/91 e/c artigo 283, II, "b" do RPS, aprovado pelo Decreto n° 3.048/99.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento: por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 35242.000119/2007-07
Recurso nº 144.275 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.326 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP. FATOS GERADORES.
Recorrente FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA
Recorrida DRP - BENTO GONÇALVES / RS
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 26/10/2006
INCONSTITUCIONALIDADE, IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
A alegação de inconstitucionalidade formal de lei não pode ser objeto de conhecimento por parte do administrador público. Enquanto não for declarada inconstitucional pelo STF, ou examinado seu mérito no controle difuso (efeito entre as partes) ou revogada por outra lei federal, a referida lei estará em vigor e cabe à Administração Pública acatar suas disposições.
RETROATIVIDADE BENIGNA. GFIP, MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449. REDUÇÃO DA MULTA.
As multas em GFIP foram alteradas pela Medida Provisória nº 449 de 2008, que beneficiam o infrator. Foi acrescentado o art. 32-A à Lei nº 8,212,
Conforme previsto no art. 106, inciso II do CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo como infração; b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo; c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator. Vencida a Conselheira Bernadete de Oliveira Barros, que entende que deve ser aplicada a multa do artigo 35 A, da Lei nº 8.212/91, A Conselheira Liege Lacroix Thomasi declarou-se impedida de votar.
--
Processo nº 10980.009548/2007-67
Recurso nº 144.906 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.327 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS: PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO
Recorrente DELARA BRASIL LTDA
Recorrida DRP - CURITIBA / PR
ASSUN I O: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/01/2000 a 31/08/2001
RESULTADO DE DILIGÊNCIA FISCAL SEM A CIÊNCIA DA RECORRENTE. - VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.
O recorrente possui direito de participação no processo administrativo em relação a qualquer ato praticado ou documento juntado.
Diligência sem a comunicação de seu resultado à parte viola o princípio do contraditório. Transgressão ao art. 59, inciso II do Decreto n ° 70.235 de 1972.
Decisão-Notificação emitida sem observância dos princípios que regem o processo administrativo merece ser anulada.
Recurso Voluntário Provido.
Aguardando Nova Decisão.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 35390.000612/2007-15
Recurso nº 145.938 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.328 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DF INFRAÇÃO. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL.
Recorrente CONSÓRCIO NACIONAL LUIZA LTDA
Recorrida DRP - FRANCA / SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 14/11/2006
ARTIGO 32, II DA LEI Nº 8.212/1991 C/C ARTIGO 283 II, "a" DO RPS, APROVADO PELO DECRETO N° 3.048/99. CONTABILIZAÇÃO EM TÍTULOS PRÓPRIOS.
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar o INSS na administração previdenciária.
Inobservância do artigo 32, III da Lei nº 8.212/91 c/c artigo 283, II, "h" do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.
REMUNERAÇÃO. PREMIAÇÃO. INCENTIVO, PARCELA DE INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
A verba paga pela empresa aos segurados por intermédio de programa de incentivo, administrativo pela Incentive House S.A. é Cato gerador de contribuição providenciaria.
Uma vez estando no campo de incidência das contribuições previdenciárias, para não haver incidência é mister previsão legal nesse sentido, sob pena de afronta aos princípios da legalidade e da isonomia.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento: por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--

Processo nº 35390.003048/2006-10
Recurso nº 146.165 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.329 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP, FATOS GERADORES,
Recorrente CONSÓRCIO NACIONAL LUIZA LTDA
Recorrida DRP - FRANCA / SP
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 14/11/2006
INCONSTITUCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO PELA A DMINISTR AÇÃO PÚBLICA.
A alegação de inconstitucionalidade formal de lei não pode ser objeto de conhecimento por parte do administrador público. Enquanto não for declarada inconstitucional pelo STF, ou examinado seu mérito no controle difuso (efeito entre as partes) ou revogada por outra lei federal, a referida lei estará em vigor e cabe à Administração Pública acatar suas disposições.
RETROATIVIDADE BENIGNA, GEIP. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449. REDUÇÃO DA MULTA.
As multas em GFIP foram alteradas pela Medida Provisória nº 449 de 2008, que beneficiam o infrator. Foi acrescentado o art. 32-A à Lei n° 8 212.
Conforme previsto no art. 106, inciso II do CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado: a) quando deixe de defini-lo como infração; b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo; e) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
REMUNERAÇÃO, PREMIAÇÃO, INCENTIVO, PARCELA DE INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA.
A verba paga pela empresa aos segurados por intermédio de programa de incentivo, administrativo pela incentive House S.A. é fato gerador de contribuição previdenciária.
Urna vez estando no campo de incidência das contribuições previdenciárias, para não haver incidência é mister previsão legal nesse sentido, sob pena de afronta aos princípios da legalidade e da isonomia.
Recurso Voluntário Provido em Parte.
Crédito Tributário Mantido em Parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Conselheira Bernadete de Oliveira Barros, que entende que deve ser aplicada, a multa do artigo 35 A, da Lei nº 8.212/91.
--

Processo nº 11474.000017/2007-91
Recurso nº 154.333 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.330 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 2 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente LABORATÓR CATARINENSE SA
Recorrida DRP - FLORIANOPOLIS / SC
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do tato gerador: 31/10/2006
ARTIGO 30, I DA LEI Nº 8.212/91 C/C ARTIGO 283, I, "g" DO RPS, APROVADO PELO DECRETO Nº 3.048/99 - OMISSÃO NOS DESCONTOS DAS CONTRIBUIÇÕES DÍVIDAS PELOS SEGURADOS IMPREGADOS.
A inobservância da obrigação tributária acessória é tato gerador do auto de infração, O qual se constitui, principalmente, em firma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por: finalidade auxiliar a fiscalização na administração tributária.
Não se confundem o descumprimento da obrigação principal do descumprimento de obrigação acessória.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, Segunda, Tuma Ordinária, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35043.000547/2006-97
Recurso nº 142.077 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.336 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente FERNANDO NÉVES PEREIRA DA LUZ
Recorrida DRP FORTALEZA/CE
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do Cato gerador: 25/04/2005
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE, REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212 EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.194 1/2009.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamentos, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.
--
Processo nº 35172.000221/2006-94
Recurso nº 149.252 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.339 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente RAIMUNDO LOPES DE FARIAS
Recorrida DRP JOÃO PESSOA/PB
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 15/12/2005
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009.
A aplicação de urna penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN. Em relação ao dirigente do órgão público a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Ausente justificadamente o Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior.
--
Processo nº 36108.003274/2006-01
Recurso nº 144.028 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.349 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente FERNANDO JOSÉ MARQUES DE ANDRADE
Recorrida DRP JOÃO PESSOA/PB
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 10/04/2006
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE, REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212, EFEITOS - RETROATÍVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória n ° 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.941/2009. A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN. Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Ausente justificadamente o Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior.
--
Processo nº 35063.000459/2007-38
Recurso nº 144.136 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.341 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente JOSÉ TADEU MARINHO
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM VITORIA/ES
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 13/12/2006
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE, REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA, RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009.
A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 36202.002002/2006-16
Recurso nº 144.411 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.342 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente FRANCISCO JOSÉ DIAS DA SILVA
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA EM VITÓRIA/ES
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do Cato gerador: 19/12/2005
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009. A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN. Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, rios termos do voto do(a) relator(a).
--

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 12045.000100/2007-83
Recurso nº 144.587 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.343 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DF. INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente FRANCISCO GUEDES MELO FILHO.
Recorrida DRP MACEIO/AL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Data do fato gerador: 13/03/2006
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO
ART. 41 DA LEI Nº 8.212, EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA.
RECONHECIMENTO.
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no Art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 1.1941/2009.
A aplicação de urna penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser urgente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) rei ator(a.). Ausente justificadamente o Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior.
--
Processo nº 11618.002642/2007-96
Recurso nº 144.172 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.345 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Recorrida DRP - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 29/12/2006
ARTIGO 33, § 2° DA LEI Nº 8.212/91 C/C ARTIGO 283, II, "j" DO RPS,
APROVADO PELO DECRETO Nº 3.048/99 - NÃO APRESENTAÇÃO
DOS DOCUMENTOS FISCAIS.
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar o INSS na administração previdenciária.
Inobservância do artigo 32, III da Lei nº 8.212/91 c/c artigo 283, II, "b" do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11618.002638/2007-28
Recurso nº 144.187 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.346 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: R ESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ÓRGÃOS PÚBLICOS
Recorrente COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Recorrida DRP - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/03/2000 a 30/04/2003
ART. 30, INCISO VI DA LEI 8212. INEXISTÊNCIA. PARECER AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei nº 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2° do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º, Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos Os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 11618.002661/2007-12
Recurso n° 144.195 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.347 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ÓRGÃOS
PÚBIICOS
Recorrente COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DA PARAIBA - CAGEPA
Recorrida DRP - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/10/2003 a 31/12/2005
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, CONSTRUÇÃO CIVIL ART. 30,
INCISO VI DA LEI 8.212. INEXISTÊNCIA. PARECER. AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993,
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma especifica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei nº 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º, Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11618.002646/2007-74
Recurso n° 144.242 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.348 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE, SOLIDÁRIA. ÓRGÃOS
PÚBLICOS
Recorrente COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Recorrida DRP - 'JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 29/12/2006
DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO INSTRUMENTAL - ARTIGO
32, I, DA LEI Nº 8.112/1991 C/C ARTIGO 225 I e § 9º DO RPS, APROVADO PELO DECRETO Nº 1048/99„ FOLHA DE PAGAMENTO.
A inobservância da obrigação tributária acessória é fato gerador do auto de infração, o qual se constitui, principalmente, em forma de exigir que a obrigação seja cumprida; obrigação que tem por finalidade auxiliar a fiscalização previdenciária na administração previdenciária.
Não inclusão de todos os segurados em folhas de pagamento acarreta a responsabilização pela autuação.
Recurso Voluntário Negado.
Crédito Tributário Mantido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11618.002667/2007-90
Recurso nº 144.254 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.349 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABWIDADE SOLIDÁRIA. ÓRGÃOS PÚBLICOS
Recorrente COMPANIII A DE ÁGUA E ESGOTOS DA PAR AIBA - CAGEPA
Recorrida DR P - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/12/2000 a 31/05/2002
ART, 30, INCISO VI DA LEI 8.212. INEXISTÊNCIA. PARECER AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei nº 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8,666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1°. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido
Crédito Tributário Exonerado
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM Os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11618.002655/2007-65
Recurso nº 144.174 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.350 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOIADÁRIA. ÓRGÃOS PÚBLICOS
Recorrente COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DA PARAIBA - CAGEPA
Recorrida DRP - JOAO PESSOA. / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/01/2001 a 31/07/2003
ART, 30, INCISO VI DA LEI 8.212. INEXISTÊNCIA. PARECER. AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei nº 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11618.002664/2007-56
Recurso nº 144.243 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.351 - 3ª Câmara! 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ÓRGÃOS PÚBLICOS.
Recorrente COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Recorrida DRP - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/01/2001 a 31/07/2003
ART, 30, INCISO VI DA LEI 8.212. INEXISTÊNCIA. PARECER. AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei n° 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11618.002666/2007-45
Recurso n° 144.256 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.352 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ÓRGÃOS PÚBLICOS
Recorrente COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIRA - CAGEPA
Recorrida DRP - JOAO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/09/2003 a 31/03/2006
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CONSTRUÇÃO CIVIL. ART. 30, INCISO VI DA LEI 8.212, INEXISTÊNCIA, PARECER AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei n° 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11618.002658/2007-07
Recurso n° 144.255 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.353 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUCÃO CIVIL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ÓRGÃOS PÚBLICOS.
Recorrente COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Recorrida DRP - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Período de apuração: 01/02/2000 a 31/08/2001
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CONSTRUÇÃO CIVIL ART. 30, INCISO VI DA LEI 8.212. INEXISTÊNCIA. PARECER AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei n° 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 11618.002942/2007-75
Recurso nº 146.306 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.354 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUCÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ÓRGÃOS PÚBLICOS.
Recorrente COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Recorrida DIZ P - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/09/2003 a 31/05/2004
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, CONSTRUÇÃO CIVIL, ART. 30, INCISO VI DA LEI 8.212. INEXISTÊNCIA, PARECER AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei n° 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11618.002982/2007-17
Recurso nº 146.307 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.355 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 3 de dezembro de 2009
Matéria CONSTRUCÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, ÓRGÃOS PÚBLICOS.
Recorrente COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Recorrida DIZ P - JOÃO PESSOA / PB
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS
Período de apuração: 01/09/2003 a 31/05/2004
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, CONSTRUÇÃO CIVIL, ART. 30, INCISO VI DA LEI 8.212. INEXISTÊNCIA, PARECER AGU/MS 08/2006.
Com a publicação em 24 de novembro de 2006 no DOU do Parecer nº AGU/MS-08/2006 adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República, toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica nele fixada, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993.
Do referido Parecer infere-se o seguinte: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei n° 8.666/93).
Com a entrada em vigor da Lei n° 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art.31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da Terceira Câmara, da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000354/2007-00
Recurso nº 146.361 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.364 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente RAIMUNDO NONATO SALES DE MORAES
Recorrida DRP DISTRITO FEDERAL/DF
ASSUNTO: OBRIGACOES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 06/01/2006
RESPONSABILIDADE PESSOAL DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI Nº 8.212. EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONITECIMENTO A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei n° 11941/2009. A aplicação de uma penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum beneficio para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN, Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a).
--
Processo nº 37218.000364/2007-39
Recurso nº 145.565 Voluntário
Acórdão n° 2302-00.287 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM GERAL
Recorrente RECOURO INDÚSTRIA DE COURO 'RECONSTITUÍDO LTDA.
Recorrida DELEGACIA DA RECEITA PREVIDENCI ÁRIA DO RIO DE JANEIRONORTE/RJ
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 31/05/2006
DECADÊNCIA: O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos acatar a preliminar de decadência para. Provimento do recurso, nos termos do voto da relatora. O Conselheiro Manoel Coelho Arruda
Junior acompanhou a relatora somente nas conclusões, Entendeu que se aplicava o artigo 150, § 4° do CTN.
--
Processo nº 35043.000548/2006 -31
Recurso nº 142.745 Voluntário
Acórdão nº 2302-00.337 - 3ª Cântara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 03 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE PÚBLICO
Recorrente FERNANDO NEVES PEREIRA DA LUZ
Recorrida DRP FORTALEZA/CE
ASSUNTO: CON RIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENGIÁRIAS
Data do fato gerado': 25/04/2005
RESPONSABILIDADE PESSOAL, DO DIRIGENTE. REVOGAÇÃO DO ART. 41 DA LEI N° 8.212, EFEITOS - RETROATIVIDADE BENIGNA. RECONHECIMENTO
A responsabilidade pessoal do dirigente tinha fundamento legal expresso no art. 41 da Lei nº 8.212 de 1991; entretanto tal dispositivo foi revogado por meio do art. 65 da Medida Provisória nº 449 de 2008, convertida na Lei nº 11.941/2009.
A aplicação de urna penalidade terá como componentes a conduta, omissiva ou comissiva, o responsável pela conduta e a penalidade a ser aplicada (sanção). Se em qualquer desses elementos houver algum benefício para o infrator, a retroatividade deve ser reconhecida em Função de ser cogente o caput do art. 106 do CTN.
Em relação ao dirigente do órgão público, a MP deixou de definir o ato como descumprimento de obrigação acessória, como ato infracional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara/ 2ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). Ausente justificadamente o Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior.
--
Processo nº 13807.004965/2002-16
Recurso nº 145.368 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.225 - 2ª Turma Especial
Sessão de 10 de marco de 2010
Matéria IRPF
Recorrente KAZUKO CHINE.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO. IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício 1996
IMPOSTO DE RENDA DF PESSOA FÍSICA PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLLINTÁRIO. DECADENCIA DO DIREITO DE
PLEITEAR A REPETICÃO DO INDÉBITO
() inicio da contagem do prazo decadencial paia pleitear a repetição do indébito dos valores pagos a titulo de imposto de renda sobre o montante recebido como incentivo pela adesão a Programa de Desligamento Voluntário PDV, deve fluir a partir da data em que o contribuinte viu reconhecida, pela administração tributária, a não incidência.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recluso para afastar a preliminar decadência, determinando o encaminhamento dos autos à DRF de origem para apreciação das razões de mérito, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 10860.001718/2001-36
Recurso nº 151.092 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.130 - 2ª Turma Especial
Sessão de 21 de setembro de 2009
Matéria IRPF - Ex(s).: 1996 e 1997
Recorrente UBIRATAN MESSIAS BARRETO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 1996, 1997
IRPF - DECADÊNCIA.
Nos casos de lançamento por homologação, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário expira após cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador.
IRPF - VERBAS RECEBIDAS A TITULO DE INDENIZAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS (IHT).
O valor pago pela Petrobrás a título de "Indenização de Horas Trabalhadas - IHT" está sujeito à incidência do imposto de renda.
Preliminar de decadência acolhida no exercício financeiro de 1996.
Recurso parcialmente provido.
Recurso negado no exercício financeiro de 1997.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, acatar a preliminar de decadência do direito do Fisco de lançar no que tange ao exercício financeiro de 1996, ano calendário de 1995, vencido o Conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa (titular da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara como suplente convocado), nos termos do voto do Relator. Quanto ao exercício financeiro de 1997, ano-calendário de 1996, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto.
--

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 13634.000501/2003-32
Recurso nº 151.143 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.168 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de outubro de 2009
Matéria IRPF - Ex(s): 2002
Recorrente JARY SOAM S DE MENDONÇA FILHO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2002
IRPF GLOSA. DEDUÇÃO DE DESPFSAS MÉDICAS
São dedutíveis as despesas médicas comprovadas por documentação hábil. Tendo o contribuinte suprido às informações faltantes apontadas pela
Autoridade Fiscais, deve a glosa das despesas médicas ser desconstituída.
Recurso provido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa e Eduardo Tadeu Fatah (titulares da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara, como Suplentes convocados) que negavam provimen10 A presidente Valéria Pestana Marques apresentou declaração de voto.
--
Processo nº 13407.000104/2004-25
Recurso nº 153.654 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.229 - 2ª Turma Especial
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRPF
Recorrente HENRIQUE MARTINS DUARTE
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF
Exercício: 2001
RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO, COMPENSAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA RETENÇÃO NA FONTE.
O imposto descontado na fonte sobre rendimentos sujeitos ao Ajuste Anual há, para ser compensado com o imposto devido apurado na declaração de rendas, que estar corroborado por documentação hábil e idônea.
IRRF, 13º SALÁRIO. TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA NA FONTE.
Os rendimentos pagos a titulo de décimo terceiro salário estão sujeitos à tributação exclusiva na fonte, descabendo, pois, a compensação do imposto sobre ele retido com aquele calculado no Ajuste Anual.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso interposto para restabelecer a compensação do imposto de renda retido na fonte no montante de RS 6,535,14, nos termos do voto do Relator.
--

Processo nº 10280 002805/2002-12
Recurso nº 153.959 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.224 - 2ª Turma Especial
Sessão de 10 de marco de 2010
Matéria IRPF
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado WILSON PACHECO FERREIRA
Assunto, Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF.
Exercício. 2000
EMBARGOS DECLARATORIOS. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE,
Os embargos de declaração devem ser acolhidos quando verificado erro, engano ou equívoco passível de correção. Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição, não há como prosperarem os embargos declaratórios.
Embargos rejeitados.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar os Embargos de Declaração interpostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional para ratificar o Acórdão n° 196-00100, de 02 de fevereiro de 2009, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 10384.002657/2004-30
Recurso nº 162.305 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.236 - 2ª Turma Especial
Sessão de 12 de abril de 2010
Matéria IRPF - Ex(s),: 2001
Recorrente ANTÔNIO DE SÁ CAMARGO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF
Ano-calendário: 2000
MOLESTIA GRAVE PROVENTO DE APOSENTADORIA E SUA COMPLEMENTACAO ISENCAO.
São isentos do imposto de renda os proventos de aposentadoria, assim como a sua complementação percebidos pelos portadores das moléstias graves enumeradas no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713/1988 e alterações, desde que devidamente comprovado mediante 1audo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal c dos Municípios, a partir da data em que a doença foi contraída, desde que tal data esteja identificada nesse laudo.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos os termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 14041.000009/2005-61
Recurso nº 156.367 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.277 - 2ª 'Turma Especial
Sessão de 10 de maio de 2010
Matéria IRPF
Recorrente MARCOS RUBENS DE OLIVEIRA
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-BRASILIA/DF
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Fisica IRPE
Exercício: 2003
Ementa:
IRPF PNUD. RENDIMENTOS RECEBIDOS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TRIBUTAÇÃO
São tributáveis os rendimentos decorrentes da prestação de serviços Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), quando recebidos por nacionais contratados no País, por faltar-lhes a condição de funcionário de organismos internacionais de que o Brasil faça parte.
MULTA ISOLADA E MULTA DE OFICIO. CONCOMITÂNCIA MESMA BASE DE CÁLCULO
A aplicação concomitante da multa isolada e da multa de ofício não é legitima quando incide sobre uma mesma base de cálculo.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso paia afastar tão-só a aplicação da multa isolada, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 16327.003451/2003-15
Recurso nº 157.274 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.230 - 2ª turma Especial
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRRF
Recorrente BANCO BMC S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSEM O: INIPOSTO SOBRE A RENDA RETIDA NA FONTE - IRRF
Exercício: 1998
IRPF DECADENCIA LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO.
O Imposto de Renda Retido na Fonte é tributo sujeito a lançamento por homologação, portanto, com prazo decadencial de cinco anos contado do lato gerador, conforme prevê o § 4º do art. 150 do CTN.. Homologa-se no caso a atividade, o procedimento realizado pelo SB. j eito passivo, consistente em verificar a ocorrência do falo gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo, inclusive quando tenha havido omissão no exercício daquela atividade.
Preliminar de decadência acolhida.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de decadência pala dar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 10840.003147/2001-11
Recurso nº 159.311 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.279 - 2ª Turma Especial
Sessão de 10 de maio de 2010
Matéria IRPE - Ex(s): 2000
Recorrente JOSE SIMÕES FLORIA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Fisica - IRPF
Exercício: 2000
Ementa: RETORNO DE RESOLUÇÃO. IRPF MOLESTIA GRAVE DATA DE, INICIO DA ISENÇÃO PARA FINS DE IMPOSIO DE RENDA.
Serão alcançados pela isenção os rendimentos de aposentadoria comprovadamente recebidos a partir da data em que for constatada, mediante laudo pericial oficial, a moléstia contraída.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 13009.000300/2002-21
Recurso nº 159.702 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.282 - 2ª Turma Especial
Sessão de 10 de maio de 2010
Matéria IRF Ex„: 1998
Recorrente POSTO JALISCO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Data do fato gerador: 17/04/1997
IRF. PAGAMENTOS A BENEFICIÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS OU SEM CAUSA COMPROVADA, DECADÊNCIA.
O imposto de renda na fonte é tributo sujeito ao regime denominado lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que, nos casos do artigo 61 da Lei n° 8.981/95, ocorre no dia dos referidos pagamentos. Ultrapassado esse lapso temporal sem a expedição de lançamento de oficio, ópera - se a decadência, a atividade exercida pelo contribuinte está tacitamente homologada e o crédito tributário extinto, nos termos do artigo 150, § 4" e do artigo 156, inciso V, ambos do CTN. Precedentes do1º Conselho de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais.
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF
Data do fato gerador: 25/04/1997
IRRF. PAGAMENTO A BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO. PAGAMENTO SEM CAUSA.
A inteligência do comando legal que autoriza a incidência tributária do IRRF em relação aos pagamentos não identificados, sem causa ou de operação não comprovada exige, antes de qualquer coisa, que esteja assegurado a efetiva realização do estipêndio, sobre o que tem a autoridade fiscal o ônus probandi. Somente feito isso é que se poderá falar na presunção juris tantun, que comporta a inversão do ônus da prova, no atinente à corroboração do recebedor do pagamento ou à finalidade deste.
Recurso Voluntário Provido. Acatada a preliminar de decadência do fato gerador ocorrida em 17/04/1997, suscitada pela relatora. Dado provimento no que tange ao fato gerador ocorrido em 25/04/1997, pelo exame do mérito.
Preliminar de decadência acatada.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, acatar a preliminar de decadência suscitada de oficio pela Relatora com relação ao fato gerador ocorrido em 17/04/1997, nos termos do voto da Relatora. Vencidos os Conselheiros os Conselheiros Jorge Cláudio Duarte Cardoso e Lúcia Reiko Sakae, que não a acolhiam. Quanto ao fato imponível ocorrido em 25/04/1997, por unanimidade, dar provimento ao recurso interposto pelo exame do mérito.
--
Processo nº 14041.000322/2006-81
Recurso nº 160.279 Voluntário
Acórdão nº 2802 -00.276 - 2ª Turma Especial
Sessão de 10 de maio de 2010
Matéria IRPF - Ex(s): 2003
Recorrente IRENE EULÁLIA PIERA SAGGIN
Recorrida FAZFNDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE, A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF
Exercício: 2003
IRPF ORGANISMOS INTERNACIONAIS UNESCO. ISENÇÃO.
A isenção de imposto sobre rendimentos pagos por organismos internacionais é restrita aos salários e emolumentos recebidos pelos funcionários, assim considerados aqueles que possuem vínculo estatutário com a Organização e foram incluídos nas categorias determinadas pelo seu Secretário-Geral, aprovadas pela Assembléia Geral Não estão albergados pela isenção os rendimentos recebidos pelos técnicos a serviço do Programa, sejam eles contratados por hora, por tarefa ou mesmo com vínculo contratual permanente. Precedentes desta Corte.
MULTA ISOLADA E MUI TA DF OFÍCIO CONCOMITÂNCIA. MESMA BASE DE CÁLCULO.
A aplicação concomitante da multa isolada e da multa de oficio não é legítima quando incide sobre uma mesma base de cálculo.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegial, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para afastai tão-só a aplicação da multa isolada, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 18471.002649/2003-35
Recurso nº 160.403 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.313 - 2ª Turma Especial
Sessão de 11 de maio de 2010
Matéria IRPF
Recorrente PAULO ROBERTO DE ANDRADE SILVA (ESPÓLIO)
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
Exercício: 1999
Ementa:
IRPF DEPÓSITOS BANCÁRIOS. ESPÓLIO,
A obrigação de comprovar a origem de depósitos bancários estatuída no art. 42 da Lei nº 9.430/1996 é do titular da conta e tem natureza personalíssima, o que implica ser impossível impor ao espólio, por seu inventariante, a obrigação de comprovar depósitos efetuados à época em que o titular era vivo.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 10865.002360/2006-23
Recurso nº 160.701 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.174 - 2ª Turma Especial
Sessão de 28 de outubro de 2000
Matéria IRPF - Ex(s): 2002,2004 e 2005
Recorrente ANTONIA BATISTA CARPIN
Recorrida FAZENDA NACIONAI,
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IR PI
Exercício: 2002, 2004, 2005.
Ementa: IRPF GLOSA DEDUÇÃO DE DESPESAS MÉDICAS
São dedutíveis as despesas Médicas COITI provadas por documentação hábil
Não tendo sido questionada pela Autoridade Fiscal a idoneidade da documentação trazida pelo Recorrente, deve esta sei considerada como suporte bastante das despesas médicas pleiteadas.
MULTA - DESQUALIFICAÇÃO.
Não havendo comprovação por parte da Autoridade Fiscal do evidente intuito de fraude por parte do contribuinte não cabe a aplicação da multa qualificada de 150%.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado por maioria de votos, quanto à parte em lide (glosa de despesas médicas), dai provimento ao recurso, nos termo do voto do Relator, tendo o Conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa (titular da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara, como Suplente convocado) votado pela conclusão Vencido o Conselheiro Eduardo Tadeu Farah. (titular da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara, como Suplente convocado) A Presidente, Valéria Pestana Marques, apresentou declaração de voto.
--
Processo nº l 8471.001093/2003-60
Recurso nº 160.992 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.355 - 2ª turma Especial
Sessão de 16 de junho de 2010
Matéria IRPF - Ex(s): 1999
Recorrente NELSON DE CAMPOS JUNIOR
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 1999
IRPF ACRÉSCIMO PATRIMONIAI, A DESCOBERTO (APD), PAGAMENTO DE DIVIDA.
O cálculo do valor mensal do APD exige preciso nos valores tidos como origens e aplicações de recursos, sob pena de distorção que macula indelevelmente o Auto de lar ação Lançamentos incongruentes nas declinações IRPF do contribuinte relativos a dividas e seu pagamento devem ser alvo de investigação - aprofundada do Fisco, para que a verdade material prevaleça.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado por unanimidade de votos, daí provimento ao recurso interposto para tão somente excluir como aplicação do cálculo do Acréscimo Patrimonial a Descoberto no mês de janeiro de 1999 a importância de R$31.500,00, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 10384.002657/2004-30
Recurso nº 162.305 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.236 - 2ª Turma Especial
Sessão de 12 de abril de 2010
Matéria IRPF - Ex(s): 2001
Recorrente ANTÔNIO DE SÁ CAMARGO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF
Ano-calendário: 2000
MOLESTIA GRAVE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E SUA COMPLEMENTACAO INSENÇAO.
São isentos do imposto de renda Os proventos de aposentadoria, assim Como a sua complementação percebidos pelos portadores das moléstias graves enumeradas no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713/1988 e alterações, desde que devidamente comprovado mediante 1audo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a partir da data em que a doença foi contraída, desde que tal data esteja identificada nesse laudo.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso nos termos do relatório e votos que in integram o presente julgado.
--
Processo nº 10730.003877/2003-12
Recurso nº 162.774 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.212 - 2ª turma Especial
Sessão de 02 de fevereiro de 2010
Matéria IRPF - Ex(s): 1998
Recorrente EDUARDO PEREIRA GONCALVES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Exercício 1998
IRPF. DECADENCIA,
Nos casos de lançamento por homologação, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário expira após cinco anos a contar da ocorrência do lato gerador. O fato gerador do IRPF se perfaz, em 31 de dezembro de cada ano-calendário. Não ocorrendo a homologação expressa, o crédito tributário é atingido pela decadência após cinco anos da ocorrência do fato gerado (art., 150, 4º, do CTN).
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, cm dar provimento ao recurso voluntário, reconhecendo a decadência, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 13603.000297/2004-06
Recurso nº 163.011 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.237 - 2ª Turma Especial
Sessão de 12 de abril de 2010
Matéria IRPF - Ex(s): 2002
Recorrente JOSE DA SILVA XAVIER DIAS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ssunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF
Exercício: 2002
R E N DI MENTOS DE APOSENTADORIA ACIDENTE EM SERVIÇO.
Como a aposentadoria por invalidez, motivada por acidente de serviço, fora declarada retroativamente, os rendimentos declarados pela fonte pagadora como tributáveis são isentos.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo nº 10920.003251/2006-11
Recurso nº 165.898 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.301 - 2ª Turma Especial
Sessão de 11 de maio de 2010
Matéria IRPI, - Ex(s): 2002 a 2006.
Recorrente ARMANDO PINTO JÚNIOR
Recorrida FAZENDA NACIONAL.
Assunto: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA IRPF
Exercício: 2002, 2003, 2004, 2005, 2006
IRPE. NULIDADE DO LANÇAMENTO IMPROCEDÊNCIA.
Eventuais incorreções materiais na apuração de matéria tributável cometidas pela autoridade Lançadora, que não consubstanciem cerceamento de defesa do contribuinte, não demandam a declaração de nulidade do lançamento como um todo, mas simplesmente sua improcedência (no todo ou cru parte).
IRPF DEDUÇÃO DE DEPENDENTES. SOBRINHO MENOR
Somente podem ser considerados dependentes menores que o contribuinte crie e eduque e dos quais detenha a guarda judicial.
IRPE. DEDUÇÃO DE DEPENDENTE. EU FIOS SOB A GUARDA DE EX - CONJUGE
O filho sob a guarda do ex - cônjuge não pode figurar como dependente na declaração do contribuinte
IRPE DEDUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL REQUISITOS.
Somente a pensão alimentícia comprovadamente paga em cumprimento de decisão judicial, em Cace das normas do Direito de Família, pode ser deduzida dos rendimentos tributáveis na declaração.
IRPF DEINIÇÃO DE DESPESAS MÉDICAS REQUISITOS
Somente são dedutíveis na Declaração de Ajuste Anual as despesas médicas pagas pelo contribuinte, relativas ao seu próprio tratamento ou de seus dependentes, devidamente comprovadas segundo a legislação de regência.
MULTA DÊ OFICIO QUALIFICADA.
Para a aplicação da multa qualificada de 150% é indispensável a plena caracterização e comprovação da prática de conduta fraudulenta por parte do contribuinte, ou seja, é absolutamente necessário restar demonstrada a materialidade dessa conduta, ou que fique configurado o dolo especifico do agente, evidenciando não somente a intenção mas também o seu objetivo.
Preliminar rejeitada.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam Os membros do Colegiado por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade, nos termos do voto do Relatou No mérito, por maior ia, dar provimento parcial ao recurso para alistar a qualificação da multa aplicada, vencida a Conselheira Lúcio Reiko Sakae.
--
Processo nº 10840.001738/2005-79
Recurso nº 149.439 Voluntário
Acórdão nº 2202-00.471 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRPF - Ex(s): 2000 a 2003
Recorrente EVALDO BALDIN DIAS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Fisica - IRPF
Exercício: 2000, 2001, 2002, 2003
Ementa: LANÇAMENTO - EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE -- DECADÊNCIA
Nos casos de evidente intuito de fraude a contagem do prazo decadencial do direito de a Fazenda Nacional constituir o crédito tributário relativo ao imposto de tenda rege-se pelo art. 173, I do CTN.
IRPF - DEDUÇAO DESPESAS MÉDICAS - INIDONEIDADE.
Diante de elementos que colocam em dúvida a idoneidade dos recibos apresentados pala a comprovação de despesas médicas justifica-se a exigência por parte do Fisco de elementos adicionais para a comprovação da efetividade da prestação dos serviços e/ou do respectivo pagamento.
MULTA DE AFICIO INCONSTITUCIONADADE.
O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula nº 2 do CARF).
Preliminar rejeitada.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar argüida pelo recorrente e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para estabelecer as deduções de despesas médicas nos valores de R$ 4.830,00 e R$ 7.000,00, correspondentes aos anos-calendário de 2000 e 2001, respectivamente, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 18471.001709/2005-64
Recurso n° 158.595 Voluntário
Acórdão n° 2202-00.421 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de fevereiro de 2010
Matéria IRPF - Ex(s).: 2000
Recorrente JOSÉ LUIZ MARINHO SOARES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
Exercício: 2000
Ementa: DECADÊNCIA - AJUSTE ANUAL - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
Sendo o imposto de renda das pessoas físicas sujeito a apuração e ajuste na declaração anual, independente de exame prévio da autoridade administrativa, o lançamento é por homologação, hipótese em que o direito de a Fazenda Nacional lançar decai após cinco anos contados de 31 de dezembro de cada ano-calendário questionado.
MULTA QUALIFICADA - EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE.
A simples apuração de omissão de receita ou de rendimentos, por si só, não autoriza a qualificação da multa de oficio, sendo necessária à comprovação do evidente intuito de fraude do sujeito passivo (Súmula ri. 14 do CARF).
Argüição de decadência acolhida.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher a argüição de decadência para declarar extinto o direito da Fazenda Nacional constituir o crédito tributário lançado, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 13706.000207/2007-63
Recurso nº 161.565 Voluntário
Acórdão nº 2202-00.434 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria IRPF - Ex(s): 2002
Recorrente JAYME FERREIRA MOREIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAI,
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF
Exercício: 2002
AÇÃO TRABALHISTA - NÃO RETENÇÃO - RESPOSABILIDADE TRIBUTARIA.
Constatada a omissão de rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na declaração de ajuste anual, é legitimo a constituição do crédito tributário na pessoa física do beneficiário, ainda que a Conte pagadora não tenha procedido à respectiva retenção. (Súmula 1º CC nº 12)
VERBAS SALARIAIS - INCIDENCIA DE IRPF - INCOMPETENCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
A despeito de serem recebidas a destempo e da nomenclatura utilizada pelo juiz do trabalho, incide IRPF sobre as verbas salariais recebidas pelo contribuinte.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator A Conselheira Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, acompanhou o voto do Relator pelas conclusões.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 284, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Designar à Coordenação Geral de Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Região Beneficiada (CGDR) do Departamento de Projetos Estratégicos (DPE) da Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH) as atribuições:

I - Coordenar as ações para viabilizar a implementação do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGIB, instituído pelo Decreto no 5.995, de 19 de dezembro de 2006, e exercer as funções de secretaria-executiva e assessoria técnica do Conselho Gestor do PISF.

II - Propor agenda, coordenar e executar ações necessárias para a criação e instalação da Operadora Federal e para a implantação do Sistema de Gestão;

III - Avaliar as alternativas de modelos para a Operadora Federal e apresentá-las ao Conselho Gestor do PISF e ao Ministro da Integração Nacional;

IV - Detalhar o modelo de Operadora Federal definido pelo Ministério da Integração Nacional e apresentá-lo ao Conselho Gestor do PISF;

V - Propor os mecanismos de pagamento dos preços relativos à água disponibilizada pelo PISF e as garantias de ressarcimento à Operadora Federal pelos Estados receptores em caso de inadimplência;

VI - Propor critérios de rateio dos custos de operação e manutenção entre os estados receptores;

VII - Estabelecer modelos e instrumentos jurídicos para o relacionamento da Operadora Federal com seus parceiros;

VIII - Avaliar modificações do projeto que possam acarretar alterações nos custos de operação e manutenção;

IX - Informar o Conselho Gestor e o Ministro da Integração Nacional sobre as ações e trabalhos desenvolvidos, mantendo-os atualizados;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

X - Articular-se com os estados receptores das águas do PISF;

XI - Coordenar o levantamento de informações e dados junto ao Ministério da Integração Nacional e demais órgãos governamentais sobre programas e ações setoriais com vistas a viabilizar a execução do Projeto;

XII - Acompanhar sistematicamente a evolução das obras, da Outorga de Recursos Hídricos e dos licenciamentos ambientais do PISF e de obras e ações complementares junto aos estados receptores;

XIII - Propor diretrizes para o Plano de Gestão Anual do PISF;

XIV - Providenciar a requisição e o controle de suprimento, passagens e diárias para os membros da CGDR;

XV - propor normas para o comissionamento do PISF e viabilizar meios para sua realização;

XVI - Desempenhar outras atividades determinadas pelo Conselho Gestor do PISF ou pelo Ministro da Integração Nacional e decorrentes de suas competências.

Art. 2º O Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional apresentará, em até 30 dias, proposta de reestruturação da CGDR e adequação da equipe técnica da CGDR.

Art. 3º As unidades administrativas do Ministério da Integração Nacional envolvidas com o PISF fornecerão informações sobre suas ações, mediante solicitação do Coordenador do CGDR.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 285, DE 11 DE MAIO DE 2011

Institui Grupo de Trabalho voltado à discussão e encaminhamento de temas referentes ao Semiárido.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal

Art. 1º. Instituir Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e encaminhar temas referentes ao Semiárido junto ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

Art. 2º. O Grupo de Trabalho terá as seguintes competências:

I - conhecer as iniciativas do Ministério da Integração Nacional no Semiárido e articulá-las, quando possível, às demandas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR;

II - indicar providências para compatibilizar as ações desenvolvidas no Semiárido pelo Ministério da Integração Nacional com as demais ações e instituições de desenvolvimento regional;

III - acompanhar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado do Semiárido.

Art. 3º. O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I - um representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional, indicado por seu titular, a quem competirá a sua coordenação;

II - um representante da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, indicado por seu titular;

III - um representante da Secretaria Nacional de Irrigação, indicado por seu titular;

IV - um representante da Secretaria Nacional de Defesa Civil, indicado por seu titular;

V - um representante da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, indicado por seu titular;

VI - um representante da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, indicado por seu titular;

VII - um representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, indicado por seu titular;

VIII - quatro representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, indicados por seu titular.

Parágrafo único. Cada órgão ou entidade indicará titular e suplente.

Art. 4º. A Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional proverá os serviços de Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho.

Art. 5º. Sempre que entender necessário, o Grupo de Trabalho poderá contar com a participação de convidados de outros órgãos e entidades da Administração Pública, que estejam envolvidos com programas ou ações de interesse do Ministério, bem como de consultores externos de notório conhecimento dos assuntos afetos ao Grupo de Trabalho.

Art. 6º. A participação no Grupo de Trabalho será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 212, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Marcionílio Souza - BA - NE.SES - 12.401.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 015, de 23 de março de 2011, de Marcionílio Souza, e demais informações constantes no processo nº 59050.000609/2011-05, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem - NE.SES - 12.401, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 213, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Igarapé Grande - MA - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 033/2011, de 03 de março de 2011, de Igarapé Grande, e demais informações constantes no processo nº 59050.000426/2011-81, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 214, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado de Minas Gerais, afetados por Estiagem - NE.SES - 12.401.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 001/2011, de 21 de fevereiro de 2011, de Campo Azul; nº 074, de 28 de fevereiro de 2011, de Novo Cruzeiro e nº 959/2011, de 18 de fevereiro de 2011, de Porteirinha, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000378/2011-21; 59050.000430/2011-40 e 59050.000388/2011-67, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem - NE.SES - 12.401, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 215, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Marabá - PA - NE. HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE EFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 159/2011-GP, de 03 de março de 2011, de Marabá, e demais informações constantes no processo nº 59050.000423/2011-48, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 216, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 1054, de 14 de março de 2011, de Bom Jesus do Itabapoana, e demais informações constantes no processo nº 59050.000460/2011-56, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 217, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Araricá - RS - HT.DRH - 21.601.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE EFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 720/2011, de 04 de março de 2011, de Araricá, e demais informações constantes no processo nº 59050.000425/2011-37, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de riscos de colapso ou exaurimento de recursos hídricos (HT.DRH - 21.601), a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 218, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Major Vieira- SC - NE.HAL - 12.303.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 1.511-B, de 21 de fevereiro de 2011, de Major Vieira, e demais informações constantes no processo nº 59050.000492/2011-51, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de alagamentos - NE.HAL - 12.303, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 219, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado de Santa Catarina, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 1.390/2011, de 18 de março de 2011, de Botuverá e nº 30/2011, de 14 de março de 2011, de São Pedro de Alcântara, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000555/2011-70 e 59050.000556/2011-14, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 220, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Cubatão - SP - NI.GDZ - 13.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE EFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 9.686, de 02 de março de 2011, alterado pelo Decreto nº 9689, de 14 de março de 2011, de Cubatão, e demais informações constantes no processo nº 59050.000376/2011-32, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de escorregamentos ou deslizamentos - NI.GDZ - 13.301, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 221, DE 11 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Canindé de São Francisco - SE - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 080/2011, de 16 de março de 2011, de Canindé de São Francisco e demais informações constantes no processo nº 59050.000461/2011-09, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 898, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE JUSTIÇA INTERINO, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Nº 3.447, de 05 de maio de 200, publicado no Diário da União do dia 08 de maio do mesmo ano, Seção I, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 08000.002.555/2008-63, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, em conformidade com os artigos 65 e 71 da Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, DANIEL JOSÉ REGALADO BACA, de nacionalidade peruana, filho de Bernave Regalado Valério e de Jova Vaca Lopez, nascido em Lima, Peru, em 14 de dezembro de 1976.

LUIZ PAULO BARRETO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 635 REALIZADO EM 11 DE MAIO DE 2011

Hora: 10h
Presidente: Fernando de Magalhães Furlan
Secretário do Plenário: Clovis Manzoni dos Santos Lores

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.

Foi distribuído por dependência o seguinte feito:

Processo Administrativo Nº 08700.000547/2008-95 (dependente ao PA 08012.007301/2000-38)

Representantes: Ministério Público do Estado do Piauí - MP/PI

Representadas: José Duarte Saraiva, Sindicato do Comércio Varejo de Derivados de Petróleo de Teresina - SINDIPETRO/PI

Advogado(s): Brunno Dutra Rocha de Sousa, José Norberto Lopes Campelo, Nathalie Cancela Cronemberger Campelo, Raniel Barbosa Nunes

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Foram redistribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração Nº 08012.003963/2009-84 (Impedido o Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça)

equerentes: Gerval Indústria e Comércio Ltda., Votorantim Cimentos Brasil S.A.

Advogado(s): Claudia Nastari Capanema, Patrícia Bandouk Carvalho

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração Nº 08012.008074/2009-11 (Impedido o Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça)

Requerentes: Bertin S.A., JBS S.A.

Advogado(s): Marcos Antonio Tadeu Exposto Jr., Barbara Rosenberg

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração Nº 08012.004458/2011-71

Requerentes: CPFL Comercialização Brasil S.A., Jantus S.L.

Advogado(s): Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini, Milena Fernandes Mundim, José Alexandre Buaiz Neto, Marco Aurélio M. Barbosa

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Ato de Concentração Nº 08012.004479/2011-97

Requerentes: Comissaria Aérea Brasil Ltda., Comissaria Aérea Brasília Ltda., Edgard Ramos Lacombe, Ivone Ramos, José Eugenio de Carvalho Júnior, Nádia Regina Berton Ramos, RA Catering Ltda., Rafael Gomes de Carvalho

Advogado(s): Rubens Decoussau Tilkian, Mirella da Costa A. de Almeida, Augusto Alckmin Nogueira

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Ato de Concentração Nº 08012.004482/2011-19

Requerentes: CONFIDENCIAL

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Ato de Concentração Nº 08012.004484/2011-08

Requerentes: AEL Sistemas S.A., Embraer Defesa e Segurança Participações S.A

Advogado(s): Michelle Marques Machado, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Márcio Dias Soares

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Ato de Concentração Nº 08012.004492/2011-46

Requerentes: EDP-Energias do Brasil S.A., MPX Energia S.A.

Advogado(s): Maria Donati, Pedro Paulo Salles Cristofaro

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Ato de Concentração Nº 08012.004502/2011-43

Requerentes: Light S.A, Parati S.A - Participações em Ativos de Energia Elétrica

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Carolina Matos Vieira

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração Nº 08012.004503/2011-98

Requerentes: IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda., Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda.

Advogado(s): Sérgio Ramos Yoshino, Eduardo Caminati Anders

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração Nº 08012.004506/2011-21

Requerentes: EBCO Systems Limited, Smiths Detection Group Limited

Advogado(s): Milena Fernandes Mundim, Tulio Egito Coelho, Alessandro Marius Oliveira Martins

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração Nº 08012.004508/2011-11

Requerentes: Sementes Selecta S.A, Veremonte Participações S.A

Advogado(s): Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Márcio Dias Soares, Luis Gustavo Haddad, Fernanda Annenberg

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração Nº 08012.004527/2011-47

Requerentes: CONFIDENCIAL

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração Nº 08012.004528/2011-91

Requerentes: Merck & Co., Inc., Sun Pharmaceutical Industries Ltd.

Advogado(s): Fábio Amaral Figueira, Pedro A. Garcia

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Ato de Concentração Nº 08012.004533/2011-02

Requerentes: Graham Packaging Company Inc., Silgan Holdings INC

Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Tito Amaral de Andrade, Helena de Sá, Lilian Barreira

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração Nº 08012.004534/2011-49

Requerentes: Banco BMG S.A., Banco Schahin S.A.

Advogado(s): Alexandre Augusto Reis Bastos, Vicente Bagnoli

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração Nº 08012.004551/2011-86

Requerentes: Iochpe-Maxion S.A., Montich S.A.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Jr.

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração Nº 08012.004555/2011-64

Requerentes: Geo Eventos S.A., Trade Network Participações Ltda.

Advogado(s): Murilo Machado Sampaio Ferraz, Thiago Francisco da Silva Brito, Luciano Inácio de Souza

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração Nº 08012.004591/2011-28

Requerentes: CAEP - Central Abril Educação Participações Ltda., Curso P.H. Ltda., Sistema P.H de Ensino Ltda.

Advogado(s): Luciano Inácio de Souza, Eloy Rizzo Neto, Tiago Machado Cortez

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração Nº 08012.004592/2011-72

Requerentes: CAEP - Central Abril Educação Participações Ltda., Nice Participações S.A.

Advogado(s): Tiago Machado Cortez, Eloy Rizzo Neto, Luciano Inácio de Souza

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração Nº 08012.004593/2011-17

Requerentes: GL Eletro-Eletrônicos Ltda., Sergipel Produtos Eletrônicos Ltda., SMS Tecnologia Eletrônica Ltda., Tecter Tecnologia e Terceirização Ltda.

Advogado(s): Fabianna V. B. Morselli, Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira, Bruno de Luca Drago

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração Nº 08012.004596/2011-51

Requerentes: Cotefil Hospital Geral Ltda., Hospital e Maternidade São Luiz S.A, Oncotech Oncologia Ltda.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, André Previato

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Ato de Concentração Nº 08012.004598/2011-40

Requerentes: Evonik Industries AG, Numitor Governance S.à.r.l, Rhône Holdings III LLC, Rhône Holdings IV LLC

Advogado(s): Ricardo Ferreira Pastore, Flávio Lemos Belliboni

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Requerimento Nº 08700.002370/2011-67

Requerentes: CONFIDENCIAL

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN
Presidente do Conselho

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

PAUTA DA 491ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

Início: 10h

Ato de Concentração Nº 08012.012028/2010-42

Requerentes: Log-In - Logística Intermodal S.A. e Mercosul Line Navegação e Logística Ltda..

Advogados: Aurélio Marchini Santos, Ana Paula Paschoalini e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração Nº 08012.012830/2010-32

Requerentes: Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., Divicom Administradora de Benefícios Ltda. e Divicom Gestão de Benefícios Ltda.

Advogados: Lauro Celidoneo Neto e Paula S. J. A. Amaral Salles

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração Nº 08012.012913/2010-21

Requerentes: Basf SE e Ineos Industries Holdings Limited..

Advogados: Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Yara Maria de Almeida Guerra Siscar, Andrea Astorga dos Prazeres e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração Nº 08012.000055/2011-53

Requerentes: Prodimol Biotecnologia S.A. e Bioeasy Diagnóstica Ltda.

Advogados: Leonardo Canabrava Turra, Luciano Fialho e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração Nº 08012.000056/2011-06

Requerentes: Prodimol Biotecnologia S.A. e Medlab Produtos Médico Hospitalares Ltda.

Advogados: Leonardo Canabrava Turra, Luciano Fialho e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração Nº 08012.002837/2011-27

Requerentes: Metallurg Delaware Holding Company e KB Alloys, LLC

Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marcos Drummond Malvar e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração Nº 08012.011135/2010-53

Requerentes: Banco BMG S.A, Banco GE Capital S.A, General Eletric do Brasil Participações Ltda.

Advogados: Vicente Bagnoli, Alexandre Bastos e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração n.º 08012.013177/2010-29

Requerentes: MasterCard Services Limited e Travelex do Brasil Administração e Participações Ltda.

Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Luciana Féres Zogbi Porto e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração Nº 08012.000412/2011-83

Requerentes: Nycomed Pharma Ltda e Brasterapica Indust. Farmaceutica SE Ltda.

Advogados: Carlos Magno N. Rodrigues

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração Nº 08012.002872/2011-46

Requerentes: Medgrupo Participações S.A. e Hospital Renascer Ltda.

Advogados: Ivo Gico Jr. e Nathália Gomes Bernardes

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ato de Concentração n.º 08012.002937/2011-53
Requerentes: Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. e Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevantamento S.A.
Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Michelle Marques Machado e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração Nº 08012.003045/2011-70
Requerentes: Wtorre S.A. e Grupo Essentium, S.L.
Advogados: Bruno Dario Werneck, Gustavo Flausino Coelho e outros
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração n° 08012.011367/2010-10
Requerentes: Vale S.A.
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Milena Fernandes Mundim e outros
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.002183/2011-31
Requerentes: Lyra Holdings Ltda., BB Banco de Investimento S.A. e Visa International Service Association.
Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Lialian Barreira, Tito Amaral de Andrade, Érica Sumie
Yamashita.
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração n° 08012.003060/2011-18
Requerentes: HSM Escola de Negócios Ltda. e RBS Comunicações S.A.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Helena Borges Pereira Cyrino de Sá, Victor Borges
Cherulli.
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração Nº 08012.002691/2011-10
Requerentes: Echostar Corporation e Hughes Communications, Inc..
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugenia Novis, Marcelo Calliari, e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração 08012.002718/2011-74
Requerentes: Clariant AG e Süd-Chemie AG
Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Marta Mitico Valente e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração Nº 08012.002916/2011-38
Requerentes: Companhia Brasileira de Distribuição e Sendas Distribuidora S.A.
Advogados: Lauro Celidonio Neto, Paula Salles, Stefanie Schimitt e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração Nº 08012.010381/2010-98
Requerentes: Codeme Engenharia S.A. e Metasa S.A. Indústria Metalúrgica
Advogados: Maria Eugênia Del Nero Poletti, José Inácio Gonzaga Franceschini, Renata Semin Tormin
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração Nº 08012.002711/2011-52
Requerentes: Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda., Revita Engenharia S.A.
Advogados: Gianni Nunes de Araújo, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Luciana Martorano e outros
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verríssimo
Ato de Concentração Nº 08012.002865/2011-44
Requerentes: Colgua Investments S/A e Unialco S.A. - Álcool e Açucar
Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto e Renata Fonseca Zuccolo
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo
Averiguação Preliminar Nº 08700.004336/2007-41
Representante: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Representados: ThyssenKrup Elevadores S.A.
Advogado(s): Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Fábio Malatesta dos Santos e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Averiguação Preliminar Nº 08012.004687/2005-48
Representante: Centro de Cardiologia não Invasiva de Bauru Ltda - CentroCard.
Representada: Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogados: José Fernando da Silva Lopes, Goerge Farah, Renata Maria Gil da Silva Lopes Esmeraldi e outros
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Averiguação Preliminar Nº 08012.014050/2007-21
Representantes: Ministério Público do Estado de São Paulo e Polícia Civil do Estado de São Paulo.
Representadas: Guerbet Produtos Radiológicos Ltda., Justesa Imagem do Brasil S.A., Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda., Mallinckrodt do Brasil Ltda. e Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.
Advogados: Não constam dos autos
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN
Presidente do Conselho

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 4 DE MAIO DE 2011

Em 04 de maio de 2011, às 10h, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública da União para sua 126ª Sessão Ordinária, inicialmente presidida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente em exercício, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima e integrada pelos Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Dr. Alessandro Tertuliano da Costa Pinto (como membro suplente em substituição à Exma. Dra. Tatiana Siqueira Lemos), Dr. Felipe Caldas Menezes, Dr. André Dias Pereira (como membro suplente em substituição ao Exmo. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior) e Dr. Kelery Dinarte da Páscoa Freitas (como membro suplente em substituição ao Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa). Na presença do Exmo. Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dr. Luciano Borges dos Santos e dos Defensores Públicos Federais: Dra. Viviane Magalhães Pereira Arruda, Dr. Eduardo José Teixeira de Oliveira, Dr. José Carvalho do Nascimento Júnior, Dr. Kléber Vinicius Bezerra Camelo de Melo, Dr. João Paulo Gondim Picanço e Dr. Guilherme Ataíde Jordão. Abertos os trabalhos o Conselho passou a deliberar e decidiu: (Questão de Ordem) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro informou que, devido ao grande número de averbações pendentes e da necessidade do cômputo do prazo nelas averbados, o 19ª Concurso de Remoção para Defensores Públicos Federais de 2ª categoria, de sua relatoria, será julgado na 127ª Reunião Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União. (Processo nº. 08038.010137/2011-18. Pedido de retirada da inscrição para participação na Comissão Eleitoral para eleição de Defensor Público-Geral Federal - Biênio 2011/2013) O Colegiado, em votação sobre a desistência de participação na Comissão Eleitoral para Defensor Público-Geral Federal, feita pelo Exmo Dr. Pedro Paulo Gandra Torres, decidiu, por unanimidade, deferir a desistência do referido Defensor. Ato contínuo, nova votação para suplente de 2ª categoria foi feita e assim ficou votado: Os Exmos. Dr. André Dias Pereira e Dr. Felipe Caldas Menezes votaram na Exma. Dra. Ludmylla Mariana Anselmo, perfazendo esta total de 2 votos. Os Exmos. Dr. Kelery Dinarte da Páscoa Freitas, Dr. Alessandro Tertuliano da Costa Pinto, Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro e Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima votaram, para vaga de suplente da 2ª Categoria, no Exmo. Dr. Flávio Henrique Siviero, sendo que este, totalizou 4 votos, e foi o eleito. (Processo nº 08038.011147/2011-71. Edital da Comissão Eleitoral que dispõe sobre eleição do Defensor Público-Geral Federal (Biênio 2011-2013). Interessada: Dra. Viviane Magalhães Pereira Arruda - Presidente da Comissão Eleitoral.) (Questão de Ordem) Faz-se constar da presente Ata que o Colegiado se reunirá no dia 31/05/2011 para Reunião Extraordinária, para os fins do art. 6º, do Edital nº 1/2011, que dispõe sobre a eleição do Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União (biênio 2011/2013), e no dia 01/06/2011 para Reunião Ordinária, a primeira aprovada, por unanimidade, pelo Colegiado e a segunda, por ser a primeira quarta-feira do mês, nos termos do art. 20, RI/CSDPU. Voltando ao julgamento do Edital da Comissão Eleitoral, fica consignado na presente que o Edital foi julgado ponto a ponto e publicado no Diário Oficial da União do dia 05/05/2011. Passada a Presidência ao Exmo. Sr. Dr. José Rômulo Plácido Sales. O edital também está disponível no site da Defensoria Pública da União. (Processos no 08038.009221/2011-99. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, que atribuiu nota máxima ao Dr. Márcio Melo Franco Júnior, no período avaliado. (Processos nº 08038.009827/2011-24; 08038.009279/2011-32. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes, que atribuiu nota máxima aos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dr. Ricardo Schettini Azevedo da Silva e Dra. Mariane Bonetti Simão, no período avaliado. E ainda, por unanimidade, homologar o estágio probatório da Exma. Dra. Mariane Bonetti Simão. (Inclusão em pauta. Processo nº 08038.006390/2011-77. Relatório de atividades funcionais) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes, que homologou o estágio probatório da Dra. Juliana Bastos Nogueira Soares. (Processos no 08038.002325/2011-72; 08038.009081/2011-59; 08038.0090661/2011-88. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, que atribuiu nota máxima aos seguintes Exmos. Defensores Públicos Federais: Dra. Mariana Preturlan, Dra. Charlene da Silva Borges, Dra. Mariana Lucena Nascimento, no período avaliado. (Inclusão em Pauta. Processo no. Relatórios de atividades funcionais) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, que atribuiu nota máxima à Exma. Dra. Isabelle Carvalho de Oliveira, no período avaliado. (Processo nº 08038.023829/2010-45. Averbação de tempo de serviço do Dr. Emanuel Adilson Gomes Marques.) Em relatório de voto-vista, o Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes informou que o interessado pretende sejam averbados 2 tempos de serviços distintos, um deles do tempo em que trabalhou em exercício de cargo efetivo, período este que não encontrou qualquer óbice e foi deferido, à unanimidade, pelo CSDPU, e outro período no qual trabalhou em cargo comissionado. Em Reunião Ordinária anterior, o Relator já havia apresentado voto indeferindo a averbação do Cargo em Comissão, votos estes acompanhados pelos Exmos. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, Dra. Tatiana Siqueira Lemos e Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior. Adiantando voto, o Presidente do CSDPU, Dr. José Rômulo Plácido Sales, entendeu que o tempo de serviço em Cargo em Comissão deveria ser deferido e averbado. Prosseguindo em seu voto o Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes primeiramente observa que os dispositivos da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que tratam da matéria estabelecem que Servidor Público é gênero do qual fazem parte os ocupantes de cargos efetivos, vitalícios e em comissão. O que os diferencia é a forma de provimento e a investidura, sendo todos, portanto, cargos públicos, ocupados por servidores públicos. O Relator do voto-vista ainda explicita que a Lei 8.112/90 considera como tempo de efetivo exercício o exercício de cargo em comissão (art. 102, inciso II). O Conselheiro traz, para fundamentar seu voto, transcrição de julgados do STJ, STF e TCU. Por fim, menciona que o próprio CSDPU considera possível a averbação de tempo de serviço prestado em atividade privada, com algumas peculiaridades, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, prestada em empresa pública e sociedade de economia mista, motivo pelo qual não acha coerente deixar de reconhecer a possibilidade de averbação do tempo de serviço público (atividade pública) exercido em Cargo em Comissão tão-somente pela forma de provimento. É como vota. Acompanhou a divergência, aderindo ao voto proferido pelo Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes, o Exmo. Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro. Assim, considerando votação iniciada na 125ª RO, em que foram contra a averbação, os Exmos. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima e Dra. Tatiana Siqueira Lemos, o Colegiado, por maioria, indefere o pedido de averbação com relação ao período de atividade em Cargo em Comissão. Vencidos os Exmos. Dr. José Rômulo Plácido Sales, Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro e Dr. Felipe Caldas Menezes. Ficam averbados, então, 446 dias como tempo de Serviço Público Geral. (Questão de Ordem) O Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, Dr. José Rômulo Plácido Sales, em questão de ordem, levanta a possibilidade de o voto proferido pelos Conselheiros Efetivos, em sessão anterior, ser modificado pelos Suplentes, em exercício, na presente Sessão Ordinária. Por maioria, o Colegiado votou no sentido de que o voto, já proferido, por Conselheiro efetivo, não pode ser alterado pelo Conselheiro Suplente, vencido o Presidente do Conselho. (Processo nº 08038.003044/2011-37. Averbação de tempo de serviço da Dra. Simone Castro Feres de Melo.) Em relatório de voto-vista, o Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes informou que o interessado pretende sejam averbados 2 (dois) tempos de serviços distintos, um deles do tempo em que trabalhou em exercício de cargo efetivo, período este que não encontrou qualquer óbice e foi deferido, à unanimidade, pelo CSDPU, e outro período no qual trabalhou em cargo comissionado. Em Reunião Ordinária anterior, a Relatora já havia apresentado voto indeferindo a averbação do Cargo em Comissão, votos estes acompanhados pelos Exmos. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima e Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior. Adiantando voto, o Presidente do CSDPU, Dr. José Rômulo Plácido Sales, entendeu que o tempo de serviço em Cargo em Comissão deveria ser deferido e averbado. Prosseguindo em seu voto o Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes primeiramente observa que os dispositivos da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que tratam da matéria estabelecem que Servidor Público é gênero do qual fazem parte os ocupantes de cargos efetivos, vitalícios e em comissão. O que os diferencia é a forma de provimento e a investidura, sendo todos, portanto, cargos públicos, ocupados por servidores públicos. O Relator do voto-vista ainda explicita que a Lei 8.112/90 considera como tempo de efetivo exercício o exercício de cargo em comissão (art. 102, inciso II). O Conselheiro traz, para fundamentar seu voto, transcrição de julgados do STJ, STF e TCU. Por fim, menciona que o próprio CSDPU considera possível a averbação de tempo de serviço prestado em atividade privada, com algumas peculiaridades, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, prestada em empresa pública e sociedade de economia mista, motivo pelo qual não acha coerente deixar de reconhecer a possibilidade de averbação do tempo de serviço público (atividade pública) exercido em Cargo em Comissão tão-somente pela forma de provimento. É como vota. Acompanhou a divergência, aderindo ao voto proferido pelo Dr. Felipe, o Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro. Assim, considerando votação iniciada na 125ª RO, em que foram contra a averbação os Exmos. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima e Dra. Tatiana Siqueira Lemos, o Colegiado por maioria indefere o pedido de averbação com relação ao período de exercício em Cargo em Comissão. Vencidos os Exmos. Dr. José Rômulo Plácido Sales, Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro e Dr. Felipe Caldas Menezes. O Colegiado, dessa forma, tão somente deferiu e averbou os 248 dias trabalhados em cargos efetivos, como tempo de serviço Público Geral. (Processo nº 08038.021144/2010-64. Proposta de Resolução para alteração dos critérios de definição de unidade de difícil provimento.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima entregou aos demais membros do CSDPU cópia da proposta de Resolução apresentada, que versa sobre os critérios de definição de unidade de difícil provimento para ser analisada pelos Conselheiros e, assim, oferecidas possíveis alterações. Com isso, a análise e o julgamento do processo ficam sobrestados até a 127ª Reunião Ordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública da União. (Processo nº 08038.019098/2010-33. Conflito negativo de atribuição entre DPU/TO e DPE/TO - Comarca de Gurupi-TO.) O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que, proferindo voto-vista, sustentou que: "Tal como já consignado, a sistemática adotada pela Lei Complementar nº 80/04 é de dividir as atribuições de acordo com o órgão jurisdicional em que o ato será praticado, se das Justiças organizadas pela União, dentre elas a Justiça Federal (atuação da DPU), se da Justiça do Distrito Federal e Territórios (atuação da DPDFT) ou se da Justiça Estadual (atuação da DPE), a atribuição para prestação da assistência jurídica integral e gratuita na carta precatória cumprida por Juízo Estadual da Comarca de Gurupi/TO é, portando, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e não da Defensoria Pública da União no Tocantins. Inteligência dos artigos 14, 20, 21, 22, 23, 66, 67, 68, 106, 111, todos da LC 80. Tais as circunstâncias, acompanho, integralmente, o voto proferido pelo Conselheiro-Relator, Dr. Felipe Caldas Menezes, para que o presente processo seja encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Defensor Público-Geral Federal para que, dentro da sua independência funcional (art. 23 c/c

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

art. 43, I LC 80), analise a viabilidade jurídica da propositura de ação de conflito de atribuição de conflito federativo perante o Supremo Tribunal Federal de forma a solucionar o conflito negativo de atribuições havido entre a DPU/TO e a DPE/TO, nos termos do art. 102, I, CF e da diretriz jurisprudencial do STF (ACO 1179; Pet 3631; Pet 3528, p. ex.)". Por unanimidade, o CSDPU acompanhou o voto do Conselheiro-Relator, Exmo. Sr. Dr. Felipe Caldas Menezes. O Exmo. Dr. André Dias Pereira apresentou proposta, em complemento, para que o Presidente do CSDPU oficie ao Defensor Público-Geral do Estado de Tocantins, cientificando aquela chefia de Instituição quanto à decisão ora tomada e seus fundamentos, inclusive para participá-lo do caso concreto debatido. Também propôs recomendar aos Defensores Públicos Federais que, quando da eventual quesitação ou peticionamento que componha a carta precatória expedida ao juízo estadual, requeiram, com fundamento no princípio da unicidade da Instituição, a intimação da Defensoria Pública Estadual que atua naquele Juízo Estadual, para acompanhamento do ato deprecado. Propostas aprovadas, à unanimidade, pelo Conselho Superior da Defensoria Pública da União. (Questão de Ordem) A Exma. Dra. Viviane Magalhães Pereira Arruda pediu a palavra para informar que teve conhecimento de possível impugnação contra seu nome e do Exmo. Dr. Eduardo José Teixeira de Oliveira para integrarem a Comissão Eleitoral e solicitou em nome da segurança dos trabalhos da Comissão que este fato fosse deliberado pelo Conselho. O Exmo. Sr. Conselheiro Presidente Dr. José Rômulo Plácido Sales argumentou que o tempo para os trabalhos está exíguo e que para que se tenha a segurança dos atos da comissão o Colegiado deveria deliberar a respeito imediatamente, mas adianta que os possíveis questionamentos quantos aos membros da Comissão Eleitoral devem ser resolvidos com a ampla, forte e segura fiscalização de todo o processo eleitoral que terá início. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima argumentou a necessidade de afastamento das funções de Defensor Público, inclusive de chefia de Unidade, dos membros da Comissão Eleitoral. O Conselheiro vislumbra que o fato de a Dra. Viviane Magalhães e o Dr. Eduardo José Teixeira de Oliveira terem sido designados para a Chefia da Unidade da DPU/DF, de 2ª e 1ª Categorias, respectivamente, após as respectivas indicações para a composição da Comissão Eleitoral para eleição de DPGF, seria desaconselhável e inoportuna. O Exmo. Dr. José Rômulo Plácido Sales, salienta que a nomeação da Defensora, como Chefe de Unidade, foi embasada em consulta feita aos próprios Defensores Públicos Federais e não em atividade meramente discricionária do mesmo. O Colegiado, por unanimidade, e para assegurar a completa lisura do processo eleitoral, determinou, com base no artigo 9º, §2º da Resolução nº 49 de 23 de março de 2011, o total afastamento das atividades, de modo que deverão, a partir de agora, e até findo o processo eleitoral, se dedicar exclusivamente aos trabalhos da Comissão. Faz-se constar da presente Ata que durante a presente Sessão Ordinária foram entregues os Memorandos nos quais os membros da Comissão Eleitoral informam os respectivos afastamentos das Unidades. (Processo nº 08038.001176/2011-24. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Thiago Alves de Oliveira.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que deferiu e averbou 40 dias como tempo de Serviço Público Federal (Processo nº. 08038.009216/2011-86. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Gilmar Menezes da Silva Júnior.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que deferiu e averbou 2 tempos de serviço, quais sejam: 817 dias como tempo de Serviço Público Federal, bem como 1.437 dias como tempo de Serviço Público Estadual. (Processo nº. 08038.009594/2011-60. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Clayton de Siqueira Gomes.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que deferiu e averbou 2.717 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.008186/2011-91. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Celso Azoury Telles de Aguiar.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que resolveu baixar o feito em diligência. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.011433/2011-36. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Marcelo Pontes Galvão.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que deferiu e averbou 304 dias como tempo de Serviço Público Estadual. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.010956/2011-65. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Thomas de Oliveira Gonçalves.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que deferiu e averbou 1.037 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.026148/2010-39. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Flávio Henrique Siviero.) Em relatório inicial o Exmo. Sr. Conselheiro Relator, Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, informa que o Exmo. Dr. Flávio Henrique Siviero pretende sejam averbados os períodos em que trabalhou como estagiário do Ministério Público Federal, como escrevente técnico e como assistente jurídico. No que tange ao período que em trabalhou como estagiário, o Colegiado, por maioria indefere o pedido de averbação, vencido o Exmo. Dr. Kelery Dinarte. No que tange ao tempo em que o Exmo. Dr. Flávio Henrique Siviero trabalhou como assistente jurídico, o Colegiado, por maioria defere o pedido, vencido o Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que, seguindo posição anteriormente adotada, vota pelo indeferimento da averbação, por se tratar de cargo em comissão. Faz-se constar da presente Ata que, em virtude da alteração da composição do Colegiado a deliberação quanto à averbação ou não do período trabalhado em Cargo em Comissão teve entendimento alterado. No entanto, devem-se respeitar as decisões soberanas de cada um dos Conselheiros, sejam eles efetivos e suplentes, de modo que o Colegiado mantém a decisão ora tomada sem prejuízo de que os DPF que se acharem prejudicados recorram a uma nova decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública da União. Seguindo, o Colegiado, à unanimidade defere o pedido de averbação quanto ao período que trabalhou como escrevente técnico. Por fim, ficam deferidos e averbados 560 dias como tempo de Serviço Público Estadual, nos termos do voto do Relator o Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro. (Processo nº 08038.006048/2011-77. Designação de Defensor para atuar em Ação Judicial. Interessado: Daniel Mourgues Cogoy.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que, em reajustamento de voto, decidiu fosse encaminhado, com urgência, a Exma. Dra. Andréa Bulcão Terroso, da DPU-Rio Grande/RS, memorando solicitando informações a respeito de disponibilidade para que esta possa atuar nos processos discutidos. Caso a resposta da Defensora seja negativa, que seja encaminhado ao Defensor de Pelotas, Dr. Daniel Cogoy, memorando solicitando que este faça pedido de nomeação de Defensor Dativo ou advogado voluntário, conforme orienta a Resolução 558 do Conselho da Justiça Federal. Por fim, determinou-se que os autos fossem encaminhados à Câmara de Coordenação para as providências pertinentes de acordo com o voto ora proferido, em respeito ao disposto no art. 6º, V da Resolução 33 do CSDPU. O Colegiado, por unanimidade, acata integralmente o voto do Relator. (Inclusão de Pauta. Processos nº 08038.012134/2011-19 e 08038.012135/2011-63. Relatórios de atividades funcionais.) O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, em virtude de férias do Exmo. Conselheiro Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, relator dos relatórios de atividades funcionais do Exmo. Dr. Átila Ribeiro Dias, profere voto em substituição ao relator originário. Primeiramente, o Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima informa que houve pedido de urgência na apreciação, posto que o Defensor Público, ora avaliado, vislumbra a possibilidade de necessitar requerer pedido de afastamento para cursar doutorado no exterior, e que, a homologação do estagio probatório é um dos requisitos para tal eventual afastamento (Resolução nº 03/2002). Verificando que o Dr. Átila cumpriu todos os termos previstos na Resolução nº 04/2004 e que todas as certidões necessárias à homologação encontram-se carreadas aos autos, o Relator votou no sentido de atribuir nota máxima aos períodos e, ainda, homologou o Estágio Probatório do Exmo. Dr. Átila Ribeiro Dias, no que foi acompanhado, por unanimidade, pelo Conselho. (Processo nº 08038.009556/2011-15. Averbação de tempo de serviço da Dra. Karoline da Cunha Antunes.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que averbou 1.147 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Processos nº 08038.009220/2011-44. Averbação de tempo de serviço do Dr. Márcio Melo Franco Júnior.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que averbou 1.695 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Processo nº 08038.008874/2011-51. Averbação de tempo de serviço do Dr. Armando Augusto Guedes Junior.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que averbou 5.164 dias como tempo de serviço público federal. (Inclusão em pauta. Processo nº 08038.006597/2011-41. Averbação de tempo de serviço da Dra. Andrea Cristina de Faria Martins.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que deferiu e averbou, tão somente, 593 dias como tempo de Serviço Público Federal, fazendo-se a ressalva de que, conforme informação da requerente o tempo de 281 (duzentos e oitenta e um) dias trabalhados na Caixa Econômica Federal já teria sido objeto de averbação por meio de solicitação em memorando anterior, devendo ser adotada a cautela necessária em não computar tal período em duplicidade. (Inclusão em pauta. Processo nº 08038.010526/2011-43. Averbação de tempo de serviço do Dr. Filippe Augusto dos Santos Nascimento.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que averbou o total de 329 dias como tempo de Serviço Público Geral. (Processo nº 08038.008409/2011-10. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. André Ribeiro Porciúncula.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 1.147 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Processo nº 08038.008063/2011-50. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Bernard dos Reis Alô.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 806 dias como tempo de Serviço Público Geral e 97 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Processo nº 08038.025791/2010-45. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Hugo Magalhães Gaioso.) Em relatório inicial o Exmo. Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima informa que o presente processo refere-se a um recurso contra uma decisão do CSDPU, proferida na 125ª Reunião Ordinária, de relatoria do Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. Prosseguindo o julgamento do processo o Exmo. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima vota pela manutenção da decisão proferida na reunião passada, pois entende ser aplicável a diretriz jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, ADI 3.756 ("o Distrito Federal tem, em plenitude, os três orgânicos Poderes estatais, ao passo que os Municípios somente dois (inciso I do art. 29)". Ademais, o custeio, só por si, não altera a natureza jurídica dos serviços prestados pelo TJDFT ("goza do favor constitucional de não custear seus órgãos judiciário e ministerial público, tanto quanto a sua Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar e ainda seu Corpo de Bombeiros Militar", STF, idem). Assim, ressaltou o entendimento deste Colegiado ao apreciar o pedido de averbação nº 08038.016409/2010-11, na 118ª RO, que se referia à Polícia Civil do Distrito Federal, tendo-se entendido, por unanimidade, que se deve computar o tempo de serviço público como geral, no que é acompanhado, por maioria, pelo Colegiado. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Felipe Caldas Menezes, acompanhando o voto vencedor do Exmo. Sr. Dr. Relator, consignou que para os fins do art. 37, § 1º, da Lei Complementar nº 80/94, o que deve prevalecer é a natureza do serviço prestado e não o ente federativo que organiza e mantém financeiramente o serviço público, sendo certo que, de acordo com precedentes do STJ, o serviço público prestado junto aos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios não pode ser considerado federal (HC 72.774/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2007, DJ 05/11/2007, p. 308), bem como eventual aplicação da Lei nº 8.112/90, decorre de disposição de Lei Distrital que remete a tal diploma legislativo federal, não constituindo fundamento suficiente para se desconfigurar a natureza jurídica geral (e não federal) do serviço público prestado (REsp 1199249/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 04/11/2010). O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Alessandro Tertuliano da Costa Pinto abriu divergência para que o tempo de serviço público prestado no TJDFT fosse considerado como tempo de serviço público federal, com base no seguinte fundamento: Não há dúvidas de que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, justamente por ser também dos territórios, faz parte do Poder Judiciário da União, assim como o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios também faz parte do Ministério Público da União. Tanto é que a Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, prevê em seu art. 26 que o TJDFT também deve baixar os atos regulamentares necessários à aplicação desta Lei. Seus servidores, portanto, são servidores do poder judiciário da união, cuja estruturação das carreiras está disposta em modelo unificado para os servidores de quaisquer tribunais vinculados à união, os quais não devem ter tratamento diferenciado, o que inclusive já foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça, vide ementa: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONSULTA. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS. REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS POR RECIPROCIDADE. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO. POSSIBILIDADE. I - Não estando a matéria regulada em lei específica, aplicam-se as disposições da Lei nº 8.112/90 aos servidores do Poder Judiciário da União. II - Desde que observados os requisitos legais, e respeitados os direitos de eventuais aprovados em concurso público, inexiste impedimento legal para a ocorrência da redistribuição de cargos do quadro de pessoal do Poder Judiciário da União, pois a estruturação das carreiras está disposta em modelo unificado para os servidores de quaisquer Tribunais vinculados à União, com atribuições previamente definidas em lei. Consulta que se conhece e se responde positivamente. (CNJ, Pedido de Providências Nº 2009.10.00.000514-7). Dessa forma, configura-se grave prejuízo durante toda sua carreira ao membro da Defensoria Pública da União que não tenha por reconhecido o cômputo de tempo serviço público federal quando trabalhados no TJDFT. A divergência foi acompanhada pelo Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Kelery Dinarte da Páscoa Freitas. (Processo nº 08038.001666/2011-21. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Guilherme Ataíde Jordão Guimarães.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 640 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Processo nº 08038.003435/2011-51. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Eurico Brandão de Barros Correa.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 2 tempos de serviço, quais sejam: 462 dias como tempo de Serviço Público Federal, bem como 315 dias como tempo de Serviço Público Geral. (Processo nº 08038.023420/2010-29. Averbação de tempo de serviço da Exma. Dra. Úrsula de Souza Van-Erve.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 1.558 dias como tempo de Serviço Público Geral. (Processo nº 08038.025668/2010-24. Averbação de tempo de serviço da Exma. Dra. Marina Pereira Carvalho do Lago.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 1.504 dias como tempo de Serviço Público Geral. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.025657/2010-44. Averbação de tempo de serviço da Exma. Dra. Luísa Ayumi Komoda e Muniz Silva.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 1.716 dias como tempo de Serviço Público Federal. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.010656/2011-86. Averbação de tempo de serviço do Exmo. Dr. Leonardo Henrique Soares.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que deferiu e averbou 1.523 dias como tempo de Serviço Público Geral. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.011287/2011-49. Lista de Antiguidade. Interessado: Exmo. Defensor Público-Geral Federal.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que votou no sentido de reelaborar nova lista de antiguidade, computando-se todos os períodos averbados na presente Sessão Ordinária, com o conseqüente envio para os demais Conselheiros para que estes aprovem a publicação da mesma. Fica consignado em Ata que a lista de antiguidade será publicada tão logo haja o aval dos membros do Colegiado. Neste momento a videoconferência foi interrompida e os presentes retiraram-se da sala de reunião para a apreciação das seguintes matérias sigilosas. (Processo nº 08038.008809/2011-25. Reclamação de assistido). Foram retirados de pauta os seguintes processos: 08038.026318/2010-85; 08038.008754/2011-53; 08038.006035/2010-17; 08038.027061/2010-89. Por não haver nada mais a ser discutido, a presente reunião encerrou-se às 15h50.

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1. 802, DE 18 DE JUNHO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a decisão prolatada no Processo Nº 08350.002608/2010-91-SR/DPF/MG, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U. concedida à empresa LIDER BH VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.789.552/0001-56, tendo como responsável pelo serviço orgânico de segurança: MAURICIO LUCIANO ALVES SILVA, para exercer suas atividades no Estado de Minas Gerais.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 4.913, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08296.004252/2010-21-DPF/ANS/GO, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JALLES MACHADO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.635.522/0001-95, para exercer suas atividades no Estado do Goiás.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 768, DE 29 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08389.002898/2011-16-PF/FIG/PR, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIVISA VEÍCULOS LTDA., CNPJ Nº 03.866.211/0001-08, para atuar no PARANÁ.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.537, DE 2 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/383/DPF/RPO/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ Nº 17.428.731/0091-91, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

28 (vinte e oito) Revólver(es) calibre 38,

6 (seis) Espingarda(s) calibre 12,

1332 (um mil, trezentos e trinta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

1206 (um mil, duzentos e seis) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.562, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000741/DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ Nº 84.526.045/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar no AMAZONAS, com Certificado de Segurança Nº 761/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.567, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1463/DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve: CONCEDER autorização à empresa MAFRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 10.809.411/0001-86, sediada no MARANHÃO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

13 (treze) Revólver(es) calibre 38,

234 (duzentos e trinta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.570, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000935/DPF/SJK/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEPATRI OPERACIONAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ Nº 08.705.988/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança Nº 864/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.572, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000155/DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ Nº 17.428.731/0136-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar no MARANHÃO, com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: Nº 139/11 (CNPJ Nº 17.428.731/0136-28)e Nº 38365/11 (CNPJ Nº 17.428.731/0133-85).

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.576, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1180/DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALPHA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 03.108.004/0001-86, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

22 (vinte e dois) Revólver(es) calibre 38,

330 (trezentos e trinta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.580, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/001035/DPF/URA/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONTANHA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 04.516.678/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada, para atuar em MINAS GERAIS , com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: Nº 705/11 (CNPJ Nº 04.516.678/0001-82);e Nº 811/11 (CNPJ Nº 04.516.678/0002-63).

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.582, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000430/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa P & K VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA,, CNPJ Nº 05.654.613/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar na BAHIA , com Certificado de Segurança Nº 346/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.583, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/001085/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KINGS SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - EPP,, CNPJ Nº 07.694.977/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança Nº 875/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.586, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1549/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa GADELHA SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 11.969.881/0001-70, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.588, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000660/DPF/PCA/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA PIRACICABANA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ Nº 10.837.519/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança Nº 870/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.592, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1570/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa PREMIUM SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 05.558.151/0001-83, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

140 (cento e quarenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 11.593, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1587/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa BEIJA FLOR SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 11.990.945/0001-14, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.598, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/627/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PRO-FORMARE CENTRO FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ Nº 10.963.298/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança Nº 873/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.601, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000531/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DEPARK SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA,, CNPJ Nº 04.500.111/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança Nº 800/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.604, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000799/DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MONTEFORTE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 01.054.916/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal, para atuar no RIO GRANDE DO NORTE, com Certificado de Segurança Nº 486/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.611, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/826/DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa ADS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 05.937.839/0001-74, sediada no RIO GRANDE DO NORTE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

18 (dezoito) Revólver(es) calibre 38,

324 (trezentos e vinte e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.615, DE 10 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/000894/DPF/UDI/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURAR VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ Nº 09.632.105/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em MINAS GERAIS, com Certificado de Segurança Nº 653/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.616, DE 10 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/1385/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa DIELO - SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 09.524.503/0001-30, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.617, DE 10 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/001213/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BEST - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 05.234.289/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal, para atuar no RIO DE JANEIRO , com Certificado de Segurança Nº 888/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 11 de maio de 2011

Nº 343 - Averiguação Preliminar nº 08012.003918/2005-04. Representante: Secretaria de Direito Econômico ex officio. Representada: Telemar Norte Leste S/A. Acolho a nota técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, integrando suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de processo administrativo com fulcro no art. 32 da Lei n.° 8.884/94, com fim de que seja apurada possível existência de conduta infringente à ordem econômica passível de enquadramento no art. 20, incisos I, II e IV, c/c art. 21, incisos IV, V e XII, ambos da Lei Nº 8.884/94. Notifique-se a Representada para, querendo, apresentar sua defesa, no prazo legal, sob pena de revelia, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 da Lei n° 8.884/94. Dê-se ciência ao CADE da presente decisão.

ANA MARIA MELO NETTO
Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO DIRETOR

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 26/04/2010, pág. 30, Seção I. Processo N° 08455.100674/2009-13 - Bing Li.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2010, pág. 64, Seção I. Processo N° 08455.100060/2009-31 - Yulan Xu.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.019375/2010-35 - Nelvoy Narasimhan, até 24/01/2012

Processo Nº 08354.000874/2011-20 - Konrad Atzenhofer, até 15/02/2012

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.021579/2010-36 - Jaime Barturen Brinas, até 31/12/2011

Processo N° 08000.011112/2010-88 - Toni Tapani Maki, até 20/10/2011

Processo N° 08000.000812/2011-28 - Philip James Wass, até 23/09/2012

Processo N° 08000.000786/2011-38 - Jordan Alexander Rees, até 27/09/2011

Processo N° 08000.000775/2011-58 - Mitko Gospodinov Gaydarov, até 27/09/2011

Processo N° 08000.000375/2011-42 - Igor Edo Alfons Segers, até 26/07/2011

Processo N° 08000.000344/2011-91 - Willfred Glenn Hansen, até 30/08/2011

Processo N° 08000.020813/2010-16 - Nicholas Lee Higginbotham, até 02/01/2012

Processo N° 08000.014009/2010-90 - Manfred Hirner, até 26/11/2011

Processo n° 08000.000495/2011-40 - Yanzi Ni, até 13/01/2012

Processo N° 08000.000780/2011-61 - Ivan Yordanov Yordanov, até 27/09/2011

Processo N° 08000.000761/2011-34 - Garry Peter Farquharson, até 23/09/2012

Processo N° 08000.000808/2011-60 - Julian Richard Antony Ions, até 23/09/2012

Processo N° 08000.019260/2010-41 - David Paul Ohanlon, até 31/12/2011

Processo N° 08000.000788/2011-27 - Stanislav Georgiev Staykov, até 27/09/2011

Processo N° 08000.001639/2011-85 - James Michael Smith, até 15/02/2012

Processo N° 08000.011361/2010-73 - Sari Kirsi Kyllikki Myyrylainen, até 18/09/2011

Processo N° 08000.001721/2011-18 - Qingchen Li, até 26/02/2012

Processo N° 08000.003034/2011-29 - Daoheng Liu, até 02/03/2013

Processo N° 08000.003017/2011-91 - Johnny Andre Aarseth, até 20/04/2012

Processo N° 08000.002017/2011-74 - Arnulfo Pepito Esmeralda, até 15/02/2012

Processo N° 08000.001843/2011-04 - Mieczyslaw Dominik Wernikowski, até 28/02/2013.

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.004607/2010-90 - Vincenza Lorusso e Emily Ceron

Processo Nº 08505.030397/2010-75 - Eberhard Wahner, SABINE FRIEDRICH WAHNER e Veronica Wahner

Processo Nº 08505.037588/2010-68 - Raymundo Jaime Romero Miranda

Processo Nº 08505.052813/2010-96 - Carlos Alberto Luz Roseiro

Processo Nº 08505.055112/2010-17 - Ernesto Huerta Suarez, Edith Huerta Balsi, Eva Angelina Balsi Gonzalez, Karen Huerta Balsi e Sarah Huerta Balsi

Processo Nº 08505.055303/2010-71 - Daniel Andreas Setz, Ciara Andrea Setz, Nadine Linda Setz e Rocio Tenorio Patron

Processo Nº 08505.060749/2010-17 - Yves Jean Marie Georges Mignot, Isabelle Lucienne Louise Peltier e Nolwenn Anne Lucille Mignot

Processo Nº 08505.060885/2010-15 - Nicholas James Murphy

Processo Nº 08505.097924/2009-98 - Federico Jose Leandro Delgado, Daniel Alejandro Leandro Rios, Fabiana Bethzabe Leandro Rios, Federico Josue Leandro Rios e Maria Magdalena Rios Osuna.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de19/01/2011, Seção 1, pág. 25, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 01/01/2012. Processo N° 08000.006510/2010-82 - Jason Ronald Hibbert Jones.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/01/2011, Seção 1, pág. 35, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 01/01/2012. Processo N° 08000.006511/2010-27 - Robert Owen Chaplin.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 07/01/2011 Seção 1, pág. 35, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 01/01/2012. Processo N° 08000.006522/2010-15 - Piotr Rafal Szepke.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/01/2011, Seção 1, pág. 29, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 01/01/2012. Processo N° 08000.007719/2010-63 - Shaun Paul Matthews.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 10/08/2010 Seção 1, pág. 127, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 27/09/2011. Processo N° 08000.004933/2010-68 - Johan Andreas Tankred.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 22/02/2011, Seção 1, pág. 51, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 21/05/2011. Processo N° 08000.006627/2010-66 - Dustan Todd Gilyard.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 14/01/2011, Seção 1, pág. 33, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 05/10/2011. Processo N° 08000.000440/2010-59 - Leopoldo Jr Subang Teston.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 22/10/2010, Seção 1, pág. 39, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 15/11/2012. Processo N° 08000.013058/2010-13 - Mohamad Yunus.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/01/2011, Seção 1, pág. 25, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 30/08/2011. Processo N° 08000.000350/2011-49 - Rune Faugstad.

Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/08/2010, Seção 1, pág. 47, para deferir o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 15/05/2011. Processo N° 08000.007722/2010-87 - David Wilkinson.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 19/04/2011, Seção I, pág.53, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.020461/2010-91 - Marc Thomas Boyd.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 23/02/2011, Seção I, pág.23, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.010962/2010-69 - Aref Turabali Badruddin Sheikh.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 08/04/2011, Seção I, pág.48, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.015385/2010-00 - Ben David Catton.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/04/2010, Seção I, pág. 27 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.017807/2009-41 - Per Ragnar Garen Vage.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/06/2010, Seção I, pág. 26 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.000159/2010-16 - Parasuraman Arunachalam, Lakshana Shri Parasuraman e Priyadharsini Parasuraman.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/07/2010, Seção I, pág. 27 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.025135/2009-47 - Vinko Modrusan.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/03/2010, Seção I, pág. 23 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.017810/2009- Per Helge Tomassen.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/08/2010, Seção I, pág. 128 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.001183/2010-72 - Urvish Nareskumar Bhavsar, Shreya Urvish Bhavsar e Sonal Urvish Bhavsar.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 09/11/2010, Seção I, pág. 24 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.020303/2009-16 - Sankarapandian Vimalanathan, Lakshmi Kasthuri Rajarathinam e Vimal Jai Kirithika Sankarapandian.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/02/2011, Seção I, pág.50, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.010082/2010-92 - Alen Blazina.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 02/05/2011, Seção I, pág.45, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.007614/2010-12 - Pawel Rylko.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 01/04/2011, Seção I, pág.59, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.014612/2010-71 - Erling Thomas Dyrnes.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 03/05/2011, Seção I, pág.35, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.011370/2010-64 - Alessino Caprari.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 25/02/2011, Seção I, pág.55, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.012408/2010-16 - Fredy Omar Obregon Araya.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 23/02/2011, Seção I, pág.23, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.009958/2010-58 - Seppo Juhani Mantysalo.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 03/05/2011, Seção I, pág.35, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.019196/2010-06 - Richard Lea Agate.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/08/2010, Seção I, pág. 83 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.002503/2010-10 - Aleksa Cvijic.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 16/04/2010, Seção I, pág. 64 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.017811/2009-17 - Emil Tangen.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 22/04/2010, Seção I, pág. 70 para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.017808/2009-95 - Frode Wernich Hoydal.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08096.001639/2011-63 - Francisco Javier Rodriguez Matabuena

Processo Nº 08096.009945/2010-67 - Celestina Ozorio Silva

Processo Nº 08096.010910/2010-71 - Jorge Luis Sulca Arroyo e Marlene Mabel Gavilan

Processo Nº 08102.003140/2010-83 - Didier Philippe Legendre

Processo Nº 08114.000709/2011-09 - Li Zhuzhong

Processo Nº 08295.001272/2011-31 - Susana Pedraza Rios

Processo Nº 08335.021739/2010-65 - Celina Balbuena

Processo Nº 08335.022038/2010-43 - Alicia Andrea Fretes

Processo Nº 08389.000396/2011-51 - Zein Younes

Processo Nº 08389.001170/2011-77 - Silvia Yaneth Borges de Castro

Processo Nº 08389.003771/2011-14 - Marina Leidy Vera Cano

Processo Nº 08420.017893/2009-30 - Rudolf Klaas Folgers

Processo Nº 08460.048262/2010-20 - Miguel Seabra Lopes

Processo Nº 08460.048897/2010-27 - Soledad Cerezo Salazar de do Couto

Processo Nº 08461.003451/2008-49 - Willi Pfeiffer

Processo Nº 08495.006079/2009-16 - Leslie Christine Paas

Processo Nº 08502.001054/2011-12 - Jean Brice Cubero

Processo Nº 08502.011462/2010-93 - Maria Carolina Lizza Gimenez

Processo Nº 08504.002216/2011-10 - Kamila Anna Jastrzebska

Processo Nº 08505.052805/2010-40 - Jorge Manuel Dobroes Moreira

Processo Nº 08505.055132/2010-80 - Fidelia Josefina Gonzalez Ayesta e Patricia Tamara Condori Gonzales

Processo Nº 08505.055133/2010-24 - Fredy Alcala Gutierrez e Esperanza Aviles Lopez

Processo Nº 08505.059186/2010-14 - Luca Boselli e Mariana Adler

Processo Nº 08505.059288/2010-30 - Haiyong Chen e Meifen Wang

Processo Nº 08505.059301/2010-51 - Albertina Cordero Ramos

Processo Nº 08505.063555/2010-73 - Raul Miranda Choque e Sandra Cruz Bernal

Processo Nº 08505.068564/2010-51 - Xiang Li

Processo Nº 08505.068665/2010-21 - Reinaldo Zacarias Mamani Quispe e Victoria Chino Laura

Processo Nº 08505.068666/2010-76 - Javier Osvaldo Mamani Quispe e Maria Elisa Mamani Mamani

Processo Nº 08505.072995/2010-11 - Clelia Lidia Roque Condori

Processo Nº 08712.000015/2011-14 - Katerina Diane Roth e Andrew Joseph Roth.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.002076/2011-32 - Ivanna Rocio Romay

Processo Nº 08495.001361/2011-21 - Carlos Agustin Panes

Processo Nº 08495.001849/2011-59 - Norma Concepcion Scorza de Isart

Processo Nº 08495.001872/2011-43 - Roberto Miguel Gallardo

Processo Nº 08505.021224/2011-47 - Esteban Carlos Lauzzana.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08070.000573/2011-82 - Marco Aquilio

Processo Nº 08114.000708/2011-56 - Meihua Huang

Processo Nº 08241.001484/2009-20 - Ivan Orlando Gonzales Mego e Maria Ysabel Mendoza Oviedo

Processo Nº 08280.038360/2010-77 - Jose Luiz Martinez Bernardo

Processo Nº 08295.003864/2011-98 - Maria Eugenia Blanco Sanchez

Processo Nº 08295.003884/2011-69 - David Garrido Crespo

Processo Nº 08295.005392/2011-16 - Danitza Camasury Gonzalez

Processo Nº 08310.001730/2011-05 - Xiangfin Xu e Yuzlu Fu

Processo Nº 08335.021732/2010-43 - Juan Gualberto Ojeda

Processo Nº 08335.022041/2010-67 - Amada Fidelina Sosa de Xavier

Processo Nº 08335.022044/2010-09 - Victor Balbuena Arce

Processo Nº 08339.000175/2011-78 - Beato Ignacio Lequizamon

Processo Nº 08339.000926/2009-31 - Arlinda Edina Villagra Fernandez

Processo Nº 08339.003125/2008-47 - Fidelina Insauralde

Processo Nº 08339.007627/2010-61 - Nivaldo Lopez Mancuello

Processo Nº 08339.007707/2010-17 - Maria Villalba Sorrilha

Processo Nº 08339.007934/2010-42 - Calixta Gomez Alarcon

Processo Nº 08339.010621/2010-71 - Robert Olazar e Reinalda Avalos Acuña

Processo Nº 08339.010684/2010-28 - Maria Teresa Rios Cabrera

Processo Nº 08339.010687/2010-61 - Toribio Oviedo

Processo Nº 08339.011328/2010-21 - Maria Liz Beraud Vargas

Processo Nº 08460.001473/2009-65 - Giovanni Pecorella

Processo Nº 08460.030419/2010-61 - Su Ruoling

Processo Nº 08460.048871/2010-89 - Peter John Sherratt e EVELIN ELENA MARQUES RIVERO

Processo Nº 08461.005240/2010-65 - Roar Opstad

Processo Nº 08461.006344/2010-97 - Luis Fernando Rodriguez Pacheco, Aimed Nadezka Simosa Garcia e Andres Eduardo Rodrigues Simosa

Processo Nº 08461.007030/2009-78 - Alberto Cesar Ortiz e Maria Emilia Manfredi

Processo Nº 08492.016725/2010-17 - Ramona Arrua

Processo Nº 08495.000258/2011-64 - Paz Gonzalez Moreno

Processo Nº 08495.004636/2010-06 - Maryeme Baazi

Processo Nº 08504.002186/2011-33 - Magda Eugenia Rivera Velasquez

Processo Nº 08504.016957/2010-99 - Edson Ismael Manuel Liz e Jeanette Jocelina Quinta dos Santos

Processo Nº 08702.001275/2011-26 - Jenny Sander.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO os pedidos de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:

Processo N° 08505.057950/2009-83 - Oscar Javier Villalobos Vazquez

Processo N° 08455.100318/2009-08 - Glen David Freiberger

Processo N° 08505.101864/2009-15 - Cetin Kayikci

Processo N° 08505.101460/2009-21 - Carmen Zabala

Processo N° 08505.099338/2009-88 - Claudio Panteghini

Processo N° 08505.099129/2009-34 - Caren Alicia Rivas Montiel

Processo N° 08505.096652/2009-17 - Cesar Ramon Rodriguez Gonzalez

Processo N° 08505.086302/2009-34 - Juliana Leiva Torres

Processo N° 08505.080994/2009-15 - Catalina Ascuna Zambrano

Processo N° 08102.002535/2009-25 - Flora Herminia Mora Quijada

Processo N° 08070.002994/2009-23 - Carlos Sergio Gomes da Gama

Processo N° 08260.005973/2009-22 - Jorge Manuel Barata Gonçalves Gorgueira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo N° 08457.009280/2009-10 - Luis Joao Franco
Processo N° 08460.034982/2009-74 - Filomena da Silva Matias Antonio, Evelise Joaquina da Silva Antonio, Joseneide Marcela da Silva Antonio, Karia Helena da Silva Antonio e Newra Piedade da Silva Antonio
Processo N° 08505.101336/2009-66 - Javier Rolando Araujo Prado Processo N° 08505.099606/2009-61 - LIBERATO JOSE MOREANO GARCIA
Processo N° 08505.055282/2009-50 - Arnaldo Barrios Guerrero
Processo N° 08505.049327/2009-57 - Lilia Ines Quispe Flores
Processo N° 08018.015694/2009-49 - Juristela Liberta da Silva Soares
Processo N° 08018.020460/2009-13 - Luisa Rossana Chavez Zevallos
Processo N° 08018.017096/2009-12 - Jose Manuel Costas Duran
Processo N° 08270.031499/2009-75 - João Manuel Cardoso Ferreira.
DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08102.001689/2011-14 - Celia Rejala de Ozuna
Processo Nº 08102.006382/2010-29 - Daniel Filipe Pereira Canudo
Processo Nº 08102.008757/2010-95 - Nicole Pauline Mustiah Bartosik
Processo Nº 08420.022611/2010-50 - Shannon Marie Murray
Processo Nº 08505.047198/2010-04 - Esteban Anciaux
DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08505.027679/2010-95 - Marina Fernie, Jorge Jesus Gonzalez, Julia Gonzalez Fernie e Lucas Antonio Gonzalez Fernie.
Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U de 10/01/2011, página 53, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09. Processo N° 08505.037401/2009-92 - Gudia Beda Mapunda.
Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos .
Processo Nº 08322.000407/2010-96 - Olia Basargin
Processo Nº 08458.006458/2007-91 - Michel Walter Diriwachter
Processo Nº 08505.025833/2009-51 - Zhu Wenjie e Sayaka Katsura
Processo Nº 08705.008537/2008-58 - Nancy Foraquita Cabrera
Processo Nº 08096.002112/2009-31 - Evélia Ortiz Kuntz
Processo Nº 08461.001918/2007-35 - Elisabete Carla do Nascimento Sousa.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/ Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:
Processo Nº 08295.005440/2011-68 - Serena Maria Brambilla, até 01/05/2012
Processo Nº 08354.001649/2011-19 - Debora de Jong, até 24/04/2012
Processo Nº 08410.013177/2010-36 - Martin Vittek, até 12/04/2012
Processo Nº 08457.001793/2011-99 - Michael Arthur Ibanez Florez, até 11/06/2011
Processo Nº 08505.016177/2011-10 - Robert Neil Proctor, até 18/03/2012.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:
Processo Nº 08230.000408/2011-41 - Enrique Porfirio Uceda Otero, até 05/05/2012
Processo Nº 08295.003879/2011-56 - Julião Pereira, até 04/03/2012
Processo Nº 08352.000730/2011-93 - Julio Correia, até 01/04/2012
Processo Nº 08352.000774/2011-13 - Prosper Afun, até 01/03/2012
Processo Nº 08352.001018/2011-10 - Josimar Antonio Soares Cassama, até 23/02/2012
Processo Nº 08354.007387/2010-15 - Nadir Nazir Khan, até 26/02/2012
Processo Nº 08391.002241/2011-18 - Osires Adriano Lopes Fernandes, até 28/02/2012
Processo Nº 08420.004409/2011-27 - Veroneo Correia, até 15/04/2012
Processo Nº 08420.029257/2010-94 - Alvaro Daniel Oliveira Lopes, até 10/02/2012
Processo Nº 08420.029383/2010-49 - Miguel Antonio Moniz Lima da Rosa, até 26/01/2012
Processo Nº 08420.031545/2010-17 - Janna Barbosa Gomes Wambar, até 03/02/2012
Processo Nº 08420.031557/2010-33 - Alexandre de Pina Ferreira Junior, até 26/02/2012
Processo Nº 08420.031576/2010-60 - Armando da Cruz Ferreira Rodrigues, até 09/02/2012
Processo Nº 08458.000790/2011-28 - Jean Joel Beniragi Rutalira, até 28/02/2012
Processo Nº 08460.004314/2011-37 - Maiote Cassai Gama da Silva, até 31/12/2011
Processo Nº 08460.006555/2011-11 - Yolanda Marina Machado Ferreira, até 27/02/2012
Processo Nº 08460.009071/2011-23 - Luis Filipe Soares Lapa da Silva Bessa, até 30/03/2012
Processo Nº 08460.009958/2011-11 - Mario Nelson Domingos da Costa, até 01/05/2012
Processo Nº 08460.010347/2011-16 - Robert Sterling Rose, até 12/05/2012
Processo Nº 08505.005099/2011-28 - Carmen Elena Patino Rodriguez, até 02/03/2012
Processo Nº 08701.001139/2011-46 - Elisangela Jessica Vera Cruz Bonfim, até 07/03/2012
Processo Nº 08706.001163/2011-35 - Enzo de Santis, até 10/04/2012
Processo Nº 08707.000985/2011-99 - Maria Lucia Del Rosario Castro Jorge, até 19/02/2012.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:
Processo Nº 08296.000519/2011-92 - François Maria Joseph de Deken, até 26/05/2012
Processo Nº 08296.000522/2011-14 - Erich Schmidmeier, até 27/05/2012
Processo Nº 08505.017162/2011-79 - Kristianto Ratu Marius Naben, até 22/04/2012
Processo Nº 08505.017312/2011-44 - Marc Daniel Louis Marie Maret, até 03/04/2012
Processo Nº 08505.068640/2010-28 - Marisbel Aguilar Chacon, até 08/03/2012.
Diante dos novos elementos constantes nos autos , torno insubsistente o ato de ARQUIVAMENTO publicado no Diário Oficial de 19/04/2011, Seção 1, página 53, para DEFERIR o pedido de reconsideração prorrogando o prazo da estada até: 25/04/2012. Processo N° 08501.011683/2010-71 - Admires Macas da Rosa Bongo, até 25/04/2012.
INDEFIRO os pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, tendo em vista que os interessados não foram localizados no endereço fornecido nos autos para cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão.
Processo Nº 08256.001035/2011-37 - Anderson Munoz Quintero
Processo Nº 08460.025568/2010-16 - Chen Kaipei
Processo Nº 08460.053645/2010-10 - Daniela Vezo Monteiro
Processo Nº 08495.000868/2011-68 - Flor Rivera Lopez
Processo Nº 08792.000161/2011-05 - Diego Andres Velasco Acosta.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/ Delegação de Competência

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.
Processo Nº 08000.006772/2010-47 - Mikko Tapio Lansimies
Processo Nº 08000.006920/2010-23 - Grenville John Taylor
Processo Nº 08000.007064/2010-23 - Maxim Sanzhapov
Processo Nº 08000.007130/2010-65 - Ming Liu
Processo Nº 08000.007229/2010-67 - Leng Bing
Processo Nº 08000.007600/2010-91 - Rolando Lozada Caldoza
Processo Nº 08000.008766/2010-24 - Vladyslavav Demochko
Processo Nº 08000.008771/2010-37 - Tetyana Zmushko
Processo Nº 08000.008775/2010-15 - Yevgen Brykin
Processo Nº 08351.001298/2010-87 - Ningning Bai
Processo Nº 08458.006864/2009-15 - Herman Tadeo Valencia Ospina
Processo Nº 08460.002363/2010-54 - Amedeo Cedola
Processo Nº 08505.008166/2010-85 - Jea Myung Yoo e Sung Sun Kim Yoo
Processo Nº 08514.001528/2009-64 - Silvina Ines Cattanes.
INDEFIRO os pedidos de prorrogaçao, abaixo relacionados, por ter se esgotado o prazo da estada legal no País, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815, de 1980.
Processo Nº 08018.017047/2009-71 - Gica Roman
Processo Nº 08018.017057/2009-15 - Grigorios Milis
Processo Nº 08018.017075/2009-99 - Theodoros Politis.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/ Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:
Processo Nº 08102.010152/2010-64 - Lissy Pinheiro Silva, até 09/02/2012
Processo Nº 08212.011528/2010-19 - Buamesca Nam Bana, até 02/02/2012
Processo Nº 08270.001901/2011-10 - Alberto Crespo Guzman, até 30/06/2011
Processo Nº 08270.005558/2011-74 - Bernarda Francisco Vilela de Barros, até 13/04/2012
Processo Nº 08270.005569/2011-54 - Batista Nhanca, até 13/04/2012
Processo Nº 08270.005577/2011-09 - Cesar Gomes Sa, até 13/04/2012
Processo Nº 08270.006474/2011-58 - Aldair Luis do Rosario Mariano, até 18/03/2012
Processo Nº 08280.004846/2011-92 - Norma Diana Hamilton, até 21/03/2012
Processo Nº 08280.004988/2011-50 - Juan Fernando Diaz Sanchez, até 16/02/2012
Processo Nº 08280.005464/2011-86 - Viviana Trujillo Gonzalez, até 19/02/2012
Processo Nº 08280.005593/2011-74 - Mateo Arenas Rios, até 09/03/2012
Processo Nº 08286.002198/2010-07 - Vanda da Silva Ribeiro, até 28/01/2012
Processo Nº 08296.004006/2010-70 - Honorio Alberto da Silva, até 09/12/2011
Processo Nº 08390.001847/2011-38 - Janio Martins Octavio, até 16/05/2012
Processo Nº 08420.004360/2011-11 - Ivan Shelykh, até 05/04/2013
Processo Nº 08444.000067/2011-06 - Francis Mbuyi Mwanza, até 12/02/2012
Processo Nº 08444.005838/2010-62 - Ken M`Baz Iffan, até 28/02/2012
Processo Nº 08458.012713/2010-30 - Claudio Plinio Campana Chacca, até 04/02/2012
Processo Nº 08495.000308/2011-11 - William Alberto Cruz Castaneda, até 30/06/2011
Processo Nº 08506.004653/2011-40 - Erik Alejandro Rivas Arellano, até 20/12/2011
Processo Nº 08506.005200/2011-31 - Ginga Niza Garcia Mendes Ramos, até 05/04/2012
Processo Nº 08514.000377/2011-41 - Megan Marie Bela, até 23/02/2012
Processo Nº 08707.000970/2011-21 - Ismael Ulises Miranda Roldan, até 27/02/2012
Processo Nº 08707.014656/2010-44 - Juari Santos Rocha, até 23/02/2012.
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:
Processo Nº 08240.028239/2010-11 - Jorge Alahan Hernandez Quirama, até 08/01/2012.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/ Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 03/01/2011, Seção I, Pág. 30, Onde se lê: Face às diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, DEFIRO o presente processo de permanência nos termos solicitado, salientando, que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08354.005211/2010-11 - Bruno Etienne Catherine Marc de Walque
Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):
Processo No- 08354.005211/2010-11 - Bruno Etienne Catheline Marc de Walque.
No Diário Oficial da União de 23/03/2011, Seção I, Pág. 65, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08389.001194/2011-26 - Gabriel Adalberto Rosas
Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/ temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08389.001194/2011-26 - Gabriel Adalberto Rojas.
No Diário Oficial da União de 28/02/2011, Seção I, Pág. 63, Onde se lê: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos . Processo Nº 08505.009825/2010-09 - Eloide Monachon Garcia
Leia-se: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos . Processo Nº 08505.009825/2010-09 - Elodie Monachon Garcia.
No Diário Oficial da União de 17/02/2011, Seção I, Pág. 43, Onde se lê: DEFIRO o pedido de Restabelecimento fundamentado no art. 2º, da Resolução Normativa nº 05/97. Processo N° 08460.023249/2010-68 - Cristian Andrés Ortiz González
Leia-se: DEFIRO o pedido de transformação de Visto item I em Permanente, fundamentado no art. 5° da Resolução Normativa 01/97. Processo N° 08460.023249/2010-68 - Cristian Andrés Ortiz González.
No Diário Oficial da União de 05/04/2011, Seção I, Pág. 32, Onde se lê: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08505.009820/2010-78 - Tavis A Yunis
Leia-se: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08505.009820/2010-78 - Travis A Yunis.
No Diário Oficial da União de 23/03/2011, Seção I, Pág. 65, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08390.000134/2011-57 - Joaquim Enrique de Jesus Correa Ceballos, Antoine Joaquim Correa, Guillaume Emilien Correa e Jeanine Gabrielle Elisabeth Steil Correa
Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08390.000134/2011-57 - Joaquin Enrique de Jesus Correa Ceballos, Antoine Joaquim Correa, Guillaume Emilien Correa e Jeanine Gabrielle Elisabeth Steil Correa.

No Diário Oficial da União de 06/04/2011, Seção I, Pág. 77, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.000440/2011-31 - Shadai Fernandes Gómez da Silva

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.000440/2011-31 - Shadai Fernandez Gómez da Silva.

No Diário Oficial da União de 05/04/2011, Seção I, Pág. 32, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08495.001063/2010-51 - Paul Gary Mansfield

Leia-se: DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. Paul Gary Mansfield e com base no art. 2°, I, da Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração para Fernando Oliveira-Mansfield. Processo Nº 08495.001063/2010-51 - Paul Gary Mansfield e Fernando Oliveira-Mansfield.

No Diário Oficial da União de 25/04/2011, Seção I, Pág. 56, Onde se lê: Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/11/2011, Seção 1, pág. 25, para DEFERIR o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 19/01/2011. Processo N° 08000.006518/2010-49 - Andrew Raburn Beck.

Leia-se: Diante dos novos elementos constantes dos autos e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/11/2011, Seção 1, pág. 25, para DEFERIR o pedido de reconsideração autorizando a prorrogação do prazo de estada até 01/01/2012. Processo N° 08000.006518/2010-49 - Andrew Raburn Beck.

No Diário Oficial da União de 18/02/2011, Seção I, Pág. 80, Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81. Processo N° 08000.009745/2010-26 - Mohammad Ramli Sulaeman, até 22/01/2012

Leia-se: DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81. Processo N° 08000.009745/2010-26 - Mohammad Ramli Gani Sulaeman, até 22/01/2012.

No Diário Oficial da União de 28/02/2011, Seção I, Pág. 64, Onde se lê: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08270.023689/2009-19 - Joseneida Djamila Barros Soares Lima

Leia-se: Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08270.023689/2009-19 - Joseneida Djamila Barros Soares Lima e Diego Soares Gonçalves.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 124, DE 11 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE - PARTE 2 (Estados Unidos da América - 2011)

Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V. (WBEN)

Distribuidor(es): Videolar S/A.

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Categoria: Ação/Aventura/Estratégia

Plataforma: Wii/PSP/Nintendo 3DS

Tipo de Análise: Sinopse

Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Violência

Processo: 08017.004166/2011-99

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE - PARTE 2 (Estados Unidos da América - 2011)

Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V. (WBEN)

Distribuidor(es): Warner Bros Entertainment Nederland B.V. (WBEN).

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Categoria: Ação/Aventura/Estratégia

Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC

Tipo de Análise: Sinopse

Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Violência

Processo: 08017.004167/2011-33

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: PIRATES OF THE CARIBBEAN: AT WORLD`S END (Estados Unidos da América - 2007)

Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Categoria: Ação

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Violência

Processo: 08017.004282/2011-16

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: BEN 10 ALIEN FORCE (Estados Unidos da América - 2008)

Titular dos Direitos Autorais: D3 PUBLISHER

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Aventura

Plataforma: Nintendo DS

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Contém: Violência

Processo: 08017.004283/2011-52

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MEGAMIND: THE BLUE DEFENDER (Estados Unidos da América - 2010)

Titular dos Direitos Autorais: THQ

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Categoria: Ação

Plataforma: Nintendo DS

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Contém: Violência

Processo: 08017.004284/2011-05

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: SONIC COLORS (Estados Unidos da América - 2010)

Titular dos Direitos Autorais: SEGA

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Plataforma

Plataforma: Wii

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004289/2011-20

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: MARIO & SONIC AT THE OLYMPIC WINTER GAMES (Estados Unidos da América - 2009)

Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Esporte

Plataforma: Wii

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004290/2011-54

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: RHAPSODY: A MUSICAL ADVENTURE (Estados Unidos da América - 2008)

Titular dos Direitos Autorais: ATLUS

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: RPG

Plataforma: Nintendo DS

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004293/2011-98

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WWE SMACKDOWN VS RAW 2010 (Estados Unidos da América - 2009)

Titular dos Direitos Autorais: THQ

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Categoria: Luta

Plataforma: Nintendo DS

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Violência

Processo: 08017.004296/2011-21

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WWE SMACKDOWN VS RAW 2010 (Estados Unidos da América - 2009)

Titular dos Direitos Autorais: THQ

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Categoria: Luta

Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos

Contém: Violência

Processo: 08017.004297/2011-76

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: TONY HAWK: RIDE (Estados Unidos da América - 2009)

Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Esporte

Plataforma: Wii

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004301/2011-04

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: TONY HAWK: RIDE (Estados Unidos da América - 2009)

Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Esporte

Plataforma: Xbox 360

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004302/2011-41

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: DISNEY SING IT: PARTY HITS (Estados Unidos da América - 2010)

Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Ritmados

Plataforma: PlayStation 3

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004304/2011-30

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WII FIT PLUS (Estados Unidos da América - 2009)

Titular dos Direitos Autorais: NINTENDO

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Esporte

Plataforma: Wii

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004305/2011-84

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: DJ HERO 2 (Estados Unidos da América - 2010)

Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Categoria: Ritmados

Plataforma: Wii

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004307/2011-73

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: DJ HERO 2 (Estados Unidos da América - 2010)

Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Categoria: Ritmados

Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004308/2011-18

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: SONIC CLASSIC COLLECTION (Estados Unidos da América - 2010)

Titular dos Direitos Autorais: SEGA

Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M

Classificação Pretendida: Livre

Categoria: Aventura/Ritmados

Plataforma: Nintendo DS

Tipo de Análise: Jogo

Classificação: Livre

Processo: 08017.004309/2011-62

Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Título: DISNEY CLUB PENGUIN: PENGUIN FORCE (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Ritmados
Plataforma: Nintendo DS
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004310/2011-97
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: A BOY AND HIS BLOB (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: MAJESCO
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004311/2011-31
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA
Título: PROMOÇÃO ANIMAL PLANET - CD VERDE PLANETA TERRA (Suíça - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UPFRONT PROMOTIONS LIMITED
Distribuidor(es): CPW Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004314/2011-75
Requerente: CPW Brasil Ltda.
Título: PROMOÇÃO ANIMAL PLANET - CD AZUL PLANETA MAR (Suíça - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UPFRONT PROMOTIONS LIMITED
Distribuidor(es): CPW Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004315/2011-10
Requerente: CPW Brasil Ltda.
Título: PROMOÇÃO ANIMAL PLANET - CD VERMELHO PLANETA AR (Suíça - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: UPFRONT PROMOTIONS LIMITED
Distribuidor(es): CPW Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004316/2011-64
Requerente: CPW Brasil Ltda.

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

PORTARIA Nº 125, DE 11 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Conjunto de Episódios de Série: SUPER FOFOS - ENTREM PARA O CIRCO (WONDER PETS - JOIN THE CIRCUS, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Josh Selig/Tone Thyne/Lisa Simon
Diretor(es): Jennifer Oxley/Josh Selig/Robert Powers/Chris Nee
Distribuidor(es): Videolar S/A./Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Trabalho de Equipe
Processo: 08017.001097/2011-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: HENRY`S CRIME (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Lemore Syvan/Keanu Reeves/Stephen Hamel/Jordan Schur/David Mimran
Diretor(es): Malcolm Venville
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Agressão Física , Consumo de Drogas Leves e Relação Sexual Não-Explícita
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.001109/2011-58
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Musical: LAMBENDO A CRIA (Brasil - 2011)
Produtor(es): Martinho da Vila
Diretor(es): Wagner Vieira
Distribuidor(es): MZA Música e Produções Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas
Tema: Show Musical
Processo: 08017.001160/2011-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: 2012 - TEMPO DE MUDANÇA (2012 - TIME FOR CHANGE, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): João Amorim
Diretor(es): João Amorim
Distribuidor(es): Vitrine Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Apologia ao Uso de Drogas
Tema: Profecias
Processo: 08017.001165/2011-92
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NANA CAYMMI EM RIO SONATA (RIO SONATA, Suíça - 2010)
Produtor(es): Gachot Films
Diretor(es): Georges Gachot
Distribuidor(es): Imovision (Tag Cultural)
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Linguagem Chula
Tema: Bibliografia
Processo: 08017.001222/2011-33
Requerente: Imovision (Tag Cultural)

Trailer: UM SONHO DE AMOR (IO SONO L`AMORE, Itália - 2009)
Produtor(es): Luca Guadagnino/Francesco Melzi D`Eril/Marco Morabito/Tilda Swinton/Alessandro Usai/Massimiliano Violante
Diretor(es): Luca Guadagnino
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Romance
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001452/2011-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: HANNA (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Marty Adelstein/Leslie Holleran/Scott Nemes
Diretor(es): Joe Wright
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.001453/2011-47
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ONDE ESTAS, IRMÃO? / ROGER... CÂMBIO E DESLIGO (O BROTHER THERE ART THOU ? / ROGER... OVER AND OUT, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 40A/ EP 40B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001028/2010-77
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: UM DENTE INCONVENIENTE / SITUAÇÃO TRAGÉDIA (AN INCONVENIENT TOOTH / SITUATION TRAGEDY, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 41A/ EP 41B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001029/2010-11
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: ENSAIANDO O PROBLEMA / SOB O LUAR DE MINHA YIN (SKIRTING THE ISSUE / MOON OVER MY YINNIE, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 42A/ EP 42B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001030/2010-46
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: A ARTE DO PALHAÇO / FEBRE FELINA (CLOWN-FU FIGHTING / CAST SMASH FEVER, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 43A/ EP 43B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001031/2010-91
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: ACAMPAMENTO CALÇA MÁGICA / TRABALHO ÁRDUO (CAMPO MAGIC PANTS / WORKED STIFF, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 44A/ EP 44B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001032/2010-35
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: MISSÃO YIN-POSSÍVEL / DESAP-ARECIDO (MISSION YINPOSSIBLE / DISAPP-EARED, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 45A/ EP 45B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001033/2010-80
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: LARGA DO MEU PÉ / FESTA DO PIJAMA DA DESTRUIÇÃO (GET OFF MY BACK / SLUMBER PARTY OF DOOM, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 46A/ EP 46B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001034/2010-24
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: BOBO VELHO / DANCE DANCE DEVASTAÇÃO (OLD SOFTIE / DANCE DANCE DEVASTATION, Estados Unidos da América - 2008)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Episódio(s): EP 47A/ EP 47B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001035/2010-79
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: UM ECA DO BEM / UM PASSEIO NA FLORESTA (UPSTANDING YUCK / A WALK IN THE WOODS, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 48A/ EP 48B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001036/2010-13
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: BEM-VINDO AO AMANHÃ (WELCOME TO THE DARK TOMORROW (PART 1 AND 2), Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 49A
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001037/2010-68
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: HOJE VOCÊ É UM URSO / MOTIVOS DE RECLAMAÇÃO (TODAY YOU ARE A BEAR / PETS PEEVED, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 50A / EP 50B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001038/2010-11
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: PELO AMOR DO MOLUSCOBOY / A NAMORADA DE ZARNOT (FOR THE LOVE OF CLAMBOY / ZARNOT`S GIRLFRIEND, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 51A / EP 51B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001039/2010-57
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: A VIDA SECRETA DE POSSUM PANDA / SUBSTITUTO (THE SECRET LIFE OF POSSUM PANDA / DUMMY UP, Estados Unidos da América - 2008)
Episódio(s): EP 52A / EP 52B
Título da Série: YIN YANG YO! II
Produtor(es): Brad Graham
Diretor(es): Mark Ackland/Ted Collyer
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.001040/2010-81
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

PORTARIA Nº 126, DE 11 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE - PARTE 2 (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V. (WBEN)
Distribuidor(es): Videolar S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação/Aventura/Estratégia
Plataforma: NINTENDO 3DS/PlayStation Portátil
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004165/2011-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Título: GOD OF WAR GHOST OF SPARTA (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: SONY COMPUTER OF AMERICA
Distribuidor(es): Sony DADC Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: PSP
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08017.004217/2011-82
Requerente: Sony DADC

Título: GUITAR HERO 5 (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: ACTIVISION BLIZZARD
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ritmados
Plataforma: PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004281/2011-63
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: VIRTUA TENNIS 3 (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: SEGA
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004287/2011-31
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WWE SMACKDOWN VS RAW 2010 (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Luta
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004294/2011-32
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: WWE SMACKDOWN VS RAW 2010 (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: THQ
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Luta
Plataforma: PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.004295/2011-87
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: HIGH SCHOOL MUSICAL: SING IT! (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004298/2011-11
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: HIGH SCHOOL MUSICAL: SING IT! (Estados Unidos da América - 2007)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004299/2011-65
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: DDR REVOLUTION DISNEY CHANNEL EDITON (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: KONAMI
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: PlayStation 2
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004300/2011-51
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: DISNEY SING IT: PARTY HITS (Estados Unidos da América - 2010)
Titular dos Direitos Autorais: DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ritmados
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004303/2011-95
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: IN-FISHERMAN FRESHWATER TROPHIES (Estados Unidos da América - 2005)
Titular dos Direitos Autorais: TAKE 2
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Computador PC
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004306/2011-29
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: ACTIVE LIFE OUTDOOR CHALLENGE (Estados Unidos da América - 2008)
Titular dos Direitos Autorais: NAMCO BANDAI
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Wii
Tipo de Análise: Jogo
Classificação: Livre
Processo: 08017.004312/2011-86
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 254, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com base no disposto no § 1º do art. 10 do Decreto nº 6.493, de 30 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o indicador Idade Média do Acervo IMA-GDASS, para fins de apuração da parcela institucional da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS.

§ 1º O indicador IMA-GDASS consiste na Idade Média do Acervo, expurgados os motivos de pendências dos processos de benefícios que não são de responsabilidade exclusiva dos servidores da Carreira do Seguro Social.

§ 2º O IMA-GDASS das Gerências Executivas será extraído do grupo de indicadores do Sistema Único de Benefícios - SUIBE e tem como base de cálculo a média de benefícios em análise nas Agências da Previdência Social de sua jurisdição, com códigos de unidades orgânicas ativas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Fixar como meta de desempenho institucional do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para o quarto ciclo de avaliação de maio de 2011 a outubro de 2011, o resultado de até 45 (quarenta e cinco dias) para o indicador de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A apuração da parcela institucional da GDASS será feita da seguinte forma:

I - IMA-GDASS apurado no final do ciclo de avaliação igual ou menor que a meta, a parcela institucional será igual a 100% (cem por cento);

II - IMA-GDASS apurado no final do ciclo de avaliação maior que a meta, a parcela institucional será identificada pela dedução dos dias que excederam o cumprimento da meta da pontuação total da parcela.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

PORTARIA Nº 255, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de maio de 2011, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000369 - Taxa Referencial-TR do mês de abril de 2011;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003670 - Taxa Referencial-TR do mês de abril de 2011 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000369 - Taxa Referencial-TR do mês de abril de 2011; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,007200.

rt. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de maio, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,007200.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 5º O Ministério da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÕES DE 10 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 40, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.005518/2009-76	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Art.30, da Lei nº 9.656, de 1998, com penal. prev. no art.84, da RN nº 124/2006, pela constatação da conduta de não permitir acesso do beneficiário ao seu plano coletivo, após ser "demitido sem justa causa, em 24/1/2007 [ao] plano de saúde coletivo da empresa empregadora, no período previsto em Lei".	Improcedência.

JAILTON AZEVEDO CANCIO

NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÕES DE 9 DE MAIO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.015335/2009-07	HEALTH ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR S/C LTDA.	402362.	03.017.547/0001-98	Deixar garantir, em 10/09, cobertura proced. Gastroplastia, benef. M.T.S.L. (Art.12, II da Lei 9.656)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25779.016179/2010-27	FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE	415405.	05.202.699/0001-96	Deixar cumprir obrigações prev. cl. 7º contrato, ref. cobertura materiais grampeador circular, grampeador articulado e pinça seladora, em 28/10/10. (Art.25 da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÕES DE 9 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.005703/2009-11	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO	375918.	88.332.580/0001-65	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	R$ 144.000,00 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS)
25785.006662/2010-14	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO	375918.	88.332.580/0001-65	atrasar, por prazo superior a 30 dias ou encaminhar de forma incorreta as informações periódicas ou eventuais, devidas ou solicitadas, excetuadas as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes. (Art.20, caput da Lei 9.656)	Anulação do AI 33927. Improcedência.
25785.005844/2010-78	UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOP.DE TRAB.MÉDICO LTDA	352501.	87.096.616/0001-96	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

MARCELO ISSAO UTIME

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 10 DE MAIO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.023583/2010-12	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Deixar de garantir a permanência do beneficiário no plano de aposentados, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava enquanto funcionária da empresa contratante, ao cobrar contraprestação pecuniária de valor superior à contraprestação quando na ativa. (Art. 31 da Lei 9.656/98 c/c Art. 3º, § 3ºe 6 ºda CONSU 21)	24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
33902.070148/2010-87	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias. (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 11 de maio de 2011

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria n° 6, de 25 de fevereiro de 2011, resolve:

Arquivar os processo abaixo relacionados:

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
25351.014138/2005-50(25351-014806/2005-23 - apenso) - AIS: 017567/05-6 (765/04) - GPROP/ANVISA
AGNALDO ROSA DE ALMEIDA PIRACICABA - ME
25351.385761/2007-56 - AIS: 497586/07-3(0310/07) - GPROP/ANVISA
KATIA CHAIBUB ARAUJO DE LEMOS
25351.223004/2004-47 - AIS:329762/04-4(252/04) - GPROP/ANVISA
MANTECORP INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
25351.052263/2005-68 - AIS:062577/05-9(1011/04)- GPROP/ANVISA
NATURAVILA IND E COM DE PRDOS NATURAIS LTDA
25351.032377/2005-91 - AIS:039209/05-0(423/04) - GPROP/ANVISA
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
25351.290247/2004-91 - AIS:409398/04-4(1087/04)- GPROP/ANVISA
TV OMEGA LTDA
25351.114376/2007-26 - AIS: 146027/07-7(0063/01) - GPROP/ANVISA

ANA PAULA DUTRA MASSERA
p/Delegação de Competência

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve:

Arquivar os processos abaixo relacionados:

REBRAS COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP
25351.504144/2006-85 - AIS:675672/06-7(0210/06) - GPROP/ANVISA
BIOSINTÉTICA FARMACÊUTICA LTDA
25351.014054/2005-16 - AIS:017467/05-0(447/04) - GPROP/ANVISA

MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria n° 5, de 05 de outubro de 2010, resolve:

Arquivar os processos abaixo relacionados:

ATIVUS FARMACÊUTICA LTDA
25351.003037/2005-53 - AIS:003774/05-5(1105/04) - GPROP/ANVISA
AD OCEANUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
25351.273983/2004-84 - AIS:390373/04-7(958/04) - GPROP/ANVISA
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.054038/2005-66 - AIS:064648/05-2(1241/04)- GPROP/ANVISA
DROGARIA REDE ECONÔMICA LTDA
25351.291321/2004-96 - AIS:410712/04-8(178/04) - GPROP/ANVISA
RADIO GLOBO ELDORADO LTDA
25351.316549/2005-87 - AIS:374514/05-7(639/05) - GPROP/ANVISA

PATRÍCIA DOMINGUES MASERA TOKARSKI
p/Delegação de Competência

GERENCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E CONTROLE DE INSUMOS, MEDICAMENTOS E PRODUTOS

DESPACHOS DA GERÊNCIA-GERAL
Em 11 de maio de 2011

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve arquivar os processos abaixo relacionados:
EMPRESA: BERACA SABARA QUIMICOS E INGREDIENTES LTDA
25351.294139/2005-78 - AIS:348288/05-0 (425/2005) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: BIOCARB INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.
25351.273516/2010-19 - AIS:359552/10-8 (125/2010) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: CESAR & MASTELLINI COMERCIAL QUÍMICA LTDA
25351.463753/2005-96 - AIS:558232/05-6 (581/2005) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: COGNIS BRASIL LTDA.
25351.438958/2005-33 - AIS:526891/05-5 (571/2005) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: COMERCIAL TETTEOTO LTDA
25351.463952/2005-02 - AIS:558487/05-6 (583/2005) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: COSMÉTICOS VIEIRA LTDA
25351.520206/2006-04 - AIS:696895/06-3 (211/2006) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: FARMAVY INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
25351.325670/2006-81 - AIS:434083/06-3 (0159/2006) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: FUSÃO SOLUÇÕES PARA MEDICINA LTDA ME
25351.278708/2007-08 - AIS:358071/07-7 (070/2007) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: GLAUCIA MARIA RODRIGUES BARBOSA ME
25351.102265/2008-58 - AIS:132681/08-3 (003/2008) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: HEIK ROSA DE ALMEIDA - ME
25351.227877/2004-29 - AIS:335481/04-4 (467/2004) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: INDÚSTRIA AGRO QUÍMICA BRAIDO LTDA
25351.300543/2004-15 - AIS:421155/04-3 (462/2004) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.032218/2010-30 - AIS:042606/10-7 (252/2009) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: IRMAOS GUIMARAES LTDA
25351.195105/2010-60 - AIS:257868/10-9 (88/2010) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: LABORATORIO DE MANIPULAÇÃO BIOMETIL LTDA
25351.609717/2009-93 - AIS:792931/09-5 (111/2009) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: RAINHA LABORATÓRIO NUTRACÊUTICO LTDA
25351.480089/2005-40 - AIS:579139/05-1 (641/2005) - GFIMP/ANVISA
EMPRESA: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA
25351.278199/2007-13 - AIS:357451/07-2 (056/2007)- GFIMP/ANVISA

MARILIA COELHO CUNHA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 208, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria 1.919/GM/MS, de 15 de julho de 2010, que redefine, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos; e

Considerando Oficio Nº 710, de 18 de agosto de 2010, da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Remanejar o limite financeiro dos recursos para a execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos do Estado de Minas Gerais, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os recursos financeiros serão transferidos, mensalmente, de acordo com a produção realizada e após a devida identificação destes procedimentos nos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares.

Art. 3º Instruir que o remanejamento dos recursos transferidos por meio desta Portaria não acarretará impacto no limite financeiro global do Estado.

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585-Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Municípios	Valor
Alfenas	224.536,99
Araguari	115.723,75
Barbacena	241.141,93
Belo Horizonte	2.852.477,23
Betim	607.207,12
Brumadinho	35.377,70
Campo Belo	87.582,09
Caratinga	203.030,58
Cataguases	80.092,47
Congonhas	90.344,54
Conselheiro Lafaiete	213.476,70
Contagem	841.574,98
Coração de Jesus	165.465,38
Divinópolis	451.205,79
Frutal	105.492,95
Governador Valadares	276.987,67
Ipatinga	395.800,25
Itambacuri	41.191,70
Itaúna	89.866,71
Iturama	64.053,61
Juiz de Fora	682.824,42
Lavras	120.248,55
Monte Carmelo	35.156,73
Montes Claros	476.333,84
Nanuque	52.758,04
Patos de Minas	425.642,12
Patrocínio	160.676,19
Pedro Leopoldo	229.980,28
Perdões	56.292,11
Poços de Caldas	186.430,00
Ponte Nova	223.976,42
Ribeirão das Neves	262.860,09
Salinas	118.562,96
Santa Luzia	213.738,16
Santo Antônio do Amparo	103.485,17
São João Del Rei	681,75
São Sebastião do Paraíso	125.964,06
Sete Lagoas	395.059,13
Teófilo Otoni	277.349,08
Três Pontas	87.142,84
Uberaba	383.637,57
Uberlândia	731.906,50
Viçosa	141.043,21
Total Plena Municipal	12.674.379,36
Total Gestão Estadual	8.263.100,11
Total Geral	20.937.479,47

PORTARIA Nº 209, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria 1.919/GM/MS, de 15 de julho de 2010, que redefine, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a prestação de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos;

Considerando o Oficio Nº 171, de 03 de Fevereiro de 2011, da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, resolve:

Art. 1º Remanejar os recursos de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos da Gestão Estadual do Pernambuco para o município de Arcoverde, conforme a seguir descrito.

Município	Valor
Arcoverde	+73.964,26
Gestão Estadual	- 73.964,26

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência Maio de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 210, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria Nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício CIB Nº 020/11, de 25 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§ 1º - O total de recurso financeiro anual do estado de São Paulo, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 5.699.152.976,91, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	2.789.312.835,88	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	2.784.799.903,52	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	125.040.236,66	Anexo III

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 15.892.800,00 e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no valor de R$ 66.198.000,00.

§ 3º - O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade no estado de São Paulo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de maio de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MAIO/2011

ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	76.521.674,11
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	2.384.191.213,88
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	453.640.184,55
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	125.040.236,66
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	2.789.312.835,88

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MAIO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEP-com transferências-realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
350010	ADAMANTINA	4.021.413,32	1.400.253,86	329.189,53	1.701.624,66	0,00	2.837.357,28	0,00	0,00	4.615.124,09
350020	ADOLFO	72.676,58	4,29	0,00	2.522,04	0,00	0,00	0,00	0,00	75.202,91
350030	AGUAI	1.798.929,59	719,24	0,00	81.588,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.881.237,66
350040	AGUAS DA PRATA	149.805,48	14.340,00	0,00	7.577,98	0,00	0,00	0,00	0,00	171.723,46
350050	AGUAS DE LINDOIA	782.100,93	149.194,91	0,00	221.342,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.152.638,38
350055	AGUAS DE SANTA BARBARA	79.006,43	0,00	0,00	1.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.064,43
350060	AGUAS DE SAO PEDRO	61.396,50	380,20	0,00	2.349,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64.126,03
350070	AGUDOS	1.381.137,05	703.684,42	0,00	365.809,63	0,00	2.318.740,63	0,00	0,00	131.890,47
350075	ALAMBARI	9.663,24	450,00	150.000,00	40.589,71	0,00	0,00	0,00	0,00	200.702,95
350080	ALFREDO MARCONDES	20.685,38	0,00	0,00	2.711,07	0,00	0,00	0,00	0,00	23.396,45
350090	ALTAIR	32.128,72	0,00	0,00	4.484,22	0,00	0,00	0,00	0,00	36.612,94
350100	ALTINOPOLIS	1.076.952,77	62.614,02	0,00	213.702,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353.269,13
350110	ALTO ALEGRE	186.598,29	0,00	0,00	8.990,61	0,00	0,00	0,00	0,00	195.588,91
350115	ALUMINIO	294.858,03	4.766,97	0,00	9.234,98	0,00	0,00	0,00	0,00	308.859,98
350120	ALVARES FLORENCE	17.829,20	0,00	0,00	2.928,22	0,00	0,00	0,00	0,00	20.757,42
350130	ALVARES MACHADO	716.532,75	55.874,16	0,00	308.133,94	0,00	1.027.409,94	0,00	0,00	53.130,91
350140	ALVARO DE CARVALHO	5.565,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565,66
350150	ALVINLANDIA	1.210,68	0,00	0,00	727,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.937,88
350160	AMERICANA	10.780.575,98	2.020.232,62	10.007,75	3.603.554,95	0,00	0,00	0,00	0,00	16.414.371,30
350170	AMERICO BRASILIENSE	704.891,94	715.469,21	79.200,00	151.195,85	0,00	814.475,75	0,00	0,00	836.281,25
350180	AMERICO DE CAMPOS	73.424,35	0,00	0,00	1.847,92	0,00	0,00	0,00	0,00	75.272,27
350190	AMPARO	4.476.795,90	3.792.938,82	411.158,67	2.365.786,63	0,00	0,00	0,00	0,00	11.046.680,02
350200	ANALANDIA	50.299,43	0,00	0,00	4.317,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.617,10
350210	ANDRADINA	2.421.840,39	617.471,46	358.056,48	545.920,69	0,00	3.018.836,47	0,00	0,00	924.452,55
350220	ANGATUBA	1.358.639,97	206.211,27	150.000,00	538.840,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.253.692,12
350230	ANHEMBI	22.533,96	0,00	0,00	4.194,15	0,00	0,00	0,00	0,00	26.728,11
350240	ANHUMAS	20.466,65	0,00	0,00	2.562,86	0,00	0,00	0,00	0,00	23.029,51
350250	APARECIDA	2.151.751,91	1.222.993,37	388.454,10	190.105,41	0,00	3.510.108,26	0,00	0,00	443.196,53
350260	APARECIDA D'OESTE	169.223,49	5.243,72	0,00	15.770,27	0,00	170.051,54	0,00	0,00	20.185,94
350270	APIAI	1.255.132,32	616.397,09	392.920,24	315.076,50	0,00	12.552,96	0,00	0,00	2.566.973,19
350275	ARACARIGUAMA	190.720,63	0,00	0,00	15.307,08	0,00	0,00	0,00	0,00	206.027,71
350280	ARACATUBA	17.430.617,34	11.343.505,60	5.395.540,85	5.956.555,62	0,00	26.566.069,94	0,00	0,00	13.560.149,47
350290	ARACOIABA DA SERRA	394.313,66	0,00	0,00	14.928,86	0,00	0,00	0,00	0,00	409.242,52
350300	ARAMINA	82.352,41	0,00	0,00	1.948,19	0,00	0,00	0,00	0,00	84.300,60
350310	ARANDU	299.281,62	4.361,86	0,00	10.060,65	0,00	0,00	0,00	0,00	313.704,13
350315	ARAPEI	32.285,02	0,00	0,00	1.380,44	0,00	0,00	0,00	0,00	33.665,46
350320	ARARAQUARA	13.895.230,67	7.373.300,61	2.301.600,00	7.272.221,10	0,00	2.898.752,84	0,00	0,00	27.943.599,54
350330	ARARAS	10.581.640,47	11.381.165,85	1.373.112,14	2.344.668,11	0,00	10.337.688,41	0,00	0,00	15.342.898,16
350335	ARCO-IRIS	13.355,81	0,00	0,00	510,96	0,00	0,00	0,00	0,00	13.866,77
350340	AREALVA	283.429,33	16.341,02	0,00	9.131,10	0,00	0,00	0,00	0,00	308.901,45
350350	AREIAS	33.080,81	24.204,59	0,00	7.562,32	0,00	0,00	0,00	0,00	64.847,72
350360	AREIOPOLIS	102.081,25	0,00	0,00	3.022,68	0,00	0,00	0,00	0,00	105.103,93
350370	ARIRANHA	197.196,38	2.022,38	79.200,00	20.276,92	0,00	99.059,70	0,00	0,00	199.635,98
350380	ARTUR NOGUEIRA	771.424,68	0,00	0,00	63.830,31	0,00	0,00	0,00	0,00	835.254,99
350390	ARUJA	1.334.166,19	0,00	0,00	250.724,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.584.891,14
350395	ASPASIA	14.954,16	0,00	0,00	1.043,65	0,00	0,00	0,00	0,00	15.997,81
350400	ASSIS	7.829.716,52	4.655.471,82	444.837,64	2.545.053,14	0,00	6.482.091,89	0,00	0,00	8.992.987,23
350410	ATIBAIA	3.558.016,58	240.751,67	416.354,99	314.152,16	0,00	118,23	0,00	0,00	4.529.157,17
350420	AURIFLAMA	595.279,94	298.945,97	0,00	68.332,62	0,00	849.912,80	0,00	0,00	112.645,73
350430	AVAI	25.985,96	0,00	0,00	7.140,33	0,00	0,00	0,00	0,00	33.126,29
350440	AVANHANDAVA	288.683,07	0,00	0,00	-64.766,73	0,00	0,00	0,00	0,00	223.916,34
350450	AVARE	5.517.175,97	3.416.728,58	933.904,85	1.552.746,31	0,00	335.823,67	0,00	0,00	11.084.732,04
350460	BADY BASSITT	134.231,15	0,00	0,00	8.221,83	0,00	0,00	0,00	0,00	142.452,98
350470	BALBINOS	48,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,30
350480	BALSAMO	46.349,98	0,00	0,00	3.411,58	0,00	0,00	0,00	0,00	49.761,56
350490	BANANAL	1.092.486,06	63.814,85	0,00	24.938,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.181.239,72
350500	BARAO DE ANTONINA	25.725,74	1.654,05	0,00	2.098,80	0,00	0,00	0,00	0,00	29.478,59
350510	BARBOSA	28.781,04	0,00	0,00	3.785,61	0,00	0,00	0,00	0,00	32.566,65
350520	BARIRI	1.507.715,73	212.874,20	262.645,46	94.443,24	0,00	1.701.184,18	0,00	0,00	376.494,45
350530	BARRA BONITA	1.094.726,94	443.848,79	310.783,51	41.528,87	0,00	1.826.659,83	0,00	0,00	64.228,28
350535	BARRA DO CHAPEU	6.169,30	582,40	0,00	1.489,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.241,63
350540	BARRA DO TURVO	77.979,36	0,00	0,00	1.445,16	0,00	0,00	0,00	0,00	79.424,52
350550	BARRETOS	17.318.131,16	54.217.001,84	3.828.969,77	23.218.724,71	0,00	76.951.339,33	0,00	0,00	21.631.488,15
350560	BARRINHA	1.144.127,10	0,00	0,00	47.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.191.723,12
350570	BARUERI	14.670.831,70	945.525,70	0,00	2.012.561,05	0,00	0,00	0,00	0,00	17.628.918,45
350580	BASTOS	1.231.938,72	23.361,93	79.200,00	113.473,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.447.974,46
350590	BATATAIS	3.665.086,31	672.521,16	319.440,60	1.532.236,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6.189.284,39
350600	BAURU	30.936.065,51	23.885.662,56	7.461.785,79	41.001.886,34	0,00	98.745.426,58	0,00	0,00	4.539.973,62
350610	BEBEDOURO	4.205.127,99	1.225.218,24	0,00	1.692.545,94	0,00	91.682,58	0,00	0,00	7.031.209,59
350620	BENTO DE ABREU	5.627,76	0,00	0,00	1.901,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.529,16
350630	BERNARDINO DE CAMPOS	536.526,48	151.004,22	0,00	78.349,92	0,00	612.792,14	0,00	0,00	153.088,48
350635	BERTIOGA	2.385.116,25	19.544,32	0,00	302.390,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.707.050,73
350640	BILAC	278.218,31	98.525,51	0,00	54.076,87	0,00	389.768,28	0,00	0,00	41.052,41
350650	BIRIGUI	4.500.645,97	1.534.660,54	403.339,56	383.633,35	0,00	5.555.550,45	0,00	0,00	1.266.728,97

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

350660	BIRITIBA-MIRIM	1.309.223,22	0,00	0,00	16.659,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.325.882,56
350670	BOA ESPERANCA DO SUL	682.087,99	15.059,25	150.000,00	32.687,50	0,00	615.483,74	0,00	0,00	264.351,00
350680	BOCAINA	382.222,99	169,19	0,00	58.876,43	0,00	0,00	0,00	0,00	441.268,61
350690	BOFETE	17.894,84	0,00	0,00	21.249,17	0,00	0,00	0,00	0,00	39.144,01
350700	BOITUVA	1.714.002,79	304.714,26	134.764,30	68.216,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.221.697,58
350710	BOM JESUS DOS PERDOES	520.533,21	0,00	0,00	24.908,17	0,00	0,00	0,00	0,00	545.441,38
350715	BOM SUCESSO DE ITARARE	3.971,77	0,00	0,00	39.684,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.655,77
350720	BORA	8.158,98	140,70	0,00	36.625,12	0,00	0,00	0,00	0,00	44.924,80
350730	BORACEIA	19.491,60	0,00	0,00	970,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.461,78
350740	BORBOREMA	653.671,98	4.036,58	0,00	33.180,76	0,00	526.636,76	0,00	0,00	164.252,56
350745	BOREBI	3.103,38	0,00	0,00	37.500,88	0,00	0,00	0,00	0,00	40.604,26
350750	BOTUCATU	25.216.901,99	33.964.557,19	4.925.892,10	11.590.834,36	0,00	74.932.206,19	0,00	0,00	765.979,45
350760	BRAGANCA PAULISTA	13.909.258,06	9.999.966,79	1.441.612,80	1.710.664,49	0,00	21.106.875,87	0,00	0,00	5.954.626,27
350770	BRAUNA	4.439,26	0,00	0,00	11.203,33	0,00	0,00	0,00	0,00	15.642,59
350775	BREJO ALEGRE	5.427,59	0,00	0,00	1.700,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.127,90
350780	BRODOSQUI	458.329,60	0,00	0,00	114.915,13	0,00	0,00	0,00	0,00	573.244,73
350790	BROTAS	738.280,59	5.993,96	0,00	55.441,66	0,00	707.148,71	0,00	0,00	92.567,50
350800	BURI	901.685,95	37.117,29	0,00	-242.849,99	0,00	0,00	0,00	0,00	695.953,25
350810	BURITAMA	755.219,37	1.202.115,48	0,00	285.597,55	0,00	0,00	0,00	0,00	2.242.932,40
350820	BURITIZAL	22.239,80	0,00	0,00	2.962,45	0,00	0,00	0,00	0,00	25.202,25
350830	CABRALIA PAULISTA	6.204,84	0,00	0,00	229,23	0,00	0,00	0,00	0,00	6.434,07
350840	CABREUVA	1.223.494,46	15.656,46	0,00	37.937,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277.088,51
350850	CACAPAVA	4.834.811,64	315.847,54	105.600,00	846.086,17	0,00	0,00	0,00	0,00	6.102.345,35
350860	CACHOEIRA PAULISTA	1.613.857,25	43.710,12	0,00	372.149,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.029.716,86
350870	CACONDE	968.089,84	846.889,65	0,00	32.535,84	0,00	1.635.463,85	0,00	0,00	212.051,48
350880	CAFELANDIA	829.631,34	223.582,72	0,00	43.691,02	0,00	1.085.890,86	0,00	0,00	11.014,22
350890	CAIABU	0,00	0,00	0,00	1.082,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082,94
350900	CAIEIRAS	3.029.610,97	48.141,59	0,00	161.801,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.239.554,26
350910	CAIUA	382,39	0,00	0,00	889,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272,16
350920	CAJAMAR	5.505.715,53	228.306,54	0,00	269.673,14	0,00	0,00	0,00	0,00	6.003.695,21
350925	CAJATI	952.816,52	0,00	0,00	55.841,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.008.658,15
350930	CAJOBI	554.932,95	43.240,33	0,00	25.710,32	0,00	0,00	0,00	0,00	623.883,60
350940	CAJURU	1.874.499,91	170.727,74	79.200,00	119.499,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243.927,07
350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	11.528,61	0,00	0,00	5.239,43	0,00	0,00	0,00	0,00	16.768,04
350950	CAMPINAS	125.753.406,17	71.991.514,09	18.636.528,47	73.761.873,98	0,00	134.180.734,39	0,00	0,00	155.962.588,32
350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	2.585.294,05	178.212,89	0,00	671.969,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.435.476,06
350970	CAMPOS DO JORDAO	2.654.179,91	5.433.997,56	1.354.437,14	320.694,63	0,00	8.978.697,19	0,00	0,00	784.612,05
350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
350990	CANANEIA	293.577,89	0,00	0,00	14.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	308.045,15
350995	CANAS	2.470,21	0,00	0,00	333,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.803,69
351000	CANDIDO MOTA	1.876.245,34	20.735,07	0,00	383.189,59	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280.170,00
351010	CANDIDO RODRIGUES	71.568,13	2.710,60	0,00	695,34	0,00	0,00	0,00	0,00	74.974,07
351015	CANITAR	1.204,59	0,00	0,00	36.228,02	0,00	0,00	0,00	0,00	37.432,61
351020	CAPAO BONITO	2.519.104,62	247.815,38	301.379,41	467.557,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3.535.856,56
351030	CAPELA DO ALTO	257.243,80	0,00	0,00	9.400,92	0,00	0,00	0,00	0,00	266.644,72
351040	CAPIVARI	2.819.785,54	686.319,71	638.402,64	961.946,09	0,00	0,00	0,00	0,00	5.106.453,98
351050	CARAGUATATUBA	4.930.421,25	845.149,49	79.200,00	944.814,15	0,00	856.010,71	0,00	0,00	5.943.574,18
351060	CARAPICUIBA	14.042.082,93	2.689.533,56	705.600,00	2.694.046,22	0,00	14.061.178,83	0,00	0,00	6.070.083,88
351070	CARDOSO	919.183,44	374.975,44	0,00	81.806,45	0,00	1.174.277,67	0,00	0,00	201.687,66
351080	CASA BRANCA	4.770.746,30	2.437.693,73	0,00	1.342.630,87	0,00	8.111.321,79	0,00	0,00	439.749,11
351090	CASSIA DOS COQUEIROS	22.069,70	0,00	0,00	2.285,19	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,89
351100	CASTILHO	862.773,05	30.619,67	0,00	50.747,67	0,00	781.204,44	0,00	0,00	162.935,95
351110	CATANDUVA	17.522.524,37	15.803.777,57	3.518.686,33	6.897.177,32	0,00	36.193.694,99	0,00	0,00	7.548.470,60
351120	CATIGUA	67.638,87	0,00	0,00	2.765,01	0,00	0,00	0,00	0,00	70.403,88
351130	CEDRAL	63.809,16	0,00	0,00	88.395,48	0,00	0,00	0,00	0,00	152.204,64
351140	CERQUEIRA CESAR	721.073,07	498.356,04	0,00	51.639,31	0,00	1.178.694,87	0,00	0,00	92.373,55
351150	CERQUILHO	1.618.264,89	2.428,32	105.600,00	173.844,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.138,08
351160	CESARIO LANGE	704.213,77	30.385,43	0,00	-14.662,83	0,00	0,00	0,00	0,00	719.936,37
351170	CHARQUEADA	642.607,76	71.121,97	0,00	26.461,60	0,00	0,00	0,00	0,00	740.191,33
351190	CLEMENTINA	211.510,77	0,00	0,00	4.959,18	0,00	196.200,46	0,00	0,00	20.269,49
351200	COLINA	901.949,53	768,10	0,00	61.484,93	0,00	0,00	0,00	0,00	964.202,56
351210	COLOMBIA	177.749,62	1.877,51	0,00	23.095,20	0,00	0,00	0,00	0,00	202.722,33
351220	CONCHAL	1.542.463,23	23.340,42	0,00	71.673,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.637.477,25
351230	CONCHAS	887.970,25	208.816,37	0,00	70.297,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.167.084,13
351240	CORDEIROPOLIS	693.350,64	5.392,68	79.200,00	340.119,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118.062,82
351250	COROADOS	1.520,40	0,00	0,00	36.836,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38.357,07
351260	CORONEL MACEDO	81.279,86	6.003,98	0,00	1.868,31	0,00	0,00	0,00	0,00	89.152,15
351270	CORUMBATAI	47.215,49	0,00	0,00	2.435,18	0,00	0,00	0,00	0,00	49.650,67
351280	COSMOPOLIS	2.535.629,54	30.420,67	149.439,53	454.658,42	0,00	0,00	0,00	0,00	3.170.148,16
351290	COSMORAMA	104.531,00	0,00	0,00	2.220,88	0,00	0,00	0,00	0,00	106.751,88
351300	COTIA	9.042.387,05	2.777.384,86	308.400,00	250.674,75	0,00	9.122.630,12	0,00	0,00	3.256.216,54
351310	CRAVINHOS	597.366,67	10.332,53	0,00	17.838,71	0,00	0,00	0,00	0,00	625.537,91
351320	CRISTAIS PAULISTA	39.558,96	0,00	0,00	14.827,17	0,00	0,00	0,00	0,00	54.386,13
351330	CRUZALIA	34.791,65	0,00	0,00	961,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.753,46
351340	CRUZEIRO	4.913.822,18	851.034,84	1.064.762,89	783.027,35	0,00	48.252,75	0,00	0,00	7.564.394,51
351350	CUBATAO	10.221.577,37	122.613,22	892.800,00	1.779.488,29	0,00	0,00	0,00	0,00	13.016.478,88
351360	CUNHA	961.259,87	4.784,10	0,00	100.839,08	0,00	998.346,59	0,00	0,00	68.536,46
351370	DESCALVADO	875.235,49	969,71	0,00	195.289,60	0,00	514.554,58	0,00	0,00	556.940,22
351380	DIADEMA	32.260.099,38	8.999.185,00	1.342.800,00	7.417.885,38	0,00	14.895.267,24	0,00	0,00	35.124.702,52
351385	DIRCE REIS	3.000,24	0,00	0,00	501,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502,14
351390	DIVINOLANDIA	2.258.787,31	4.967.822,28	1.357.437,19	2.800.384,99	0,00	11.316.809,73	0,00	0,00	67.622,04
351400	DOBRADA	16.210,44	0,00	0,00	37.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	53.252,87
351410	DOIS CORREGOS	1.186.468,86	10.400,97	0,00	82.943,07	0,00	1.259.644,61	0,00	0,00	20.168,29
351420	DOLCINOPOLIS	6.078,43	0,00	0,00	2.023,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.101,97
351430	DOURADO	308.016,33	993,74	0,00	17.908,29	0,00	191.566,12	0,00	0,00	135.352,24
351440	DRACENA	2.843.554,48	1.465.146,74	695.285,32	1.654.109,99	0,00	0,00	0,00	0,00	6.658.096,53
351450	DUARTINA	991.903,14	225.696,77	0,00	241.623,17	0,00	1.419.185,91	0,00	0,00	40.037,17
351460	DUMONT	300.736,20	0,00	0,00	3.536,77	0,00	0,00	0,00	0,00	304.272,97
351470	ECHAPORA	123.091,29	22.891,31	0,00	40.970,13	0,00	0,00	0,00	0,00	186.952,73
351480	ELDORADO	391.460,19	0,00	0,00	11.688,72	0,00	0,00	0,00	0,00	403.148,91
351490	ELIAS FAUSTO	476.367,89	730,20	0,00	11.330,79	0,00	0,00	0,00	0,00	488.428,88
351492	ELISIARIO	20.667,18	0,00	0,00	3.846,83	0,00	0,00	0,00	0,00	24.514,01
351495	EMBAUBA	8.608,30	0,00	0,00	420,91	0,00	0,00	0,00	0,00	9.029,21
351500	EMBU	7.259.749,68	46.389,16	158.400,00	929.994,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8.394.533,13
351510	EMBU-GUACU	1.490.647,62	0,00	79.200,00	280.501,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.348,77
351512	EMILIANOPOLIS	11.766,00	0,00	0,00	4.023,81	0,00	0,00	0,00	0,00	15.789,81
351515	ENGENHEIRO COELHO	73.805,70	0,00	0,00	106.649,06	0,00	0,00	0,00	0,00	180.454,76
351518	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	4.104.461,10	2.155.774,29	195.991,67	1.401.158,40	0,00	5.047.049,47	0,00	0,00	2.810.335,99
351519	ESPIRITO SANTO DO TURVO	929,89	0,00	0,00	38.481,54	0,00	0,00	0,00	0,00	39.411,43
351520	ESTRELA D'OESTE	466.273,68	140.440,65	0,00	38.115,98	0,00	566.411,05	0,00	0,00	78.419,26
351530	ESTRELA DO NORTE	10.140,41	0,00	0,00	13.155,62	0,00	0,00	0,00	0,00	23.296,03
351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	262.511,63	0,00	0,00	21.915,90	0,00	98.058,28	0,00	0,00	186.369,25
351540	FARTURA	975.971,83	44.009,06	0,00	39.996,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.059.976,98
351550	FERNANDOPOLIS	5.420.533,63	2.081.965,55	1.687.197,44	1.578.207,64	0,00	9.395.558,88	0,00	0,00	1.372.345,38
351560	FERNANDO PRESTES	52.378,30	0,00	0,00	6.222,66	0,00	0,00	0,00	0,00	58.600,96
351565	FERNAO	1.293,98	0,00	0,00	37.835,29	0,00	0,00	0,00	0,00	39.129,27
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9.876.422,04	4.108.566,75	858.000,00	1.654.131,24	0,00	14.112.197,27	0,00	0,00	2.384.922,76

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

351580	FLORA RICA	487,76	0,00	0,00	1.666,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.153,90
351590	FLOREAL	2.868,84	0,00	0,00	20.916,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23.785,58
351600	FLORIDA PAULISTA	569.886,55	8.909,36	0,00	33.578,03	0,00	582.943,37	0,00	0,00	29.430,57
351610	FLORINIA	77.601,70	0,00	0,00	1.430,25	0,00	0,00	0,00	0,00	79.031,95
351620	FRANCA	31.301.745,02	9.179.449,52	3.946.576,12	7.647.825,05	0,00	40.685.221,16	0,00	0,00	11.390.374,55
351630	FRANCISCO MORATO	10.308.081,58	2.597.791,54	465.346,84	2.188.449,57	0,00	6.751.270,95	0,00	0,00	8.808.398,58
351640	FRANCO DA ROCHA	9.104.299,72	4.997.649,38	0,00	1.518.386,40	0,00	13.361.578,25	0,00	0,00	2.258.757,25
351650	GABRIEL MONTEIRO	5.773,36	0,00	0,00	2.743,67	0,00	0,00	0,00	0,00	8.517,03
351660	GALIA	355.608,90	54.414,21	0,00	58.958,71	0,00	420.859,26	0,00	0,00	48.122,56
351670	GARCA	5.764.190,42	299.719,34	338.086,02	994.667,80	0,00	2.802.432,26	0,00	0,00	4.594.231,32
351680	GASTAO VIDIGAL	33.038,20	0,00	0,00	2.635,43	0,00	0,00	0,00	0,00	35.673,63
351685	GAVIAO PEIXOTO	35.594,54	881,49	0,00	768,47	0,00	0,00	0,00	0,00	37.244,50
351690	GENERAL SALGADO	472.279,56	42.682,58	79.200,00	31.378,88	0,00	452.638,73	0,00	0,00	172.902,29
351700	GETULINA	405.429,83	2.055,26	0,00	21.835,97	0,00	0,00	0,00	0,00	429.321,06
351710	GLICERIO	66.958,82	0,00	0,00	3.376,83	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335,65
351720	GUAICARA	5.456,07	0,00	0,00	2.329,53	0,00	0,00	0,00	0,00	7.785,60
351730	GUAIMBE	110.309,27	0,00	0,00	37.184,88	0,00	0,00	0,00	0,00	147.494,15
351740	GUAIRA	1.658.085,11	8.168,55	405.600,00	410.735,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.482.589,11
351750	GUAPIACU	281.069,86	0,00	0,00	427.427,91	0,00	0,00	0,00	0,00	708.497,77
351760	GUAPIARA	864.245,44	70.080,86	0,00	31.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	965.942,44
351770	GUARA	1.050.146,59	0,00	79.200,00	198.160,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.327.506,81
351780	GUARACAI	345.916,93	1.680,81	0,00	15.850,65	0,00	262.755,22	0,00	0,00	100.693,17
351790	GUARACI	220.772,69	0,00	0,00	2.624,57	0,00	0,00	0,00	0,00	223.397,26
351800	GUARANI D'OESTE	32.830,93	0,00	0,00	3.662,02	0,00	0,00	0,00	0,00	36.492,95
351810	GUARANTA	213.537,59	0,00	0,00	-110.755,78	0,00	0,00	0,00	0,00	102.781,81
351820	GUARARAPES	1.419.562,83	74.970,31	128.146,92	104.791,31	0,00	1.519.665,92	0,00	0,00	207.805,45
351830	GUARAREMA	1.054.210,06	10.369,51	0,00	67.187,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.131.766,61
351840	GUARATINGUETA	9.923.124,69	3.357.825,75	1.201.507,25	5.065.352,41	0,00	0,00	0,00	0,00	19.547.810,10
351850	GUAREI	210.321,00	23,08	150.000,00	23.238,71	0,00	0,00	0,00	0,00	383.582,79
351860	GUARIBA	1.652.298,73	671.866,63	256.286,86	204.338,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.784.791,10
351870	GUARUJA	19.985.325,98	1.500.411,94	1.735.173,19	5.011.448,73	0,00	0,00	0,00	0,00	28.232.359,84
351880	GUARULHOS	93.827.414,38	7.084.611,27	7.144.644,13	13.332.630,34	0,00	43.561.245,92	0,00	0,00	77.828.054,20
351885	GUATAPARA	52.441,85	1.147,07	0,00	5.428,81	0,00	0,00	0,00	0,00	59.017,73
351890	GUZOLANDIA	9.505,08	0,00	0,00	3.445,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,43
351900	HERCULANDIA	426.131,27	1.697,76	0,00	64.854,83	0,00	433.051,62	0,00	0,00	59.632,24
351905	HOLAMBRA	269.238,39	0,00	0,00	10.028,41	0,00	0,00	0,00	0,00	279.266,80
351907	HORTOLANDIA	8.367.552,16	121.761,59	1.593.600,00	981.445,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.064.358,79
351910	IACANGA	300.224,55	6.597,61	0,00	17.185,69	0,00	0,00	0,00	0,00	324.007,85
351920	IACRI	338.992,31	323,95	0,00	33.007,39	0,00	0,00	0,00	0,00	372.323,65
351925	IARAS	17.063,40	11.526,46	0,00	4.911,75	0,00	0,00	0,00	0,00	33.501,61
351930	IBATE	1.302.295,63	12.628,05	0,00	94.758,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.409.681,83
351940	IBIRA	335.293,16	3.354,76	0,00	17.512,38	0,00	326.694,46	0,00	0,00	29.465,84
351950	IBIRAREMA	82.279,07	0,00	0,00	1.901,12	0,00	0,00	0,00	0,00	84.180,19
351960	IBITINGA	3.009.763,98	218.940,71	216.603,62	476.833,88	0,00	0,00	0,00	0,00	3.922.142,19
351970	IBIUNA	3.350.083,75	7.973,55	0,00	-1.081.240,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.276.816,34
351980	ICEM	147.949,89	0,00	0,00	7.299,39	0,00	0,00	0,00	0,00	155.249,28
351990	IEPE	412.329,96	683.468,29	0,00	34.322,46	0,00	64.476,88	0,00	0,00	1.065.643,83
352000	IGARACU DO TIETE	820.667,56	15.872,04	0,00	52.536,20	0,00	850.487,41	0,00	0,00	38.588,39
352010	IGARAPAVA	1.389.393,72	3.364,64	0,00	82.783,48	0,00	1.253.169,15	0,00	0,00	222.372,69
352020	IGARATA	55.163,07	426,36	0,00	17.452,28	0,00	0,00	0,00	0,00	73.041,72
352030	IGUAPE	811.116,75	2.900,18	0,00	40.763,48	0,00	0,00	0,00	0,00	854.780,41
352040	ILHABELA	1.334.407,43	70.499,13	0,00	110.824,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1.515.730,79
352042	ILHA COMPRIDA	200.637,28	6.951,66	0,00	3.804,28	0,00	0,00	0,00	0,00	211.393,22
352044	ILHA SOLTEIRA	1.462.408,19	753.586,10	0,00	119.279,40	0,00	2.086.429,30	0,00	0,00	248.844,39
352050	INDAIATUBA	11.076.986,93	1.987.594,09	727.310,98	3.134.160,45	0,00	152.402,28	0,00	0,00	16.773.650,17
352060	INDIANA	0,00	0,00	0,00	1.807,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,59
352070	INDIAPORA	357.850,47	56.215,81	0,00	19.685,17	0,00	405.230,33	0,00	0,00	28.521,12
352080	INUBIA PAULISTA	43.462,77	783,40	0,00	4.675,69	0,00	0,00	0,00	0,00	48.921,86
352090	IPAUCU	718.559,70	10.219,39	0,00	57.400,99	0,00	662.059,03	0,00	0,00	124.121,05
352100	IPERO	69.588,83	0,00	0,00	208.628,02	0,00	0,00	0,00	0,00	278.216,85
352110	IPEUNA	56.730,32	5.915,57	0,00	4.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	67.084,71
352115	IPIGUA	16.820,40	0,00	0,00	1.376,73	0,00	0,00	0,00	0,00	18.197,13
352120	IPORANGA	35.958,36	0,00	0,00	3.351,75	0,00	0,00	0,00	0,00	39.310,11
352130	IPUA	627.441,47	400,46	0,00	69.130,97	0,00	559.957,38	0,00	0,00	137.015,52
352140	IRACEMAPOLIS	185.455,18	1.434,53	0,00	23.797,84	0,00	0,00	0,00	0,00	210.687,55
352150	IRAPUA	78.518,37	0,00	0,00	14.903,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.421,37
352160	IRAPURU	16.178,94	0,00	0,00	4.865,76	0,00	0,00	0,00	0,00	21.044,70
352170	ITABERA	717.141,22	99.602,29	0,00	45.724,62	0,00	0,00	0,00	0,00	862.468,13
352180	ITAI	990.374,09	35.079,32	0,00	63.354,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.088.808,34
352190	ITAJOBI	528.617,38	48.487,07	0,00	43.613,83	0,00	444.291,12	0,00	0,00	176.427,16
352200	ITAJU	23.800,94	0,00	0,00	3.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	27.120,71
352210	ITANHAEM	5.009.811,43	8.882,67	1.110.000,00	593.361,16	0,00	2.090.430,83	0,00	0,00	4.631.624,43
352215	ITAOCA	3.893,90	0,00	0,00	918,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.811,90
352220	ITAPECERICA DA SERRA	11.693.564,41	8.656.008,20	184.800,00	3.759.242,57	0,00	17.144.155,21	0,00	0,00	7.149.459,97
352230	ITAPETININGA	7.312.748,89	2.878.821,42	765.600,00	3.707.523,57	0,00	2.097.948,11	0,00	0,00	12.566.745,77
352240	ITAPEVA	6.469.249,47	4.042.684,59	1.463.678,89	2.647.277,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.622.890,07
352250	ITAPEVI	10.814.377,06	6.358.868,51	1.008.000,00	1.622.837,50	0,00	13.021.378,77	0,00	0,00	6.782.704,30
352260	ITAPIRA	8.557.624,10	4.892.140,47	120.163,14	3.012.925,95	0,00	9.916.635,28	0,00	0,00	6.666.218,38
352265	ITAPIRAPUA PAULISTA	2.336,33	0,00	0,00	1.462,53	0,00	0,00	0,00	0,00	3.798,86
352270	ITAPOLIS	2.343.213,61	156.423,79	203.103,61	371.331,28	0,00	0,00	0,00	0,00	3.074.072,29
352280	ITAPORANGA	792.328,25	196.239,23	0,00	72.682,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.061.250,35
352290	ITAPUI	603.502,12	0,00	0,00	23.050,38	0,00	0,00	0,00	0,00	626.552,50
352300	ITAPURA	26.776,02	0,00	0,00	545,38	0,00	0,00	0,00	0,00	27.321,40
352310	ITAQUAQUECETUBA	11.337.558,25	2.821.715,94	1.158.000,00	2.294.100,97	0,00	13.969.489,81	0,00	0,00	3.641.885,35
352320	ITARARE	2.652.656,30	159.488,92	258.753,05	618.986,85	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689.885,12
352330	ITARIRI	224.033,09	0,00	0,00	10.197,81	0,00	0,00	0,00	0,00	234.230,90
352340	ITATIBA	5.475.290,28	282.660,88	567.489,71	781.876,99	0,00	0,00	0,00	0,00	7.107.317,86
352350	ITATINGA	497.836,21	418,58	0,00	27.697,13	0,00	0,00	0,00	0,00	525.951,92
352360	ITIRAPINA	569.483,33	290,12	0,00	30.257,23	0,00	0,00	0,00	0,00	600.030,68
352370	ITIRAPUA	23.411,40	0,00	0,00	843,05	0,00	0,00	0,00	0,00	24.254,45
352380	ITOBI	64.216,66	1.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.787,16
352390	ITU	13.067.175,16	1.787.374,94	683.233,92	3.712.557,06	0,00	16.320.252,93	0,00	0,00	2.930.088,15
352400	ITUPEVA	1.487.694,75	196.173,63	0,00	640.856,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.324.724,49
352410	ITUVERAVA	2.861.807,91	792.947,47	372.567,97	398.214,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.425.538,34
352420	JABORANDI	244.273,22	0,00	0,00	3.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00	247.955,22
352430	JABOTICABAL	2.982.062,30	873.413,77	251.763,26	374.955,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.482.194,55
352440	JACAREI	14.484.873,86	1.870.533,52	643.306,37	3.750.754,08	0,00	110.781,01	0,00	0,00	20.638.686,82
352450	JACI	3.793.598,76	291.963,92	0,00	144.318,73	0,00	4.226.212,06	0,00	0,00	3.669,35
352460	JACUPIRANGA	511.330,61	0,00	0,00	13.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	524.419,76
352470	JAGUARIUNA	2.391.907,91	40.774,67	0,00	231.796,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.664.479,50
352480	JALES	3.179.203,85	2.653.922,73	1.896.240,77	823.049,19	0,00	7.270.642,35	0,00	0,00	1.281.774,19
352490	JAMBEIRO	1.600,26	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.603,26
352500	JANDIRA	6.545.289,27	57.424,06	0,00	479.588,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.082.301,46
352510	JARDINOPOLIS	775.973,25	456,31	0,00	81.781,85	0,00	0,00	0,00	0,00	858.211,41
352520	JARINU	331.089,65	0,00	0,00	10.857,18	0,00	0,00	0,00	0,00	341.946,83
352530	JAU	15.531.722,28	41.529.249,64	2.842.321,41	21.407.088,96	0,00	79.927.212,73	0,00	0,00	1.383.169,56
352540	JERIQUARA	12.430,77	0,00	0,00	866,01	0,00	0,00	0,00	0,00	13.296,78
352550	JOANOPOLIS	371.816,68	0,00	0,00	-23.063,42	0,00	0,00	0,00	0,00	348.753,26

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

352560	JOAO RAMALHO	16.659,85	0,00	0,00	3.072,99	0,00	0,00	0,00	0,00	19.732,84
352570	JOSE BONIFACIO	1.468.467,60	281.339,07	169.045,56	120.664,41	0,00	1.746.902,41	0,00	0,00	292.614,23
352580	JULIO MESQUITA	31.395,79	0,00	0,00	479,35	0,00	0,00	0,00	0,00	31.875,14
352585	JUMIRIM	3.231,72	0,00	0,00	10.570,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13.802,20
352590	JUNDIAI	33.287.279,62	12.906.635,76	1.008.000,00	8.792.396,61	0,00	614.446,63	0,00	0,00	55.379.865,36
352600	JUNQUEIROPOLIS	839.025,42	316.716,12	0,00	336.452,31	0,00	1.075.862,36	0,00	0,00	416.331,49
352610	JUQUIA	925.441,03	2.050,66	0,00	74.398,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001.889,95
352620	JUQUITIBA	651.898,70	0,00	0,00	54.676,84	0,00	0,00	0,00	0,00	706.575,54
352630	LAGOINHA	94.484,76	0,00	0,00	2.635,98	0,00	0,00	0,00	0,00	97.120,74
352640	LARANJAL PAULISTA	1.375.370,66	12.640,25	0,00	103.736,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.491.747,13
352650	LAVINIA	33.872,17	0,00	0,00	4.460,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332,64
352660	LAVRINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352670	LEME	5.270.568,11	272.420,52	515.761,94	933.700,57	0,00	0,00	0,00	0,00	6.992.451,14
352680	LENCOIS PAULISTA	3.035.272,41	136.955,73	202.310,68	599.039,94	0,00	0,00	0,00	0,00	3.973.578,76
352690	LIMEIRA	26.469.958,11	6.441.447,63	2.569.455,92	8.813.970,22	0,00	892.523,67	0,00	0,00	43.402.308,21
352700	LINDOIA	278.837,29	1.573.654,78	105.600,00	215.786,32	0,00	1.929.648,07	0,00	0,00	244.230,32
352710	LINS	4.405.900,96	6.145.912,49	470.580,76	2.389.319,99	0,00	5.518.215,49	0,00	0,00	7.893.498,71
352720	LORENA	5.335.092,52	823.254,10	690.889,18	1.667.150,63	0,00	0,00	0,00	0,00	8.516.386,43
352725	LOURDES	12.521,27	1.357,13	0,00	38.100,12	0,00	0,00	0,00	0,00	51.978,52
352730	LOUVEIRA	1.321.848,46	318.541,04	0,00	72.607,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.712.997,22
352740	LUCELIA	945.257,78	49.265,94	0,00	53.762,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.048.286,14
352750	LUCIANOPOLIS	31.667,68	0,00	0,00	165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.832,68
352760	LUIS ANTONIO	250.119,65	0,00	0,00	18.595,39	0,00	0,00	0,00	0,00	268.715,04
352770	LUIZIANIA	154.467,27	4.562,90	0,00	5.401,39	0,00	0,00	0,00	0,00	164.431,56
352780	LUPERCIO	105.760,89	117.529,85	0,00	720,06	0,00	0,00	0,00	0,00	224.010,80
352790	LUTECIA	22.979,54	0,00	0,00	36.668,04	0,00	0,00	0,00	0,00	59.647,58
352800	MACATUBA	985.837,24	6.766,15	79.200,00	285.116,17	0,00	1.124.746,85	0,00	0,00	232.172,71
352810	MACAUBAL	229.525,21	0,00	0,00	11.865,64	0,00	235.626,01	0,00	0,00	5.764,84
352820	MACEDONIA	13.929,61	0,00	0,00	750,69	0,00	0,00	0,00	0,00	14.680,30
352830	MAGDA	10.394,64	0,00	0,00	20.044,81	0,00	0,00	0,00	0,00	30.439,45
352840	MAIRINQUE	893.315,97	120.322,95	105.600,00	22.464,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141.702,94
352850	MAIRIPORA	3.355.070,59	38.972,02	225.797,44	484.150,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.103.990,42
352860	MANDURI	9.792,03	6.341,17	0,00	1.226,87	0,00	0,00	0,00	0,00	17.360,07
352870	MARABA PAULISTA	112,95	0,00	0,00	1.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.117,95
352880	MARACAI	743.950,22	12.833,67	0,00	297.431,21	0,00	611.113,31	0,00	0,00	443.101,79
352885	MARAPOAMA	17.079,60	0,00	0,00	41.636,84	0,00	0,00	0,00	0,00	58.716,44
352890	MARIAPOLIS	25.036,32	13,18	0,00	38.291,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.341,32
352900	MARILIA	27.754.093,08	18.954.807,54	4.876.208,50	13.296.299,26	0,00	38.173.371,90	0,00	0,00	26.708.036,48
352910	MARINOPOLIS	13.536,98	0,00	0,00	1.398,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14.935,10
352920	MARTINOPOLIS	1.379.727,62	325.908,34	0,00	1.173.884,13	0,00	1.635.408,35	0,00	0,00	1.244.111,74
352930	MATAO	4.240.617,96	468.435,17	838.906,40	1.195.314,51	0,00	5.592.506,59	0,00	0,00	1.150.767,45
352940	MAUA	18.539.293,25	936.346,41	1.852.355,83	9.197.898,35	0,00	127.323,68	0,00	0,00	30.398.570,16
352950	MENDONCA	12.619,23	0,00	0,00	13.229,55	0,00	0,00	0,00	0,00	25.848,78
352960	MERIDIANO	21.313,58	0,00	0,00	5.808,69	0,00	0,00	0,00	0,00	27.122,27
352965	MESOPOLIS	23.509,88	5,27	0,00	5.172,66	0,00	0,00	0,00	0,00	28.687,81
352970	MIGUELOPOLIS	881.325,63	0,00	0,00	86.423,37	0,00	0,00	0,00	0,00	967.749,00
352980	MINEIROS DO TIETE	83.247,70	0,00	0,00	3.748,02	0,00	37.779,75	0,00	0,00	49.215,97
352990	MIRACATU	678.575,05	0,00	0,00	20.481,50	0,00	0,00	0,00	0,00	699.056,55
353000	MIRA ESTRELA	13.416,67	0,00	0,00	2.594,11	0,00	0,00	0,00	0,00	16.010,78
353010	MIRANDOPOLIS	1.506.246,98	573.490,40	0,00	184.938,78	0,00	2.047.165,99	0,00	0,00	217.510,17
353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	441.488,20	0,00	0,00	15.497,13	0,00	0,00	0,00	0,00	456.985,33
353030	MIRASSOL	1.245.950,67	144.811,52	229.798,03	354.480,00	0,00	110.785,12	0,00	0,00	1.864.255,10
353040	MIRASSOLANDIA	16.072,81	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.341,81
353050	MOCOCA	4.276.551,25	388.241,05	477.709,00	1.568.234,20	0,00	0,00	0,00	0,00	6.710.735,50
353060	MOJI DAS CRUZES	28.240.082,50	19.252.610,92	3.059.860,66	8.473.612,63	0,00	27.352.984,84	0,00	0,00	31.673.181,87
353070	MOJI-GUACU	9.517.573,95	2.090.997,79	1.464.646,84	3.607.877,57	0,00	0,00	0,00	0,00	16.681.096,15
353080	MOJI-MIRIM	7.113.996,79	323.735,46	563.258,05	3.551.356,97	0,00	1.496.885,22	0,00	0,00	10.055.462,05
353090	MOMBUCA	45.477,36	0,00	0,00	5.049,57	0,00	0,00	0,00	0,00	50.526,93
353100	MONCOES	17.725,58	0,00	0,00	4.388,34	0,00	0,00	0,00	0,00	22.113,92
353110	MONGAGUA	2.510.280,79	12.823,12	0,00	20.761,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2.543.865,21
353120	MONTE ALEGRE DO SUL	44.187,08	0,00	0,00	1.953,84	0,00	0,00	0,00	0,00	46.140,92
353130	MONTE ALTO	3.025.929,29	185.601,51	200.161,32	310.477,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.722.169,63
353140	MONTE APRAZIVEL	1.099.448,53	355.973,85	0,00	89.059,98	0,00	1.482.530,55	0,00	0,00	61.951,81
353150	MONTE AZUL PAULISTA	1.254.140,75	0,00	0,00	76.210,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.330.350,83
353160	MONTE CASTELO	3.916,51	0,00	0,00	1.225,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142,17
353170	MONTEIRO LOBATO	4.674,58	0,00	0,00	1.832,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,53
353180	MONTE MOR	2.207.648,24	5.309,82	79.200,00	419.639,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.711.797,37
353190	MORRO AGUDO	1.369.575,75	699,73	0,00	178.597,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.548.873,29
353200	MORUNGABA	734.934,62	0,00	0,00	36.036,55	0,00	0,00	0,00	0,00	770.971,17
353205	MOTUCA	39.370,86	2.827,60	0,00	38.434,73	0,00	0,00	0,00	0,00	80.633,19
353210	MURUTINGA DO SUL	178.175,46	204,06	0,00	10.214,89	0,00	151.039,85	0,00	0,00	37.554,56
353215	NANTES	16.500,17	0,00	0,00	1.215,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.716,13
353220	NARANDIBA	17.893,21	0,00	0,00	3.928,92	0,00	0,00	0,00	0,00	21.822,13
353230	NATIVIDADE DA SERRA	41.998,70	0,00	0,00	15,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.013,85
353240	NAZARE PAULISTA	614.177,36	0,00	0,00	26.878,73	0,00	0,00	0,00	0,00	641.056,09
353250	NEVES PAULISTA	377.751,64	385,22	0,00	23.799,90	0,00	391.059,27	0,00	0,00	10.877,50
353260	NHANDEARA	736.667,73	668.927,09	0,00	92.037,17	0,00	1.445.269,99	0,00	0,00	52.362,00
353270	NIPOA	5.535,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.535,84
353280	NOVA ALIANCA	18.788,95	0,00	0,00	13.347,89	0,00	0,00	0,00	0,00	32.136,84
353282	NOVA CAMPINA	19.829,05	0,00	0,00	1.032,60	0,00	0,00	0,00	0,00	20.861,65
353284	NOVA CANAA PAULISTA	10.911,21	0,00	0,00	1.136,04	0,00	0,00	0,00	0,00	12.047,25
353286	NOVA CASTILHO	607,32	0,00	0,00	3.663,66	0,00	0,00	0,00	0,00	4.270,98
353290	NOVA EUROPA	272.627,62	6.614,52	0,00	54.432,82	0,00	211.042,11	0,00	0,00	122.632,85
353300	NOVA GRANADA	1.320.095,92	1.540.110,49	0,00	205.504,75	0,00	2.933.213,79	0,00	0,00	132.497,37
353310	NOVA GUATAPORANGA	5.185,95	0,00	0,00	560,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.746,38
353320	NOVA INDEPENDENCIA	17.648,92	0,00	0,00	2.458,18	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,10
353325	NOVAIS	43.637,45	0,00	0,00	1.507,18	0,00	0,00	0,00	0,00	45.144,63
353330	NOVA LUZITANIA	3.774,32	0,00	0,00	8.585,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.360,26
353340	NOVA ODESSA	1.918.483,29	1.562,91	0,00	153.676,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.073.722,92
353350	NOVO HORIZONTE	2.368.602,08	2.568,97	335.176,74	150.447,25	0,00	2.121.336,52	0,00	0,00	735.458,52
353360	NUPORANGA	138.570,28	0,00	0,00	16.700,59	0,00	0,00	0,00	0,00	155.270,87
353370	OCAUCU	0,00	0,00	0,00	3.672,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3.672,08
353380	OLEO	21.401,77	9.175,59	0,00	6.030,33	0,00	0,00	0,00	0,00	36.607,69
353390	OLIMPIA	2.619.829,23	682.880,90	730.499,66	297.478,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.330.688,01
353400	ONDA VERDE	38.410,58	0,00	0,00	5.221,58	0,00	0,00	0,00	0,00	43.632,16
353410	ORIENTE	45.445,81	0,00	0,00	38.644,02	0,00	0,00	0,00	0,00	84.089,83
353420	ORINDIUVA	72.259,70	0,00	0,00	2.060,46	0,00	0,00	0,00	0,00	74.320,16
353430	ORLANDIA	2.078.231,83	47.930,76	188.017,72	213.396,17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.527.576,48
353440	OSASCO	35.135.077,81	3.742.075,32	1.492.800,00	5.066.618,14	0,00	9.726.496,96	0,00	0,00	35.710.074,31
353450	OSCAR BRESSANE	13.808,40	0,00	0,00	37.425,03	0,00	0,00	0,00	0,00	51.233,43
353460	OSVALDO CRUZ	1.429.896,07	283.821,73	302.944,98	153.248,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.169.910,94
353470	OURINHOS	10.068.408,23	2.641.893,37	1.137.168,84	3.126.539,06	0,00	0,00	0,00	0,00	16.974.009,50
353475	OUROESTE	280.738,87	0,00	0,00	10.104,73	0,00	0,00	0,00	0,00	290.843,60
353480	OURO VERDE	50.577,31	0,00	0,00	4.119,29	0,00	0,00	0,00	0,00	54.696,60
353490	PACAEMBU	555.376,46	12.147,80	0,00	30.559,04	0,00	0,00	0,00	0,00	598.083,30
353500	PALESTINA	47.391,13	0,00	0,00	12.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	60.013,46
353510	PALMARES PAULISTA	25.877,07	0,00	0,00	1.026,60	0,00	0,00	0,00	0,00	26.903,67

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

353520	PALMEIRA D'OESTE	489.699,56	229.600,66	0,00	42.425,98	0,00	675.636,57	0,00	0,00	86.089,63
353530	PALMITAL	1.349.347,95	168.688,88	130.605,25	147.009,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.795.651,53
353540	PANORAMA	510.277,03	74.795,27	0,00	19.187,41	0,00	0,00	0,00	0,00	604.259,71
353550	PARAGUACU PAULISTA	3.088.827,72	230.957,84	308.859,14	491.044,76	0,00	0,00	0,00	0,00	4.119.689,46
353560	PARAIBUNA	201.938,13	0,00	0,00	55.631,35	0,00	164.907,51	0,00	0,00	92.661,97
353570	PARAISO	60.550,50	0,00	0,00	3.426,52	0,00	0,00	0,00	0,00	63.977,02
353580	PARANAPANEMA	538.379,19	1.571,98	0,00	21.003,43	0,00	0,00	0,00	0,00	560.954,60
353590	PARANAPUA	3.267,00	0,00	0,00	465,99	0,00	0,00	0,00	0,00	3.732,99
353600	PARAPUA	469.069,74	224,03	0,00	58.064,79	0,00	0,00	0,00	0,00	527.358,56
353610	PARDINHO	102.086,62	0,00	0,00	1.854,45	0,00	0,00	0,00	0,00	103.941,07
353620	PARIQUERA-ACU	2.006.172,42	6.536.112,64	0,00	1.401.836,20	0,00	9.740.298,56	0,00	0,00	203.822,70
353625	PARISI	7.778,24	0,00	0,00	2.776,14	0,00	0,00	0,00	0,00	10.554,38
353630	PATROCINIO PAULISTA	686.680,00	124.615,51	0,00	81.907,06	0,00	738.305,54	0,00	0,00	154.897,03
353640	PAULICEIA	83,20	0,00	0,00	1.802,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.885,33
353650	PAULINIA	4.938.171,70	382.701,27	0,00	995.821,76	0,00	0,00	0,00	0,00	6.316.694,73
353657	PAULISTANIA	2.764,44	0,00	0,00	437,07	0,00	0,00	0,00	0,00	3.201,51
353660	PAULO DE FARIA	274.218,12	15.933,57	0,00	12.779,10	0,00	274.809,64	0,00	0,00	28.121,16
353670	PEDERNEIRAS	1.993.893,27	14.469,92	294.933,80	795.641,02	0,00	2.689.515,00	0,00	0,00	409.423,01
353680	PEDRA BELA	3.418,32	0,00	0,00	5.057,76	0,00	0,00	0,00	0,00	8.476,08
353690	PEDRANOPOLIS	6.307,73	0,00	0,00	1.426,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.734,19
353700	PEDREGULHO	783.553,49	168.977,88	0,00	75.532,94	0,00	919.359,50	0,00	0,00	108.704,81
353710	PEDREIRA	1.849.202,02	575.469,57	0,00	62.095,26	0,00	1.257.879,75	0,00	0,00	1.228.887,10
353715	PEDRINHAS PAULISTA	77.091,14	390,95	0,00	4.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	81.901,30
353720	PEDRO DE TOLEDO	207.346,44	0,00	0,00	8.232,35	0,00	0,00	0,00	0,00	215.578,79
353730	PENAPOLIS	4.620.719,94	2.184.577,75	763.485,89	1.429.005,64	0,00	0,00	0,00	0,00	8.997.789,22
353740	PEREIRA BARRETO	1.320.602,96	61.819,72	0,00	115.225,25	0,00	1.142.526,50	0,00	0,00	355.121,43
353750	PEREIRAS	40.274,89	0,00	0,00	2.453,31	0,00	0,00	0,00	0,00	42.728,20
353760	PERUIBE	4.081.094,55	25.129,89	105.600,00	276.519,34	0,00	0,00	0,00	0,00	4.488.343,78
353770	PIACATU	25.334,63	0,00	0,00	2.451,03	0,00	0,00	0,00	0,00	27.785,66
353780	PIEDADE	5.002.586,08	2.571.126,07	291.845,26	1.130.694,10	0,00	6.690.047,29	0,00	0,00	2.306.204,22
353790	PILAR DO SUL	1.174.864,93	3.959,54	129.033,83	70.773,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1.378.631,38
353800	PINDAMONHANGABA	8.999.053,84	807.563,77	105.600,00	1.098.625,23	0,00	0,00	0,00	0,00	11.010.842,84
353810	PINDORAMA	202.612,75	0,00	0,00	39.814,47	0,00	0,00	0,00	0,00	242.427,22
353820	PINHALZINHO	152.908,96	0,00	0,00	5.828,82	0,00	0,00	0,00	0,00	158.737,78
353830	PIQUEROBI	9,51	0,00	0,00	630,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,51
353850	PIQUETE	347.771,39	0,00	0,00	13.093,66	0,00	0,00	0,00	0,00	360.865,05
353860	PIRACAIA	1.201.839,66	0,00	0,00	53.828,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.255.668,04
353870	PIRACICABA	33.151.995,02	9.198.312,26	5.240.061,08	13.488.078,21	0,00	0,00	0,00	0,00	61.078.446,57
353880	PIRAJU	1.627.259,24	450.560,16	404.098,04	172.282,53	0,00	2.270.997,59	0,00	0,00	383.202,38
353890	PIRAJUI	1.954.442,32	128.734,93	0,00	95.109,48	0,00	2.109.928,47	0,00	0,00	68.358,26
353900	PIRANGI	322.300,33	42.550,90	0,00	144.194,40	0,00	276.297,30	0,00	0,00	232.748,33
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	894.203,12	0,00	150.000,00	20.274,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.064.478,00
353920	PIRAPOZINHO	464.823,24	831.872,29	0,00	349.117,26	0,00	1.476.551,31	0,00	0,00	169.261,48
353930	PIRASSUNUNGA	2.950.923,64	25.326,44	208.356,40	1.823.918,61	0,00	0,00	0,00	0,00	5.008.525,09
353940	PIRATININGA	261.564,74	5.906,61	0,00	15.563,09	0,00	0,00	0,00	0,00	283.034,44
353950	PITANGUEIRAS	1.419.453,25	303,81	0,00	319.515,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.739.272,73
353960	PLANALTO	20.103,43	0,00	0,00	300,66	0,00	0,00	0,00	0,00	20.404,09
353970	PLATINA	20.813,20	0,00	0,00	483,60	0,00	0,00	0,00	0,00	21.296,80
353980	POA	3.394.062,94	0,00	105.600,00	399.588,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.899.251,23
353990	POLONI	47.148,84	0,00	0,00	1.498,45	0,00	0,00	0,00	0,00	48.647,29
354000	POMPEIA	1.017.736,42	165.485,32	79.200,00	763.716,22	0,00	0,00	0,00	0,00	2.026.137,96
354010	PONGAI	0,00	0,00	0,00	1.805,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805,55
354020	PONTAL	1.717.946,23	0,00	0,00	101.269,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.819.215,86
354025	PONTALINDA	14.354,93	0,00	0,00	2.389,78	0,00	0,00	0,00	0,00	16.744,71
354030	PONTES GESTAL	65.018,69	0,00	0,00	38.046,05	0,00	0,00	0,00	0,00	103.064,74
354040	POPULINA	297.384,59	34.382,07	0,00	24.660,99	0,00	335.107,25	0,00	0,00	21.320,40
354050	PORANGABA	11.892,95	0,00	0,00	1.178,52	0,00	0,00	0,00	0,00	13.071,47
354060	PORTO FELIZ	2.846.844,58	285.122,97	325.177,63	193.363,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.650.508,49
354070	PORTO FERREIRA	2.072.707,38	2.698,89	138.703,81	126.214,61	0,00	1.751.210,76	0,00	0,00	589.113,93
354075	POTIM	112.661,23	4.817,57	0,00	117.057,24	0,00	0,00	0,00	0,00	234.536,04
354080	POTIRENDABA	508.629,04	1.557,92	0,00	32.534,90	0,00	0,00	0,00	0,00	542.721,86
354085	PRACINHA	961,76	0,00	0,00	2.272,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.234,65
354090	PRADOPOLIS	485.276,80	0,00	0,00	611,44	0,00	0,00	0,00	0,00	485.888,24
354100	PRAIA GRANDE	22.544.194,54	510.047,63	0,00	1.520.421,83	0,00	64,91	0,00	0,00	24.574.599,09
354105	PRATANIA	15.274,20	0,00	0,00	32,45	0,00	0,00	0,00	0,00	15.306,65
354110	PRESIDENTE ALVES	16.420,32	0,00	0,00	502,94	0,00	0,00	0,00	0,00	16.923,26
354120	PRESIDENTE BERNARDES	796.905,95	224.964,28	0,00	29.898,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.051.769,08
354130	PRESIDENTE EPITACIO	2.591.596,60	222.285,94	214.576,74	133.551,83	0,00	3.052.241,87	0,00	0,00	109.769,24
354140	PRESIDENTE PRUDENTE	25.562.403,93	19.631.200,11	3.481.188,99	10.230.162,70	0,00	58.214.181,30	0,00	0,00	690.774,43
354150	PRESIDENTE VENCESLAU	2.104.477,23	705.560,99	461.186,44	978.512,12	0,00	0,00	0,00	0,00	4.249.736,78
354160	PROMISSAO	1.738.891,54	705.240,94	0,00	228.931,18	0,00	2.436.701,49	0,00	0,00	236.362,17
354165	QUADRA	1.786,64	0,00	150.000,00	1.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	152.800,94
354170	QUATA	152.270,13	0,00	0,00	5.726,81	0,00	0,00	0,00	0,00	157.996,94
354180	QUEIROZ	3.506,95	0,00	0,00	40,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.547,30
354190	QUELUZ	917.217,54	56.822,01	0,00	33.216,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1.007.255,87
354200	QUINTANA	24.790,40	0,00	79.200,00	45.378,10	0,00	0,00	0,00	0,00	149.368,50
354210	RAFARD	149.790,17	0,00	0,00	10.355,25	0,00	0,00	0,00	0,00	160.145,42
354220	RANCHARIA	2.144.905,91	1.202.828,34	327.259,93	978.601,43	0,00	4.195.079,70	0,00	0,00	458.515,91
354230	REDENCAO DA SERRA	18.583,32	0,00	0,00	1.479,30	0,00	0,00	0,00	0,00	20.062,62
354240	REGENTE FEIJO	697.366,16	194.033,53	0,00	34.778,76	0,00	875.648,59	0,00	0,00	50.529,86
354250	REGINOPOLIS	14.363,14	0,00	0,00	1.656,17	0,00	0,00	0,00	0,00	16.019,31
354260	REGISTRO	2.311.101,23	3.232.293,74	358.490,48	769.205,61	0,00	5.764.945,28	0,00	0,00	906.145,78
354270	RESTINGA	29.261,74	0,00	0,00	3.159,50	0,00	0,00	0,00	0,00	32.421,24
354280	RIBEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
354290	RIBEIRAO BONITO	344.234,07	110.179,16	0,00	42.226,98	0,00	406.017,88	0,00	0,00	90.622,33
354300	RIBEIRAO BRANCO	932.027,77	38,39	0,00	-81.337,69	0,00	0,00	0,00	0,00	850.728,47
354310	RIBEIRAO CORRENTE	45.641,08	0,00	0,00	12.862,35	0,00	0,00	0,00	0,00	58.503,43
354320	RIBEIRAO DO SUL	26.012,16	1.141,15	0,00	38.711,10	0,00	0,00	0,00	0,00	65.864,41
354323	RIBEIRAO DOS INDIOS	150,40	0,00	0,00	1.285,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.436,32
354325	RIBEIRAO GRANDE	0,00	0,00	0,00	14.764,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.764,34
354330	RIBEIRAO PIRES	4.962.316,84	248.394,91	105.600,00	6.109.742,94	0,00	0,00	0,00	0,00	11.426.054,69
354340	RIBEIRAO PRETO	65.270.378,64	51.665.013,01	9.983.717,92	32.351.386,35	0,00	112.487.812,05	0,00	0,00	46.782.683,87
354350	RIVERSUL	47.558,60	0,00	0,00	1.406,15	0,00	0,00	0,00	0,00	48.964,75
354360	RIFAINA	62.837,00	0,00	0,00	37.028,71	0,00	0,00	0,00	0,00	99.865,71
354370	RINCAO	90.111,04	5.313,40	0,00	544,80	0,00	0,00	0,00	0,00	95.969,24
354380	RINOPOLIS	530.897,71	18.925,82	0,00	71.915,80	0,00	551.504,83	0,00	0,00	70.234,50
354390	RIO CLARO	9.362.792,98	4.034.139,28	846.351,08	3.090.274,60	0,00	3.231.138,35	0,00	0,00	14.102.419,59
354400	RIO DAS PEDRAS	960.212,21	54.907,53	0,00	319.289,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334.409,65
354410	RIO GRANDE DA SERRA	417.009,74	0,00	0,00	22.569,57	0,00	0,00	0,00	0,00	439.579,31
354420	RIOLANDIA	360.829,02	3.299,46	79.200,00	48.615,36	0,00	335.082,64	0,00	0,00	156.861,20
354425	ROSANA	1.427.905,05	553.745,90	0,00	165.714,78	0,00	1.518.754,81	0,00	0,00	628.610,92
354430	ROSEIRA	57.585,31	1.001,83	0,00	6.398,22	0,00	0,00	0,00	0,00	64.985,36
354440	RUBIACEA	413,64	0,00	0,00	36.315,60	0,00	0,00	0,00	0,00	36.729,24
354450	RUBINEIA	43.424,00	0,00	0,00	20.904,66	0,00	0,00	0,00	0,00	64.328,66
354460	SABINO	676,40	0,00	0,00	1.826,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.503,11
354470	SAGRES	406,40	0,00	0,00	36.193,59	0,00	0,00	0,00	0,00	36.599,99
354480	SALES	53.769,80	0,00	0,00	18.717,18	0,00	0,00	0,00	0,00	72.486,98

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

354490	SALES OLIVEIRA	366.157,84	0,00	0,00	51.623,98	0,00	0,00	0,00	0,00	417.781,82
354500	SALESOPOLIS	1.258.369,39	2.569,43	0,00	39.273,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.212,61
354510	SALMOURAO	23.113,90	0,00	0,00	2.476,35	0,00	0,00	0,00	0,00	25.590,25
354515	SALTINHO	88.333,39	114,49	0,00	19.514,64	0,00	0,00	0,00	0,00	107.962,52
354520	SALTO	5.802.576,83	62.580,43	0,00	1.093.695,04	0,00	0,00	0,00	0,00	6.958.852,30
354530	SALTO DE PIRAPORA	6.122.880,69	6.379.150,48	112.919,20	2.137.684,00	0,00	12.179.303,86	0,00	0,00	2.573.330,51
354540	SALTO GRANDE	507.641,43	472.829,67	0,00	252.933,06	0,00	1.141.490,96	0,00	0,00	91.913,20
354550	SANDOVALINA	7.161,96	0,00	0,00	24.322,20	0,00	0,00	0,00	0,00	31.484,16
354560	SANTA ADELIA	406.866,00	7.081,69	0,00	30.533,96	0,00	355.490,66	0,00	0,00	88.990,99
354570	SANTA ALBERTINA	54.229,73	413,57	0,00	23.696,72	0,00	20.740,92	0,00	0,00	57.599,10
354580	SANTA BARBARA D'OESTE	6.981.529,10	243.394,79	720.368,16	2.534.330,05	0,00	118.751,45	0,00	0,00	10.360.870,65
354600	SANTA BRANCA	457.333,34	7.347,64	0,00	14.594,97	0,00	401.770,81	0,00	0,00	77.505,14
354610	SANTA CLARA D'OESTE	9.211,44	0,00	0,00	1.992,38	0,00	0,00	0,00	0,00	11.203,82
354620	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	30.130,10	985,13	0,00	274,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31.389,34
354625	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	19.114,18	0,00	0,00	544,38	0,00	0,00	0,00	0,00	19.658,56
354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	1.255.887,59	16.934,81	0,00	94.805,15	0,00	962.861,89	0,00	0,00	404.765,66
354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	2.898.608,01	290.454,67	284.351,03	792.505,36	0,00	0,00	0,00	0,00	4.265.919,07
354650	SANTA ERNESTINA	81.206,88	0,00	0,00	979,20	0,00	0,00	0,00	0,00	82.186,08
354660	SANTA FE DO SUL	2.013.103,96	1.050.362,51	504.332,65	571.839,45	0,00	3.262.429,09	0,00	0,00	877.209,48
354670	SANTA GERTRUDES	287.889,18	8.519,58	0,00	259.143,99	0,00	0,00	0,00	0,00	555.552,75
354680	SANTA ISABEL	3.876.156,95	794.227,44	782.729,10	447.204,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.900.318,29
354690	SANTA LUCIA	90.400,65	4.200,45	0,00	39.167,44	0,00	0,00	0,00	0,00	133.768,54
354700	SANTA MARIA DA SERRA	156.405,37	0,00	0,00	1.692,52	0,00	0,00	0,00	0,00	158.097,89
354710	SANTA MERCEDES	2.360,76	0,00	0,00	41,13	0,00	0,00	0,00	0,00	2.401,89
354720	SANTANA DA PONTE PENSA	14.999,76	0,00	0,00	2.098,53	0,00	0,00	0,00	0,00	17.098,29
354730	SANTANA DE PARNAIBA	3.198.542,13	24.536,78	79.200,00	678.243,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.980.522,42
354740	SANTA RITA D'OESTE	12.092,43	0,00	0,00	2.148,44	0,00	0,00	0,00	0,00	14.240,87
354750	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	4.882.972,34	103.852,08	105.408,12	963.065,63	0,00	5.870.335,90	0,00	0,00	184.962,27
354760	SANTA ROSA DE VITERBO	667.917,77	357,08	0,00	38.153,16	0,00	0,00	0,00	0,00	706.428,01
354765	SANTA SALETE	20.550,55	0,00	0,00	3.296,84	0,00	0,00	0,00	0,00	23.847,39
354770	SANTO ANASTACIO	1.289.582,14	93.264,38	0,00	81.974,25	0,00	1.446.375,51	0,00	0,00	18.445,26
354780	SANTO ANDRE	40.042.934,26	12.317.129,84	3.551.851,83	15.497.383,66	0,00	24.395.235,52	0,00	0,00	47.014.064,07
354790	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	199.839,45	0,00	0,00	11.209,03	0,00	0,00	0,00	0,00	211.048,47
354800	SANTO ANTONIO DE POSSE	524.285,55	0,00	0,00	24.176,47	0,00	0,00	0,00	0,00	548.462,02
354805	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	2.728,30	0,00	0,00	3.178,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.906,67
354810	SANTO ANTONIO DO JARDIM	91.194,17	8.624,54	0,00	11.263,93	0,00	0,00	0,00	0,00	111.082,64
354820	SANTO ANTONIO DO PINHAL	17.812,20	0,00	0,00	40.566,89	0,00	0,00	0,00	0,00	58.379,09
354830	SANTO EXPEDITO	0,00	0,00	0,00	8.898,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8.898,39
354840	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	6.103,21	0,00	0,00	2.409,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.512,75
354850	SANTOS	49.477.295,80	21.329.251,80	282.504,98	13.727.714,37	0,00	15.795.707,88	0,00	0,00	69.021.059,07
354860	SAO BENTO DO SAPUCAI	516.623,18	234.760,62	0,00	58.902,33	0,00	792.895,21	0,00	0,00	17.390,92
354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	37.661.455,39	2.942.808,24	15.546.344,76	67.417.855,89	0,00	0,00	0,00	0,00	123.568.464,28
354880	SAO CAETANO DO SUL	12.260.447,42	1.628.206,06	184.800,00	3.220.673,43	0,00	152.245,94	0,00	0,00	17.141.880,97
354890	SAO CARLOS	20.951.525,26	5.084.578,80	2.920.160,00	7.380.149,22	0,00	52.186,96	0,00	0,00	36.284.226,32
354900	SAO FRANCISCO	10.028,61	0,00	0,00	1.538,62	0,00	0,00	0,00	0,00	11.567,23
354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	5.337.503,39	1.783.377,45	534.174,52	3.766.010,66	0,00	1.092.460,18	0,00	0,00	10.328.605,84
354920	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	10.364,07	0,00	0,00	1.428,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.792,77
354925	SAO JOAO DE IRACEMA	9.816,05	0,00	0,00	38.063,65	0,00	0,00	0,00	0,00	47.879,70
354930	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	9.313,54	0,00	0,00	1.423,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.736,87
354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.738.810,29	510.498,82	245.561,81	591.416,25	0,00	3.616.945,77	0,00	0,00	469.341,40
354950	SAO JOSE DA BELA VISTA	112.890,23	0,00	0,00	1.572,78	0,00	0,00	0,00	0,00	114.463,01
354960	SAO JOSE DO BARREIRO	314.567,33	0,00	0,00	6.486,31	0,00	0,00	0,00	0,00	321.053,64
354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	3.429.405,25	729.662,40	477.090,60	1.026.962,57	0,00	0,00	0,00	0,00	5.663.120,82
354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	54.798.587,47	53.216.797,05	8.861.018,58	29.753.595,19	0,00	93.284.924,68	0,00	0,00	53.345.073,61
354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	55.938.716,14	7.255.001,80	0,00	13.919.842,19	0,00	4.496.073,75	0,00	0,00	72.617.486,38
354995	SAO LOURENCO DA SERRA	190.609,70	0,00	0,00	18.940,53	0,00	0,00	0,00	0,00	209.550,23
355000	SAO LUIS DO PARAITINGA	579.433,14	37.128,76	0,00	19.378,53	0,00	622.223,87	0,00	0,00	13.716,56
355010	SAO MANUEL	2.180.904,17	589.034,94	337.134,76	164.694,83	0,00	0,00	0,00	0,00	3.271.768,70
355020	SAO MIGUEL ARCANJO	393.128,38	165,66	0,00	277.926,13	0,00	0,00	0,00	0,00	671.220,17
355030	SAO PAULO	1.114.381.118,09	247.700.629,07	107.192.091,69	402.306.450,98	453.640.184,55	791.069.570,08	0,00	0,00	626.870.535,20
355040	SAO PEDRO	1.242.541,21	28.245,17	0,00	43.900,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314.687,01
355050	SAO PEDRO DO TURVO	98.176,07	650,65	0,00	49.492,54	0,00	0,00	0,00	0,00	148.319,26
355060	SAO ROQUE	3.394.567,33	947.667,26	592.063,36	720.865,34	0,00	0,00	0,00	0,00	5.655.163,29
355070	SAO SEBASTIAO	4.639.081,26	405.086,90	1.927.804,33	845.895,29	0,00	41.687,83	0,00	0,00	7.776.179,95
355080	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	938.744,83	3.299,51	0,00	118.027,20	0,00	835.579,96	0,00	0,00	224.491,58
355090	SAO SIMAO	752.931,82	3.333,59	0,00	48.216,12	0,00	0,00	0,00	0,00	804.481,53
355100	SAO VICENTE	17.939.313,95	19.947,58	1.113.600,00	5.107.339,65	0,00	0,00	0,00	0,00	24.180.201,18
355110	SARAPUI	7.495,44	0,00	0,00	4.120,09	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615,53
355120	SARUTAIA	20.253,84	0,00	0,00	2.800,56	0,00	0,00	0,00	0,00	23.054,40
355130	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	11.621,76	0,00	0,00	4.651,97	0,00	0,00	0,00	0,00	16.273,73
355140	SERRA AZUL	266.595,30	0,00	0,00	11.990,67	0,00	0,00	0,00	0,00	278.585,97
355150	SERRANA	1.611.060,48	93.267,65	79.200,00	226.852,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.010.380,57
355160	SERRA NEGRA	1.276.273,49	54.436,75	0,00	478.886,05	0,00	1.200.486,53	0,00	0,00	609.109,76
355170	SERTAOZINHO	5.517.502,45	855.878,27	708.536,16	1.516.006,90	0,00	0,00	0,00	0,00	8.597.923,78
355180	SETE BARRAS	204.498,07	0,00	0,00	7.097,97	0,00	0,00	0,00	0,00	211.596,04
355190	SEVERINIA	273.196,05	1.671,78	0,00	8.843,76	0,00	0,00	0,00	0,00	283.711,59
355200	SILVEIRAS	92.327,81	189,25	0,00	4.165,66	0,00	0,00	0,00	0,00	96.682,72
355210	SOCORRO	1.852.038,59	60.526,22	0,00	154.671,74	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067.236,55
355220	SOROCABA	57.128.439,12	41.259.394,11	8.222.789,25	23.189.480,84	0,00	46.836.106,25	0,00	0,00	82.963.997,07
355230	SUD MENNUCCI	378.338,58	0,00	0,00	34.143,17	0,00	360.357,09	0,00	0,00	52.124,66
355240	SUMARE	13.030.802,00	7.803.472,93	1.092.950,84	3.264.651,55	0,00	20.235.032,73	0,00	0,00	4.956.844,59
355250	SUZANO	11.130.126,95	481.657,40	1.918.718,18	2.814.973,99	0,00	144.180,57	0,00	0,00	16.201.295,95
355255	SUZANAPOLIS	22.422,36	0,00	0,00	4.533,17	0,00	0,00	0,00	0,00	26.955,53
355260	TABAPUA	279.064,19	46.543,55	79.200,00	49.395,19	0,00	317.267,82	0,00	0,00	136.935,11
355270	TABATINGA	586.760,97	0,00	0,00	34.238,73	0,00	0,00	0,00	0,00	620.999,70
355280	TABOAO DA SERRA	16.458.066,26	10.498.666,38	1.042.800,00	4.326.547,32	0,00	22.188.705,83	0,00	0,00	10.137.374,13
355290	TACIBA	24.962,03	0,00	0,00	4.761,88	0,00	0,00	0,00	0,00	29.723,91
355300	TAGUAI	552.449,82	0,00	0,00	31.390,41	0,00	0,00	0,00	0,00	583.840,23
355310	TAIACU	99.091,94	0,00	0,00	4.911,39	0,00	0,00	0,00	0,00	104.003,33
355320	TAIUVA	117.314,01	0,00	0,00	1.072,97	0,00	0,00	0,00	0,00	118.386,98
355330	TAMBAU	869.758,11	575,37	0,00	58.444,40	0,00	0,00	0,00	0,00	928.777,88
355340	TANABI	921.198,33	1.075,95	0,00	45.066,26	0,00	830.641,98	0,00	0,00	136.698,56
355350	TAPIRAI	32.872,87	0,00	0,00	4.823,49	0,00	0,00	0,00	0,00	37.696,36
355360	TAPIRATIBA	703.574,19	3.343,72	0,00	49.958,93	0,00	0,00	0,00	0,00	756.876,84
355365	TAQUARAL	26.788,60	0,00	0,00	2.610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	29.399,08
355370	TAQUARITINGA	3.551.752,06	644.253,30	79.200,00	408.991,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.684.197,06
355380	TAQUARITUBA	1.144.934,85	102.763,50	0,00	43.801,96	0,00	1.075.138,79	0,00	0,00	216.361,52
355385	TAQUARIVAI	4.361,16	0,00	0,00	1.616,14	0,00	0,00	0,00	0,00	5.977,30
355390	TARABAI	28.621,11	0,00	0,00	4.115,49	0,00	0,00	0,00	0,00	32.736,60
355395	TARUMA	288.899,46	484,80	0,00	371.087,95	0,00	0,00	0,00	0,00	660.472,21
355400	TATUI	6.525.964,85	545.108,93	603.401,28	1.101.513,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8.775.988,35
355410	TAUBATE	23.200.639,52	17.630.652,89	1.573.338,96	7.759.360,27	0,00	45.286.465,80	0,00	0,00	4.877.525,84
355420	TEJUPA	8.893,80	0,00	0,00	2.045,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,18
355430	TEODORO SAMPAIO	1.969.487,84	172.353,16	0,00	77.493,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2.219.334,36
355440	TERRA ROXA	266.650,81	0,00	0,00	38.541,23	0,00	0,00	0,00	0,00	305.192,04
355450	TIETE	1.964.761,29	98.375,72	188.929,97	160.067,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.412.134,81
355460	TIMBURI	600,00	0,00	0,00	36.471,54	0,00	0,00	0,00	0,00	37.071,54
355465	TORRE DE PEDRA	847,41	0,00	0,00	115,70	0,00	0,00	0,00	0,00	963,11

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

355470	TORRINHA	210.722,21	92,99	0,00	4.187,93	0,00	0,00	0,00	0,00	215.003,13
355475	TRABIJU	5.277,06	0,00	0,00	36.895,95	0,00	0,00	0,00	0,00	42.173,01
355480	TREMEMBE	1.184.260,48	163.085,46	74.078,35	30.927,54	0,00	394.452,03	0,00	0,00	1.057.899,80
355490	TRES FRONTEIRAS	21.050,84	0,00	0,00	1.273,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22.324,29
355495	TUIUTI	0,00	0,00	0,00	459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459,00
355500	TUPA	10.276.737,71	8.997.708,35	2.425.742,90	2.925.787,84	0,00	23.412.033,46	0,00	0,00	1.213.943,34
355510	TUPI PAULISTA	630.984,26	400.839,72	0,00	61.176,36	0,00	977.699,46	0,00	0,00	115.300,88
355520	TURIUBA	4.375,80	0,00	0,00	36.226,62	0,00	0,00	0,00	0,00	40.602,42
355530	TURMALINA	7.528,90	0,00	0,00	804,26	0,00	0,00	0,00	0,00	8.333,16
355535	UBARANA	43.693,13	0,00	0,00	4.681,48	0,00	0,00	0,00	0,00	48.374,61
355540	UBATUBA	3.842.463,28	107.513,18	0,00	251.660,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.201.636,83
355550	UBIRAJARA	11.023,90	0,00	0,00	1.432,47	0,00	0,00	0,00	0,00	12.456,37
355560	UCHOA	217.101,64	0,00	0,00	2.295,33	0,00	0,00	0,00	0,00	219.396,97
355570	UNIAO PAULISTA	13.593,48	0,00	0,00	1.748,26	0,00	0,00	0,00	0,00	15.341,74
355580	URANIA	402.570,42	11.283,99	0,00	24.295,58	0,00	382.214,73	0,00	0,00	55.935,26
355590	URU	4.085,26	0,00	0,00	23.466,59	0,00	0,00	0,00	0,00	27.551,85
355600	URUPES	584.215,92	112.469,62	0,00	42.163,21	0,00	569.614,32	0,00	0,00	169.234,43
355610	VALENTIM GENTIL	298.308,55	0,00	0,00	8.300,55	0,00	0,00	0,00	0,00	306.609,10
355620	VALINHOS	3.949.624,60	28.331,40	630.911,99	161.132,29	0,00	0,00	0,00	0,00	4.770.000,28
355630	VALPARAISO	699.185,81	18.330,03	79.200,00	60.769,76	0,00	717.019,31	0,00	0,00	140.466,29
355635	VARGEM	12.069,29	0,00	0,00	313,74	0,00	0,00	0,00	0,00	12.383,03
355640	VARGEM GRANDE DO SUL	1.865.067,45	24.302,42	288.948,85	117.629,47	0,00	1.779.668,88	0,00	0,00	516.279,31
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1.117.196,03	0,00	150.000,00	245.421,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.512.617,86
355650	VARZEA PAULISTA	3.579.348,81	9.492,63	105.600,00	1.312.401,10	0,00	0,00	0,00	0,00	5.006.842,54
355660	VERA CRUZ	26.337,50	0,00	0,00	2.560,74	0,00	0,00	0,00	0,00	28.898,24
355670	VINHEDO	3.356.522,86	99.784,26	243.130,16	505.574,59	0,00	0,00	0,00	0,00	4.205.011,87
355680	VIRADOURO	735.686,69	404,30	105.600,00	53.068,47	0,00	0,00	0,00	0,00	894.759,46
355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	196.804,95	0,00	0,00	39.613,87	0,00	0,00	0,00	0,00	236.418,82
355695	VITORIA BRASIL	4.385,66	0,00	0,00	1.633,84	0,00	0,00	0,00	0,00	6.019,50
355700	VOTORANTIM	5.272.948,93	177.508,37	105.600,00	556.584,83	0,00	0,00	0,00	0,00	6.112.642,13
355710	VOTUPORANGA	6.777.320,24	4.113.117,37	1.027.010,54	2.732.786,27	0,00	13.852.751,64	0,00	0,00	797.482,78
355715	ZACARIAS	10.271,16	0,00	0,00	1.134,63	0,00	0,00	0,00	0,00	11.405,79
355720	CHAVANTES	720.374,88	347.061,51	0,00	62.057,86	0,00	1.061.543,77	0,00	0,00	67.950,48
355730	ESTIVA GERBI	90.031,17	0,00	0,00	2.943,80	0,00	0,00	0,00	0,00	92.974,97
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										2.784.799.903,52

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MAIO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Estadual	355030 - SAO PAULO	HOSPITAL SÃO PAULO - EPM	207748	001/0101/09477/2002	12-06-2003	125.040.236,66
TOTAL						125.040.236,66

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO - MAIO/2011

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
355030 - SAO PAULO	SES - INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	202884	0	17/06/2010	FES	12.096.450,93
355030 - SAO PAULO	INSTITUTO CLEMENTE FERREIRA	205722	0	17/06/2010	FES	377.527,55
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL MATERNIDADE INTERLAGOS	206566	0	17/06/2010	FES	8.808.190,15
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA - A C STA CATARINA	206609	0	17/06/2010	FES	20.995.271,95
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL HELIOPOLIS	206657	0	17/06/2010	FES	10.142.041,13
355030 - SAO PAULO	CRATOD - CENTRO DE REFERENCIA TABACO E DROGAS	206891	0	17/06/2010	FES	1.316.724,89
355030 - SAO PAULO	CAPS ITAPEVA	206892	0	17/06/2010	FES	637.552,15
355030 - SAO PAULO	NGA 50- LAPA	206893	0	17/06/2010	FES	821.931,19
355030 - SAO PAULO	CSI DR VICTOR A.H. MELLO (PINHEIROS)	206896	0	17/06/2010	FES	861.048,33
355030 - SAO PAULO	NGA 63 PAM VARZEA DO CARMO	206897	0	17/06/2010	FES	13.623.056,35
355030 - SAO PAULO	AMB. SAUDE MENTAL CENTRO	206898	0	17/06/2010	FES	69.673,32
355030 - SAO PAULO	AME GERALDO BORROUL - NGA CONSOLAÇÃO	206900	0	17/06/2010	FES	4.035.273,01
355030 - SAO PAULO	DIV. DE HANSENOLOGIA E DERMATOLOGIA SANITÁRIA	206902	0	17/06/2010	FES	42.812,86
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL PSIQUIATRICO DA AGUA FUNDA - DAVID CAPISTRANO	207076	0	17/06/2010	FES	2.200.273,67
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS	207137	0	17/06/2010	FES	11.341.641,04
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL PSIQUIATRICO PINEL	207741	0	17/06/2010	FES	2.028.262,77
355030 - SAO PAULO	OSS - HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA	207742	0	17/06/2010	FES	27.787.899,31
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE SAO MATEUS	207749	0	17/06/2010	FES	12.645.651,10
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL IPIRANGA	207752	0	17/06/2010	FES	15.483.337,26
355030 - SAO PAULO	SES - CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI	207757	0	17/06/2010	FES	38.256.947,28
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL GERAL ITAIM PAULISTA - STA MARCELINA	207762	0	17/06/2010	FES	22.760.665,42
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL GERAL DO GRAJAU	207767	0	17/06/2010	FES	33.847.726,72
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS	207770	0	17/06/2010	FES	8.436.849,49
355030 - SAO PAULO	SES - CRT DST/AIDS	207795	0	17/06/2010	FES	4.856.334,63
355030 - SAO PAULO	SES - CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER	207828	0	17/06/2010	FES	22.394.273,44
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE GUAIANAZES	207924	0	17/06/2010	FES	17.487.469,68
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE TAIPAS	208222	0	17/06/2010	FES	10.476.255,37
355030 - SAO PAULO	CSI CEL M. SYLVIO E.J. MARINO	208835	0	17/06/2010	FES	261.559,68
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL INFANTIL CANDIDO FONTOURA	208851	0	17/06/2010	FES	7.926.725,10
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL BRIGADEIRO	208857	0	17/06/2010	FES	12.064.239,76
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL REGIONAL SUL	209131	0	17/06/2010	FES	19.967.750,37
355030 - SAO PAULO	CSI DR LIVIO AMATO VILA MARIANA	209146	0	17/06/2010	FES	766.468,63
355030 - SAO PAULO	NGA 08 PAM BELEM	209151	0	17/06/2010	FES	481.138,28
355030 - SAO PAULO	PAM SANTA CRUZ	209152	0	17/06/2010	FES	437.707,34
355030 - SAO PAULO	AME - NGA 62 - PAM MARIA ZELIA	209154	0	17/06/2010	FES	5.262.858,73
355030 - SAO PAULO	OSS HOSPITAL DE SAPOPEMBA	209158	0	17/06/2010	FES	12.274.776,38
355030 - SAO PAULO	CENTRO DE REABILITAÇÃO DA SAUDE UMARIZAL	209169	0	17/06/2010	FES	641.712,12
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO	209175	0	17/06/2010	FES	11.341.208,95
355030 - SAO PAULO	INSTITUTO PAULISTA GERIATRIA E GERONTOLOGIA - IPGG	209234	0	17/06/2010	FES	696.784,92
355030 - SAO PAULO	SES - HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	268857	0	17/06/2010	FES	14.682.479,98
355030 - SAO PAULO	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	268866	0	17/06/2010	FES	5.954.106,85
355030 - SAO PAULO	SES CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	300146	0	17/06/2010	FES	5.280.081,95
355030 - SAO PAULO	CRI - CENTRO DE REFENCIA DO IDOSO ZONA NORTE	344453	0	17/06/2010	FES	3.130.673,00
355030 - SAO PAULO	OSS - INSTITUTO DO CANCER DO ESTADO DE SAO PAULO	612374	0	17/06/2010	FES	42.675.761,10
355030 - SAO PAULO	AME JARDIM DOS PRADOS	642302	0	17/06/2010	FES	3.300.051,22
355030 - SAO PAULO	AME INTERLAGOS	643253	0	17/06/2010	FES	2.640.040,98
355030 - SAO PAULO	AME HELIÓPOLIS	647920	0	17/06/2010	FES	22.918,22
TOTAL						453.640.184,55

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 2.982, DE 10 DE MAIO DE 2011

Corrigir a publicação que autoriza a entidade PAMPLONA'S MOTORSPORTS OFICINA MECÂNICA LTDA, CNPJ nº 07.394.219/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, , no período de 12/05/2011 a 15/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 2.997, DE 11 DE MAIO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, , no período de 13/05/2011 a 15/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHO DO GERENTE

Aplica as entidades abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 77, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, c/c artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos respectivos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53569.000.331/2011	Vanilde Sarmines Feitosa	Marabá/PA	602.167.602-59	1.843,02	Artigo 55, inciso IV, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução n.º 242/00	03/03/2011
53569.003.397/2010	Marcio Teixeira Uchoa Albuquerque	Tucurui/PA	11.372.087/0001-44	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97	16/02/2011
53569.000.145/2011	Azevedo & Silva Segundo ltda.-ME	Altamira/PA	11.208.756/0001-47	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97	01/03/2011
53569.003.033/2010	Robenilson da Silva Souza	Santarém/PA	675.419.922-91	351,01	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97	25/02/2011
53569.001.955/2010	R.R. & Cavalcante Ltda. ME	Marabá/PA	11.095.333/0001-68	4.550,00	Artigo 55, inciso IV, alínea "c", c/c Art. 4º, do Regulamento aprovado pela Resolução n.º 242/00	15/02/2011
53569.000.335/2011	Sandro Cesletrino Ramos	Tailândia/PA	837.344.062-34	4.567,50	Artigo 55, inciso IV, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução n.º 242/00	28/02/2011
53569.000.333/2011	Joanilson Teixeira de Oliveira	Jacundá/PA	27.919.9002-04	1.643,02	Artigo 55, inciso IV, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução n.º 242/00	18/02/2011

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 2.861, DE 26 DE MAIO DE 2009

Processo nº 53504.005080/2005. Aplica à POWERLICE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 01.267.693/0001-46, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Jundiaí, no Estado de São Paulo, a sanção de multa correspondente a 1,3% (um vírgula três por cento) do preço pelo direito de exploração do serviço na referida Área, atualizado pelo IGP-DI (Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, desde a data da assinatura do Contrato de Concessão até a presente data, por ter sido apurado o cometimento da irregularidade constatada em fiscalização e consubstanciada no Laudo de Vistoria Técnica do Serviço de TV a Cabo nº 0001SP20050355, de 31 de março de 2005.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 3.006, DE 11 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.010125/11. RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA - RTV - Chapadinha/MA - Canal 12+. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 2.951, DE 10 DE MAIO DE 2011

Autoriza a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA- UNESCO, a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 23 de dezembro de 2010

Nº 12.152 - Processo n.º 53500.006517/2009

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando a solicitação de alteração da Relação de Bens Reversíveis proposta pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, concessionária do STFC dos setores 03, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas (PGO), nos autos do processo epigrafado DECIDE, nos termos da Portaria nº 1.263/2010 de 29 de novembro de 2010, conceder autorização para as pleiteadas alterações da sua Relação de Bens Reversíveis, com exceção dos itens identificados no patrimônio pelos números: 65.807-1, 61.297-0, 70.827-0, e 71.083-0, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 327/2010-PBOAC/PBOA, de 14 de dezembro de 2010.

Em 27 de dezembro de 2010

Nº 12.245 - Processo n.º 53500.027329/2010

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando a solicitação de anuência prévia para desvinculação, alienação e doação de Bens Reversíveis proposta pela Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, CNPJ: 02.558.157/0001-62, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nos setores 31, 32, 34 do Plano Geral de Outorgas, nos autos do processo epigrafado DECIDE, nos termos da Portaria nº 1.263/2010 de 29 de novembro de 2010, deferir o pedido de anuência apresentado para os itens identificados no patrimônio da concessionária sob números: 170009787-0, 170009788-0, 170010067-0, 170012840-0, 70000495-0, 70000495-1, 70000495-2, 70000495-3, 170008003-0, 170008004-0, 170008005-0, 170008006-0, 170008007-0, 170008008-0, 170008009-0, 170008010-0, 170008011-0, 170008012-0, 170008013-0, 170008014-0, 170014724-0, 170014725-0, 170014726-0, 70000586-0, 170014811-0, 170014812-0, 170012807-0, 70001197-0, 170009447-0, 170009448-0, 170009449-0, 170009450-0, 170009451-0 e 170006742-0 pelas razões e fundamentos constantes no Informe nº. 325/2010-PBOAC/PBOA, de 15 de dezembro de 2010.

Em 30 de dezembro de 2010

N.º 12.281 - Processo n.º 53500.025845/2010

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando a solicitação de alteração da Relação de Bens Reversíveis proposta pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ/MF n.º 71.208.516/0001-74, concessionária do STFC dos setores 03, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas (PGO), nos autos do processo epigrafado DECIDE, nos termos da Portaria nº 1.263/2010 de 29 de novembro de 2010, conceder autorização para as pleiteadas alterações da sua Relação de Bens Reversíveis, pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 339/2010-PBOAC/PBOA, de 28 de dezembro de 2010.

Nº 12.282 - Processo n.º 53500.022673/2010

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando a solicitação de anuência prévia para contratação de serviços de terceiros proposta pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ nº 71.208.516-0001-74, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - nos setores 3, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas - PGO, nos autos do processo epigrafado DECIDE, nos termos da Portaria nº 1.263/2010 de 29 de novembro de 2010, conceder a anuência solicitada em relação aos contratos a serem celebrados com Algar Tecnologia e Consultoria S/A (Contrato de Prestação de Serviços e Outras Avenças), Engeset Engenharia e Serviços de Telecomunicações S/A (Segundo Aditivo ao CONT/CGT/0010/2010, CONT/CPE/001/2010 e CONT/CPE/002/2010), Nec Brasil S/A (CONT/COR/001/2010), Avvio Serviços Ltda (Primeiro Aditivo ao CONT/CRO/003/2009), Daruma Telecomunicações e Informática S/A (Primeiro Aditivo ao CONT/CRO/009/2008) e Loptitel Serviços em Redes de Telecomunicações Ltda ME (Segundo Termo Aditivo ao CONT/CSR/002/2008), pelas razões e fundamentos constantes do Informe nº 342/2010-PBOAC/PBOA, de 28 de dezembro de 2010.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 92, DE 27 DE ABRIL DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.059925/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TV OMEGA LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Salvador, Estado da Bahia, utilizando o canal 59+ (cinqüenta e nove, decalado para mais), classe A.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE ABRIL DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, Inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com a alteração introduzida pela Portaria n° 711, de 13 de novembro de 2008, e nº 69, publicada em 18 de março de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.069384/2010 e, em especial, da Nota Técnica nº 176/2011/CORAT/CGLO/DEOC/SCE-MC, resolve:

Art. 1º Homologar a utilização da denominação de fantasia "ZYI-22", utilizada pela DIFUSORA RÁDIO CAJAZEIRAS LTDA, nas transmissões de sua estação de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Art. 2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 29, DE 4 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.069757/2006, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TV SERRA DOURADA LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Bom Jardim de Goiás, Estado de Goiás, utilizando o canal 21 (vinte e um), Classe C.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 11 de maio de 2011

Nº 2.022 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 10 de março de 2009, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, resolve não conceder o efeito suspensivo requerido pelas UTE MC2 FEIRA DE SANTANA, UTE MC2 DIAS D'ÁVILA 2, UTE MC2 DIAS D'ÁVILA 1, UTE MC2 CATU, UTE MC2 CAMAÇARI 1 E UTE MC2 SENHOR DO BOM FIM, respectivamente nos Processos nº 48500.000865/2008-27, 48500.000874/2008-18, 48500.000875/2008-62, 48500.000882/2008-64, 48500.000896/2008-88, 48500.001488/2008-43, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de maio de 2011

Nº 2.018 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.001662/2011-53, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UTE Sykué II e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 33.006 kW de potência instalada, com a finalidade de produção independente, localizada no Município de São Desidério, Estado da Bahia, em favor da empresa Sykué Geração de Energia II Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.847.641/0001-30, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de maio de 2011

Nº 2.019 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004661/2002-81, resolve: I - Liberar as 31 unidades geradoras, totalizando 70.000 kW de potência instalada, da EOL Elebrás Cidreira 1, localizada no Município de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da empresa Elebrás Projetos S.A., autorizada nos termos da Resolução ANEEL n° 495, de 4 de setembro de 2002 e que teve alteradas suas características técnicas e de seu sistemas de transmissão de interesse restrito nos termos do Despacho ANEEL nº 3.307, de 29 de outubro de 2010, para início da operação em teste a partir do dia 12 de maio de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

Nº 2.021 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006167/2008-35, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG2, de 18.000 kW, e UG3, de 30.000 kW, totalizando 48.000 kW de capacidade instalada, da UTE São Judas Tadeu, localizada no Município de Jaíba, Estado de Minas Gerais, de titularidade da empresa SADA Bioenergia e Agricultura Ltda., autorizada nos termos da Resolução Autorizativa nº 2.079, de 1º de setembro de 2009, para início da operação em teste a partir do dia 12 de maio de 2011; II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 6º da Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de maio de 2011

Nº 2.020 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e o que consta do Processo nº 48500.000611/2002-61, resolve: I - Aprovar o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio Jacaré Guaçu, afluente pela margem direita do Rio Tietê, localizado na bacia hidrográfica do Rio Paraná, sub-bacia 62, no Estado do São Paulo, apresentado pela empresa Dimetal - Distribuidora de Produtos Metalúrgicos SA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.607.050/0001-00. II - Este estudo identificou um potencial total de 30,72 MW, correspondente a 06 aproveitamentos, em conformidade com o quadro abaixo:

Aproveitamento	Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento	Posição (Dist. da Foz) [km]	Área de Drenag. [km²]	N.A máximo normal de montante [m]	N.A normal de jusante [m]	Potência Instalada de referência [MW]	Área do Reservatório [km²]
Gavião Peixoto (1)	21° 50' 49"S 48° 29' 22"W	84,50	2452	447,00	428,50	4,80	0,20
Candoca II	21º 51' 06"S 48º 28' 10"W	88,30	2.435	462,50	448,28	5,50	1,15
Candoca I	21 50'38"S 48º 26' 04"W	98,00	2383	477,00	462,81	5,40	1,88
São José	22º 02' 57"S 48º 05' 59"W	180,60	1095	543,00	505,62	7,20	0,37
Santana (1)	22° 04' 29"S 48° 02' 44"W	190,20	768	601,00	551,00	4,32	0,60
Onça	22º 08' 09" S 47º 55' 44" W	212,90	542	647,00	612,15	3,50	1,02

(1) Aproveitamento existente com outorga concedida por meio da Resolução ANEEL nº 465, de 29/11/2000, publicada em 30/11/2000.

III - Os aproveitamentos Gavião Peixoto e Santana não poderão ser objeto de solicitação de registro enquanto a outorga estiver vigente. IV - As recomendações contidas na Nota Técnica que subsidiou a aprovação do inventário hidrelétrico em tela devem ser atendidas na etapa subseqüente de estudo. V - A presente aprovação não exime a empresa Dimetal - Distribuidora de Produtos Metalúrgicos SA. de suas responsabilidades pelos estudos e seus registros perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, e não assegura qualquer direito quanto à obtenção da concessão ou autorização do aproveitamento do potencial hidráulico, devendo as mesmas atender as disposições da legislação vigente.

ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 215, DE 11 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.016106/2009-10, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0088-00, autorizada a operar um oleoduto de 10" de diâmetro e 270m de extensão para a movimentação de óleo diesel no seu Terminal Aquaviário de Macapá, ao longo dos Píeres do Porto de Santana, Município de Santana, Estado do Amapá.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 19 de janeiro de 2012, de acordo com o prazo constante na Licença de Operação (Renovação) LO N° 0024/2011, expedida pelo Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Governo do Estado do Amapá em 19 de janeiro de 2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

AUTORIZAÇÃO Nº 216, DE 11 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.002329/2007-38 e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa G.N.V. Anel Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.399.527/0003-53, autorizada a operar a Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC), situada na Estrada que liga Ceasa a Pinheiro Grosso, nº 79 - Zona Rural, Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 05 de maio de 2015, conforme prazo da Autorização Ambiental de Funcionamento Nº 01466/2011, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD do Estado de Minas Gerais, em 05 de maio de 2011.

Art. 4º Esta autorização substitui a Autorização n° 175, de 07 de maio de 2008, publicada no DOU nº 87, de 08 de maio de 2008.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 213, DE 11 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. ° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n. º 8, de 08 de março de 2007, e no que consta do processo nº 48300.020576/1995-25, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BELTRÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 75.628.867/0001-95, habilitada como transportador-revendedor-retalhista (TRR), localizada na Rua Alagoas, n° 2476, São Cristovão - Francisco Beltrão/PR - CEP 85601-080, autorizada a exercer a atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Art. 2º - Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Art. 3º - Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

AUTORIZAÇÃO Nº 214, DE 11 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições do art. 8º, inciso XV, da Lei n.º 9.478/97, e o que consta do processo n.º 48300.020576/1995-25, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BELTRÃO LTDA., CNPJ nº 75.628.867/0001-95, habilitada ao exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR), autorizada a operar as instalações de tancagem na Rua Alagoas, 2.476 - Bairro São Cristovão - Francisco Beltrão - PR - CEP 85.602-510.

O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques aéreos horizontais, perfazendo o total de 45,00 m^3.

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m^3)	PRODUTO
01	1,90	5,50	15,00	ÓLEO DIESEL B
02	1,90	5,50	15,00	ÓLEO DIESEL B
03	1,90	5,50	15,00	ÓLEO DIESEL B

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 11 de maio de 2011

Nº 532 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	OBS.	PRAZO	PROCESSO
AltoTaquari	MT	COSAN Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - TA02 33.000.092/0098-91	SHELL Brasil Ltda. - TA06 33.453.598/0053-54	Reg. 8765738	-	19/02/2011 a Indeterminado	00610.033561/2011
Governador Valadares	MG	COSAN Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - TA02 33.000.092/0032-65	SHELL Brasil Ltda. - TA06 33.453.598/0036-53	Reg. 8765739	-	19/02/2011 a Indeterminado	00610.033563/2011
Araucária	PR	PETRÓLEO Brasileiro S/A Transpetro	RODOIL Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3280 07.520.438/0002-20	AB-MC/RSP/ n° 430.2.084/09-2 Reg. 1641220	-	01/04/2011 a 31/03/2012	48610.005047/2009-54
Senador Canedo	GO	PETRÓLEO Brasileiro S/A Transpetro	SR Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3170 04.930.779/0001-03	AB-MC/RSP/ n° 430.2.004/10-1 Reg. 5139920	-	01/04/2011 a 31/03/2012	48610.005456/2010-94
Uberlândia Uberaba	MG MG	PETRÓLEO Brasileiro S/A Transpetro	Distribuidora MONTEPETRO de Petróleo Ltda.- 0522 01.911.853/0003-00 01.911.853/0002-29	AB-MC/RSP/ n° 430.2.002/10-6 Reg. 5139919	-	01/04/2011 a 31/03/2012	48610.005453/2010-51
Senador Canedo	GO	PETRÓLEO Brasileiro S/A Transpetro	TOTAL Distribuidora S.A Reg. 0410 01.241.994/0006-05	AB-MC/RSP/ n° 430.2.091/09-1 Reg. 1248733	-	01/07/2009 a 30/06/2013	48610.008694/2009-18
Araçatuba	SP	COSAN Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - TA02 33.000.092/0099-72	SHELL Brasil Ltda. - TA06 33.453.598/0077-21	Reg. 8765740	-	19/02/2011 a Indeterminado	00610.033565/2011
Cuiabá	MT	COSAN Combustíveis e Lubrificantes S/A - TA02 33.000.092/0248-58	SHELL Brasil Ltda. - TA06 33.453.598/0039-04	Reg. 8765741	-	19/02/2011 a Indeterminado	00610.0033560/2011
Barueri	SP	SHELL Brasil Ltda. - TA06 33.453.598/0177-94	COSAN Combustíveis e Lubrificantes S/A - TA02 33.000.092/0201-94	Reg. 8765742	-	19/02/2011 a Indeterminado	48610.00306/2011-38
Triunfo	RS	BRASKEN S/A 42.150.391/0038-62	ROYAL FIC Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0425 01.349.764/0018-06	Reg. 5239	-	24/11/2010 a Indeterminado	48610.004259/2011-39
Triunfo	RS	BRASKEN S/A 42.150.391/0038-62	POTENCIAL Petróleo Ltda. 0203 80.795.727/0005-75	Reg. 5237	-	16/09/2010 a Indeterminado	48610.001463/2011-06
Triunfo	RS	BRASKEN S/A 42.150.391/0038-62	ALESAT Combustíveis S/A 0352 23.314.594/0052-50	Reg. 5238	-	08/10/2010 a Indeterminado	48610.004260/2011-63
Triunfo	RS	BRASKEN S/A 42.150.391/0038-62	LATINA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0467 01.562.225/0008-70	Reg. 5236	-	15/10/2010 a Indeterminado	48610.001464/2011-42
Teresina	PI	GRANEL Química Ltda. 44.983.435/0006-83	TOTAL Distribuidora S/A 0410 01.241.994/0010-91	Reg. 36093	-	01/03/2011 a 28/02/2016	00610.032576/2011
Biguaçu Guarulhos Itajaí Uberaba Uberlândia Senador Canedo São José dos Campos	SC SP SC MG MG GO SP	PETRÓLEO Brasileiro S/A Transpetro	ROYAL FIC Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0425 01.349.764/0026-08 01.349.764/0014-74 01.349.764/0017-17 01.349.764/0021-01 01.349.764/0009-07 01.349.764/0013-93 01.349.764/0015-55	Reg. 1944645	-	01/06/2010 a 31/05/2012	48610.008470/2010-40

Nº 533 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna público o indeferimento dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	Nº CONTRATO / CARTÓRIO N.º	Razão Indeferimento	Processo n.º
Paulínia	SP	PETROSUL Distribuidora, Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda. 0197 00.175.884/0002-04	SEVEN Distribuidora de Combustíveis Ltda. 3292 08.753.487/0001-95	Reg. 01125269	No contrato apresentado não consta a filial da SEVEN Distribuidora, no local correspondente à cessão de espaço.	48610.005347/2011-58

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 534 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, nas disposições contidas na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, torna sem efeito a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA / REGISTRO	CARTÓRIO N.º	MOTIVO	PROCESSO
Paulínia	SP	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. 00.756.149/0001-03	FLAG Distribuidora de Petróleo Ltda. 38.927.703/0003-02	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 18/05/2010.	48620.001022/1999
Paulínia	SP	MILLENIUM Petróleo Ltda. 01.136.595/0001-70	PETROLUNA Distribuidora de Petróleo Ltda. 03.776.647/0001-06	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 25/02/2010.	48620.000252/2004-16
Paulínia	SP	MILLENIUM Petróleo Ltda. 01.136.595/0001-70	PETROSOL Distribuidora de Petróleo 03.706.839/0001-38	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 25/02/2010.	48620.000252/2004-16
Paulínia	SP	RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. 00.756.149/0001-03	PETROLUNA Distribuidora de Petróleo Ltda. 03.776.647/0001-06	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 14/05/2010.	48620.000091/2005-25
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	SOLL Distribuidora de Petróleo Ltda. 01.683.557/0004-80	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 06/12/2010.	48610.007604/2010-13
Paulínia	SP	MILLENIUM Petróleo Ltda. 01.136.595/0001-70	ROYAL FIC Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. 01.349.764/0004-00	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 07/02/2011	48610.001839/2010-93
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. 04.201.170/0001-95	VALESUL Petróleo Ltda. 04.829.133/0001-26	-	Notificação de Distrato do Contrato de Cessão de Espaço, de 01/02/2011	48610.016046/2009-35
Senador Canedo	GO	SAURO Brasileira de Petróleo S/A. 01.109.276/0002-56	IDAZA Distribuidora de Petróleo Ltda. 01.787.793/0012-56	-	Notificação de Distrato do Contrato de Cessão de Espaço, de 23/01/2011	48610.017387/2010-61
Senador Canedo	GO	SAURO Brasileira de Petróleo S/A. 01.109.276/0002-56	ROYAL Fic Distribuidora Distribuidora de Petróleo Ltda. 01.349.764/0013-93	-	Notificação de Distrato do Contrato de Cessão de Espaço, de 23/01/2011	48610.012357/2010-69
Senador Canedo	GO	SAURO Brasileira de Petróleo S/A. 01.109.276/0002-56	TINSPETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda. 07.382.683/0002-19	-	Notificação de Distrato do Contrato de Cessão de Espaço, de 23/01/2011	48610.004040/2006-72
Senador Canedo	GO	SAURO Brasileira de Petróleo S/A. 01.109.276/0002-56	ZEMA Companhia de Petróleo Ltda. 00.647.154/0002-50.	-	Notificação de Distrato do Contrato de Cessão de Espaço, de 23/01/2011	48610.013457/2007-15
Senador Canedo	GO	SAURO Brasileira de Petróleo S/A. 01.109.276/0002-56	ELLO-PUMA Distribuidora de Combustíveis S/A. 04.654.590/0013-60	-	Notificação de Distrato do Contrato de Cessão de Espaço, de 23/01/2011	48610.002573/2006-11
Senador Canedo	GO	SAURO Brasileira de Petróleo S/A. 01.109.276/0002-56	IMPERIAL Distribuidora de Petróleo Ltda. 06.240.179/0004-83	-	Notificação de Distrato do Contrato de Cessão de Espaço, de 23/01/2011	48610.002573/2006-11

Nº 535 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 92 de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 8, de 08 de março de 2007, e o que consta do processo ANP n.º 48300.020576/1995-25, torna pública a habilitação da ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BELTRÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 75.628.867/0001-95, situada na Rua Alagoas, n° 2476, São Cristovão - Francisco Beltrão/PR - CEP 85601-080, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR).

Nº 536 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0095016	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS BRAGAGNOLO LTDA	10.407.375/0001-24	CARLOS BARBOSA	RS	48610.006073/2011-14
PR/RS0094985	ABASTECEDORA DE VEÍCULOS ALTEROSA LTDA.	13.443.483/0001-40	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.006068/2011-10
PR/RJ0093922	AUTO POSTO E SERVIÇOS IMBASSAI LTDA.	12.635.558/0001-22	MARICA	RJ	48610.004706/2011-50
PR/MG0095005	AUTO POSTO ITAIPU LTDA	11.378.243/0001-84	JOAO PINHEIRO	MG	48610.006090/2011-51
PR/GO0095013	AUTO POSTO PETROLEAD LTDA	13.307.379/0001-29	JARAGUA	GO	48610.006088/2011-82
PR/SE0095012	AUTO POSTO TOBIAS LTDA	11.453.417/0001-26	TOBIAS BARRETO	SE	48610.006086/2011-93
PR/SP0095015	AUTO POSTO ZONA LESTE DE ARARAS LTDA	13.146.372/0001-72	ARARAS	SP	48610.006065/2011-78
PR/RS0093624	C E G ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA.	10.401.915/0001-62	PINHEIRO MACHADO	RS	48610.004109/2011-25
PR/MT0094524	C G B COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA. - ME.	11.835.106/0001-21	CUIABA	MT	48610.005408/2011-87
PR/RS0093670	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS AGB LTDA.	13.159.345/0001-34	INDEPENDENCIA	RS	48610.004534/2011-14
PR/MG0095010	EXXEL REVENDEDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	17.332.487/0001-02	BELO HORIZONTE	MG	48610.006085/2011-49
PR/RN0093962	J. B. T. DE MOURA - ME.	11.093.953/0001-68	PATU	RN	48610.004703/2011-16
PR/RO0095014	J.M.R.BRANDÃO COMBUSTIVEIS	12.928.622/0001-63	ARIQUEMES	RO	48610.006045/2011-05
PR/MA0095006	JOSE DE MORAES FORTES TEIXEIRA	13.294.097/0001-34	MATA ROMA	MA	48610.006054/2011-98
PR/MG0095017	OLCIMAR GOMES DE SOUZA	11.273.347/0001-24	NOVO CRUZEIRO	MG	48610.006061/2011-90
PR/MG0094986	ORGANIZAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS DE SALTO DA DIVISA LTDA.	13.399.871/0001-71	SALTO DA DIVISA	MG	48610.006043/2011-16
PR/MG0094982	ORGANIZAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS DE SANTA MARIA DO SALTO LTDA.	13.400.438/0001-09	SANTA MARIA DO SALTO	MG	48610.006069/2011-56
PR/PE0095004	PETROCAP PETROLEO CAPITAL LTDA	12.259.163/0001-72	RECIFE	PE	48610.006091/2011-04
PR/MG0093362	PORTÃO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	13.225.821/0001-78	VARGINHA	MG	48610.003988/2011-78
PR/MG0095008	POSTO AVENIDA CASTELO BRANCO LTDA. - ME	13.475.285/0001-69	VICOSA	MG	48610.006052/2011-07
PR/MG0093422	POSTO DOM PEDRO DE CAMBUI LTDA.	10.511.567/0001-86	CAMBUI	MG	48610.004010/2011-23
PR/SC0095009	POSTO MIME LTDA.	83.488.882/0030-48	JARAGUA DO SUL	SC	48610.006047/2011-96
PR/GO0095007	REIS DERIVADO DE PETROLEO LTDA	37.299.815/0003-95	ACREUNA	GO	48610.006084/2011-02
PR/MG0094984	R2 DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E FILTROS DERIVADOS DO PETRÓLEO LTDA.	08.495.779/0001-75	ITAPEVA	MG	48610.006042/2011-63
PR/PR0090720	STOPETROLEO S.A. - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO	09.160.226/0023-30	CAPANEMA	PR	48610.000711/2011-93
PR/PR0090719	STOPETROLEO S.A. - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO	09.160.226/0029-25	REALEZA	PR	48610.000704/2011-91
PR/MG0095011	VANDERLEI SAMPAIO DE CARVALHO - ME	09.245.568/0001-47	ARAPONGA	MG	48610.006036/2011-14

Nº 537 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/SP0095104	AUTO POSTO A. L. LTDA.	11.859.959/0001-01	DIADEMA	SP	48610.006038/2011-03
PR/PR0094266	AUTO POSTO BJM LTDA.	12.799.400/0001-98	BELA VISTA DO PARAISO	PR	48610.005078/2011-20
PR/SP0093882	AUTO POSTO GALVEZ LTDA.	13.337.757/0001-17	PERUIBE	SP	48610.004656/2011-19
PR/GO0093942	AUTO POSTO MARRECO LTDA.	13.305.341/0001-17	TRINDADE	GO	48610.004692/2011-74
PR/GO0088093	AUTO POSTO SPX LTDA.	11.875.238/0001-87	GOIANIA	GO	48610.016038/2010-22
PR/GO0088108	CANA VERDE AUTO POSTO LTDA.	04.082.643/0003-44	TEREZOPOLIS DE GOIAS	GO	48610.016024/2010-17
PR/SP0093067	CENTAURUS PARK CENTRO AUTOMOTIVO LTDA.	13.177.207/0001-88	ITATIBA	SP	48610.003514/2011-26
PR/RS0092424	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS TK LTDA.	91.438.796/0003-86	GRAVATAI	RS	48610.002422/2011-29
PR/MG0092856	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS JUKEAR LTDA. - ME	10.464.325/0002-60	MARIPA DE MINAS	MG	48610.002902/2011-90
PR/PR0094104	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS SARDENHA LTDA.	09.187.117/0002-81	MARINGA	PR	48610.004770/2011-31
PR/SP0093462	GINEL & COSTA COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.209.289/0001-32	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.004005/2011-11
PR/PR0092063	J. C. T. PINHEIRO & CIA. LTDA.	10.344.883/0001-00	VENTANIA	PR	48610.002018/2011-55
PR/CE0093943	LUCAS COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	12.825.096/0001-06	CRUZ	CE	48610.004696/2011-52
PR/BA0092845	POSTO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA.	11.690.188/0001-63	JUSSARA	BA	48610.002885/2011-91
PR/MT0086783	ROSALI GRUN JANTSCH	05.355.545/0002-15	LUCAS DO RIO VERDE	MT	48610.013040/2010-40
PR/PE0092004	SILVA E SILVA COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.567.060/0001-70	RECIFE	PE	48610.001911/2011-63
PR/SC0093666	VISER TRANSPORTES LTDA. ME.	07.762.157/0001-01	PONTE ALTA	SC	48610.004535/2011-69

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

RELAÇÃO Nº 85/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5930/2011-896.182/2009-JACUHY EMPREENDIMENTOS E LAZER LTDA

5931/2011-896.978/2009-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA

5932/2011-896.461/2010-PARSEC EMPREENDIMENTOS E COMERCIAL LTDA

5933/2011-896.462/2010-PARSEC EMPREENDIMENTOS E COMERCIAL LTDA

5934/2011-896.463/2010-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME

5935/2011-896.468/2010-TERRO MINERAÇÃO LTDA ME

5936/2011-896.482/2010-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA

5937/2011-896.511/2010-TERCOL-TERAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

RELAÇÃO Nº 86/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5938/2011-896.805/2009-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.

5939/2011-896.278/2010-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA

5940/2011-896.398/2010-CERÂMICA ALTOÉ MUSSI LTDA ME

5941/2011-896.403/2010-J F OLIVEIRA NASCIMENTO

5942/2011-896.412/2010-PETROLEO BRASILEIRO S A

5943/2011-896.416/2010-3E MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME

5944/2011-896.417/2010-GRANCACAU MINERAÇÃO LTDA

5945/2011-896.420/2010-JANDIR FRAGA

5946/2011-896.437/2010-J. SIMONASSI S.A

5947/2011-896.438/2010-BRASIL GRANITI EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA

5948/2011-896.443/2010-MINERAÇÃO ITAMIGOS LTDA . - ME.

5949/2011-896.444/2010-RENATO LUIZ SCHUNK

5950/2011-896.464/2010-MARCO ORELIO RODRIGUES DOS SANTOS

5951/2011-896.469/2010-PETRUS COMÉRCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA

5952/2011-896.470/2010-CERÂMICA LIDER LTDA

5953/2011-896.473/2010-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA

5954/2011-896.483/2010-MARY HELAL DE PAULA

5955/2011-896.484/2010-MARY HELAL DE PAULA

RELAÇÃO Nº 87/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5956/2011-896.300/2010-OZIMAR DE LIMA CRUZ BOTELHO

5957/2011-896.485/2010-RONISHAURLEY GUEDES

5958/2011-896.510/2010-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME

5959/2011-896.514/2010-ISRAEL DERIZ NETO

5960/2011-896.519/2010-URUÇUCA TRANSPORTES E GRANITO LTDA ME

5961/2011-896.520/2010-EZX MINERAÇÃO LTDA.

5962/2011-896.521/2010-EZX MINERAÇÃO LTDA.

5963/2011-896.581/2010-ECO QUIMICA RECURSOS NATURAIS E FOMENTO LTDA

5964/2011-896.582/2010-LEONARDO ANDERSON DOS SANTOS REIS

5965/2011-896.583/2010-GRAMARJ GRANITOS E MÁRMORES JACIGUÁ LTDA

5966/2011-896.585/2010-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA

5967/2011-896.588/2010-CARLOS MILLERI

5968/2011-896.591/2010-CLAUDEIR GIOVANI FELIPPE

5969/2011-896.595/2010-OCEAN MINERAÇÃO LTDA.

5970/2011-896.599/2010-ITAMAR OLIMPIO DA ROCHA

5971/2011-896.600/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA

5972/2011-896.601/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA

RELAÇÃO Nº 88/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5973/2011-896.113/2011-BRASITÁLIA MINERADORA ESPIRITO SANTENSE LTDA

RELAÇÃO Nº 151/2011 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5609/2011-861.884/2010-MARCUS ANTONIO BRITO DE FLEURY

5610/2011-860.124/2011-MARGARETE SIEIRO CONDE

5611/2011-860.197/2011-RIO GRANITO LTDA

5612/2011-860.698/2011-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5613/2011-861.408/2009-MSF MINERAÇÃO S.A.

5614/2011-861.707/2009-JOSÉ DOS PASSOS LIMA

5615/2011-861.737/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A

5616/2011-860.007/2011-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL

5617/2011-860.160/2011-FLAVIO MIRANDA FERREIRA

5618/2011-860.185/2011-JAMIL MORUE

5619/2011-860.187/2011-THIAGO MARTINS BORGES DE MOURA

5620/2011-860.190/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5621/2011-860.191/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5622/2011-860.192/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5623/2011-860.193/2011-JAMIL MORUE

5624/2011-860.196/2011-PAULO ROBERTO BATISTA MIRANDA

5625/2011-860.238/2011-ENY FERNANDO VIEIRA DE ABREU

5626/2011-860.256/2011-EMS - EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.

5627/2011-860.257/2011-EMS - EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.

5628/2011-860.263/2011-CECIN SARKIS SIMÃO

5629/2011-860.428/2011-HIPERCAL REPRESENTAÇÕES LTDA

5630/2011-860.430/2011-HIPERCAL REPRESENTAÇÕES LTDA

5631/2011-860.431/2011-HIPERCAL REPRESENTAÇÕES LTDA

5632/2011-860.433/2011-HIPERCAL REPRESENTAÇÕES LTDA

5633/2011-860.435/2011-FLAVIO CESAR POSTAL

5634/2011-860.437/2011-BS AREIA E CASCALHO LTDA

5635/2011-860.440/2011-WESLEY AUGUSTO ALVES FERREIRA

5636/2011-860.459/2011-MARIA FRANCISCA GONÇALVES NOGUEIRA HERVAL

5637/2011-860.470/2011-TATIANA DA SILVA

5638/2011-860.697/2011-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO

5639/2011-860.730/2011-TIJOLEIRA CEDRO LTDA

5640/2011-860.731/2011-TIJOLEIRA CEDRO LTDA

RELAÇÃO Nº 152/2011 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5641/2011-860.265/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5642/2011-860.266/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5643/2011-860.267/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5644/2011-860.268/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5645/2011-860.269/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5646/2011-860.270/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5647/2011-860.271/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5648/2011-860.272/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5649/2011-860.273/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5650/2011-860.274/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5651/2011-860.275/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5652/2011-860.276/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5653/2011-860.277/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5654/2011-860.278/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5655/2011-860.279/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5656/2011-860.280/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5657/2011-860.281/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5658/2011-860.283/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5659/2011-860.284/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5660/2011-860.285/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5661/2011-860.286/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5662/2011-860.287/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5663/2011-860.447/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5664/2011-860.448/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5665/2011-860.449/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5666/2011-860.451/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5667/2011-860.452/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5668/2011-860.453/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5669/2011-860.454/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5670/2011-860.455/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5671/2011-860.456/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

5672/2011-860.478/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.

5673/2011-860.483/2011-GILBERTO MARTINS DA COSTA

5674/2011-860.487/2011-MARIUTON MARQUES SILVA

RELAÇÃO Nº 160/2011 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5675/2011-860.229/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS ARTESÃOS E MINERADORES DE CRISTALINA

5676/2011-860.329/2011-J.R. PEREIRA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5677/2011-861.409/2010-FORNECEDORA DE AREIA BELA VISTA LTDA.

5678/2011-861.610/2010-MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA

5679/2011-861.735/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A

5680/2011-861.738/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A

5681/2011-861.739/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A

5682/2011-861.740/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A

5683/2011-861.866/2010-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5684/2011-861.872/2010-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5685/2011-860.186/2011-ALTAIR VIEIRA DA SILVA

5686/2011-860.296/2011-FLÁVIO LÚCIO RIBEIRO DE SÁ

5687/2011-860.301/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA

5688/2011-860.302/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA

5689/2011-860.305/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA

5690/2011-860.335/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5691/2011-860.336/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5692/2011-860.337/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5693/2011-860.338/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5694/2011-860.339/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5695/2011-860.340/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5696/2011-860.341/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5697/2011-860.342/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5698/2011-860.343/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5699/2011-860.344/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

5700/2011-860.345/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5701/2011-860.346/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
5702/2011-860.347/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
5703/2011-860.349/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
5704/2011-860.350/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA

RELAÇÃO Nº 89/2011 - MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5741/2011-867.100/2010-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.
5742/2011-867.206/2010-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.
5743/2011-867.386/2010-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.
5744/2011-866.015/2011-PAULO CAVALCANTE TRAVEN
5745/2011-866.021/2011-CAMILA SOLDERA QUISSINI
5746/2011-866.022/2011-CAMILA SOLDERA QUISSINI
5747/2011-866.030/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5748/2011-866.031/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5749/2011-866.032/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5750/2011-866.033/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5751/2011-866.034/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5752/2011-866.035/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5753/2011-866.036/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5754/2011-866.045/2011-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.
5755/2011-866.061/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5756/2011-866.063/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5757/2011-866.064/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5758/2011-866.065/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5759/2011-866.073/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5760/2011-866.075/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5761/2011-866.076/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5762/2011-866.077/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5763/2011-866.078/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5764/2011-866.079/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5765/2011-866.080/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5766/2011-866.081/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5767/2011-866.083/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5768/2011-866.084/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5769/2011-866.085/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5770/2011-866.087/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5771/2011-866.088/2011-ROMÃO RIBEIRO FLOR
5772/2011-866.095/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5773/2011-866.096/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5774/2011-866.097/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5775/2011-866.098/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5776/2011-866.099/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5777/2011-866.100/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5778/2011-866.101/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5779/2011-866.102/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5780/2011-866.103/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5781/2011-866.104/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5782/2011-866.105/2011-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.
5783/2011-866.128/2011-OLIANA MINERAÇÃO LTDA.
5784/2011-866.152/2011-BRAZPOT MINERAÇÃO LTDA.
5785/2011-866.153/2011-LEONARDO CRESTANI JUNIOR
5786/2011-866.155/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5787/2011-866.156/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5788/2011-866.157/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5789/2011-866.160/2011-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.
5790/2011-866.169/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
5791/2011-866.178/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
5792/2011-866.179/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
5793/2011-866.185/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
5794/2011-866.208/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
5795/2011-866.218/2011-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA
5796/2011-866.226/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5797/2011-866.227/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5798/2011-866.232/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5799/2011-866.233/2011-UNIÃO PESQUISAS MINERAIS LTDA
5800/2011-866.287/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

RELAÇÃO Nº 81/2011 - PR

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5801/2011-826.567/2008-BRF ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.
5802/2011-826.407/2009-ODOMAR ROQUE BELLÉ
5803/2011-826.019/2010-CERÂMICA SÃO CRISTÓVÃO LTDA
5804/2011-826.020/2010-CERÂMICA SÃO CRISTÓVÃO LTDA
5805/2011-826.021/2010-CERÂMICA SÃO CRISTÓVÃO LTDA
5806/2011-826.022/2010-CERÂMICA SÃO CRISTÓVÃO LTDA
5807/2011-826.314/2010-BERNARDO ZANIN GROSZEWICZ
5808/2011-826.392/2010-MINERAÇAO CERRADOGRANDE LTDA
5809/2011-826.423/2010-LUCIO IRAJÁ FURTADO
5810/2011-826.694/2010-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.
5811/2011-826.710/2010-BAUGIS,& DAVANZO AREIA LTDA - ME
5812/2011-826.728/2010-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.
5813/2011-826.123/2011-CERÂMICA ROUVER LTDA
5814/2011-826.134/2011-JOAQUIM VERGILIO BARBOSA NETO
5815/2011-826.135/2011-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
5816/2011-826.136/2011-ESCALADA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
5817/2011-826.146/2011-WALTER MARTINS DE OLIVEIRA ANDREIS - ME
5818/2011-826.150/2011-RODRIGO LUIS HOBI
5819/2011-826.154/2011-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA
5820/2011-826.158/2011-OMAR STRIQUER DE SOUZA
5821/2011-826.190/2011-HOBI & CIA.LTDA.
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5822/2011-826.361/2008-PEDREIRA DO TREVO LTDA
5823/2011-826.139/2009-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5824/2011-826.278/2009-CERÂMICA RODANTE LTDA ME
5825/2011-826.659/2009-ARAUCO FOREST DO BRASIL S.A.
5826/2011-826.745/2009-AREAL AGUA AZUL LTDA.
5827/2011-826.339/2010-PEDREIRA DO TREVO LTDA
5828/2011-826.362/2010-BASALTO MINERAÇÃO LTDA
5829/2011-826.371/2010-PEDREIRA DO TREVO LTDA
5830/2011-826.726/2010-CIA DE CIMENTO ITAMBÉ
5831/2011-826.747/2010-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.
5832/2011-826.022/2011-CERÂMICA PALERMO LTDA.
5833/2011-826.030/2011-RAFAEL VIOLA MOTTIN
5834/2011-826.038/2011-ITAJARA MINÉRIOS LTDA
5835/2011-826.056/2011-AREAL AGUA AZUL LTDA.
5836/2011-826.124/2011-HOBI & CIA.LTDA.
5837/2011-826.127/2011-RICARDO PALÚ
5838/2011-826.128/2011-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA
5839/2011-826.129/2011-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA
5840/2011-826.132/2011-JAIME MARTIM PIEKARSKI
5841/2011-826.147/2011-CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.
5842/2011-826.148/2011-CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.
5843/2011-826.149/2011-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ZUCCHI LTDA.
5844/2011-826.156/2011-LOMBARDI TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA ME
5845/2011-826.160/2011-RODOLFO WEIBER
5846/2011-826.162/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
5847/2011-826.163/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
5848/2011-826.164/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
5849/2011-826.191/2011-HOBI & CIA.LTDA.
5850/2011-826.192/2011-HOBI & CIA.LTDA.
5851/2011-826.212/2011-COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA
5852/2011-826.214/2011-VALDEMIRO GROSSL
5853/2011-826.215/2011-LUIZ CESAR CAVALLIERE
5854/2011-826.217/2011-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
5855/2011-826.218/2011-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.

RELAÇÃO Nº 77/2011 - RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5856/2011-848.070/2011-MARCONI ANTÔNIO PRAXEDES BARRETTO
5857/2011-848.071/2011-MARCONI ANTÔNIO PRAXEDES BARRETTO
5858/2011-848.072/2011-MARCONI ANTÔNIO PRAXEDES BARRETTO
5859/2011-848.078/2011-SERVENG - CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
5860/2011-848.079/2011-SERVENG - CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
5861/2011-848.080/2011-SERVENG - CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
5862/2011-848.081/2011-SERVENG - CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5863/2011-848.701/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5864/2011-848.703/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5865/2011-848.704/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5866/2011-848.705/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5867/2011-848.706/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5868/2011-848.707/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5869/2011-848.708/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5870/2011-848.710/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5871/2011-848.711/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5872/2011-848.718/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5873/2011-848.720/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5874/2011-848.722/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5875/2011-848.726/2010-ILUKA BRASIL MINERACAO LTDA.
5876/2011-848.019/2011-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA
5877/2011-848.030/2011-SANDRA MINERAÇÃO LTDA.
5878/2011-848.068/2011-BP PROJETOS E CONSULTORIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
5879/2011-848.077/2011-EDUARDO NOVAES RANGEL ROMA

RELAÇÃO Nº 23/2011 - RS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5585/2011-810.807/2008-IRAJÁ LUIZ ALBERTO DAHMER
5586/2011-810.445/2010-JACIANDRO SEVERO BARÃO
5587/2011-810.490/2010-CISNE PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES IMOBILIARIAS LTDA.
5588/2011-810.837/2010-PEGRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
5589/2011-811.171/2010-DARTAGNAN ALEXANDRE BATISTA GUEDES
5590/2011-811.239/2010-FÁBIO LENA DO NASCIMENTO
5591/2011-811.266/2010-VANDERLEI ANTONIO PADOVA
5592/2011-810.034/2011-MARA PEREIRA DE OLIVEIRA
5593/2011-810.138/2011-INÁCIO SIMÃO PAZ MARTINS
5594/2011-810.174/2011-PEIXOTO & FILHO LTDA
5595/2011-810.175/2011-CLARICE ZUCHI
5596/2011-810.177/2011-CERÂMICA SÃO JUDAS LTDA
5597/2011-810.190/2011-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA
5598/2011-810.199/2011-CONSTRUTORA TRIUNFO SA
5599/2011-810.227/2011-BRIPAC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA
5600/2011-810.233/2011-FERNANDA BASSO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5601/2011-810.244/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
5602/2011-810.248/2011-CERAMICA BURG LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5603/2011-810.265/2001-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
5604/2011-810.636/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA
5605/2011-811.180/2009-JOSE LUIZ ECKERT
5606/2011-810.005/2011-LUIS FELIPE PATTA CHEUICHE
5607/2011-810.010/2011-ADRIANO CASSETARI
5608/2011-810.185/2011-CERÂMICA CERTAL LTDA

RELAÇÃO Nº 51/2011 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5705/2011-815.875/2010-SIMONE ZAGUINI DA TRINDADE
5706/2011-816.018/2010-HIDRELÉTRICA VERDE VALE S/A
5707/2011-815.154/2011-EDUARDO SENS-ME
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5708/2011-815.724/2010-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
5709/2011-815.728/2010-PEDRO PAULO PHILIPPI
5710/2011-815.825/2010-TRANSGIACOMOSSI MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP.
5711/2011-815.891/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA
5712/2011-816.001/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
5713/2011-815.069/2011-ANDRÉA DOS REIS AMANTE WESTRUPP
5714/2011-815.070/2011-CARLOS ROBERTO AMANTE
5715/2011-815.071/2011-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO
5716/2011-815.144/2011-RIO NOVO INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME
5717/2011-815.145/2011-RIO NOVO INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME
5718/2011-815.147/2011-NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA.
5719/2011-815.149/2011-NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA.
5720/2011-815.150/2011-ALMIR JOSÉ SOARES
5721/2011-815.151/2011-IRATI PETROLEO E ENERGIA LTDA
5722/2011-815.152/2011-AREMIX MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.
5723/2011-815.178/2011-VALE S A
5724/2011-815.182/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5725/2011-815.183/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5726/2011-815.184/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5727/2011-815.185/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5728/2011-815.186/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5729/2011-815.187/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5730/2011-815.188/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5731/2011-815.189/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5732/2011-815.190/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5733/2011-815.191/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5734/2011-815.192/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5735/2011-815.193/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5736/2011-815.194/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5737/2011-815.195/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5738/2011-815.196/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5739/2011-815.197/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
5740/2011-815.198/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

RELAÇÃO Nº 43/2011 - TO

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5880/2011-864.051/2010-MARIA LUIZA ALVES EVANGELISTA KOCH
5881/2011-864.052/2010-MARCO CÉSAR CEBALLOS BONATTO
5882/2011-864.597/2010-ADEMAR DE FIGUEREDO
5883/2011-864.598/2010-ADEMAR DE FIGUEREDO
5884/2011-864.614/2010-TATIANE MARIA DA COSTA
5885/2011-864.634/2010-MARCO CÉSAR CEBALLOS BONATTO
5886/2011-864.647/2010-RENATO GODINHO
5887/2011-864.653/2010-TATIANE MARIA DA COSTA
5888/2011-864.654/2010-TATIANE MARIA DA COSTA
5889/2011-864.660/2010-RIO GRANITO LTDA
5890/2011-864.003/2011-JOÃO DE LIMA ROLIM
5891/2011-864.017/2011-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO DO VALE LTDA
5892/2011-864.083/2011-TECIL TOCANTINS CERAMICA COMERCIO INDUSTRIA LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5893/2011-864.569/2007-WILSON MACHADO CORREIA
5894/2011-864.399/2008-GRANUNES MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
5895/2011-864.936/2008-KILLMALLOCK MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
5896/2011-864.488/2010-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL
5897/2011-864.515/2010-RAMOS E FERNANDES LTDA
5898/2011-864.528/2010-MARCOS ROBERTO CRISPIM PEREIRA
5899/2011-864.530/2010-LAURIVALDO DIAS
5900/2011-864.531/2010-LAURIVALDO DIAS
5901/2011-864.566/2010-EDSON PINHEIRODE SOUZA
5902/2011-864.580/2010-ANTONIO RIBEIRO NETO FIRMA INDIVIDUAL
5903/2011-864.599/2010-PARÁ CONCENTRATES AND MINERALS LTDA
5904/2011-864.600/2010-RUI CARLOS BORBA & CIA LTDA
5905/2011-864.601/2010-RUI CARLOS BORBA & CIA LTDA
5906/2011-864.607/2010-PARÁ CONCENTRATES AND MINERALS LTDA
5907/2011-864.608/2010-PARÁ CONCENTRATES AND MINERALS LTDA
5908/2011-864.617/2010-FLÁVIO LUIZ AGNOLIM
5909/2011-864.619/2010-VIVALDO GAUDÊNCIO
5910/2011-864.620/2010-BP PROJETOS E CONSULTORIA MINERAL E AMBIENTAL LTDA
5911/2011-864.622/2010-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL
5912/2011-864.624/2010-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
5913/2011-864.635/2010-CELMO GERALDO AMORIM
5914/2011-864.638/2010-BRAGA & BARROSO LTDA
5915/2011-864.640/2010-QUANTUM MINERAÇÃO LTDA
5916/2011-864.642/2010-ONEIDE AMANCIO DA SILVA
5917/2011-864.643/2010-ANTONIO FELIX GONÇALVES
5918/2011-864.655/2010-ROBSON ANTÔNIO GUIMARÃES
5919/2011-864.659/2010-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL
5920/2011-864.006/2011-FÁBIO ALEXANDRE CARNEIRO
5921/2011-864.007/2011-ROBERTO NESZLINGER
5922/2011-864.009/2011-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME
5923/2011-864.013/2011-CELMO GERALDO AMORIM
5924/2011-864.014/2011-CELMO GERALDO AMORIM
5925/2011-864.016/2011-MINERALBRAX EXPLORAÇÃO DE MINERIOS LTDA.
5926/2011-864.017/2011-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO DO VALE LTDA
5927/2011-864.018/2011-MANOEL VIEIRA FERNANDES NETO
5928/2011-864.020/2011-LAURIVALDO DIAS
5929/2011-864.030/2011-LAURIVALDO DIAS

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR
RELAÇÃO Nº 8/2011 - DF

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias
926.711/2008 - CERÂMICA ITAIPULÂNDIA LTDA - EPP-OF. N°068/2011

ROBERTO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 190/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
871.225/2000-PEVAL S.A.- Área de 416,94 para 71,65-Conglomerado
870.734/2001-PAULO ROBERTO CARNEIRO SILVA-Área de 37,75 ha para 20,00 ha-Granulito
871.157/2006-ALEMÃO EXPORTAÇÃO E MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA- Área de 939,51 para 153,98 ha-Quartzito
872.547/2006-BRASILMAG MINERAÇÃO LTDA.- Área de 976,67 para 425,80 ha-Granulito
873.510/2006-MAGNITOS MAGNAGO GRANITOS LTDA .- Área de 970,30 para 627,71 ha-Quartzito
873.648/2007-LEOVAZ DA ROCHA COUTINHO- Área de 962.81 para 680,17 ha-Granito
873.369/2008-LUIZ FERNANDO DE PINHO ALMEIDA-Área de 36,97 para 31,82 ha-Quartzito

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 57/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
800.083/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.520/2007
800.085/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.522/2007
800.090/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.527/2007
800.373/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°9.695/2007
800.374/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°10.428/2007
800.375/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°10.429/2007
800.376/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°10.430/2007
800.377/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°10.431/2007
800.378/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°10.432/2007
800.379/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°10.433/2007
800.601/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°14.080/2007
800.602/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°14.081/2007
800.603/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°14.082/2007
800.604/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°14.083/2007
800.605/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°486/2008
800.606/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°487/2008
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
801.035/2008-OSCAR RODRIGUES JUNIOR- Registro de Licença No.:936/2008 - Vencimento em 31/12/2012

RELAÇÃO Nº 59/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.011/2001-VON ROLL DO BRASIL LTDA
800.013/2001-VON ROLL DO BRASIL LTDA
800.334/2007-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.
800.450/2007-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A
800.671/2007-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A
800.988/2007-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A
800.059/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
800.060/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
800.061/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
800.062/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO
800.810/2008-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
800.851/2008-MARCOTEX MINERAÇÃO LTDA
800.876/2008-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
800.049/2009-GRANISTONE S A
800.099/2009-GRANISTONE S A
800.332/2010-MINERAÇÃO MARTINS LTDA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
800.084/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.521/2007
800.086/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.523/2007
800.087/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.524/2007
800.088/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.525/2007
800.089/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.526/2007

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

800.091/2007-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°2.528/2007
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.154/1993-SÃO GERALDO AGUAS MINERAIS LTDA- FONTE PADRE CÍCERO; 1,5 L sem gás, 500 ml sem gás e 500 ml gaseificada artificialmente.- JUAZEIRO DO NORTE/CE
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
800.041/1999-LITORÁGUA AGUAS MINERAIS LTDA-AI N° 215/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.387/1991-MONT GRANITOS S/A-OF. N°1030/2011
800.154/1993-SÃO GERALDO AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1031/2011
800.041/1999-LITORÁGUA AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°1049/2011
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
800.046/1984-IMARF GRANITOS E MINERAÇÃO S/A-AI N°214/2011

RELAÇÃO Nº 60/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Jiei Matsumine Mineração - 800249/07
Milgran Indústria e Comércio de Granitos LTDA. - 800737/08

RELAÇÃO Nº 61/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Empresa de Mineração Britama - Brita Maranguape Ltda - 811383/75 - Not.12/2011 - R$ 318,15
J.M.F. Mont Alverne Viana - me - fi - 800478/88 - Not.360/2011 - R$ 467,59
Mont Granitos S/a - 801009/96 - Not.359/2011 - R$ 467,59

RELAÇÃO Nº 62/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Antonio Ferreira de Almeida - 800691/10
Cláudio Manoel Guerra Vitorino - 800799/10, 800587/09
Fronteiras Minerações Ltda - 800406/09, 800407/09, 800408/09, 800409/09
José Arnaldo Paiva de Lima - 800394/10, 801036/10
José Maria de Oliveira Filho - 800264/09
José Rodrigues Sobrinho - 800609/09
Luís Gonzaga Noronha Cominato - 800520/10, 800963/10, 801005/10, 801006/10
Maria Josely Santos do Nascimento - 800245/09
Mineração Apodi LTDA. - 800561/10, 800517/10
Mineração Loghi LTDA. - 800344/09, 800346/09
Mineracão Paraibana One Comércio,importação e Exportação Ltda - 800814/08
Nmb Comercial Ltda - 800722/10, 800723/10
Panton Mineração e Cosntruções Ltda - 800582/10
Thiton Construtora Mineradora Montagem e Treinamento - 800601/10

RELAÇÃO Nº 63/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(125)
800.312/2009-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.172/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.173/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.174/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.175/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.178/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.179/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.180/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.181/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.185/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.186/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.187/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA
800.190/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.191/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.192/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.194/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
800.176/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA-AI N°544/2010
800.177/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA-AI N°545/2010
800.184/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA-AI N°550/2010
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.326/2007-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ- Área de 921,76 para 745,28-CALCÁRIO CALCÍTICO
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
800.170/2010-ANGELITO ANCELMO SANTANA- Alvará N°6.696/2010- DOU de 23/06/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.027/2004-MPP COMÉRCIO,SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1036/2011
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
800.027/2004-MPP COMÉRCIO,SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-MASSAPÊ/CE - Guia n° 07/2011-2.750TONELADAS-GRANITO- Validade:09/03/2012
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
800.027/2004-MPP COMÉRCIO SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA- AI N°213/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.048/2000-LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA-OF. N°1183/2011
800.027/2004-MPP COMÉRCIO,SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1035/2011

RELAÇÃO Nº 63/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Coal & Cooper Mineração LTDA. - 800005/08 - Not.406/2011 - R$ 5.201,50
Francisco Wellington de Melo Oliveira - 801102/08 - Not.404/2011 - R$ 2.397,71

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.057/2010-COMERCIAL BORCHARTE LTDA. ME.-OF. N°0875/2010 - SUP. REG./DNPM/ES - Esclarecer se as pesquisas de areia serão restritas exclusivamente às margens do curso d'água, descartando-se, portanto, bloqueio de reservas sob lâmina d'água na calha principal.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
896.279/2000-GRANITOS CALEDÔNIA DO BRASIL LTDA.-OF. N°1.649/2011 - DNPM/ES - Apresentar original ou cópia autenticada da Licença de Instalação (L.I.) a ser expedida pelo órgão ambiental competente, devendo constar o nº do processo DNPM e referir-se às coordenadas solicitadas: UTM (datum SAD 69) FL: 269.756 E / 7.757.745 N.

RELAÇÃO Nº 97/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
896.572/2005-GRAMARTINS GRANITOS E MÁRMORES MARTINS LTDA. - ME.- AI N°182/2010 - 20º DS/DNPM/ES
Torna sem efeito despacho publicado(192)
896.044/2006-EXTRAÇÃO DE AREIA ZANON LTDA ME.- DOU de 21/10/2010 - DNPM/ES
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
896.065/2003-GRANZUL GRANITOS LTDA - ME- NOT. N°755/2008 - 20º DS/DNPM/ES
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
896.065/2003-GRANZUL GRANITOS LTDA- NOT. N°756/2008 - 20º DS/DNPM/ES
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito exigência(659)
890.254/1987-MINERAÇÃO VALE DAS ROCHAS LTDA ME-OF. N°723/2011 - SR/DNPM/ES-DOU de 20/04/2011 - RELAÇÃO 78/2011

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 66/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 848533/08, 848537/08, 848538/08, 848540/08

RELAÇÃO Nº 67/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Casablanca Mineração Ltda - 848528/08 - Not.30/2011 - R$ 455,73
Francisco Gray Ribeiro - 848088/07 - Not.31/2011 - R$ 250,00

RELAÇÃO Nº 68/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Puma Metals Mineração Ltda - 848537/07 - Not.32/2011 - R$ 271,98

RELAÇÃO Nº 69/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
George Fabio de Lara Andrade - 848233/08 - Not.33/2011 - R$ 257,01

CARLOS MAGNO BEZERRA CORTEZ

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 25/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.223/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.168/2010-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA-OF. N°640
810.376/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°636
810.844/2010-HIDRELÉTRICA FREDERICO JOÃO CERUTTI-OF. N°637
810.011/2011-ADRIANO CASSETARI-OF. N°653
810.065/2011-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°654
810.095/2011-NDMBLS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°655
810.155/2011-IVAN RECK RAZZERA-OF. N°656
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
810.199/2001-CANDIDO GODOY DIAS E FILHOS LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.107/2002-SERGIO DAL OSTO ROSSA-OF. N°634
810.133/2007-RODRIGUES, MACHADO & PEIXOTO LTDA ME-OF. N°648
810.607/2007-INDÚSTRIA CERÂMICA CAMOBI LTDA-OF. N°657
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
810.081/2002-CERÂMICA LINO LTDA.- Registro de Licença No.:2307/2002 - Vencimento em 05.04.2012
810.241/2007-J. L. S. MUNIZ- Registro de Licença No.:163/2007 - Vencimento em 23.03.2015
810.551/2008-CAPELA GRANDE MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença No.:161/2008 - Vencimento em 07.04.2012
810.496/2009-PAULO EMÍLIO CARLOTTO- Registro de Licença No.:095/2009 - Vencimento em 28.02.2013
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.235/1987-DARCI SILVA SANTOS PEDRAS LTDA
810.220/1988-VICENTE GRANDO
810.390/1989-MIPAL-MINERAÇÃO PALUDO LTDA
810.302/1990-ARNESTO CHEMIN
810.457/1990-OLARIA JORGE LTDA.
810.107/1991-JOELCIO GENTIL DA COSTA - ME
810.040/1993-CERÂMICA CONZATTI LTDA ME
810.081/1993-DESCONZI E CIA LTDA
810.082/1993-DESCONZI E CIA LTDA
810.216/1993-DAVID FRIZZO NEMITZ
810.239/1993-MARCONDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
810.284/1993-TRANSPORTES E EXTRAÇÃO DE BASALTO PETRELLA LTDA ME
810.333/1993-RILDO DA CUNHA ROCHA
810.452/1993-CLAUDIO TICZ
810.284/1994-MAGNA KUHN WINTER & CIA LTDA.
810.285/1994-JUACIR LUIZ DRIZ - ME
810.321/1994-ZUGNO E CIA LTDA
810.498/1994-CLODOALDO RIGON CIA LTDA-ME
810.677/1994-ARNONI ENDRES
810.681/1994-ERNANI ANSELMO ZIMMERMANN-ME
810.344/1995-NEVADA HOTELARIA E MIN LTDA
811.620/1995-LUIZ OSVALDO GHELLERE - ME
810.237/1996-GEDEÃO MOZZAQUATRO E CIA LTDA
810.284/1996-SIRLENE DA SILVA TERRAPLANAGEM ME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

810.031/1999-EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA
810.248/2000-CENIRO MONTEIRO DA ROSA - ME
810.337/2000-PEDREIRA JK LTDA
810.388/2000-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA
810.389/2000-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA
810.009/2001-UNIAO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA
810.279/2001-LUIZ CARLOS DA ROSA EVANGELISTA-FI
810.410/2001-RHM - RECURSOS HIDRO MINERAIS LTDA
810.536/2001-ALEX LORENZET
810.702/2002-LINO MARCON - FI
810.327/2006-CERÂMICA MAGAGNIN LTDA
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
810.277/2009-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Homologa desistência do requerimento de Registro de Extração(840)
810.115/2010-PREFEITURA MUNICIPAL TRÊS CACHOEIRAS
Fase de Registro de Extração
Determina arquivamento definitivo do processo(951)
810.726/2003-PREFEITURA MUNICIPAL DE ALECRIM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
810.071/2011-LP VIER E CIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
811.248/2010-LIDIANI LOPES GOMES-OF. N°652
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
810.141/2011-GUSTAVO ALMEIDA SARAIVA
810.200/2011-NEUZA CORREA FERREIRA ME
810.211/2011-DILCEU BASTOS DE LIMA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
810.460/2004-JOSÉ ALÍRIO LENZI

SÉRGIO BIZARRO CESAR

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.265/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.202/2011-KOCH & LAMEGO LTDA-OF. N°1.483/2011-DGTM
890.263/2011-JOÃO PANAYOTIS DAMATIS-OF. N°1.507/2011-DGTM
890.270/2011-LLX AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.-OF. N°1.525/2011-DGTM
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.256/2011-MINERAÇÃO FLÓRIO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.302/2009-BIOREMA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA.
890.532/2009-PEDREIRA SAPUCAIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
802.315/1978-J.M.Z INDUSTRIA DE PEDRAS E MAT. DE CONSTR. LTDA- Cessionário:PEDREIRA NOVA ROCHA LTDA.- CPF ou CNPJ 03.191.480/0001-03- Alvará n°14.514/2009
890.101/2009-J.M.Z INDUSTRIA DE PEDRAS E MAT. DE CONSTR. LTDA- Cessionário:PEDREIRA NOVA ROCHA LTDA.- CPF ou CNPJ 03.191.480/0001-03- Alvará n°14.514/2009
890.549/2009-BRASITÁLIA MINERADORA ESPIRITO SANTENSE LTDA- Cessionário:ZL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 30.212.633/0001-24- Alvará n°17.311/2010
890.551/2009-BRASITÁLIA MINERADORA ESPIRITO SANTENSE LTDA- Cessionário:ZLEMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 30.212.633/0001-24- Alvará n°17.355/2010
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.590/2009-MIGUEL BALTAZAR SOUTO-OF. N°1.516/20-DGTM
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
890.692/1994-PEDRAS DECORATIVAS SÃO RAPHAEL LTDA - ME- Registro de Licença No.:781/1999 - Vencimento em 19/06/2012
890.107/2002-AREAL RETA DOS 500 LTDA ME- Registro de Licença No.:1.755/2003 - Vencimento em 28/02/2012
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.097/2009-CERÃMICA IRMÃOS SOUZA E SOBRINHOS LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
890.363/2010-MINERAÇÃO GALÁCIA LTDA-Registro de Licença n°2.643/2011 de 05/05/2011-Vencimento em 28/02/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.458/2009-OLARIA BARRO FORTE LTDA-OF. N°1.508/2011-DGTM
890.020/2011-PRESERV EMPREITEIRA LTDA-OF. N°1.510/2011-DGTM
890.141/2011-ETASOLO EMPREITEIRA DE TERRA-PLANAGEM E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°1.489/2011-DGTM
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
890.078/2008-CERAMICA XAVIER DE CAMPOS LTDA
890.551/2008-FREITAS & PESSANHA LTDA.
890.406/2009-CERÂMICA IRMÃOS GORDINHOS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
890.135/2011-COMERCIAL DO PORTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°1.512/2011-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
890.330/2004-GARCIA ENGENHARIA LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
890.311/2003-RLX - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

RELAÇÃO Nº 91/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Domingos Gatto Nunes - 890523/08 - Not.469/2011 - R$ 2.123,95
Maria Das Graças de Fátima Brasil Oliveira - 890211/10 - Not.472/2011 - R$ 2.123,95
Mayra Morine Perina Amorim - 890518/07 - Not.470/2011 - R$ 2.123,95
Pedro Quatrone - 890298/10 - Not.471/2011 - R$ 2.123,95

RELAÇÃO Nº 96/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Antônio Norberto do Carmo Portella - 890534/09
Delfim Ferrara Almeida - 890617/08
Elisangela de Fátima f. Motta - 890571/07
Gilmar Gomes de Araujo - 890710/10
José Carlos Filho - 890593/08
Jose Luiz Sandin Extratora de Areia Ltda - 890387/10
Makoto Tsumori - 890032/08
Maria Juliana Aves Pinto Pereira - 890615/08
Mineração Flório LTDA. - 890223/10
Rogeria Alves de Oliveira - 890472/08
Sergio Dale - 890156/08
Sergio Santos Rutowitsch - 890653/07, 890601/08, 890602/08, 890603/08

RUI ELIAS JOSÉ

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 17/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
884.032/2011-HERMES DEEKE-OF. N°059/2011
884.040/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.041/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.042/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.043/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.044/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.045/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.046/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.047/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.048/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
884.049/2011-MANOEL BATISTA JUNIOR-OF. N°063/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
884.084/2010-PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRA LTDA- Registro de Licença No.:094/2010 - Vencimento em 30/03/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
884.020/2011-JOSE DIRCEU VINHAL

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 84/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Pedreira Anhanguera s a Empresa de Mineração - 812253/74 - Not.138/2011 - R$ 2.090,35, 812253/74 - Not.139/2011 - R$ 2.090,35, 812253/74 - Not.140/2011 - R$ 2.090,35, 812253/74 - Not.141/2011 - R$ 2.090,35, 812254/74 - Not.142/2011 - R$ 2.090,35, 812254/74 - Not.143/2011 - R$ 2.090,35, 812254/74 - Not.144/2011 - R$ 2.090,35, 812254/74 - Not.145/2011 - R$ 2.090,35, 812255/74 - Not.146/2011 - R$ 2.090,35, 812255/74 - Not.147/2011 - R$ 2.090,35, 812255/74 - Not.148/2011 - R$ 2.090,35, 812255/74 - Not.149/2011 - R$ 2.090,35

JOMAR SILVA FEITOSA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 91/2011

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 4.76)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedentes as defesas administrativas interpostas, restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 966.193/2006; Notificado: Votorantin Cimentos Brasil S/A; CNPJ: **96.824.594/0001-24**; NFLDP nº 009/2006; Valor: R$ 181.481,72.

Processo de Cobrança nº 966.194/2006; Notificado: Votorantin Cimentos Brasil S/A; CNPJ: **96.824.594/0001-24**; NFLDP nº 010/2006; Valor: R$ 6.373.041,82.

LICENCIAMENTO (Código 1.79)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) para pagar(em), parcelar(em) ou apresentar(em) defesa, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 966.677/2010; Notificado: Mineração Shalon Ltda; CNPJ/CPF 07.421.604/0001-50; NFLDP nº 012/2010; Valor: R$ 29.346,27.

RELAÇÃO Nº 96/2011

Retificação de Despacho
Fase de Disponibilidade
Na Relação 58/11 - publicado no D.O.U. de 18/03/2011 - Seção 1 - Página 95.
Onde se lê: "Nega provimento ao pedido de reconsideração (3.69)"
866.920/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A
866.921/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A
866.922/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A
866.923/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A

Leia-se: "Nega provimento ao pedido de reconsideração, interposto por Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A (3.69)"
866.920/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A
866.921/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A
866.922/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A
866.923/2008 - Yamana Desenvolvimento Mineral S/A

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 57/2011

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
809.556/1972-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF. N°764 e 765/2011
968.225/2007-PEDREIRA SANTO ONOFRE LTDA-OF. N°789/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

868.175/2005-MPP - MINERAÇÃO PIRÂMIDE PARTICIPAÇÃO LTDA
868.204/2007-MINERAÇÃO FINANCIAL LTDA
868.206/2007-CÉLIO VILLELA DE ANDRADE
868.207/2007-CÉLIO VILLELA DE ANDRADE
868.208/2007-CÉLIO VILLELA DE ANDRADE
868.307/2007-DECIO GARCIA NASCIMENTO
868.308/2007-DECIO GARCIA NASCIMENTO
868.309/2007-DECIO GARCIA NASCIMENTO
868.310/2007-DECIO GARCIA NASCIMENTO
868.311/2007-DECIO GARCIA NASCIMENTO
868.312/2007-DECIO GARCIA NASCIMENTO
868.315/2007-DECIO GARCIA NASCIMENTO
868.340/2007-JOÃO PEDRO PEDROSSIAN NETO
868.363/2007-RUBENS SOARES DE CAMARGO
868.371/2007-RONALDO DINIZ DE ALMEIDA
868.076/2008-MARCELO ZUGAIB
868.094/2008-ANA MARIA BUISCHI DE SOVERAL
868.120/2008-LUZ DO PANTANAL COMÉRCIO DE AREIA LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.012/2007-CIRO TRANSPORTADORA LTDA-OF. N°792/2011
868.318/2007-J R EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°791/2011
868.149/2010-CIRO TRANSPORTADORA LTDA-OF. N°793/2011
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
868.321/2000-IMPÉRIO MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°401/2011
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
868.180/2004-PAULO SERGIO DALTO ME- AI N°481/2007
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
868.180/2004-PAULO SERGIO DALTO ME- DOU de 03/04/2008
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
868.096/2011-NELSON ALENCASTRO VERÃO
868.097/2011-WALDEMAR PERES ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
868.063/2011-CERÂMICA AZUMA LTDA-OF. N°774/2011
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.090/1990-MÁRMORES EXÓTICOS LTDA EPP
868.354/2009-IRMÃOS BENZI LTDA

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 272/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.677/2007-VALE S A-OF. N°740/11-DGTM
831.228/2008-INGO GUSTAV WENDER-OF. N°593/11-DGTM
833.387/2008-MINERAÇÃO SKALADA LTDA-OF. N°653/11-DGTM
831.455/2009-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-OF. N°695/11-DGTM
831.664/2009-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA-OF. N°645/11-DGTM
832.085/2009-AREAL MELO LTDA-OF. N°651/11-DGTM
832.570/2009-MINERAÇÃO RIO DOCE LTDA-ME-OF. N°598/11-DGTM
832.599/2009-AMARILDO MARIA DE MORAIS-OF. N°648/11-DGTM
830.527/2010-GESTORA BRASIL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-OF. N°587/11-DGTM
830.946/2010-KÉNTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°711/11-DGTM
831.501/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-OF. N°742/11-DGTM
832.793/2010-CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°753/11-DGTM
832.821/2010-MARIA GABRIELA DE MORAIS MARTINS-OF. N°650/11-DGTM
832.870/2010-EMÍDIO MOREIRA DA COSTA-OF. N°649/11-DGTM
832.892/2010-BEATRIZ MARTINS FLÓRIO-OF. N°654/11-DGTM
833.584/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-OF. N°588/11-DGTM
833.671/2010-GIOVANNI RANGEL RABELO-OF. N°550/11-DGTM
833.737/2010-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°551/11-DGTM
833.738/2010-LUCAS DOS SANTOS VALADÃO-OF. N°545/11-DGTM
833.750/2010-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-OF. N°728/11-DGTM
833.868/2010-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA-OF. N°552/11-DGTM
833.885/2010-MINERAÇÃO LAGOA BRILHANTE LTDA. ME-OF. N°729/11-DGTM
833.896/2010-IVANY GENEROSO CORREIA-OF. N°698/11-DGTM
833.932/2010-MINERAÇÃO GOYTACÁ LTDA.-OF. N°730/11-DGTM
833.966/2010-COMPANHIA AURIFERA BRASILEIRA S.A-OF. N°537/11-DGTM
833.967/2010-EDSON LINO DE SOUSA-OF. N°548/11-DGTM
834.207/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°538/11-DGTM
834.211/2010-AGRONEGÓCIOS BELA VISTA LTDA-OF. N°737/11-DGTM
834.221/2010-M.V.V. MINERAÇÃO COEMERCIO LTDA-OF. N°589/11-DGTM
834.256/2010-JOSÉ FERNANDO MARTINS PEREIRA-OF. N°597/11-DGTM
834.263/2010-GRAN VALE LTDA ME-OF. N°734/11-DGTM
Indefere pedido de reconsideração(181)
831.429/2009-VASCO FERREIRA DIAS
830.772/2010-ANTONIO CEZAR LIMA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento do processo adm. caducidade/nulidade Alvará(238)
832.336/1987-IMPORTACAO E EXPORTACAO LANDI LTDA-931.973/02
Aceita defesa apresentada(241)
832.336/1987-IMPORTACAO E EXPORTACAO LANDI LTDA
Nega provimento a defesa apresentada(242)
831.158/2007-FERRO + MINERAÇÃO S/A
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
831.806/2005-BRAZMINCO LTDA-Alvará N°11889/05
833.767/2006-AREAL SANTA RITA LTDA-Alvará N°4670/09
831.151/2007-GILMAR SANTANA LUZ-Alvará N°1568/09
831.158/2007-FERRO + MINERAÇÃO S/A-Alvará N°2680/09
830.760/2010-CALA CALCÁRIO LAGAMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Alvará N°9907/10
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
833.406/2006-ARLINDO JOSÉ PEREIRA ME- Registro de Licença No.:3121/07 - Vencimento em 14/01/2013
830.956/2009-JOSÉ BENTO LOPES DA SILVA - ME-Registro de Licença No.:3447/10 - Vencimento em 04/05/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
833.406/2006-ARLINDO JOSÉ PEREIRA ME- Cessionário:SEC LTDA- CNPJ 11.591.018/0001-21- Registro de Licença n°3121/07- Vencimento da Licença: 14/01/2013
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.060/2010-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°618/11-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
806.771/1974-ALDO FURTADO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
834.706/2008-ISNALDO FERREIRA DE ANDRADE
832.293/2009-NADSON TORRES SARMENTO
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
831.839/2000-BRASIMPEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
834.516/2007-MINERADORA MINERVA LTDA.

RELAÇÃO Nº 273/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
834.312/2010-ANGELO HAILTON DOS SANTOS-OF. N°596/11-DGTM
834.313/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-OF. N°566/11-DGTM
834.314/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-OF. N°599/11-DGTM
834.315/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES-OF. N°594/11-DGTM
834.328/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°543/11-DGTM
834.329/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°542/11-DGTM
834.330/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°595/11-DGTM
834.331/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°543/11-DGTM
834.332/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°586/11-DGTM
834.333/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°586/11-DGTM
834.334/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°586/11-DGTM
834.335/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°585/11-DGTM
834.336/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°553/11-DGTM
834.354/2010-EDSON LINO DE SOUSA-OF. N°539/11-DGTM
834.355/2010-EDSON LINO DE SOUSA-OF. N°536/11-DGTM
834.394/2010-MARIA ELISA ROQUE NOGUEIRA TORRES SILVA-OF. N°540/11-DGTM
834.395/2010-MARIA ELISA ROQUE NOGUEIRA TORRES SILVA-OF. N°727/11-DGTM
834.400/2010-SATURNINO FERREIRA FRANCO-OF. N°738/11-DGTM
834.402/2010-SATURNINO FERREIRA FRANCO-OF. N°590/11-DGTM
834.497/2010-JOÃO VANDER ALVARENGA-OF. N°755/11-DGTM
834.546/2010-ROBERTO GONÇALVES MILLAH-OF. N°752/11-DGTM
834.577/2010-J F OLIVEIRA NASCIMENTO-OF. N°751/11-DGTM
834.602/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.603/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.604/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.605/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.607/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.608/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.609/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.610/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.611/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°754/11-DGTM
834.613/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°736/11-DGTM
834.614/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°736/11-DGTM
834.615/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°731/11-DGTM
834.616/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°746/11-DGTM
834.617/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°746/11-DGTM
834.641/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°748/11-DGTM
834.643/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°748/11-DGTM
834.644/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°563/11-DGTM
834.668/2010-ESTRADA REAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°733/11-DGTM
834.718/2010-MINAS NORTE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°747/11-DGTM
834.732/2010-JOÃO PEDRO GUSTIN-OF. N°743/11-DGTM
834.740/2010-ALISSON ALVES COELHO-OF. N°744/11-DGTM
834.756/2010-PRAINHA MINERADORA LTDA -ME-OF. N°745/11-DGTM
834.809/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA-OF. N°739/11-DGTM
834.939/2010-VALMIR ALVES ANTONIO-OF. N°750/11-DGTM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
831.336/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°620/11-DGTM
831.337/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°620/11-DGTM
831.338/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM
831.339/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM

RELAÇÃO Nº 274/2011

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
831.340/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM
831.343/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°615/11-DGTM
831.345/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°615/11-DGTM
831.347/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°615/11-DGTM
831.348/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°615/11-DGTM
831.350/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
831.351/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

831.352/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
831.354/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.355/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.356/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.357/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.358/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.359/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.360/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.361/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.362/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.364/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM
831.365/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.366/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.368/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.370/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.371/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM
831.411/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°620/11-DGTM
831.426/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°620/11-DGTM
831.457/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS CARDOSO-OF. N°616/11-DGTM
831.472/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM
831.475/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM
831.476/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°617/11-DGTM
831.477/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.478/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.480/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
831.481/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
831.483/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
831.484/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
831.603/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
831.670/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°535/11-DGTM
831.671/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
831.727/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.729/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°534/11-DGTM
831.730/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°534/11-DGTM
831.731/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°534/11-DGTM
831.732/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.733/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
831.734/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°530/11-DGTM
832.036/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.037/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.038/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.039/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.040/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM

RELAÇÃO Nº 275/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.672/2009-OSVALDO PEDROSO DAS CHAGAS FI-OF. N°694/11-DGTM
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
833.323/2010-MARIA LÚCIA DE MELO
Defere pedido de reconsideração(182)
830.997/2009-MARCOS FLÁVIO DA CUNHA MEDEIROS
833.317/2010-ANIVALDO GRENNER MEDRADO COSTA
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
831.848/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-Alvará N°15683/10
832.242/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-Alvará N°15701/10
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
834.169/2006-CERÂMICA ART-PLAN LTDA - EPP- Registro de Licença No.:3042/07 - Vencimento em 04/03/2012
832.908/2007-L E A MINERAÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença No.:3273/08 - Vencimento em 13/05/2011
830.647/2008-ITAMIX LTDA- Registro de Licença No.:3520/10 - Vencimento em 20/07/2012
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
830.647/2008-ITAMIX LTDA- Cessionário:Britadora Ramos Ltda- CNPJ 21.066.758/0001-00- Registro de Licença n°3520/10- Vencimento da Licença: 20/07/2012
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
832.041/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.042/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.043/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.044/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.045/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.046/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.047/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.048/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.049/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.050/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.051/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°529/11-DGTM
832.052/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.053/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.054/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°533/11-DGTM
832.088/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.089/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.090/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.091/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.092/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.093/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.094/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.095/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.096/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.097/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.098/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.099/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.100/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.101/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.102/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°531/11-DGTM
832.111/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.167/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°532/11-DGTM
832.197/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
832.198/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
832.199/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
832.260/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
832.261/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
832.262/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
832.263/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°619/11-DGTM
832.848/2009-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS-OF. N°620/11-DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de transformação do regime de Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1157)
834.176/2007-MARIA LÚCIA DE MELO

RELAÇÃO Nº 276/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
830.232/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
830.244/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
830.266/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
831.533/2008-SANTA MÔNICA MINERAÇÃO LTDA - ME
830.564/2009-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
830.996/2009-MARCOS SANTOS CAMPELLO
830.913/2010-XAVIER MINERAÇÃO GRANITOS LTDA
831.030/2010-AGUIA METAIS LTDA
831.378/2010-AGUIA METAIS LTDA
831.647/2010-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
831.649/2010-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
831.721/2010-GRAN VALE LTDA ME
832.526/2010-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA
832.602/2010-RONALDO NOGUEIRA DRUMMOND
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.729/2008-MARCÍLIO ARAÚJO LOPES -Alvará N°2389/10
832.135/2008-VALE S A -Alvará N°11874/09
831.526/2009-CONSÓRCIO CAPIM BRANCO ENERGIA -Alvará N°14456/10
831.823/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°14020/10
831.971/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A. -Alvará N°14021/10
832.477/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°14514/10
832.478/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°13975/10
832.580/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°14465/10
832.814/2010-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A -Alvará N°14438/10
833.407/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°16178/10
833.408/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°16179/10
833.409/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°16180/10
833.410/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A. -Alvará N°16181/10
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
834.176/2007-MARIA LÚCIA DE MELO
834.163/2008-FERNANDO DE SOUZA TAVARES - ME
834.532/2008-CASCALHEIRA CAPADINHO LTDA
832.748/2009-ADRIANE SOARES DE OLIVEIIRA
830.985/2010-LUIZ GONZAGA LACERDA ME

RELAÇÃO Nº 277/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
831.192/2007-DOMINGOS DALMO RIBEIRO- DOU de 24/11/08
834.432/2007-JOAQUIM PEDRO DE SOUZA ME- DOU de 13/10/10
830.248/2009-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO- DOU de 30/06/10
830.997/2009-MARCOS FLÁVIO DA CUNHA MEDEIROS- DOU de 27/12/10
831.540/2009-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A- DOU de 30/06/10
832.846/2009-FALCON METAIS LTDA- DOU de 27/12/10
833.317/2010-ANIVALDO GRENNER MEDRADO COSTA- DOU de 09/11/10
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
832.606/2003-PORTO DE AREIA ZITO ANASTÁCIO LTDA - M.E.- Registro de Licença N°2379/04-Onde se lê:"... em nome de Porto de Areia Zito Anastácio Ltda..." Leia-se '... Porto de Areias Lopes Ltda..."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 278/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
830.352/2005-SEBASTIÃO RABELO-AI N°740/11-FISC
832.036/2005-SEBASTIANA DE AZEVEDO VIANA-AI N°744/11-FISC
832.068/2005-HÉLIO GOMES DE SOUZA-AI N°724/11-FISC
832.074/2005-FRED VINÍCIUS RODRIGUES RIBEIRO-AI N°725/11-FISC
832.100/2005-MAURICIO HENRIQUE AGUIEIRAS CORTAT-AI N°726/11-FISC
832.101/2005-SORAIA PEREIRA DE ASSIS-AI N°727/11-FISC
832.662/2005-FERNANDO LUIZ RIBEIRO-AI N°646/11-FISC
832.821/2005-EXTRAÇÃO DE AREIA PAIS & FILHOS LTDA. ME-AI N°647/11-FISC
832.847/2005-FRANCISCO RIBEIRO MORATO-AI N°648/11-FISC
832.894/2005-CONSERVA DE ESTRADAS LTDA.-AI N°649/11-FISC
832.895/2005-JOSÉ JUBIS DE SOUZA CARMO - M.E.-AI N°650/11-FISC
832.914/2005-DJALMA RIBEIRO ALVES-AI N°633/11-FISC
832.915/2005-DIONÍSIO JOSÉ DA SILVA-AI N°632/11-FISC
832.920/2005-ANDRÉ LOUREIRO PRANDO-AI N°631/11-FISC
832.921/2005-UMBERTO OTÁVIO RAMOS-AI N°630/11-FISC
832.936/2005-ARY BARBOSA SANTOS-AI N°629/11-FISC
832.943/2005-ELIANA TRESSMANN DE JESUS - ME-AI N°628/11-FISC
832.960/2005-MINERAÇÃO TRINDADE LTDA-AI N°627/11-FISC
832.989/2005-HILDENI LUIZA DE VASCONCELOS-AI N°625/11-FISC
833.003/2005-BRASPEDRAS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°624/11-FISC
833.034/2005-GLAUDISTON FAUSTINI ZIMERER-AI N°623/11-FISC
833.050/2005-RAYMUNDO BERNARDINO FILHO-AI N°622/11-FISC
833.058/2005-MINERAÇÃO GRAVINALLI LTDA. - ME.-AI N°621/11-FISC
833.203/2005-MAURÍCIO PRADO ROLLA-AI N°619/11-FISC
833.228/2005-LUIZ CARLOS DE SÁ-AI N°618/11-FISC
833.229/2005-INDÚSTRIA COMÉRCIO E BENEFICIAMENTOS DE PEDRAS QUARTZITO VALE DAS PEDRAS-ME-AI N°617/11-FISC
830.003/2006-GEISEL FAVARATTO-AI N°573/11-FISC
830.052/2006-ROBSON BASTOS DE LIMA-AI N°589/11-FISC
830.062/2006-FERNANDO DA SILVA JÚNIOR-AI N°574/11-FISC
830.111/2006-JOÃO RIBEIRO LEITE-AI N°591/11-FISC
830.121/2006-SÁVIO PEDRAS DECORATIVAS LTDA. ME-AI N°592/11-FISC
830.147/2006-GRANVIERI GRANITOS VIEIRA LTDA-AI N°593/11-FISC
830.160/2006-JOSÉ MÔNICO FILHO-AI N°594/11-FISC
830.186/2006-AFONSO ALVES VIANA-AI N°595/11-FISC
830.196/2006-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-AI N°597/11-FISC
830.197/2006-ANTÔNIO RODRIGUES FILHO-AI N°598/11-FISC
830.203/2006-LUZBOA S A-AI N°599/11-FISC
830.204/2006-LUZBOA S A-AI N°600/11-FISC
830.205/2006-LUZBOA S A-AI N°601/11-FISC
830.237/2006-LUZBOA S A-AI N°603/11-FISC
830.243/2006-MARISE RACHE GUIMARÃES-AI N°604/11-FISC
830.290/2006-EUGÊNIA NUNES LEMOS MARINZEK-AI N°602/11-FISC
830.306/2006-NOVABRITA - BRITADORA NOVA SERRANA LTDA-AI N°605/11-FISC
830.311/2006-BRASPEDRAS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°606/11-FISC
830.351/2006-JOSEMAR SOARES VIEIRA-AI N°607/11-FISC
830.364/2006-MINERAÇÃO VITÓRIA LTDA-AI N°608/11-FISC
830.378/2006-SANTIAGO ALEXANDRE SENA SGRANCIO-AI N°609/11-FISC
830.396/2006-GRANVIERI GRANITOS VIEIRA LTDA-AI N°610/11-FISC
830.505/2006-GRANVIERI GRANITOS VIEIRA LTDA-AI N°611/11-FISC
833.714/2006-SEBASTIÃO JOSÉ AFONSO FI-AI N°615/11-FISC

RELAÇÃO Nº 279/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.553/2009-REUBI LUIZ DE MATOS
833.000/2010-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS
834.006/2010-FLÁVIO GRISI
834.034/2010-MANOEL MÁRCIO CAMPOLINA
834.084/2010-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME.
834.298/2010-MARIA LÚCIA DE MELO
834.499/2010-PRAINHA MINERADORA LTDA -ME
834.574/2010-AFONSO DA SILVA FERRÃO
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
831.643/2002-JOÃO BRAGA DO COUTO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.783/2006-VALDIR NOGUEIRA TABORDA-OF. N°1551/11-FISC
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
831.469/2005-ITA MINAS COM E EXPORT DE GRANITOS LTDA. - ME-OF. N°2110/10
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.223/2004-LUIZ SARAIVA DE ARAUJO-AI N°743/11-FISC
832.432/2004-LAURO JOSINO DE ASSIS-AI N°742/11-FISC
832.472/2004-MARÍLIA RODRIGUES SILVA PAIVA-AI N°616/11-FISC
832.822/2004-MARILZA ROBERTO DA COSTA-AI N°741/11-FISC
832.154/2005-ROOSEVELT SATHLER LIMA-AI N°728/11-FISC
832.155/2005-SELMO ANALIA DA SILVIERA-AI N°729/11-FISC
832.158/2005-ANTONIO CARLOS RIBEIRO-AI N°730/11-FISC
832.235/2005-ANTONIO CEZAR LIMA ME-AI N°731/11-FISC
832.258/2005-ANTONIO CARLOS RIBEIRO-AI N°732/11-FISC
832.286/2005-MARMINDÚSTRIA LTDA.-AI N°733/11-FISC
832.294/2005-ANTÔNIO VICENTE PEREIRA-AI N°734/11-FISC
832.302/2005-NEY DE ALMEIDA-AI N°735/11-FISC
832.317/2005-WESLEY SILVA GOMES-AI N°736/11-FISC
832.319/2005-JÚLIO CÉSAR PEREIRA DAS NEVES-AI N°737/11-FISC
832.351/2005-ANTÔNIO DE OLIVEIRA COSTA ME-AI N°634/11-FISC
832.354/2005-ARAR PEDRAS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°635/11-FISC
832.403/2005-MARINHO E FILHOS EMPREENDIMENTOS LTDA.-AI N°636/11-FISC
832.407/2005-VINÍCIUS BRITO DE MORAIS-AI N°637/11-FISC
832.420/2005-EDVALDO FAVARATO FILHO-AI N°638/11-FISC
832.424/2005-CLEITON TEIXEIRA-AI N°639/11-FISC
832.426/2005-GILSON DE OLIVEIRA SENA-AI N°640/11-FISC
832.437/2005-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA JR LTDA ME-AI N°641/11-FISC
832.448/2005-ELTON DALCOLMO BARBOZA-AI N°642/11-FISC
832.475/2005-MÁRCIO ORNELAS LÚCIO-AI N°643/11-FISC
832.477/2005-ZETEXA COMÉRCIO, EXP.DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA-AI N°644/11-FISC
832.517/2005-ROCHESTER PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-AI N°645/11-FISC
832.963/2005-JESU LUIZ AFONSO FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL-AI N°626/11-FISC
833.111/2005-SYLVIO DIÓRIO-AI N°620/11-FISC
830.025/2006-MINERAÇÃO GRANREAL LTDA-AI N°575/11-FISC
830.082/2006-PIMENTA & FERREIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°590/11-FISC
830.193/2006-FOX MINERACAO LTDA-AI N°596/11-FISC
830.540/2006-NANTALA ROBERTO MANSUR LISBOA-AI N°613/11-FISC
830.576/2006-HILDEBRANDO DAVID DA SILVA-AI N°614/11-FISC
830.689/2006-MINERAÇÃO GRANITOS DE MINAS LTDA-AI N°753/11-FISC
830.795/2006-CALIMERIO PEREIRA DE ARAÚJO-AI N°761/11-FISC
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento da advertência/prazo de defesa 30 dias(457)
811.003/1970-MINERAÇÃO REZENDE LTDA- OF. N°1293/11-FISC
Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
831.316/2008-Christian Kleber Cardoso de Almeida ME-AI N°406/11-Superintendência/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina arquivamento do Auto de Infração(807)
833.041/2002-VIAMAR MINERAÇÃO- AI N°1546/08
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
830.630/2001-INDUSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS IBAR LTDA.-AI N°1801/09

RELAÇÃO Nº 282/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
830.202/2008-GILBERTO TRANSPORTES LTDA
830.184/2009-LUCIANO VERSIANI RIBEIRO
830.145/2010-FRANCO WEBER
831.313/2010-MATERIAIS DE CONSTRUCAO INTERBRASIL LTDA ME
834.108/2010-EDUARDO ANTÔNIO ASSIS
834.568/2010-ITAMAR DE OLIVEIRA SERAFIM
834.570/2010-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA
834.883/2010-IRENE BRAIDO FERNANDES DA SILVA
834.924/2010-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A
830.058/2011-VILENICE OLIVEIRA CAMPOS DA SILVA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
834.671/2010-JOSÉ MOREIRA FILHO
834.927/2010-MARCOS ROGRIGUES
830.059/2011-ALAIR ACÁCIO TEIXEIRA
830.180/2011-MARCUS VINÍCIUS VARGAS
830.181/2011-MARCUS VINÍCIUS VARGAS
830.246/2011-GRANITOS DA BARRA LTDA ME
830.486/2011-K2 MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS LTDA
830.498/2011-ELZA MARIA DOS SANTOS PEREIRA
830.499/2011-VINÍCIUS ELIAS NASCIMENTO
830.500/2011-MONTHANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO IND. COM. LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.262/2009-ANTONIO RODRIGUES AZEVEDO-OF. N°945/11-DGTM
834.250/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°855/11-DGTM
834.353/2010-EDSON LINO DE SOUSA-OF. N°858/11-DGTM
834.536/2010-ANDERSON AMARAL DE OLIVEIRA-OF. N°857/11-DGTM
834.606/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°732/11-DGTM
834.645/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°859/11-DGTM
834.646/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°860/11-DGTM
834.648/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°856/11-DGTM
Indefere pedido de reconsideração(181)
832.294/2007-JOÃO DA SILVA STOHEL
832.979/2007-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
833.150/2007-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA
833.152/2007-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA
833.153/2007-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA
833.154/2007-MICAPEL - MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA
Defere pedido de reconsideração(182)
830.248/2009-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
831.540/2009-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A
832.846/2009-FALCON METAIS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
833.567/2007-O & P PARTCIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA-Alvará N°6554/09
834.862/2007-DISK ENTULHO JL LTDA-Alvará N°648/11
830.387/2008-ADILSON TOMÁS DE FREITAS-Alvará N°7775/10
830.024/2009-M.S.M. - MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Alvará N°5850/10
833.424/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-Alvará N°1486/11
833.425/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.-Alvará N°1487/11
833.696/2010-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA-Alvará N°1059/11
833.854/2010-ZEUS GRANITOS EXTRAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-Alvará N°988/11

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
833.855/2007-COOPERATIVA MISTA EXTRATIVISTA MINERAL DE MINERADORES DE FELDSPATO E OUTRAS SUBS-OF. N°842/11-DGTM
830.589/2009-HERÁCLIO TEIXEIRA COSTA-OF. N°841/11-DGTM
830.106/2010-DIOVANI NORONHA DE FARIA-OF. N°843/11-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.583/1989-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°895/11-DGTM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
831.058/1999-MINERAÇÃO RIBEIRO LTDA.

RELAÇÃO Nº 284/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
834.883/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.
832.535/2010-MINERAÇÃO SALINAS LTDA-ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.701/1985-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°896/11-DGTM
830.981/1988-CAL FERREIRA LTDA-OF. N°890/11-DGTM
832.996/1995-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°504/11-DGTM
830.049/1997-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°894/11-DGTM
830.052/1997-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°892/11-DGTM
830.053/1997-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°898/11-DGTM
830.055/1997-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°893/11-DGTM
833.048/2005-NOVA LAMBARI LTDA ME-OF. N°722/11-DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
832.128/1983-ULTRACAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°721/11-DGTM-180 dias
830.981/1988-CAL FERREIRA LTDA-OF. N°891/11-DGTM-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
832.129/1983-ULTRACAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°723/11-DGTM
832.130/1983-ULTRACAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°724/11-DGTM
832.131/1983-ULTRACAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°725/11-DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
834.599/2008-CONSTRUTORA NOVAIS LTDA-Registro de Licença n°3605/11 de 08/04/11-Vencimento em 24/11/2013
831.149/2009-AREAL CAMPESTRE TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME-Registro de Licença n°3607/11 de 08/04/11-Vencimento em 31/12/2011
831.173/2009-CERAMICA REAL DE MONTE CARMELO LTDA-Registro de Licença n°3608/11 de 08/04/11-Vencimento em 19/05/2012
832.148/2009-HELYANA SOUZA MELLO OLIVEIRA VIEIRA ME-Registro de Licença n°3609/11 de 08/04/11-Vencimento em 02/09/2029
832.232/2009-GERDAU AÇOS LONGOS S.A.-Registro de Licença n°3612/11 de 08/04/11-Vencimento em Indeterminado
832.233/2009-GERDAU AÇOS LONGOS S.A.-Registro de Licença n°3611/11 de 08/04/11-Vencimento em Indeterminado
831.067/2010-AREAL VISTA ALEGRE LTDA ME-Registro de Licença n°3613/11 de 08/04/11-Vencimento em 01/02/2014
833.355/2010-LEONARDO MACEDO COUTINHO-Registro de Licença n°3615/11 de 08/04/11-Vencimento em Indeterminado
833.367/2010-ANTÔNIO DE OLIVEIRA COSTA ME-Registro de Licença n°3606/11 de 08/04/11-Vencimento em 03/08/2015
833.975/2010-LOCAMEX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-Registro de Licença n°3614/11 de 08/04/11-Vencimento em 09/09/2013
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
832.896/1989-MARIA IMACULADA LOBATO COSTA FI- Registro de Licença No.:780/90 - Vencimento em 22/02/2013
831.364/2002-CERÂMICA TREVO LTDA- Registro de Licença No.:2104/03 - Vencimento em 28/04/2013
832.916/2002-CERÂMICA CRUZADO LTDA- Registro de Licença No.:2184/03 - Vencimento em 11/07/2011
830.670/2003-MUCIO FRANÇA- Registro de Licença No.:2402/04 - Vencimento em 31/12/2012
832.578/2003-DRAGAGEM TRÊS IRMÃOS CAMARGOS LTDA- Registro de Licença No.:2633/05 - Vencimento em 09/02/2014
833.482/2003-WALMIR DOMINGOS DE OLIVEIRA- Registro de Licença No.:2749/05 - Vencimento em Indeterminado
830.936/2005-SANDRO OLIVEIRA FERNANDES ME-Registro de Licença No.:2621/05 - Vencimento em 04/04/2012
831.837/2006-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP-Registro de Licença No.:3065/07 - Vencimento em 11/07/2012
832.823/2006-WALMIR DOMINGOS DE OLIVEIRA- Registro de Licença No.:3140/07 - Vencimento em Indeterminado
830.456/2007-MINERAÇÃO FORTUNA DE MINAS LTDA- Registro de Licença No.:3161/07 - Vencimento em 31/12/2011
834.067/2007-AREIÃO GONTIJO LTDA- Registro de Licença No.:3290/08 - Vencimento em 17/01/2013
831.306/2008-CERÂMICA LIAMAR LTDA.- Registro de Licença No.:3442/10 - Vencimento em 21/12/2013
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
832.182/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°853/11-DGTM
832.183/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°851/11-DGTM
832.184/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°851/11-DGTM
832.185/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°850/11-DGTM
832.186/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°849/11-DGTM
832.891/2009-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-OF. N°848/11-DGTM
830.423/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°844/11-DGTM
830.482/2010-PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPORA-OF. N°605/11-DGTM
830.618/2010-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES-OF. N°845/11-DGTM
830.621/2010-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTES-OF. N°846/11-DGTM
833.744/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA-OF. N°852/11-DGTM
834.047/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-OF. N°847/11-DGTM

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Silvanira Marques de Castro - 826218/03 - Not.89/2011 - R$ 159,78, 826435/03 - Not.91/2011 - R$ 159,78, 826474/03 - Not.93/2011 - R$ 159,78

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2011

FASE DE DISPONIBILIDADE
Ref. DNPM nº 812.871/70
Com fundamento nas conclusões da comissão constituída para analisar os requerimentos objetivando a prioridade para concessão de lavra, na área colocada em Disponibilidade em função do Edital de Disponibilidade nº 01, de 19/11/1991, publicado no DOU de 20/11/1991 e Comunicado nº 8, de 13/11/1992, publicado no DOU de 23/11/1992, e com base na competência delegada pelo inciso XVIII, do art. 5º, da Portaria do Diretor - Geral do DNPM nº 347 de 29 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 01 de outubro de 2004, INDEFIRO o requerimento de habilitação formulado por Corte Conventos - Obras Rodoviárias e Terraplanagem Ltda. (CGC nº 83.665.091/0001-01), em conseqüência determino o ARQUIVAMENTO DEFINITIVO deste processo, e de acordo com o disposto no item 5.5 do Edital de Disponibilidade nº 01 de 19/11/1991 e art. 12 da Portaria do Diretor-Geral do DNPM nº 268, de 10/07/2008, DECLARO LIVRE a presente área a partir da publicação do presente despacho. (3.08) (4.94)

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
821.136/2002-CHIARELLI MINERACAO LTDA
820.898/2010-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.
820.900/2010-ADRIANO CESAR TEIXEIRA MACHADO
820.904/2010-ROSANGELA MAIA BECCARI ME
820.958/2010-ROBERTO DE AZEVEDO AMADO JUNIOR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.655/2009-THIAGO PAGGIARO-OF. N°403/2011-DGTM/DNPM/SP
820.562/2010-OSVAIR DOS SANTOS-OF. N°359/2011-DGTM/DNPM/SP
820.925/2010-PEDREIRA PINHAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°245/11-DGTM/DNPM/SP
820.967/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO HORII LTDA.-OF. N°249/2011-DGTM/DNPM/SP
820.976/2010-COMPANHIA DE CIMENTO RIBEIRAO GRANDE-OF. N°253/2011-DGTM/DNPM/SP
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
821.053/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.054/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.055/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.056/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.057/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.058/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.059/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.060/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.061/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.062/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
821.063/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
Defere pedido de reconsideração(182)
820.301/2005-JOELMA CÂNDIDO LOPES DE LA RUA EPP
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Nulidade do Alvará(237)
820.311/2004-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.- OF. N° 407/2011-DGTM/DNPM/SP
820.588/2005-EXTRATORA DO BOLA LTDA ME- OF. N° 406/2011-DGTM/DNPM/SP
820.833/2006-MINERAÇÃO RIO DO PEIXE LTDA.- OF. N° 408/2011-DGTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.776/2009-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- Cessionário:VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 46.271.235/0001-19- Alvará n°8622/2010
820.777/2009-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- Cessionário:VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 46.271.235/0001-19- Alvará n°8623/2010
820.778/2009-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- Cessionário:VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 46.271.235/0001-19- Alvará n°8624/2010
820.779/2009-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- Cessionário:VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 46.271.235/0001-19- Alvará n°8625/2010
820.780/2009-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- Cessionário:VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- CPF ou CNPJ 46.271.235/0001-19- Alvará n°7983/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.356/1998-ALEXANDRE ERCOLIN-OF. N°405/2011-DGTM/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.133/2002-ASB ADMISTRAÇÃO DE BENS LTDA-OF. N°364/2011-DGTM/DNPM/SP
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.056/2007-EDENA MARIA PECHIO SASAKI EPP-Registro de Licença n°01/2007 de 31/01/2007-Vencimento em 30/04/2012
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
820.687/2009-ALFABEN COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA EPP
820.885/2009-JOSINALDO ODILON DA SILVA
820.669/2010-MINERAÇÃO NOVA CACHOEIRA LTDA.
820.697/2010-SOCIEDADE EXTRATIVA PILOTO LTDA
820.939/2010-ANTONIO CARLOS PICCININ
820.940/2010-ANTONIO CARLOS PICCININ
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
820.145/1998-NELSON CIANCAGLIO ME- Cessionário:CÉLIA LUIZA DO AMARAL BRAGA JORGE ME- CNPJ 10.692.902/0001-90- Registro de Licença n°2807/2003- Vencimento da Licença: 31.05.2012
820.364/2002-NELSON CIANCAGLIO ME- Cessionário:CÉLIA LUIZA DO AMARAL BRAGA JORGE ME- CNPJ 10.692.902/0001-90- Registro de Licença n°2891/2005- Vencimento da Licença: 31.10.2012
821.082/2008-NELSON CIANCAGLIO ME- Cessionário:CÉLIA LUIZA DO AMARAL BRAGA JORGE ME- CNPJ 10.692.902/0001-90- Registro de Licença n°3087/2008- Vencimento da Licença: 27.02.2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 58/2011

O Superintendente Substituto da Superintendência de São Paulo

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 921.292/2007 Notificado Poxoreo Mineração Ltda. CNPJ/CPF: 71.807.879/0001-26 NFLDP nº 023/2007 (Atualmente, NFLDP nº 466/2011)

Valor: R$ 71.383,39

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 9 de maio de 2011

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)

Os Processos permanecerão nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias

802.445/1969 - ITALO D'ANDRETA - Tatuí/SP

815.308/1985 - MINERAÇÃO BRANDÃO LTDA. - Tubarão/SC

815.175/1992 - CYSY MINERAÇÃO LTDA. - Imbituba/SC

848.013/2000 - JOSÉ RICARDO GONÇALVES PEREIRA ME. - Baraúna/RN

860.499/2000 - ORCA CONSTRUTORA LTDA. - Goiânia e Senador Canedo/GO

866.231/2001 - CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A. - Cocalinho/MT

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 115, DE 10 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.032895/2004-87, de 17 de novembro de 2004, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos APARELHO DE GINÁSTICA, NCM-9506.91.00 e MÓDULO ELETRÔNICO PARA APARELHO DE GINÁSTICA, NCM - 9029.20.10, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecidos pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 317, de 10 de dezembro de 2004, passa a ser o seguinte:

I - APARELHO DE GINÁSTICA, NCM 9506.91.00

a) cortar, curvar e furar as partes metálicas do quadro;

b) soldagem dos perfis de ferro do quadro;

c) tratamento superficial;

d) pintura;

e) lubrificação do sistema de acionamento composto de engrenagem, corrente e roldana quando aplicável;

f) integração do sistema de acionamento ao quadro, quando aplicável;

g) fixação dos contrapesos ao sistema de acionamento, quando aplicável;

h) fixação das barras laterais para suporte do assento e do encosto, quando aplicável;

i) montagem do assento e do encosto, quando aplicável;

j) montagem do suporte de fixação, quando aplicável;

l) fixação das ponteiras no quadro, quando aplicável; e

m) fixação do módulo eletrônico, quando aplicável.

II - MÓDULO ELETRÔNICO PARA APARELHO DE GINÁSTICA, NCM-9029.20.10:

a) injeção das partes plásticas;

b) inserção e soldagem dos componentes nas placas de circuito impresso;

c) fixação da placa principal no gabinete inferior; e

d) integração do gabinete superior com o inferior na formação do produto final.

§ 1 º odas as etapas dos Processos Produtivos Básicos acima descritas deverão ser realizadas na Zona franca de Manaus.

§ 2 º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto as etapas estabelecidas nas alíneas "f", "g", "h", "i", "j", "l", e "m" do inciso I e "c" e "d" do inciso II, que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 3 º Fica temporariamente dispensada a montagem de mostradores de cristal líquido - LCD, de plasma ou de diodos emissores de luz - LED.

§ 4 º O módulo eletrônico constante na alínea "m" do inciso I deverá ser fabricado na Zona Franca de Manaus conforme o Processo Produtivo Básico descrito no inciso II.

Art. 2 º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 3 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT n º 317, de 10 de dezembro de 2004.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

RESOLUÇÃO CND Nº 4, DE 11 DE MAIO DE 2011

Altera a Resolução CND nº 7, de 8 de dezembro de 2010, que aprova a concessão como modalidade operacional para a construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - CND, no exercício da sua atribuição que lhe confere o parágrafo quarto do art. 5º, da Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997 e o art. 12 do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, dada a urgência e relevância da matéria; e

CONSIDERANDO a inclusão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante no Programa Nacional de Desestatização (PND) por intermédio do Decreto Federal n.º 6.373, de 14 de fevereiro de 2008; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº. 7.205, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre o modelo de concessão para exploração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante;

Resolve, "ad referendum" do Colegiado:

Art. 1º A Resolução nº 7, de 8 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O valor mínimo de outorga para pagamento à União será de R$ 51.700.000,00 (cinquenta e um milhões e setecentos mil reais), a ser pago de acordo com o estabelecido no edital de concessão."

"Art. 6º A remuneração da concessionária será composta pelas receitas tarifárias, alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.

§1º Os valores iniciais dos tetos-tarifários aplicáveis à concessão serão aqueles estabelecidos para os aeroportos incluídos na 1ª categoria, de acordo com a Portaria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) nº 174/SER, de 28 de janeiro de 2011.

§2ºOs valores tarifários serão reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com o disposto no edital de concessão.

§3º No cálculo do reajuste tarifário, serão considerados os fatores de qualidade e produtividade na prestação dos serviços, bem como parcela das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com vistas a favorecer a modicidade tarifária.

§4º O detalhamento das tarifas aplicáveis à concessão deverá ser disponibilizado na minuta de contrato anexa ao respectivo edital de concessão."

"Art. 7º Observado o disposto nos art. 17 do Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010, o edital de concessão deverá prever a revisão, a cada 5 (cinco) anos, do cálculo dos respectivos tetos-tarifários, a fim de se preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 19, DE 11 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, considerando o estabelecido no Art.2º da Resolução CAMEX nº 17, de 7 de abril de 2008, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 8 de abril de 2008, que homologou Compromisso de Preços, nos termos constantes do Anexo I da Resolução nº 17, de 2008, para amparar as importações brasileiras das resinas de policarbonato especificadas no art. 1º da Resolução, classificadas no item 3907.40.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM , quando originárias dos Estados Unidos da América e da União Européia, fabricadas e exportadas pelas empresas SABIC Innovative Plastics U.S. LLC, SABIC Innovative Plastics B.V. ou SABIC Innovative Plastics España ScpA., torna público:

1. De acordo com o item D do Anexo I à Resolução CAMEX nº 17, de 2008, os preços do Compromisso serão ajustados semestralmente, nos meses de janeiro e julho de cada ano civil, com base nas variações mensais das cotações de benzeno e propileno constantes do relatório da Chemical Data Petrochemical - Plastics Analysis Reports, observada a fórmula de ajuste constante do Anexo I à Resolução CAMEX nº 17, de 2008.

1.1. Os ajustes obedecem aos seguintes períodos: informações de preços serão coligidas mensalmente de maio a outubro do ano corrente e servirão de base para o reajuste de preços no mês de janeiro do ano imediatamente subseqüente; informações de preços coligidas entre os meses de novembro do ano imediatamente anterior e abril do ano corrente servirão de base para o reajuste de preços no mês de julho do mesmo ano.

2. Desta forma, de acordo com as informações de preços coligidas de novembro de 2010 a abril de 2011, e observada a fórmula de ajuste, no semestre julho-dezembro de 2011, serão observados os seguintes preços nas exportações das empresas supramencionadas para a empresa Sabic Innovative Plastics South America Ind. e Com. de Plásticos Ltda. no Brasil:

2.1. Quando originárias dos EUA: US$ 2.851,00 (dois mil oitocentos e cinquenta e um dólares estadunidenses) por tonelada, em se tratando de resinas na forma de pellets ou grânulos, e US$ 2.513,00 (dois mil quinhentos e treze dólares estadunidenses) por tonelada, em se tratando de resina na forma de pó ou flocos.

2.2. Quando originárias da União Européia: US$ 2.959,00 (dois mil novecentos e cinquenta e nove dólares estadunidenses) por tonelada, para o produto na forma de pellets ou grânulos, e US$ 2.578,00 (dois mil quinhentos e setenta e oito dólares estadunidenses) por tonelada, para o produto na forma de pó ou flocos.

2.3. Caso haja exportação de resina em qualquer outra forma que não as especificadas nos itens 2.1 ou 2.2, originárias dos EUA ou da União Européia, o preço não será inferior a US$ 3.796,00 (três mil setecentos e noventa e seis dólares estadunidenses) por tonelada.

2.4. Caso as empresas Sabic exportem diretamente para outra empresa importadora que não a Sabic Innovative Plastics South America Ind. e Com. de Plásticos Ltda., o preço médio ponderado de exportação CIF em porto brasileiro não será inferior a US$ 3.796,00 (três mil setecentos e noventa e seis dólares estadunidenses) por tonelada.

3. Os preços de que trata o item 2 serão ajustados para o semestre janeiro-junho de 2012, ressalvando-se que, na ocorrência de em determinado mês haver flutuação superior a 15%, para mais ou para menos, na fórmula de ajuste de preço, comparativamente aos valores praticados no mês imediatamente anterior, os preços a serem observados no Compromisso serão reajustados mesmo que em período inferior a seis meses.

4. Esta Circular entra em vigor em um prazo de 50 (cinqüenta) dias a partir da data de sua publicação no D.O.U.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25, da Lei nº 8.666/93, Resolução nº 142/2010 - CAS, Relatório de Análise nº 022/2010 - SPR/CGPAG/COANA e Parecer Nº. 381/2011 - PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão nº 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo nº TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote de terras com 27,5641 hectares em nome de Douglas de Oliveira Carvalho, localizado no Distrito Agropecuário da SUFRAMA, margem direita do ramal do Procópio, município de Rio Preto da Eva/AM, por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-Lei nº 288/67, tudo de acordo com o Processo nº 52710.000402/2001-91.

Manaus - AM, 09 de maio de 2011.
OLDEMAR IANCK
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 9 de maio de 2011.
FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 210, DE 11 DE MAIO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/09/2010, 09/11/2010, 01/03/2011, 05/04/2011 e 03/05/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei Nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria Nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria Nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/09/2010, 09/11/2010, 01/03/2011, 05/04/2011 e 03/05/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto Nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei Nº 11.438 de 2006 e do Decreto Nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004655/2010-10
Proponente: Tijuca Tênis Clube do Rio de Janeiro
Título: Edificação de Quadras de Basquete e Vôlei, do Tijuca Tênis Clube
Registro/ ME: 02RJ063632010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.055.590/0001-71
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 5.036.450,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0288 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 35412-0
Período de Captação: da data de publicação até 30/11/2011.
2 - Processo: 58701.004335/2010-60
Proponente: Associação Mouraoense de Basquete
Título: Basquete Cudadão
Registro/ ME: 02PR034362008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.476.832/0001-53
Cidade: Campo Mourão - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 619.460,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0406 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 48442-3
Período de Captação: da data de publicação até 27/02/2012.
3 - Processo: 58701.004524/2010-32
Proponente: Federação Hípica de Brasília
Título: Campeonato Brasileiro de Hipismo
Registro/ ME: 02DF003222007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.373.217/0001-47
Cidade: Brasília- UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 260.562,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4592 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 11666-1
Período de Captação: da data de publicação até 30/08/2011
4 - Processo: 58701.003848/010-53
Proponente: Universidade Federal do Maranhão
Título: Jovens com a Bola Toda
Registro/ ME: 02MA053582009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 06.279.103/0001-19
Cidade: São Luis - UF: MA
Valor aprovado para captação: R$ 156.994,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4445 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 350000-4
Período de Captação: da data de publicação até 03/06/2011
5 - Processo: 58701.000123/2011-94
Proponente: Associação Catarinense de Medicina
Título: Apoio ao Tênis Catarinense - Quadra, Arruamento e Drenagem
Registro/ ME: 02SC071642010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 83.901.298/0001-38
Cidade: Florianópolis - UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 2.158.274,13
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0016 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 59350-8
Período de Captação: da data de publicação até 06/04/2012

ANEXO II

1 - Processo: 58701.004738/2010-17
Proponente: Automóvel Clube do Vale do Paraíba
Título: Leonardo Cordeiro na GP3 2011
Valor aprovado para captação: R$ 1.770.099,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0715 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 79629-8
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2012.
2 - Processo: 58701.000569/2010-38
Proponente: Clube de Natação de Maratinistas C Namam
Título: SP Natação
Valor aprovado para captação: R$ 1.856.231,78
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1263 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 41849-8
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58071.004563/2010-30

No Diário Oficial da União Nº 246, de 24 de dezembro de 2010, na Seção 1, página 192 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 175/2010, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 5.448.040,43, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 5.329.444,37.

Processo Nº 58701.004399/2010-61

No Diário Oficial da União Nº 68, de 08 de abril de 2011, na Seção 1, página 77-78 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 201/2011, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3597 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 11138-4, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1230 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada Nº 34790-6.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 51, DE 11 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro à UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME Nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA, para a ampliação da pista de atletismo do Complexo Esportivo da UFMA - Campus do Bacanga, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 00001 - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO.

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
Unidade Gestora: 154041 Gestão: 15258
Programa: Esporte e Lazer da Cidade - 1250
Ação: Implantação e Modernização de Infra - estrutura para o Esporte Recreativo e de Lazer
Funcional Programática: 27.812.1250.5450.0001
Natureza da despesa:
44.90.51 - R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).
Fonte: 100
Valor: R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

Art. 2º Caberá à SECRETARIA EXECUTIVA exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º O UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 933, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº. 7.446, de 1º de março de 2011 e Portarias MPOG nº 54/2011 e nº 67/2011, resolve:

Art. 1º Fixar os limites orçamentários para as despesas com diárias, passagens e locomoção, a serem executados no exercício de 2011, pelas unidades do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.

Art. 2º Delegar ao Secretário-Executivo as competências previstas no caput do art. 3º do Decreto nº 7.446, de 2011.

Art. 3º Ficam delegadas ao Secretário-Executivo e ao Presidente da FUNDACENTRO as competências previstas no art. 4º do Decreto nº 7.446, de 2011, vedada a subdelegação.

Art. 4º A concessão de diárias, passagens e locomoção aos dirigentes máximos das unidades deste MTE somente será autorizada pelo Ministro de Estado do Trabalho.

Art. 5º As concessões de diárias, passagens e locomoções do Presidente da FUNDACENTRO ficam previamente autorizadas, cabendo a este a imcumbência de designar formalmente, conforme previsto no § 4º do art. 4º da Portaria MPOG nº 54/2011, a competência para servidor daquela Fundação registrar a mesma no sistema SCDP.

Art. 6º Delegar competência ao Secretário-Executivo para gerenciar os limites orçamentários das Superintendências Regionais do Trabalho dentro do teto global estabelecido no Anexo da presente Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 426 GM/MTE, de 11 de março de 2011, publicada no DOU de 14 de março de 2011.

CARLOS ROBERTO LUPI

ANEXO I - FISCALIZAÇÃO E PODER DE POLÍCIA

UG Responsável	Limite até Jun.	Limite até Dez.
Secretaria de Fiscalização do Trabalho - SIT	6.054.000,00	12.108.000,00

ANEXO II - DEMAIS DESPESAS

UG Responsável	Limite até Jun.	Limite até Set.	Limite até Dez.
FUNDACENTRO	330.000,00	460.000,00	575.000,00
Secret. Nacional de Economia Solidária - SENAES	160.000,00	260.000,00	345.792
Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	70.000,00	95.000,00	118.000,00
Secretaria Executiva - SE	510.000,00	570.000,00	750.000,00
Secretaria de Relações Do Trabalho	150.000,00	350.000,00	475.000,00
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE	1.390.000,00	1.900.000,00	2.323.000,00
Gabinete do Ministro - GM	465.500,00	520.000,00	685.000,00
Subscret. De Planej., Orçamento de Adm. - SPOA	90.000,00	593.250,00	1.059.208,07
Superintendências	272.000,00	408.000,00	544.000,00
Total	3.437.500,00	5.156.250,00	6.875.000,00

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 11 de maio de 2011

Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego-Substituto, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº 64, de 05 de maio de 2006 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008, resolve CONCEDER o registro sindical ao seguinte sindicato:.

Processo	46210.006421/2009-16
Entidade	Sindicato dos Fisioterapeutas do Estado de Mato Grosso - SINFISIO-MT
CNPJ	09.589.072/0001-90
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Mato Grosso
Categoria profissional	todos os profissionais Fisioterapeutas do Estado de Mato Grosso
Fundamento	Nota Técnica RES Nº 63 /2011/ CGRS/SRT/DICNES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo	46285.000162/2010-80
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acopiara- CE
CNPJ	05.717.103/0001-90
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Acopiara- CE
Categoria profissional	Profissional dos assalariados na lavoura, na pecuária, na produção extrativista rural, bem como os trabalhadores, pequenos proprietários rurais ou ocupantes de terra de qualquer título habitual ou regular
Fundamento	Nota Técnica RES Nº 64 /2011/ CGRS/SRT/DICNES

Processo	46201.003259/2010-27
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Palmeira dos Índios- AL
CNPJ	11.536.525/0001-62
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Palmeira dos Índios- AL
Categoria econômica	Transportadores Autônomos de Cargas
Fundamento	Nota Técnica RES Nº 65 /2011/ CGRS/SRT/DICNES

Processo	46000.011801/2006-03
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Forquilha - CE
CNPJ	23.707.375/0001-91
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Forquilha - CE

Categoria profissional-Trabalhadores e Trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas.

Fundamento	Nota Técnica RES Nº 66 /2011/ CGRS/SRT/DICNES

Registro de alteração

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego- Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº.124/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR as impugnações n° 46000.009171/2004-37, 46000.009172/2004-81, 46000.009173/2004-26, 46000.009174/2004-71, 46000.009175/2004-15, 46000.009176/2004-60, 46000.009184/2004-14, 46000.009224/2004-10, 46000.009233/2004-19, 46000.009234/2004-55, 46000.009235/2004-08, 46000.009236/2004-44 e 46000.009237/2004-99; nos termos do art. 10, inciso X da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro de alteração estatutária ao Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro - SEPRORJ, n° 46000.008174/2003-72, CNPJ 31.603.145/0001-00, para representar a categoria econômica das sociedades atuantes no setor de informática e tecnologia da informação, assim consideradas as sociedades que tenham como objetivo preponderante as atividades de prestação de serviços técnicos de informática; fornecimento e disponibilização de infra estrutura (física e lógica); alocação de mão-de-obra em informática e/ou tecnologia da informação; assessoria; consultoria, suporte técnico, educação, treinamento, pesquisa, avaliação de projetos e serviços relacionados à informática e/ou tecnologia da informação com abrangência estadual e base territorial no Estado do Rio de Janeiro - RJ.

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 56, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o que consta no processo n.º 46218.004772/2011-37, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/N.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção II do Diário Oficial da União, de 30 de maio de 2006, alterada pela Portaria N.º 05, de 20 de novembro de 2008 e pela Portaria N.º 06, de 26 de janeiro de 2010, HOMOLOGA alterações do Plano de Pessoal Organizado em Carreira da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, inscrita no CNPJ sob n.º 91.683.474/0001-30, situada à Rua Inconfidentes, n.º 395, Bairro Primavera, em Novo Hamburgo - RS, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

HERON DOS SANTOS OLIVEIRA

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 82, DE 11 DE MAIO DE 2011

Altera a redação do art. 8º da Portaria nº 253, de 03 de dezembro de 2009, que aprova os procedimentos e regras para a concessão de prioridade pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante e a liberação de recursos financeiros do Fundo da Marinha Mercante durante a execução dos projetos aprovados.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e a competência prevista no inciso VI, do artigo 2º, do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, resolve:

Art. 1º O art. 8º da Portaria nº 253, de 3 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A prioridade concedida terá validade de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados da publicação da respectiva Resolução do CDFMM no Diário Oficial da União, compreendendo o enquadramento da operação e a contratação do financiamento.

§1º O início de execução do projeto não poderá ser superior a um ano após a contratação da prioridade.

§2º O postulante deverá encaminhar ao DEFMM comprovação da data de entrega da Carta Consulta ao Agente Financeiro.

§3º O DEFMM deverá publicar a relação das prioridades canceladas por decurso de prazo.

§4º O disposto no §1º deste artigo aplica-se a todas as prioridades concedidas pelo CDFMM a partir de sua 16ª Reunião Ordinária.

§5º Em qualquer hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no §1º, o projeto retornará ao CDFMM para reavaliar sua prioridade." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 81, de 10 de maio de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO NASCIMENTO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50535.000159/2011-25, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 527+000m e o km 528+620m, na Pista Oeste, e 02 (duas) travessias, sendo uma no km 527+000m e outra no km 528+620m, em Feira de Santana/BA, de interesse da COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a COELBA deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A COELBA não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ViaBahia, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ViaBahia deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A COELBA assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A COELBA deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a COELBA verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ViaBahia sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à ViaBahia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A COELBA deverá apresentar, à URBA e à ViaBahia, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de distribuição de energia elétrica por meio de ocupação longitudinal e travessias autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 29.884,53 (vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinqüenta e três centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A COELBA abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 55, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.007545/2011-03, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de coletor tronco de esgoto na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/RJ, por meio de travessia no km 172+250m, em Mesquita/RJ, Belford Roxo/RJ e São João de Meriti/RJ, de interesse da CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos.

Art. 2º Na implantação e conservação do referido coletor tronco de esgoto, a CEDAE deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A CEDAE não poderá iniciar a implantação do coletor tronco de esgoto objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CEDAE assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse coletor tronco de esgoto, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CEDAE deverá concluir a obra de implantação do coletor tronco de esgoto no prazo de 150 (cento e cinqüenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º Caso a CEDAE verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação do coletor tronco de esgoto no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao coletor tronco de esgoto.

Art. 8º A CEDAE deverá apresentar, à URRJ e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de coletor tronco de esgoto por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.285,80 (um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CEDAE abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 130, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.139302/2010-94, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Rio Claro - SP a implantar uma Passagem em Nível no Km 133 + 409 , referente ao "Ramo B" da avenida 7.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação por parte da Concessionária, antes do início da obra:

a) Da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelo projeto e Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela Fiscalização por parte da Concessionária, com os respectivos comprovantes de pagamento;

b) Da Licença ambiental específica ou documento equivalente que a dispense;

c) De anexo ao Termo de Permissão de Uso com o memorial descritivo de todo o sistema de segurança da Passagem em Nível - PN (texto e projeto), incluindo o reforço na sinalização das passagens em nível das avenidas 8 e 13 e de portões deslizantes controlados por vigilância 24 horas.

Art. 2º Acatar o regime de gratuidade para a ocupação da faixa de domínio;

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como comunicar à ANTT o início e fim da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS

A Secretária-Geral Adjunta do Conselho Nacional do Ministério Público, no uso de suas competências definidas pelo art. 2º, Parágrafo Segundo da Portaria CNMP nº94, de 14 de dezembro de 2010, de acordo com os Pareceres Técnicos da COAD/CNMP e do Núcleo de Compras e Contratos da COAD/CNMP de fls. 21 e 98, com o Parecer Jurídico nº 042-ALP/2010 (fls. 22 a 32) da Assessoria Jurídica da Secretaria Executiva do CNMP, todos constantes do Processo nº 0.00.000.001187/2010-49, os quais adota, RATIFICA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação da pessoa jurídica DIMAS DE MELO PIMENTA SISTEMAS DE PONTO E ACESSO LTDA., CNPJ nº 61.099.008/0001-41, para a aquisição de 08 (oito) unidades de relógios de registro de ponto eletrônico com biometria e leitura smartcard. O valor global da presente contratação é de R$21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais). As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta do Programa de Trabalho nº 03.062.0581.8010.0001 44.90.52, previsto na LOA 2010 do CNMP.

Brasília-DF, 6 de maio de 2011.
CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral Adjunta

SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretária-Executiva do Conselho Nacional do Ministério Público, no uso de suas competências definidas pelo art. 1º, inc. II da Portaria CNMP nº94, de 14 de dezembro de 2010, de acordo com os Pareceres Técnicos da COAD/CNMP e do Núcleo de Compras e Contratos da COAD/CNMP de fls. 21 e 98, com o Parecer Jurídico nº 042-ALP/2010 (fls. 22 a 32) da Assessoria Jurídica da Secretaria Executiva do CNMP, todos constantes do Processo nº 0.00.000.001187/2010-49, os quais adota, RECONHECE a hipótese de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação da pessoa jurídica DIMAS DE MELO PIMENTA SISTEMAS DE PONTO E ACESSO LTDA., CNPJ nº 61.099.008/0001-41, para a aquisição de 08 (oito) unidades de relógios de registro de ponto eletrônico com biometria e leitura smartcard. O valor global da presente contratação é de R$21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais). As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta do Programa de Trabalho nº 03.062.0581.8010.0001 44.90.52, previsto na LOA 2010 do CNMP.

Brasília-DF, 6 de maio de 2011.
SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 819 Data:09/05/2011 Hora:16:25

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000632/2011-34
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Camacan/BA
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000639/2011-56
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Natal/RN
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.000638/2011-10
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Fortaleza/CE
Relator : Almino Afonso Fernandes

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS DE 27 DE ABRIL DE 2011

PROCESSO: RCA Nº 0.00.000.000072/2011-18
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Rafael de Araújo Gomes
REQUERIDOS: Ministério Público do Trabalho
EMENTA- RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO (RCA). ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À RESOLUÇÃO CNMP Nº 23. INEXISTÊNCIA. PROMOTOR NATURAL EM AÇÕES TRABALHISTAS DE ÂMBITO NACIONAL OU SUPRA-REGIONAL. MATÉRIA AFETA À LEI. RECLAMAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

1. O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho deixou de conhecer de duas propostas de normatização visando à definição do promotor natural em casos de danos trabalhistas de âmbito nacional ou supra-regional por entender tratar-se de matéria de lei. Assim, ao ressaltar o critério legal para a determinação do promotor natural, tal decisão vai ao encontro da Resolução nº 23 deste Conselho.

2. Este Conselho não tem ingerência quanto a conflitos de atribuição em concreto, que devem ser dirimidos pelos órgãos competentes em cada unidade do Ministério Público, em respeito à sua autonomia funcional e administrativa. Precedente.

3. Reclamação julgada improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, julgar improcedente a Reclamação, nos termos do voto do Relator.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

PROCESSO: PAPD Nº 0.00.000.001427/2010-13
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público
REQUERIDOS: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
EMENTA. PEDIDO DE AVOCAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR (PAPD). MEDIDA EXCEPCIONAL. COMPROMETIMENTO DA ORDEM PÚBLICA. OCORRÊNCIA NA ESPÉCIE. TRÂMITE LENTO DO PROCESSO DISCIPLINAR NA ORIGEM. PROCEDÊNCIA DA AVOCAÇÃO.

1. A avocação de processo disciplinar em curso é medida prevista constitucionalmente entre as competências do Conselho Nacional do Ministério Público e pode ser deferida, em caráter excepcional, quando se verifique, na origem, grave comprometimento da ordem pública ou violação a direito constitucional. Precedente.

2. No caso dos autos, a morosidade na tramitação do processo disciplinar, que se estende há quase dois anos sem conclusão, compromete a ordem pública, podendo frustrar a investigação e dar ensejo, inclusive, à prescrição da falta administrativa.

3. Procedência do pedido formulado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, avocando-se o processo disciplinar em curso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por por unanimidade, em julgar procedente o presente Pedido de Avocação de Processo Disciplinar.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001287/2010-75
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Associação dos Municípios da Rodovia Transamazônica - AMUT
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará
EMENTA. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (PP). IMPOSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO EM FACE DE NOTÍCIAS GENÉRICAS. ATUAÇÃO DO PARQUET NA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO. PRERROGATIVA DE EXPEDIR NOTIFICAÇÕES E REQUERER INFORMAÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS. RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CNMP Nº 59/2010. IMPROCEDÊNCIA.

1. Alegado abuso de poder e falta de urbanidade por parte de membros do Ministério Público do Estado do Pará em procedimentos administrativos instaurados para a apuração de fatos relacionados às atividades da Administração de municípios daquele Estado.

2. A imputação dos supostos fatos é feita de maneira genérica, não apontando individualmente os membros do Ministério Público supostamente envolvidos, não se vislumbrando, portanto, hipótese de atuação deste Conselho no caso.

3. A instauração e tramitação do inquérito civil, matéria de fundo do presente procedimento, já se encontra regulamentada na Resolução CNMP nº 23/2007, alterada pela Resolução nº 59/2010.

4. Eventuais irregularidades podem e devem ser trazidos ao conhecimento deste Conselho, mas demandam descrição individualizada e específica, de modo a se viabilizarem as apurações e providências cabíveis.

5. A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, assim como de resto a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, enumeram os deveres a que estão vinculados os membros do Ministério Público no exercício de seu mister, a serem analisados concretamente.

Improcedência do pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por por unanimidade, em julgar improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

Procedimento de Controle Administrativo nº 834/2010-03
RELATOR: SÉRGIO FELTRIN
RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO: TAÍS SCHILLING FERRAZ
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
EMENTA. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. INSTAURAÇÃO E TRAMITAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO NORMATIVO LOCAL AOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007. PROCEDÊNCIA.

1. No Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do inquérito civil é regulamentada pela Resolução 66/2005 - PGJ/DF, que contém alguns preceitos não adequados às Resoluções CNMP 23/2007 e 35/2009.

2. Necessidade de adequação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, pela necessidade de adequação da Resolução nº 66/2005 - PGJ/DF, nos termos do voto da Relatora.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora
Substituta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Procedimento de Controle Administrativo nº 811/2010-91
RELATOR: SÉRGIO FELTRIN
RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO: TAÍS SCHILLING FERRAZ
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público de Minas Gerais
EMENTA. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. INSTAURAÇÃO E TRAMITAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL. RESOLUÇÃO CONJUNTA PGJ CGMP EM TOTAL CONSONÂNCIA COM OS TERMOS DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007. CUMPRIMENTO DA FINALIDADE DESTE PCA. PELO ARQUIVAMENTO.

1. No Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a instauração e tramitação do inquérito civil é regulamentada pela Resolução 03/2007 PGJ CGMP.

2. O Parquet mineiro dispõe de norma que compatibiliza-se com a resolução deste CNMP.

3. Verifica-se que o Presente Procedimento de Controle Administrativo atingiu a finalidade para a qual foi instaurado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros, em Sessão Plenária do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em arquivar o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto da Relatora.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora
Substituta

Procedimento de Controle Administrativo
nº 822/2010-71
RELATOR: SÉRGIO FELTRIN
RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO: TAÍS SCHILLING FERRAZ
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Rio de Janeiro
EMENTA
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INSTAURAÇÃO E TRAMITAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO COM OS TERMOS DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007.

1. No Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a instauração e tramitação do inquérito civil é regulamentada pela Resolução GPGJ nº 1.522/2009, que contém alguns preceitos não adequados às Resoluções CNMP 23/2007 e 35/2009.

2. Necessidade de adequação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, pela necessidade de adequação da Resolução GPGJ nº 1.522/2009, nos termos do voto da Relatora.

Brasília (DF), 27 de abril de 2011.
TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora
Substituta

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000756/2010-39
RELATOR: Sérgio Feltrin
RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO: Taís Schilling Ferraz
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
EMENTA
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO CNMP N. 38/2009. PORTAL DE TRANSPARÊNCIA. IMPLANTAÇÃO. CUMPRIMENTO. PELO ARQUIVAMENTO.

1. O CNMP detém competência para o controle dos atos relativos à atividade-meio do Ministério Público, cabendo-lhe expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências, com vistas a zelar pela autonomia funcional e administrativa da Instituição.

2. O Portal da Transparência no âmbito do Ministério Público visa a assegurar ampla divulgação dos atos da Administração de cada unidade ministerial, em atenção aos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

3. A Resolução CNMP n. 38/2009 foi cumprida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, mediante implantação do respectivo Portal da Transparência, nos moldes regulamentados pelo Conselho Nacional.

4. Para análise do cumprimento da Resolução CNMP n. 66/2011, mister se faz a instauração de novo Procedimento de Controle Administrativo, após esgotado o prazo concedido para sua exigência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em reputar cumprida a Resolução CNMP n. 38/2009 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para determinar o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo.

Brasília (DF), 27 de abril de 2011.
TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora
Substituta

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO INSTITUCIONAL

PAUTA

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011

Dia : 18 maio de 2011 (quarta-feira)
Hora : 14h30
Local : Plenário do Conselho Superior do MPF

PAUTA DESTA REUNIÃO

PROCESSOS COM VISTA
Pedido de vista no dia 25.11.2009

1) Processo nº : 1.15.000.001794/2007-25
Interessado : Dr. Marcelo Mesquita Monte
Assunto : Recurso em face da Decisão da 6ª CCR proferida na 344ª Reunião, em 13.11.2008. Não homologação do arquivamento. Ministério da Justiça. FUNAI. Associação das Comunidades dos Índios Tapebas, Caucaia/CE. Disputas de terras. Construção de cerca, por posseiros, no interior da Terra Indígena Tapeba.
Origem : PR/CE
Relator : Cons. João Francisco Sobrinho
Vista : Cons. Eugênio José Guilherme Aragão

Pedido de vista no dia 23.02.2011

2) Processo nº : 1.16.000.002433/2006-88
Interessada : Dra. Ana Paula Mantovani Siqueira
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 323ª Reunião, de 15.12.2010. Não acolhimento do declínio de atribuições formulado pela PR/DF, com o retorno à origem para prosseguimento do feito. Meio ambiente. Distrito Federal. Pólo de Informática - Capital Digital. Empreendimento localizado na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central. Possíveis irregularidades no licenciamento ambiental. Interesse federal. Legitimidade do MPF para atuar no caso.
Origem : PR/DF
Relatora : Cons. Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
Vista : Cons. Antonio Carlos Fonseca da Silva

PROCESSOS QUE PERMANECEM EM PAUTA
Incluídos na pauta do dia 09.06.2010

3) Processo nº : 1.15.000.001752/2007-94
Interessado : Dr. Marcelo Mesquita Monte
Assunto : Recurso em face de decisão da 1ª CCR proferida na 202ª Sessão Ordinária, em 11.11.2009. Não homologação do arquivamento. Constitucional. Infraconstitucional. Serviço Público. Comando da Marinha do Brasil. Pensão alimentícia com débito em folha de pagamento do genitor. Ausência de repasse dos valores, pelo Comando da Marinha do Brasil, à representante do alimentando. Ausência de providências adotadas no âmbito da Procuradoria da República no Estado do Ceará.
Origem : PR/CE
Relator : Cons. Eugênio José Guilherme de Aragão
4) Processo nº : 1.19.000.000877/2009-10
Interessado : Dr. José Milton Nogueira Júnior
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 534ª Reunião, em 19.3.2010. Não homologação do arquivamento. Enunciado nº 8 da 5ª CCR. Ministério da Saúde. FUNASA. Município de Bequimão/MA. Convênio nº 29/1996 (SIAFI nº 310507). Tomada de Contas Especial (TC 004.959/2007-2). Construção de sistema de abastecimento de água no município. Ausência de prestação de contas dos recursos recebidos em virtude do convênio celebrado.
Origem : PR/MA
Relatora : Cons. Sandra Cureau

Incluído na pauta do dia 25.08.2010

5) Processo nº : 1.16.000.000039/2007-96
Interessado : Dr. Hélio Ferreira Heringer Junior
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 543ª Reunião, em 30.4.2010. Não homologação do arquivamento. Representação do Advogado Pedro Eloi Soares acerca de supostas irregularidades ocorridas no Tribunal de Contas da União, com o envolvimento de servidores e de Ministro daquela Corte de Contas. Determinação da 5ª CCR de retorno dos autos à PR/DF para providências, com a redistribuição do feito.
Origem : PR/DF
Relator : Cons. Francisco Xavier Pinheiro Filho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Incluído na pauta do dia 15.12.2010

6) Processo nº : 1.18.002.000069/2010-11
Interessado : Dr. Rafael Paula Parreira Costa
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 300ª Reunião Ordinária, em 10.8.2010. Não homologação do declínio de atribuições proposto, com o retorno à origem para adoção das medidas cabíveis para a recuperação e compensação pelo dano ambiental constatado por fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral. Município de Águas Lindas de Goiás/GO. Mineração clandestina. Extração ilegal de areia. Área de Proteção Ambiental.
Origem : PRM/Anápolis/GO
Relator : Cons. Eugênio José Guilherme de Aragão

Incluídos na pauta do dia 23.2.2011

7) Processo nº : 1.28.000.000108/2003-17
Interessado : Dr. José Soares Frisch
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 302ª Reunião Ordinária, em 25.8.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno à origem para melhor apuração e eventual abertura de procedimentos específicos para investigar cada irregularidade apontada. Meio ambiente. Município de Macau/RN. Danos ambientais. Ibama. Laudo de vistoria técnica omisso em diversos pontos.
Origem : PR/RN
Relatora : Cons. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

8) Processo nº : 1.19.000.000263/2003-42
Interessado : Dr. Tiago de Sousa Carneiro
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR, proferida na 573ª reunião, de 10.11.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para cumprimento do Enunciado nº 8/5ª CCR. Ministério da Educação. Município de Barreirinhas/MA. FUNDEF. Exercício de 2002. Suposta malversação de recursos. Eventual ação por ato de improbidade administração prescrita. Inexistência de informação sobre a ocorrência de dano ao erário.
Origem : PR/MA
Relatora : Cons. Maria Eliane Menezes de Farias

9) Processo nº : 1.13.000.000522/2003-59
Interessado : Dr. Thales Messias Pires Cardoso
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 534ª Reunião, de 19.3.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para cumprimento do Enunciado nº 8/5ª CCR. Ministério da Educação. FNDE. Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercício de 2000. Município de Novo Airão/AM. Responsabilização por ato de improbidade. Prescrição. Necessidade de medidas visando a recomposição do patrimônio público.
Origem : PR/AM
Relator : Cons. José Elaeres Marques Teixeira

10) Processo nº : 1.19.000.000887/2003-60
Interessado : Dr. Tiago de Sousa Carneiro
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 574ª Reunião, em 16.11.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno à origem para a adoção de medidas visando o ressarcimento do dano. Enunciado nº 8/5ª CCR. INCRA. Projeto de Assentamento Porão do Pirrós, situado no município de Pinheiro/MA. Sindicância instaurada pelas Portarias INCRA/MA nº 76/82 e nº 89/02. Supostas irregularidades. Não comprovação da participação de agente público.
Origem : PR/MA
Relatora : Cons. Raquel Elias Ferreira Dodge

11) Processo nº : 1.16.000.001068/2004-22
Interessada : Dra. Ana Carolina Alves Araújo Roman
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 323ª Reunião, de 15.12.2010. Não homologação do declínio de atribuições formulado pela PR/DF, com o retorno à origem para prosseguimento do feito. Meio ambiente. IBAMA. Distrito Federal. Parcelamentos de terra localizados na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, na área denominada "Bordas Ceilândia/Taguatinga", compreendendo os condomínios irregulares Sol Nascente e Pôr do Sol. Áreas parceladas em desrespeito à Lei nº 6.766/79. Danos ambientais irreversíveis. Interesse federal. Competência da Justiça Federal. Legitimidade do MPF para atuar no caso.
Origem : PR/DF
Relator : Cons. José Elaeres Marques Teixeira

12) Processo nº : 1.35.000.001066/2005-69
Interessado : Dr. Pablo Coutinho Barreto
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 7534/2010/GPC, de 28.10.2010, da PFDC. Não homologação do declínio de atribuição proposto, mantendo-se a atuação do MPF, observado o Princípio da Independência Funcional. Sistema Prisional. Estado de Sergipe. Direitos humanos. Direito à integridade física e psíquica da pessoa presa. Atuação conjunta do MPF e MP Estadual. Previsão na Lei da Ação Civil Pública - Lei nº 7347/85 - e no art. 8º, parágrafo único, da Resolução CSMPF nº 87/2006.
Origem : PR/SE
Relator : Cons. Brasilino Pereira dos Santos

13) Processo nº : 1.14.004.000219/2010-16
Interessada : Dra. Vanessa Gomes Previtera
Assunto : Recurso em face de decisão da PFDC, de 22.11.2010. Não homologação do declínio de atribuição, da MPF em Feira de Santana/BA para o Ministério Público do Estado da Bahia. Prestação de Serviços. Banco do Brasil. Sociedade de Economia Mista. Município de Conceição de Feira - BA. Suposto descumprimento de lei municipal que estabelece o tempo máximo de atendimento aos clientes das agências bancárias.
Origem : PRM/Feira de Santana/BA
Relatora : Cons. Sandra Cureau

14) Processo nº : 1.15.000.000521/2010-69
Interessado : Dr. Marcelo Mesquita Monte
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR, proferida na 556ª Reunião, em 9.8.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para apurar a responsabilidade pelo ressarcimento. Enunciado nº 8/5ª CCR. DNOCS. Município de Caridade/CE. Convênio nº 102/2004. Construção de duas passagens molhadas. Desmoronamento da passagem molhada nº 2. Suposta malversação de recursos. Má qualidade do serviço prestado e/ou material empregado. Cumprimento de diligências.
Origem : PR/CE
Relatora : Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos

15) Processo nº : 1.16.000.000626/2010-81
Interessado : Dr. Hélio Ferreira Heringer Junior
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 323ª Reunião Ordinária, de 15.12.2010. Não acolhimento do declínio de atribuição formulado pela PR/DF, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito. Meio Ambiente. Representação para anulação das licenças ambientais concedidas pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM para o empreendimento denominado Setor Noroeste, no Distrito Federal. Região inserida na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central. Possível descumprimento de condicionantes anteriormente impostas pelo IBAMA. Legitimidade do Ministério Público Federal.
Origem : PR/DF
Relatora : Cons. Denise Vinci Túlio

16) Processo nº : 1.11.000.001201/2010-75
Interessado : Dr. Rodrigo Telles de Souza
Assunto : Recurso em face de decisão da 2ª CCR proferida na 528 Sessão, de 6.1.2011. Não homologação do declínio de atribuições, com o retorno dos autos à origem para dar continuidade à persecução penal. Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS. Município de Jundiá/RN. Inclusão no CNIS de suposta relação de emprego fictícia. Fraude contra a União (INSS). Legitimidade do MPF.
Origem : PR/RN
Relator : Cons. Eugênio José Guilherme de Aragão

17) Processo nº : 1.29.000.001762/2010-30
Interessados : 5º Ofício Cível - PR/RS e PRDC - PR/RS
Assunto : Conflito de atribuições entre o 5º Ofício Cível da PR/RS, integrante do Núcleo do Patrimônio Público e Social do MPF no Rio Grande do Sul, e a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão daquela unidade. Concurso Público para cargos no Ministério Público da União. Representação. Possíveis irregularidades.
Origem : PR/RS
Relator : Cons. Francisco Xavier Pinheiro Filho

18) Processo nº : 1.29.000.001763/2010-84
Interessados : 5º Ofício Cível - PR/RS e PRDC - PR/RS
Assunto : Conflito de atribuições entre o 5º Ofício Cível da PR/RS, integrante do Núcleo do Patrimônio Público e Social do MPF no Rio Grande do Sul, e a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão daquela unidade. Concurso Público para cargos no Ministério Público da União. Representação. Possíveis irregularidades.
Origem : PR/RS
Relator : Cons. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

PROCESSOS INCLUÍDOS NA PAUTA DESTA REUNIÃO

19) Processo nº : 1.26.000.000922/2001-44
Interessada : Dra. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 326ª Reunião Ordinária, de 2.2.2011. Não homologação de declínio de competência em favor do Ministério Público do Estado de Pernambuco, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento da instrução. Meio ambiente. Auto de constatação lavrado pela Companhia Pernambucana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH, referente a desmatamento e aterramento de área de mangue, na rodovia Camela-Ponta de Serrambi, pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco - DER/PE, que descumpriu cláusulas constantes de Licença Prévia emitida pela CPRH. Ausência de autorização do IBAMA. Não cumprimento, pelo DER/PE, de Termo de Compromisso firmado com a CPRH para recuperação da área degradada e medidas reparadoras e mitigadoras. Omissão do CPRH e do IBAMA. Necessidade da adoção de medidas visando a reparação do dano ambiental e responsabilização das entidades envolvidas.
Origem : PR/PE
Relatora : Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos

20) Processo nº : 1.19.000.000645/2003-76
Interessado : Dr. Tiago de Sousa Carneiro
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 575ª Reunião, de 22.11.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para cumprimento dos Enunciados 4 e 8, da 5ª CCR. FUNDEF. Município de Olho D'Água das Cunhãs/MA. Supostas irregularidades nas obras de construção de escola, bem como no pagamento de professores municipais em 2002 e 2003. Necessidade do exame dos fatos sob a ótica criminal e de providências visando o ressarcimento do dano.
Origem : PR/MA
Relatora : Cons. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

21) Processo nº : 1.30.012.000452/2004-08
Interessado : Dr. Márcio Barra Lima
Assunto : Promoção de arquivamento, de 21.1.2011, recebida como recurso pela 1ª CCR, conforme deliberado na 221ª Sessão Ordinária, de 18.3.2011. Não homologação de promoção de arquivamento anteriormente feita, com retorno dos autos à origem para apreciação da matéria. Constitucional e Infraconstitucional. Tributário. Suposta inconstitucionalidade do art. 70 do Decreto nº 6759/2009 (Regulamento Aduaneiro). Precedentes da 1ª CCR - PA nº 1.00.000.007080/2002-49 e PA nº 0.15.000.000392/2002-94.
Origem : PR/RJ
Relatora : Cons. Raquel Elias Ferreira Dodge

22) Processo nº : 1.34.012.000057/2005-59

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interessado : Dr. Luís Eduardo Marrocos de Araújo
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 281ª Reunião Ordinária, em 10.3.2010. Não homologação da declinação de competência da PRM/Santos/SP para o Ministério Público Estadual, com o retorno à origem visando apurar os responsáveis pelos danos ambientais causados pela extração irregular de areia no Município de Itanhaém/SP e diligenciar para a recuperação das áreas degradadas e o implemento de medidas compensatórias. Meio Ambiente. Declínio de atribuições fundamentado na ausência de interesse federal direto. Bens da União.
Origem : PRM/Santos/SP
Relator : Cons. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

23) Processo nº : 1.28.000.000141/2005-17
Interessado : Dr. Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 580ª Reunião Ordinária, de 15.12.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para cumprimento do Enunciado 14/5ª CCR. Município de Montanhas/RN. Bolsa Família/2005. Suposta inobservância dos requisitos legais para a concessão do benefício. Providências adotadas pela municipalidade. Prescrição da ação de improbidade e conduta com baixo potencial ofensivo. Necessidade de expedir recomendação à autoridade municipal visando a melhoria do serviço e, eventualmente, o ressarcimento amigável do dano.
Origem : PR/RN
Relator : Cons. Aurélio Virgílio Veiga Rios

24) Processo nº : 1.19.000.000142/2005-62
Interessado : Dr. Tiago de Sousa Carneiro
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR proferida na 572ª Reunião, de 8.11.2010. Não homologação do arquivamento, com retorno dos autos à origem para verificar as providências adotadas quanto às irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União e cumprimento do Enunciado nº 8/5ª CCR. Município de Bacabeira/MA. Irregularidades na aplicação de recursos federais. Ex-prefeito. Prescrição da Ação por Improbidade Administrativa.
Origem : PR/MA
Relatora : Cons. Sandra Verônica Cureau

25) Processo nº : 1.16.000.002549/2005-36
Interessado : Dr. Paulo José da Rocha Júnior
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR, proferida na 323ª Reunião, de 15.12.2010. Não homologação do declínio de atribuição em favor do MPDFT, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento da instrução, mantida a competência do MPF. Meio Ambiente. Apuração de parcelamento irregular de solo na região de Santa Maria, no Distrito Federal. Alegada transferência da competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal, para o Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IBRAM, autarquia distrital, para a condução do licenciamento. Supostas infrações ambientais ocorridas em região localizada na APA do Planalto Central. Interesse federal caracterizado. Legitimidade do MPF.
Origem : PR/DF
Relator : Cons. Francisco Xavier Pinheiro Filho

26) Processo nº : 1.28.000.000249/2007-63
Interessado : Dr. Fábio Nesi Venzon
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 325ª Reunião Ordinária, de 01.02.2011. Não homologação do declínio de atribuições em favor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, com o retorno à origem para prosseguimento do feito. Meio ambiente. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Extração ilegal de areia nas coordenadas UTM 249.858E - 9.366.738N, localizada na ZPA 09, próximo ao loteamento Câmara Cascudo, no Bairro Lagoa Azul, em Natal/RN.
Origem : PR/RN
Relatora : Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos

27) Processo nº : 1.30.012.000666/2007-19
Interessado : Dr. Vagner Leão da Costa
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 288ª Reunião Ordinária, em 30.4.2010. Não homologação do arquivamento - com declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - e retorno dos autos à origem para prosseguimento da instrução. Meio Ambiente. Lançamento de esgoto *in natura* no complexo lagunar e bacia hidrográfica da Baixada de Jacarepaguá/RJ. Suposta ausência de interesse federal direto. Lesão a bens de domínio da União. Legitimidade do MPF.
Origem : PR/RJ
Relatora : Cons. Denise Vinci Túlio

28) Processo nº : 1.16.000.002353/2007-11
Interessada : Dra. Anna Paula Coutinho de Barcelos Moreira
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 323ª Reunião Ordinária, de 15.12.2010. Não homologação de declínio de atribuição, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito. Meio ambiente. Verificação da regularidade e acompanhamento da implantação do Contorno Rodoviário de Brasília. Declínio de atribuição ao MPDFT com base em alteração do Decreto Presidencial s/nº, de 29.4.2009, que transferiu a competência para a conclusão de licenciamentos ambientais, da unidade do IBAMA no Distrito Federal para o IBRAM, autarquia do Governo do Distrito Federal. Região inserida na Área de Proteção Ambiental - APA do Planalto Central, unidade de conservação federal. Interesse da União. Legitimidade do MPF.
Origem : PR/DF
Relatora : Cons. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

29) Processo nº : 1.27.000.000700/2008-61
Interessado : Dr. Carlos Wagner Barbosa Guimarães
Assunto : Promoção de arquivamento, de 11.2.2011, recebida como recurso pela 5ª CCR. Universidade Federal do Piauí/UFPI. Edital nº 004/2008. Concurso público para primento de vaga de docente do magistério superior. Representação. Suposto deferimento indevido de inscrições sem titulação de mestrado na área do concurso. Ofensa aos princípios da legalidade e impessoalidade.
Origem : PR/PI
Relator : Cons. Paulo Vasconcelos Jacobina

30) Processo nº : 1.16.000.001545/2008-83
Interessado : Dr. Hélio Ferreira Heringer Junior
Assunto : Recurso em face de decisão da 5ª CCR, proferida na 543ª Reunião, de 30.4.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno à origem para que o membro oficiante se manifeste sobre a ocorrência de prescrição em relação aos atos praticados por servidores públicos federais no âmbito de licitações do Ministério da Saúde para compra de hemoderivados. Prescrição. Aplicação do art. 23, II, da Lei 8.429/92, que remete ao art. 142, § 2º, da Lei 8112/90.
Origem : PR/DF
Relator : Cons. Paulo Vasconcelos Jacobina

31) Processo nº : 1.28.000.001241/2009-86
Interessado : Dr. José Soares Frisch
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR, proferida na 322ª Reunião Ordinária, de 14.12.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para verificar se foi realizada a compensação ambiental determinada pelo órgão estadual. Meio ambiente. Terminal Pesqueiro Público de Natal. Aterro realizado em manguezal nos arredores do Passo da Pátria. Regularidade da obra. Necessidade de comprovação da compensação ambiental em face da intervenção em ecossistema de mangue.
Origem : PR/RN
Relator : Cons. Antonio Carlos Fonseca da Silva

32) Processo nº : 1.17.000.001780/2009-07
Interessado : Dr. Carlos Fernando Mazzoco
Assunto : Consulta. Leis Complementares nº 75/93 e nº 105/2001. Consulta formulada pela PR/ES sobre o alcance do poder requisitório do Ministério Público sobre os dados bancários, de acordo com a Lei Complementar nº 75/93, e a interpretação da Lei Complementar nº 105/2001 no que pertine aos dados cadastrais. Decisão da 5ª CCR de submeter a matéria ao Conselho Institucional tendo em vista que a consulta apresentada tem reflexos na atribuição das tutelas coletiva e criminal, que são transversais a todas as Câmaras.
Origem : PR/ES
Relatora : Cons. Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

33) Processo nº : 1.22.002.000136/2010-67
Interessada : Dra. Raquel Cristina Rezende Silvestre
Assunto : Pedido de esclarecimentos sobre decisão da 4ª CCR, proferida na 318ª Reunião Ordinária, em 23.11.2010, que resolveu conflito negativo de atribuição, recebido como recurso. Meio ambiente. Representação. IBAMA. Licenciamento ambiental. Supostas irregularidades praticadas pelo IBAMA no processo de licenciamento ambiental das linhas de transmissão Porto Velho - Araraquara. Número reduzido de audiências públicas para discussão do Relatório de Impacto Ambienta - RIMA.
Origem : PRM/Uberaba/MG
Relator : Cons. Eugênio José Guilherme de Aragão

34) Processo nº : 1.34.003.000276/2010-12
Interessado : Dr. Pedro Antonio de Oliveira Machado
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR, proferida na 322ª Reunião Ordinária, de 14.12.2010. Não homologação de declínio de atribuição, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento da instrução. Meio ambiente. Notícia de atividade degradadora consistente em aterro irregular do rio Tietê no município de Anhembi/SP, em área da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. Suposta ausência de interesse federal.
Origem : PRM/Bauru/SP
Relator : Cons. Brasilino Pereira dos Santos

35) Processo nº : 1.34.012.000717/2010-69
Interessado : Dr. Felipe Jow Namba
Assunto : Recurso em face de decisão da 4ª CCR proferida na 331ª Reunião Ordinária, em 16.3.2011. Não homologação do declínio de atribuições para o Ministério Público Estadual, com retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito. Meio Ambiente. Danos ambientais provocados por desmatamentos e queimadas na Praia de Itaguaré, em Bertioga/SP, devido à especulação imobiliária. Área degradada situada em faixa de 300 metros do preamar. Terrenos de Marinha. Competência federal.
Origem : PRM/Santos/SP
Relatora : Cons. Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

36) Processo nº : 1.26.000.001897/2010-15
Interessada : Dra. Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail
Assunto : Recurso em face de decisão da 1ª CCR, proferida na 219ª Sessão Ordinária, de 13.12.2010. Não homologação do arquivamento, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento da instrução. Universidade Federal de Pernambuco. Vestibular. Acesso. Sistema de cotas. Alunos egressos de escolas públicas estaduais. Escola do Recife. Alto desempenho no ENEM. Exclusão de benefício. Representação indeferida. Pedido de reconsideração interposto pelos representantes. Regra estabelecida em provável desacordo com o política de inclusão social. Possível violação do princípio da isonomia.
Origem : PR/PE
Relator : Cons. Paulo Vasconcelos Jacobina

37) Processo nº : 1.29.000.002032/2010-56
Interessada : Dra. Suzete Bragagnolo
Assunto : Conflito negativo de atribuição suscitado pelo Núcleo da Saúde, Previdência e Assistência Social em face do 5º Ofício Cível - Núcleo do Patrimônio Público e Social e o Núcleo. Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS. Hospital Universitário Federal. Supostas irregularidades em processo licitatório. Lesão preponderante ao funcionamento da Administração Pública por meio de ato de improbidade administrativa.
Origem : PR/RS
Relatora : Cons. Maria Eliane Menezes de Farias

Brasília, 10 de maio de 2011.
WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 27 DE ABRIL DE 2011

Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

CONSIDERANDO o objeto desta Peça de Informação, qual seja, apurar reservas de vagas em ruas no Município de Bom Jesus do Itabapoana em contrariedade com o que determina algumas resoluções do CONTRAN;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar outras diligências para conclusão das investigações;

CONSIDERANDO o disposto no art.127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio-ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III, art. 129, da Constituição da República;

Instauro Inquérito Civil Público com finalidade de apurar os fatos em toda sua extensão, determinando desde já o prosseguimento das investigações e o cumprimento do artigo 6º da Resolução Nº 87, de 06/04/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, quanto a instauração do presente.

CLÁUDIO CHEQUER
Procurador da República

PORTARIA Nº 6, DE 27 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar Nº 75 de 20 de maio de 1993, e CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o que dispõe os §§ 6º e 7º, do art. 2º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar as apurações com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converta-se o Procedimento Administrativo Nº 1.30.004.000054/2010-21 em Inquérito Civil Público, mantendo sua ementa: "VIABILIZAR OS APARELHOS TERAPÊUTICOS THERATOGS E KINESUTAPE UTILIZADOS NO TRATAMENTO PSICOMOTOR DE CRIANÇAS COM PROBLEMAS NEUROLÓGICOS, ÀS CRIANÇAS CARENTES EM TRATAMENTO NA APAE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ ".

2. Comunique-se à 1ª CCR.

3. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

CLÁUDIO CHEQUER
Procurador da República

PORTARIA Nº 8, DE 13 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 127, caput, art. 129, inciso III, ambos da Carta Magna, arts. 1º, 5º, inciso V, alínea "a", e 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", todos da Lei Complementar Nº 75/93, e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127, caput, da Carta Magna, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 5º, da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público da União defender os direitos e interesses coletivos;

CONSIDERANDO os documentos enviados pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, noticiando a falta de transporte escolar no povoado de Pedra D'água, zona rural do Município de João Câmara/RN;

Resolve, na forma do art. 6º, inciso VII, alíneas a e d, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 2º, inciso II da Resolução-CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução-CSMPF Nº 106/2010, em virtude de representação, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL para apurar a responsabilidade pelo não fornecimento de transporte escolar ao Povoado Pedra D'água, zona rural do Município de João Câmara, devendo ser reautuada a Peça de Informação Nº 1.28.000.000353/2011-34 (PR/RN), constando a presente Portaria na abertura do inquérito civil.

Resolve, por isso, promover a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências para posterior ajuizamento de ação civil pública ou arquivamento do inquérito civil, nos termos da lei, determinando, como diligência inicial, que se oficie o Prefeito Municipal de João Câmara e a Coordenadoria do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, para se manifestarem a respeito da falta de transporte escolar no Povoado Pedra D'água, zona rural do Município de João Câmara/RN.

Publique-se a presente portaria no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução-CSMPF Nº 87, de 3 de agosto de 2006.

Por fim, encaminhe-se cópia da presente portaria à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 1ª CCR/MPF (ordem jurídica - matéria constitucional e infraconstitucional), para conhecimento e publicação no Diário Oficial da União.

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES

PORTARIA N° 10, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

Autos n. 1.11.000.000129/2010-69. Reclamante: Anadelon Kleiton Oliveira de Lima Leão e outros. Reclamado: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando que o procedimento em epígrafe foi iniciado para a apuração de suposta irregularidade na disponibilização das notas dos candidatos Anadelon Kleiton Oliveira de Lima Leão e Vitor ramon da Silva Buarque, no Enem 2009, quanto a determinadas disciplinas;

Considerando que o prejuízo causado aos representantes pela ausência d e suas notas, que são indispensáveis à inscrição no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - IFAL, instituição de nível superior participante do SiSU;

Considerando a ausência de resposta ao ofício Nº Nº 51/2010/PR-AL/7ºOfício/GAB-RATCS, endereçado ao Presidente do INEP;

Considerando que o art. 6°, VII, c, da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993, dispõe que "compete ao Ministério Público da União a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor";

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Resolve:

Converter as presentes Peças de Informação em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A instrução desse ICP prosseguirá pelo seguinte:

a) reiteração, pela primeira vez, do ofício Nº 51/2010/PR-AL/7ºOfício/GAB-RATCS, endereçado ao Presidente do INEP, fixando o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta.

Em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, oficie-se à 1ªCCR, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 11, DE 25 DE ABRIL DE 2011

Peças de informação Nº 1.35.000.002104/2010-68. Assunto: Apurar mecanismos potencialmente lesivos às atividades de supervisão do Banco Central, pela EMSURB e pelo BANESE, objetivando frustrar ordens judiciais pelo bloqueio de bens, com prejuízos à Justiça do Trabalho e aos trabalhadores que a ela recorrem.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, oficiante junto ao 3º Ofício da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar Nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando ser função institucional do Órgão Ministerial da União zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos ao sistema financeiro nacional; consoante prescreve o art. 5º, II, "c", da Lei Complementar Nº 75/1993, devendo promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de quaisquer interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, VII, "a" e "d", da LC 75/1993);

Considerando que, nos termos do art. 39, incisos II e III, da Lei Complementar Nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos órgãos da administração pública federal direta ou indireta;

Considerando que a Lei Nº 4.595, de 31/12/1964, estabelece, em seu art. 10, competir ao Banco Central do Brasil, autarquia federal, "exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas" (inciso IX);

Considerando o conteúdo das peças de informação Nº 1.35.000.002104/2010-68, autuadas a partir de memorando do Procurador da República Paulo Gustavo Guedes Fontes, que encaminhou cópia integral do procedimento investigatório criminal Nº 1.35.000.000949/2009-85, instaurado para apurar possíveis ilícitos criminais cometidos pelos representantes do Banco Estado de Sergipe (SERGIPE) e da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), em decorrência da irregular movimentação, pela referida instituição bancária, de recursos pertencentes à mencionada empresa pública, com a consequente frustração de ordens judiciais de bloqueio de valores expedidas pela Justiça do Trabalho, seja através de mandados, seja através do sistema BACENJUD;

Considerando que vários expedientes da Justiça Trabalhista apontam a frustração de ordens de bloqueio expedidas em desfavor da EMSURB (fls. 37, 45/47, 111/115, 131/133, 137 e 141), tendo o BANESE reconhecido que a movimentação de valores daquela empresa pública se realiza através de 02 (duas) contas, uma delas pertencente a esta última (Nº 27.700.000-00) e a outra titularizada com o CNPJ da própria instituição financeira;

Considerando que o Banco Central expediu o Ofício Desup/GRBHO/Cosup-01-2010-30 (fls. 159/160), solicitando ao BANESE manifestação sobre a situação relatada, não existindo, todavia, notícia sobre o posicionamento conclusivo do BACEN acerca dos fatos em referência, exigindo-se, por conseguinte, a devida apuração e, se for o caso, adoção das medidas cabíveis;

Resolve instaurar o competente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas Nº 1.35.000.002104/2010-68, pela Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC), nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "Apuração da regularidade de procedimento adotado pelo Banco do Estado de Sergipe (BANESE) na movimentação dos recursos da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), ante a ocorrência de frustração de ordens judiciais de bloqueio de valores expedidas pela Justiça do Trabalho em desfavor daquela última empresa pública"; e como possíveis responsáveis: "Banco do Estado de Sergipe" e "Empresa Municipal de Serviços Urbanos";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Maria de Lourdes Miranda Lauria, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP e do art. 5º, V, da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução Nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 3º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico (para o endereço 1camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

4. Afixação da presente portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Estado de Sergipe (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP);

5.. Decretação, nos termos do art. 16, §2º, segunda parte, da Resolução CSMPF Nº 87/2006 e do art. 7º, §4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, da restrição da publicidade quanto aos dados bancários encartados aos autos (fls. 88/98), devendo ser adotadas as seguintes medidas: a) aposição de etiqueta "dados sob sigilo"; e b) tramitação interna por envelope lacrado ou transporte do feito por servidor desse Gabinete.

Como providência investigatória inicial, determino:

1. Expedição de ofício ao Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários do Banco Central do Brasil, requisitando-lhe, no prazo de 20 (vinte) dias, informações sobre o posicionamento conclusivo daquela autarquia acerca da regularidade, ou não, da situação objeto do expediente Desup/GRBHO/Cosup-01-2010-30 (fls. 159/160) e do Relatório de Auditoria Interna de fls. 147/158.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve a Secretaria de Tutela Coletiva realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

JOSÉ RÔMULO SILVA ALMEIDA

PORTARIA Nº 13 , DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário, nos autos da Representação Cível 1.29.011.000272/2010-97;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Federal, em razão da regra prevista no artigo 6º, inciso VII, letras "a" e "b", inciso XIV, letra "f", da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, zelar pela observância dos princípios constitucionais reguladores da Administração Pública, entre estes os da legalidade e da moralidade, da ampla defesa e do contraditório;

CONSIDERANDO que a Lei Nº 9.784/99, art. 6º, § único, veda à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos para dar início a processos administrativos quando iniciado a pedido de interessado;

CONSIDERANDO que a administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, art. 48 da Lei 9.784/99;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DETERMINO a conversão desta Representação em Inquérito Civil Público com o seguinte objeto: Acompanhar a decisão da administração da UNIPAMPA em relação a pedido de instauração de processo administrativo.

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Comunicação, por meio eletrônico, à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2010, do CSMPF, com o encaminhamento de cópia desta Portaria a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, procedendo-se, após, à juntada aos autos da comprovação de envio do documento;

c) Reiteração o OF.GAB.01/215/2011, para a Reitoria da UNIPAMPA.

IVAN CLÁUDIO MARX

PORTARIA Nº 14, DE 25 DE ABRIL DE 2011

Referência: Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.001229/2010-11. Reclamante: Mário Alberto C. Cerqueira. Reclamado: União

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando a representação feita pelo Sr. Mário Alberto C. Cerqueira (fls. 02/06), noticiando suposta omissão da União na fiscalização do cumprimento da Lei Nº 4.870/65, bem como a possível suspensão da arrecadação e aplicação dos recursos previstos nessa Lei por parte dos produtores de cana, açúcar e álcool, acarretando a interrupção dos serviços prestados pela Fundação Hospital da Agro-Indústri do Açúcar aos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores do Estado de Alagoas;

Considerando que o art. 36, da Lei Nº 4.870/651, estabelece que os produtores de cana, açúcar e álcool são obrigados a aplicar uma porcentagem mínima, fixada na norma em destaque, sobre o preço de suas respectivas produções, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores;

Considerando que o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) era o órgão responsável pela aprovação e fiscalização do Plano de Assistênica destinado à aplicação dos recursos acima indicados e cuja iniciativa pertence aos produtores de cana, açúcar e álcool, conforme determinação do §1º, do art. 36, da Lei Nº 4.870/652;

Considerando a extinção do IAA pelo Decreto Nº 99.240/19903, com autorização da Lei Nº 8.029/904;

Considerando o disposto no art. 23, da Lei Nº 8.029/905;

Considerando que a NOTA/CONJUR/MTE Nº 065/2009 (fl. 18), referente ao processo Nº 46016.000220/2009-10, afirma que o sucessor do extinto IAA é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Considerando que, em resposta ao ofício Nº 374/2010/PR-AL/7ºOfício/GAB-RATCS (fl. 47), o MAPA comunicou que não possui nenhuma atividade em programas de assistênica social de trabalhadores da indústria canavieira, nem repassa quaisquer recursos para ações desta natureza. Outrossim, sugeriu a expedição de ofício ao Sindicato das Indústrias de Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas - SINDAÇÚCAR, ou à Federação da Agricultura do Estado de Alagoas - FAEAL, na busca das informações requisitadas (fl. 50);

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que, consoante determinação expressa no art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988, é função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o fim de apurar eventual omissão da União na aprovação e fiscalização do Plano de Assistência aos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, financiado com os recursos previstos no art. 36 da Lei Nº 4.870/65.

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofícios ao SINDAÇÚCAR, à FAEAL e à Secretaria da Produção e Agroenergia, requisitando-lhes informações, no prazo de 10 (dez) dias úteis6, sobre o teor da representação de fls. 02/06, cuja cópia deverá seguir anexa, sobretudo quanto:

a) à existência e execução de Plano de Assistência aos trabalhadores da agro-indústria canavieira, no Estado de Alagoas;

b) à arrecadação das quantias mínimas previstas no art. 36, da Lei Nº 4.870/65, pelos produtores de cana, açúcar e álcool;

c) à aprovação e fiscalização dos planos assistenciais de iniciativa dos produtores de cana, açúcar e álcool;

d) aos nomes, endereços e representantes legais de todos os produtores de cana, açúcar e álcool situados no Estado de Alagoas;

e) à interrupção dos serviços da Fundação Hospital da Agro-Indústria do Açúcar (antigo Hospital dos Usineiros) aos trabalhadores agrícolas e industriais da lavoura canavieira e da indústria do açúcar e do álcool no Estado de Alagoas.

Em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, oficie-se à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA 17, DE 27 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas funções institucionais, o dever de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, particularmente no que tange aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e do artigo 5º, inciso V, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO o princípio da livre acessibilidade aos cargos públicos, estabelecido no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, que determina que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração";

CONSIDERANDO que após mais de vinte e dois anos da promulgação da Constituição Federal, o Estado do Amapá permanece contratando servidores/empregados públicos em larga escala e em caráter permanente sem a realização de concurso público, inércia que não encontra qualquer fundamento apto a justificar sua manutenção, tendo em vista o transcurso de tão extenso lapso temporal;

CONSIDERANDO a Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3116, proposta pelo Procurador-Geral da República, pleiteando o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei Nº 765, de 08 de julho de 2003, que "Autoriza o Poder Executivo do Estado do Amapá a contratar pessoal na forma da Lei Nº 0192, de 23 de dezembro de 1994, com redação dada pela Lei Nº 0255, de 22 de dezembro de 1995 e da Lei Nº 0272, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências";

CONSIDERANDO a existência de precedente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, corporificada pela ementa extraída do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 1500, julgando inconstitucional a Lei 4.957, de 1994, do Estado do Espírito Santo, que trazia norma similar à lei amapaense, com provimento de cargos públicos mediante "contrato administrativo", sem concurso público;

CONSIDERANDO os termos da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 2229, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, determinando que a contratação a que se refere o art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, deve ser para suprir necessidade temporária do serviço púbico;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei 001/2011, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, autoriza a contratação de servidores temporários para desempenho de atividades ordinárias da Administração Pública, em sua maioria, profissionais nas áreas da saúde e educação - atividades de caráter permanente;

CONSIDERANDO o artigo 103, inciso VI, da Constituição Federal e o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93, os quais autorizam o Procurador-Geral da República a propor Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei Estadual;

CONSIDERANDO que o Estado do Amapá atualmente não dispõe de quadro de servidores efetivos suficiente para manter serviços essenciais, sobretudo nas áreas de educação e saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento das contratações e das medidas adotadas pelo Governo do Estado do Amapá para o fim das contratações sem concurso público, com a realização de concursos públicos para provimentos dos cargos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhamento das contratações temporárias, analisando se estão sendo feitas nos exatos termos da Lei aprovada, por meio de processo seletivo simplificado, com a devida divulgação, bem como se estão dentro dos parâmetros legais e constitucionais.

Para isso, DETERMINA-SE que:

I - Junte-se relações dos atuais contratados da Secretaria de Educação que totalizam o número de 1000 (mil);

II - Oficie-se à Secretaria de Educação para que informe o número total de Professores concursados e o número de professores necessários para as atuais escolas estaduais, bem como informe as atividades desenvolvidas pelos atuais contratados, com respectivas lotações;

III - Oficie-se à Secretaria de Saúde requisitando lista dos contratados administrativamente e suas respectivas lotações e atividades desempenhadas;

IV - Comunique à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão e publique-se nos termos do art. 16, da Resolução 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

CELSO COSTA LIMA VERDE LEAL

PORTARIA Nº 21, DE 3 DE MAIO DE 2011

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CÍVEL. AUTOS Nº: 1.22.001.000324/2010-03. REQUERENTE: ALEXANDRE BARCELOS DAMASCENO DAIBERT. REQUERIDO: COMGEP - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. EMENTA: EVENTUAL IRREGULARIDADE NA SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO DE ENGENHEIROS AO QUADRO DE OFÍCIAIS DA RESERVA DE 2ª CLASSE.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal (arts. 129, III, da CF, e 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC Nº 75/93, respectivamente) e que bem se pode considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou, então, admitir-se entre eles uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, apenas se necessário, instaurar-se, em seguida, um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, em conformidade com o próprio entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre inquérito civil e procedimento administrativo, haja vista que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ficando ao alvedrio do Membro do Ministério Público optar pela instauração de ICP, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados;

Considerando que a Resolução n. 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em seu artigo 4º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante as Resoluções citadas, DETERMINA:

1º) a conversão do Procedimento Administrativo Cível em epígrafe em Inquérito Civil Público, para apuração e responsabilização dos fatos sucintamente acima narrados, mantendo-se seus registros originários (número de autuação e ofícios), para fins de recebimento de respostas eventualmente pendentes;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) por fim, a conclusão dos autos para ulteriores determinações.

Cumpra-se.

ONOFRE DE FARIA MARTINS
Procurador Regional da República

PORTARIA Nº 48, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento da Sra. Sandra Luiza Schramm noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000162/2011-01, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 49, DE 25 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento da Sra. Silvia Schweigert noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000163/2011-47, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 50, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento da Sra. Michele Gonçalves Vicente noticiando sobre a interrupção do fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000103/2011-24, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Oficie-se ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS requisitando auditoria na Secretaria de Saúde do Município de Blumenau e na Diretoria de Assistência Farmacêutica no Estado de Santa Catarina para que informe se houve ineficiência na prestação de serviço e, caso positivo, para que seja apurada a responsabilidade pelo atraso no fornecimento do fármaco.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 63, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Referente ao Procedimento Administrativo Nº 1.24.001.000180/2010-11

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Instaurar o competente Inquérito Civil, com vistas a apurar as irregularidades constatadas pela ANAC no aeródromo de Monteiro/PB (SIBY), localizado na área de jurisdição da Subseção Judiciária de Monteiro/PB.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF;

II. Proceda-se à comunicação da instauração do presente Inquérito Civil Público à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de ofício, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, enviando cópia desta Portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

III. Proceda-se à comunicação da instauração deste inquérito Civil à ASCOM da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, enviando-lhe cópia desta portaria por meio do e-mail atosmpf@prpb.mpf.gov.br, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 7º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP e do art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF;

IV. Oficie-se a ANAC requisitando que informe se o Administrador do Aeroporto de Monteiro-PB (SIBY) atendeu à solicitação desta agência, formulada através do ofício Nº 3959/2010/GFIS/SIA-ANAC, e encaminhou o Relatório de Correção das Não Conformidades do aeroporto em referência. Ademais, que seja informado pela ANAC quais as providências adotadas a partir do atendimento - ou não - do referido ofício.

V. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução Nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

PORTARIA Nº 64, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Referente ao Procedimento Administrativo Nº 1.24.001.000136/2010-01

A Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna, Procuradora da República, lotada na PRM/Campina Grande/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, bem como na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP

Resolve:

Instaurar o competente Inquérito Civil, com vistas a apurar as irregularidades constatadas pela ANAC nos aeródromos localizados na área de jurisdição da Subseção Judiciária de Campina Grande/PB, quais sejam: Aeroporto de Patos - Patos/PB e Aeroporto Pedro Simões Pimenta - Cuité/PB.

Expedida a presente, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

I. Registre-se e autue-se, conforme o artigo 5º da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF;

II. Proceda-se à comunicação da instauração do presente Inquérito Civil Público à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de ofício, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em observância ao art. 6º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, enviando cópia desta Portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

III. Proceda-se à comunicação da instauração deste inquérito Civil à ASCOM da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, enviando-lhe cópia desta portaria por meio do e-mail atosmpf@prpb.mpf.gov.br, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 7º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP e do art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF;

IV. Oficie-se a ANAC requisitando que informe se o Administrador do Aeroporto Peregrino Filho, na cidade de Patos/PB, atendeu à solicitação desta agência, formulada mediante o ofício Nº 3960/2010/GFIS/SIA-ANAC, e encaminhou o Relatório de Correção das Não Conformidades do aeroporto em referência. Ademais, que informe quais as providências adotadas a partir do atendimento - ou não - do referido ofício. Por fim, quais providências serão adotadas no tocante ao Aeroporto de Cuité/Pedro Simões Pimenta-PB, atualmente interditado.

V. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil Público, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução Nº 23/2007 - CNMP e art. 15 da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF.

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 6, DE 23 DE MARÇO DE 2011

Procedimento Preparatório n.º 1.34.007.000128/2010-50

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e:

CONSIDERANDO o art. 129, inciso III, da Constituição Federal, estabelecer ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o art. 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para: c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório n.º 1.34.007.000128/2010-50 tem por objeto apuração de eventuais irregularidades concernentes ao desrespeito por parte da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL às normas da ANEEL no atendimento ao cliente;

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido o prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias (art. 2.º, §§ 6.º e 7.º, da Resolução n.º 23 do CNMP), sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

Resolve, com base no art. 6.º, inciso VII, alínea "c", da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto a apuração de eventuais irregularidades concernentes ao desrespeito por parte da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL às normas da ANEEL no atendimento ao cliente;

FICA DETERMINADO: a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema ÚNICO nos autos registrados sob o n.º 1.34.007.000128/2010-50, cujos atos ficam ratificados e incorporados; b) a comunicação à Egrégia 3.º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins dos arts. 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público; e c) a designação dos servidores Rafael Polonio Lima, Yuri Mohandas Larocca Franco (Técnicos Administrativos) e Bráulio Mariano Ferreira (Analista Processual), como Secretários, para fins de auxiliar na instrução do presente ICP.

Publique-se também na forma do que preceitua o art. 4.º, inciso VI e art. 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução n.º 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Registre-se.

CÉLIO VIEIRA DA SILVA

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 4, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os fatos apurados preliminarmente no Procedimento Administrativo 1.30.014.000077/2004-78 que indicam a existência de construção irregular situada na Praia do Caixadaço, Trindade/Paraty, no interior do PNSB, em local denominado Camping Casa Torta, de responsabilidade de Maria Guadalupe Brienza Pereira Lopes (Auto de Infração Ibama Nº 351234-D).

b) considerando que no mesmo local, constatou-se a construção de nova obra irregular, esta de responsabilidade de Noé Inácio Brienza Pereira Lopes, filho de Maria Guadalupe Brienza Pereira Lopes, fato este que gerou a lavratura do AI do IBAMA n. 361581-D, bem como a instauração do Procedimento Administrativo 1.30.014.000005/2009-35.

c) considerando ainda a existência do Procedimento Administrativo 1.30.014.000004/2009-91 (ICP 27/09), em trâmite nesta PRM, que apura a existência de outra construção irregular no mesmo local, de responsabilidade de Lucas Inácio Brienza Pereira Lopes, também filho de Maria Guadalupe Brienza Pereira Lopes, fato este que gerou a lavratura do AI do IBAMA n. 512536-D.

d) considerando a necessidade de prosseguir com a investigação para colher elementos de prova visando embasar futuras medidas a serem adotadas pelo MPF;

e) considerando, ainda, que tal investigação deverá ocorrer de forma conjunta eis que se trata da mesma família e do mesmo local.

f) considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do patrimônio nacional e do meio ambiente (LC 75/93, art.5, inciso III, alínea a e d);

g) considerando que a LC 75/93 determina que as atribuições previstas genericamente nos artigos 5º e 6º são funções institucionais do Ministério Público Federal (LC 75/93, art.39, caput);

Instaure-se o Inquérito Civil Público Nº 04/2011.

Objeto: apurar a existência de construções irregulares situadas na Praia do Caixadaço, Trindade/Paraty, no interior do PNSB, em local denominado Camping Casa Torta, de responsabilidade de Noé Inácio Brienza Pereira Lopes e Maria Guadalupe Brienza Pereira Lopes (Auto de Infração Ibama Nº 361581-D e 351234-D).

Investigados: Noé Inácio Brienza Pereira Lopes e Maria Guadalupe Brienza Pereira Lopes.

Como diligência, determina-se que os autos do PA 77/2004 sejam tidos como os principais, devendo o PA 5/2009 ser a eles juntados em forma de apenso. Determina-se, ainda, o apensamento do ICP 4/2009. Após, dê-se cumprimento ao despacho de fls. 130.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DANIELA MASSET VAZ

PORTARIA Nº 10, DE 16 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os fatos apurados preliminarmente no Processo Administrativo 1.30.014.000138/2007-40 que indicam a existência de construção irregular situada na rua 01, lote 9 e 10-A, quadra 3, do loteamento Cidade da Biblia, Praia de Garatucaia, Angra dos Reis, de responsabilidade de José Carlos Machado do Nascimento;

b) considerando a necessidade de prosseguir com a investigação para colher elementos de prova visando embasar futuras medidas a serem adotadas pelo MPF;

c) considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do patrimônio nacional e do meio ambiente (LC 75/93, art.5, inciso III, alínea a e d);

d) considerando que a LC 75/93 determina que as atribuições previstas genericamente nos artigos 5º e 6º são funções institucionais do Ministério Público Federal (LC 75/93, art.39, caput);

Instaure-se o Inquérito Civil Público Nº 10/2011.

Objeto: apurar a existência de construção irregular situada na rua 01, lote 9 e 10-A, quadra 3, do loteamento Cidade da Biblia, Praia de Garatucaia, Angra dos Reis

Investigado: José Carlos Machado do Nascimento.

Como diligência, determina-se:

a) seja expedido ofício ao INEA solicitando cópia do processo administrativo E-07/200.928/02.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DANIELA MASSET VAZ

PORTARIA Nº 13, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) considerando os fatos apurados preliminarmente no Processo Administrativo 08120.000337/97-22, que indicam a ocorrência de danos ao patrimônio histórico cultural provocados por excesso de umidade, causado por construção irregular no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte, em Angra dos Reis/RJ

b) considerando a existência de tombamento pelo IPHAN, que recai sobre referida Igreja;

c) considerando as informações recentemente prestadas pelo IPHAN às fs. 119 e ss de que o problema gerado por construção irregular no entorno do bem tombado ainda persiste e a necessidade de continuar com a presente investigação, revoga-se a promoção de arquivamento de fs. 89/90.

d) considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do patrimônio nacional e do meio ambiente (LC 75/93, art.5, inciso III, alínea a e d);

e) considerando que a LC 75/93 determina que as atribuições previstas genericamente nos artigos 5º e 6º são funções institucionais do Ministério Público Federal (LC 75/93, art.39, caput);

Instaure-se o Inquérito Civil Público Nº 13/2011.

Objeto: apurar a ocorrência de danos ao patrimônio histórico cultural em virtude da existência de construção irregular no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte, em Angra dos Reis/RJ.

Como diligências, determina-se:

a) seja expedido ofício ao IPHAN- Escritório Técnico em Paraty, solicitando informar o endereço da construção irregular existente no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte, bem como seja declinado o seu responsável e a irregularidade verificada na obra. Na mesma ocasião esclarecer se tal construção é a mesma em que recai interesse da Prefeitura de Angra dos Reis em desapropriar. Solicita-se, ainda seja informado se houve resposta da Prefeitura ao ofício 262/10, do IPHAN (com cópia de fs. 119 a 124).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DANIELA MASSET VAZ

PORTARIA Nº 14, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Instaura inquérito civil com o objetivo de apurar irregularidade na construção de imóvel em Áreas de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os fatos apurados preliminarmente no Processo Administrativo 1.30.014.000518/2001-17 que indicam a existência de construção irregular situada na localidade denominada Pedra da Macella, Paraty, no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina (AI 021587-D), de responsabilidade de José Eduardo Marques Mauro;

b) considerando a necessidade de prosseguir com a investigação para colher elementos de prova visando embasar futuras medidas a serem adotadas pelo MPF;

c) considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do patrimônio nacional e do meio ambiente (LC 75/93, art.5, inciso III, alínea a e d);

d) considerando que a LC 75/93 determina que as atribuições previstas genericamente nos artigos 5º e 6º são funções institucionais do Ministério Público Federal (LC 75/93, art.39, caput);

Instaure-se o Inquérito Civil Público Nº 14/2011.

Objeto: apurar a existência de construção irregular situada na localidade denominada Pedra da Macella, Paraty, no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina (AI 021587-D)

Investigado: José Eduardo Marques Mauro.

Como diligência, determina-se:

a) aguarde-se por 60 dias, após voltem conclusos com extrato atualizado da ação penal.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DANIELA MASSET VAZ

PORTARIA Nº 25, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Instaura inquérito civil com o objetivo de apurar irregularidade na construção de imóvel em Áreas de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POLO DE PETROLINA/JUAZEIRO, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro no artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal; nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993; e no artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do meio ambiente (artigo 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o art. 129, II, da Constituição da República estabelece como dever do Ministério Público Federal zelar para que os poderes públicos e serviços de relevância pública efetivamente observem os direitos nela assegurados, promovendo, caso necessário, as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a notícia de irregularidades na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente - APP, localizado às márgens do Rio São Francisco.

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

CONSIDERANDO que para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público Federal poderá, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta (artigo 8°, II, da Lei Complementar 75/93);resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público destinado a apurar possível irregularidade na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco, determinando a remessa desse procedimento administrativo à Subcoordenadoria Jurídica para registro e autuação como Inquérito Civil Público, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e realização das comunicações de praxe:

Determinar, ainda, que, em seguida, os autos do IC sejam encaminhados à secretaria deste gabinete para adoção das diligências descritas do Despacho n° 32/11 em anexo.

Após a vinda das informações requisitadas ou o decurso do prazo estabelecido, venham os autos do procedimento conclusos para deliberação.

Fica designada a servidora Janeide da Silva Araújo Melo, técnica administrativa, para atuar neste procedimento, enquanto lotada neste gabinete.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se.

JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 26, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Instaura inquérito civil com o objetivo de apurar irregularidade na construção de imóvel em Áreas de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POLO DE PETROLINA/JUAZEIRO, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro no artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal; nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993; e no artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do meio ambiente (artigo 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o art. 129, II, da Constituição da República estabelece como dever do Ministério Público Federal zelar para que os poderes públicos e serviços de relevância pública efetivamente observem os direitos nela assegurados, promovendo, caso necessário, as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a notícia de irregularidades na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente - APP, localizado às márgens do Rio São Francisco.

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

CONSIDERANDO que para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público Federal poderá, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta (artigo 8°, II, da Lei Complementar 75/93);resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público destinado a apurar possível irregularidade na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco, determinando a remessa desse procedimento administrativo à Subcoordenadoria Jurídica para registro e autuação como Inquérito Civil Público, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e realização das comunicações de praxe:

Determinar, ainda, que, em seguida, os autos do IC sejam encaminhados à secretaria deste gabinete para adoção das diligências descritas do Despacho n° 34/11 em anexo.

Após a vinda das informações requisitadas ou o decurso do prazo estabelecido, venham os autos do procedimento conclusos para deliberação.

Fica designada a servidora Janeide da Silva Araújo Melo, técnica administrativa, para atuar neste procedimento, enquanto lotada neste gabinete.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se.

JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 36, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Instaura inquérito civil com o objetivo de apurar irregularidade na construção de imóvel em Áreas de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POLO DE PETROLINA/JUAZEIRO, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro no artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal; nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993; e no artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do meio ambiente (artigo 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o art. 129, II, da Constituição da República estabelece como dever do Ministério Público Federal zelar para que os poderes públicos e serviços de relevância pública efetivamente observem os direitos nela assegurados, promovendo, caso necessário, as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a notícia de irregularidades na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente - APP, localizado às márgens do Rio São Francisco.

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

CONSIDERANDO que para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público Federal poderá, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta (artigo 8°, II, da Lei Complementar 75/93);resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público destinado a apurar possível irregularidade na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco, determinando a remessa desse procedimento administrativo à Subcoordenadoria Jurídica para registro e autuação como Inquérito Civil Público, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e realização das comunicações de praxe:

Determinar, ainda, que, em seguida, os autos do IC sejam encaminhados à secretaria deste gabinete para adoção das diligências descritas do Despacho n° 45/11 em anexo.

Após a vinda das informações requisitadas ou o decurso do prazo estabelecido, venham os autos do procedimento conclusos para deliberação.

Fica designada a servidora Janeide da Silva Araújo Melo, técnica administrativa, para atuar neste procedimento, enquanto lotada neste gabinete.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se.

JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 37, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Instaura inquérito civil com o objetivo de apurar irregularidade na construção de imóvel em Áreas de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POLO DE PETROLINA/JUAZEIRO, pelo procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro no artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal; nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993; e no artigo 2º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do meio ambiente (artigo 129, III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o art. 129, II, da Constituição da República estabelece como dever do Ministério Público Federal zelar para que os poderes públicos e serviços de relevância pública efetivamente observem os direitos nela assegurados, promovendo, caso necessário, as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a notícia de irregularidades na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente - APP, localizado às márgens do Rio São Francisco.

CONSIDERANDO que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público Federal poderá, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta (artigo 8°, II, da Lei Complementar 75/93), resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público destinado a apurar possível irregularidade na construção de imóvel em Área de Preservação Permanente, localizado às márgens do Rio São Francisco, determinando a remessa desse procedimento administrativo à Subcoordenadoria Jurídica para registro e autuação como Inquérito Civil Público, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e realização das comunicações de praxe:

Determinar, ainda, que, em seguida, os autos do IC sejam encaminhados à secretaria deste gabinete para adoção das diligências descritas do Despacho n° 46/11 em anexo.

Após a vinda das informações requisitadas ou o decurso do prazo estabelecido, venham os autos do procedimento conclusos para deliberação.

Fica designada a servidora Janeide da Silva Araújo Melo, técnica administrativa, para atuar neste procedimento, enquanto lotada neste gabinete.

Publique-se. Diligencie-se. Cumpra-se.

JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 28, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República Signatário, no exercício de suas funções institucionais conferidas pelo artigo 127 e 129, da Constituição Federal, notadamente a fim de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, assim como a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas;

Considerando o disposto nos artigos 5°, 6°, inciso VII, e 37, todos da Lei Complementar n° 75/93, assim como o estabelecido no artigo 8º, § 1º, da Lei 7.347/85;

Considerando o disposto nos artigos 1°, 2°, 4º, II, 5º, "caput", 8º, e 28, todos da Resolução Nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando que foi instaurado nesta Procuradoria da República em Santos, em 12/11/2010, o procedimento n° 1.34.012.000915/2010-22 a partir de representação do Sr. Márcio Pedroso, com o objeto indicado na seguinte ementa: "MEIO AMBIENTE - BOMBA-RELÓGIO NO SUBSOLO DE TREMEMBÉ - Apurar irregularidades na eventual transferência de resíduos contaminados Hg (mercúrio metálico), oriundos da empresa Carbocloro S/A. Indústrias Químicas em Cubatão, para aterro/subsolo em Tremembé/SP.";

Instaura inquérito civil público para a apuração dos fatos narrados e a adoção das medidas cabíveis. Providencie-se:

1) a afixação desta portaria em local de costume nesta Procuradoria da República em Santos e a remessa de cópia à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e a respectiva publicação, considerando o disposto nos artigos 5º e 6º, da Resolução n° 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) a remessa dos autos à Coordenadoria Jurídica, para registro e autuação como inquérito civil público ;

3) Após, voltem conclusos.

Designo o Sr. Roberto Costa Sena, servidor lotado neste gabinete, para atuar como Secretário nestes autos, sem prejuízo de outro servidor em substituição.

ANTONIO JOSÉ DONIZETTI MOLINA DALOIA

PORTARIA Nº 30, DE 5 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo Procurador da República no Município de Resende - RJ, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da Constituição da República, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos, dentre eles os relativos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO a comunicação feita pelo Chefe do Parque Nacional do Itatiaia, referente a construção de um muro de arrimo às margens do Rio Preto pela autuada Maria Inês Pinto de Carvalho;

CONSIDERANDO que a intervenção ocorreu na localidade de Maringá, Itatiaia, Município sob a atribuição desta Procuradoria da República no Município de Resende;

CONSIDERANDO que o Rio Preto é um curso hídrico de domínio da União, e que houve a invasão da faixa de seu domínio sem que tenha havido manifestação da Gerência Regional de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a responsabilidade por eventual dano ambiental ocorrido nas margens do Rio Preto ocasionado pela construção do muro de arrimo, atribuída a responsabilidade a MARIA INÊS PINTO DE CARVALHO, em faixa de domínio da União.

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - MEIO AMBIENTE - CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO - MARGENS DO RIO PRETO - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 026371 - A - MARIA INÊS PINTO DE CARVALHO - MARINGÁ - MUNICÍPIO DE ITATIAIA"

b) comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

c) publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria;

d) remeta-se extrato desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando que providencie a publicação no Diário Oficial da União;

e) Oficie-se ao Chefe do Parque Nacional do Itatiaia, requisitando que, no prazo de 20 (vinte) dias, seja encaminhado ao Ministério Público Federal o conjunto de medidas mitigadoras do dano ambiental perpetrado pela autuada;

f) Oficie-se à Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - GRPU, com cópia de todo expediente, a fim de que sejam adotadas as providências pertinentes.

MÁRCIO BARRA LIMA

PORTARIA Nº 31, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Preparatório Nº 1.34.004.200128/2010-88. As funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Lei 8625/93, na Lei Nº 7.347/85, na Lei 8078/90 e demais normas de proteção aos direitos transindividuais. Entidades: Requerente(s): Instituto Jequitibá Requerido(s): Prefeitura Municipal de Campinas. Imputação, processamento e conversão sem fatos novos:

Considerando o que dispõem os §§ 6º e 7º do art. 2º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP: "O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável" e "Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil".

Considerando a necessidade de se averiguar os seguintes fatos narrados na representação que originou o presente: MEIO AMBIENTE. Projeto de macrodrenagem do Ribeirão Quilombo. Recursos do PAC. Contrato Nº 292.892-45/2009, celebrado entre Prefeitura Municipal de Campinas e Caixa Econômica Federal, para obras de barragens (macrodrenagem) do ribeirão Quilombo, com repasse de verba do Orçamento Geral da União.

E considerando, por fim, a obrigação administrativa acima prevista, o advento do prazo estabelecido, a necessidade de se dilatar a instrução em relação aos fatos imputados na origem deste procedimento, e a ausência, neste exato momento, de elementos para o arquivamento ou adoção de outras providências.

Objeto:

Objeto: O Ministério Público Federal, por este Procurador da República signatário resolve converter o presente procedimento preparatório em inquérito civil público, com fundamento no art. 7º , inciso I, da LC 75/93, Lei 7.347/85 e art. 127 da Constituição Federal, com o objeto/objetivo de verificar a idoneidade dos fatos imputados, investigando-os, bem como analisar os elementos fáticos e jurídicos da imputação constante do item 3.

Providências relativas ao mérito:

Determino a continuidade das diligências empreendidas nestes autos.

Providências administrativas e de processamento:

Adotem-se as providências administrativas pertinentes: Autuação como inquérito civil e registro nos sistemas informatizados desta unidade.

Designo como corresponsável pelo trâmite do feito: *AG.

Providencie a Secretária de Gabinete o encaminhamento à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, de cópia digital deste ato, para as publicações cabíveis (sítio e DOU); bem como a afixação, em papel, em local de costume, neste prédio.

PAULO GOMES FERREIRA FILHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 66 DE 5 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar danos ambientais decorrentes da extração irregular de minérios em areal situado em Barra do Pojuca, nas proximidades dos Rios do Saco e Sonrisal, Município de Camaçari/BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) expeça-se ofício à Prefeitura Municipal de Camaçari, com cópia das fls. 70/72 dos autos, solicitando informações sobre o cumprimento na Notificação Nº 2011-000187/TEC/NOT-0027 (cópia anexa).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 78 DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em avaliar e acompanhar o modo de atuar em relação à descoberta de sítio arqueológico (Igreja/ Praça da Sé), por órgãos públicos. Município: Salvador-Bahia.

Determino a realização da seguinte diligência: a) reitere-se o ofício de fl. 321, solicitando manifestação acerca da resposta enviada pelo MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia), constante às fls. 318/319 dos autos. Encaminhar cópia das fls. 318/319.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 86, DE 5 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República infra-assinada, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93:

a) considerando que o art. 7º, I, da LC n.º 75/93 estabelece que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

b) considerando que a Lei n.º 7.347/85, em seu art. 8º, §1º, dispõe que o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil;

c) considerando o teor dos arts. 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução CSMPF n.º 87/2006 (com redação alterada pela Resolução CSMPFn.º 106/2010), que regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil no âmbito do Ministério Público Federal;

d) considerando a instauração do Procedimento Administrativo n.º 1.17.000.001542/2010-27 para apurar supostas irregularidades na ocupação de área da União denominada Cais do Hidroavião, localizada no Bairro Santo Antônio, Município de Vitória;

e) considerando que o referido imóvel está situado em território da União, mas, contudo, sendo utilizado pela prefeitura municipal de Vitória de maneira, supostamente, irregular;

f) considerando que a SPU/ES informou que o imóvel está sendo objeto de regularização que visa o implemento de contrato de cessão onerosa a ser realizado com a Prefeitura Municipal de Vitória, estando, atualmente, em estágio de finalização;

g) considerando a necessidade de se prosseguir com a apuração dos fatos, a fim de verificar a regularização desta cessão de uso onerosa;

Resolve, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 (alterada pela Resolução CSMPF n.º 106/2010), converter o Procedimento Administrativo MPF/PR/ES n.º 1.17.000.001542/2010-27 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

i. Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar supostas irregularidades na ocupação de área da União denominada Cais do Hidroavião, localizada no Bairro Santo Antônio, Município de Vitória".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ii. Certifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

iii. Designo como Secretária deste ICP a servidora Fernanda Caser, enquanto lotada neste gabinete;

iv. Publique-se.

ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO

PORTARIA Nº 87, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já colhidos no Procedimento Administrativo n° 1.32.000.000332/2009-77, instaurado com o desiderato em apurar a atuação das madeireiras junto aos colonos dos projetos de assentamentos, acerca do desvirtuamento dos objetivos do assentamentos.

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Administrativo sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2. Notifique-se o requerente para que compareça ao Setor de Atendimento ao Público em data e hora determinada, com intuito de ser fornecer novas informações acerca da denuncia feita por ele no ano de 2009;

3. Comunique-se à Colenda 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

5. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP Nº 23/2007), solicitando-se que seja informado tão logo tal publicação aconteça, para os fins do art. 9º, § 9º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, e art. 6º, § 10, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA

PORTARIA Nº 104, DE 3 DE MAIO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar denúncia de lavra irregular de areia em áreas localizadas no Distrito de São José e Distrito de Jaíba pertecentes ao município de Feira de Santana/BA. Autos n.º 1.14.004.000190/2010-64.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, do meio ambiente conforme os artigos 129, inciso III, art. 225, ambos da Constituição Federal, artigo 1º, inciso I da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "d" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 13/04/2010, nesta procuradoria da República procedimento administrativo afeto à 4º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em notícia encaminhada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, através do Ofício Nº 273/2008 de 26 de dezembro de 2008, o qual encaminha anexo Relatório DNPM Nº 972.299/2008 elaborado por sua equipe técnica, que constatou prática de lavra irregular de areia no município de Feira de Santana;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 4º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 149, DE 7 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais, e CONSIDERANDO:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal Nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

f) o teor da decisão exarada nos autos das ações civis públicas 2001.72.01.001559-0 e 2003.7201.003257-1, na qual incumbe aos órgãos ambientais estatais a fiscalização ambiental da região compreendida pela empresa Vega do Sul;

g) a informação da FATMA de que não realiza consultoria ou perícia, em resposta ao item "b" do despacho de fls. 175-177;

h) uma petição protocolizada neste MPF, em 04.02.2011, contendo a informação de que foi realizado um estudo entre 2008 e 2009, através de biomonitoramento, por acadêmicos do curso de Biologia Marinha da Univille, no qual levantou resultados de concentrações de elementos como Ferro, Zinco, Níquel, Manganês e Cromo na atmosfera, sendo o Ferro mais abundante e o Zinco o segundo mais abundante, sendo um agente cancerígeno, fator que agrava a situação.

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de investigar a possível ocorrência de dano ambiental pela empresa Vega do Sul.

Para tanto determino:

1) a autuação da presente portaria e do procedimento administrativo 1.33.005.000178/2007-99 como Inquérito Civil Público.

2) a expedição de ofício à FATMA para que nos informe, no prazo de 5 (cinco) dias: a) Quais são as atividades desenvolvidas pela FATMA para fiscalização no entorno da BR 208, nas áreas próximas à empresa Vega do Sul? b) São efetuados estudos e/ou desenvolvidos algum tipo de laudo para monitoramento da poluição atmosférica na região em questão? c) Houve algum tipo de reclamação à FATMA sobre danos ambientais na região?

A FATMA deverá encaminhar as respostas com cópias de todos os atos comprobatórios das informações prestadas.

3) O encaminhamento da justificativa elaborada pelos produtores rurais à ASSPER, para que seja realizado um estudo técnico em conjunto com o outro estudo já solicitado por esta Procuradoria da República, em 26.04.2010, através do ofício GABPRM3-MSGB-00646/2010.

Publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 153, DE 2 DE MAIO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001785/2007-49

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001785/2007-49, com o objetivo de averiguar a existência de quiosques irregulares em terreno de marinha cedido à Superintendência de Portos e Hidrovias - SPH, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SCHNEIDER

PORTARIA Nº 155, DE 9 DE MAIO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000380/2010-99

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000380/2010-99, tendo como objeto averiguar a existência de construção irregular em área de preservação permanente (faixa de praia), no bairro Nazaré, Município de Cidreira e despejo de resíduos da construção em dunas, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JORGE IRAJÁ LOURO SODRE

PORTARIA Nº 241, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes nos autos do processo administrativo PR/RJ Nº 1.30.012.000149/2011-26, que indica a necessidade de apurar a ocorrência de irregularidades no processo de licenciamento do projeto LT 500 Kv, Angra dos Reis/"Loop" São José - Grajaú, que abrange a instalação da Subestação Santa Cruz e da Linha de Transmissão interligando a referida subestação à Linha de transmissão Angra-Rio II, Grajaú, com aproximadamente 16 Km de extensão, conjunto de duas LT's com torres paralelas e cada uma sustentando um circuito simples, incluindo as torres instaladas, localizadas no município de Itaguaí, onde deverá ser inserido um trecho de 3,2 Km de linha e uma Subestação Elevadora, localizada na área da CODIN (Companhia de desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro), designada Q.VIII-E, do PAL 35.631, no Distrito Industrial de Santa Cruz, sob a responsabilidade da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A.;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos e a ocorrência de possíveis danos ambientais.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo Nº 1.30.012.000149/2011-26 como inquérito civil público.

Determino, ainda, que seja oficiado ao IBAMA - DILIC, requisitando informações acerca da emissão das licenças ambientais do empreendimento.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

ORTARIA Nº 242, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes nos autos do processo administrativo PR/RJ Nº 1.30.012.000722/2010-11, que objetiva apurar a existência de danos ambientais em virtude de obras irregulares, sem licença e em desacordo com os parâmetros de uso do solo na Rua das Pitangueiras, Nº 19, Ilha da Gigóia, Barra da Tijuca, perpetrados por Zadir Zanobin da Silva, conforme Auto de Infração Nº 471137, lavrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, em 19/10/2009;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos e a ocorrência de possíveis danos ambientais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo Nº 1.30.012.000196/2011-70 como inquérito civil público.

Determino, ainda, que seja oficiado: 1) ao INEA, reiterando os termos do ofício Nº 709/2010; 2) ao responsável pelo imóvel, reiterando ofício Nº 119/2011; 3) ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, solicitando a realização de vistoria na área e elaboração de laudo técnico.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 245, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes nos autos do processo administrativo PR/RJ Nº 1.30.012.000241/2010-13, que objetiva a ocorrência de dano ambiental descrito no Auto de Infração Nº 353422, série "D", lavrado pelo IBAMA em 10 de fevereiro de 2010, em face da empresa RS Eventos e Gastronomia Ltda, localizada na Rua do Lavradio, Nº 18, Centro, nesta cidade, consistente na aquisição e exposição de quadros confeccionados com produtos e subprodutos da fauna silvestre nacional (asas de borboletas), sem autorização do órgão ambiental.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos e a ocorrência de possíveis danos ambientais.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo Nº 1.30.012.000241/2011-13 como inquérito civil público.

Determino, ainda, que seja oficiado ao INBAMA, reiterando os termos do ofício Nº 179/2011.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

C PORTARIA Nº 246, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129, da Constituição Federal, e:

a) considerando que é atribuição do Ministério Público zelar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitucionalmente tutelado pelo art. 225, da Constituição Federal;

b) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

c) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

e) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

f) considerando os elementos constantes nos autos do processo administrativo PR/RJ Nº 1.30.012.001093/2010-46, que objetiva acompanhar o andamento das obras para dragagem do Rio Piraí, com previsão de início para setembro de 2010, conforme Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 04/02/2010 com o Município de Barra do Piraí, a Light Energia S.A. e a Light Serviços de Eletricidade.

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para promover a ampla apuração dos fatos e a ocorrência de possíveis danos ambientais.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo Nº 1.30.012.001093/2010-46 como inquérito civil público.

Determino, ainda, que seja oficiado: 1) ao INEA, reiterando os termos do ofício Nº 178/2011, 2) ao MPE reiterando os termos do ofício Nº 175/2011.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA PADILHA LUCIANO DE OLIVEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ESTATÍSTICA DO MÊS DE ABRIL/2011

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT

I - PRODUTIVIDADE:

MEMBROS	RELATORES					
	Saldo anterior	Distrib. No mês	Devolv. ao Relator após diligencia	Devolv. no mês	Em diligência na CCR	Em poder do Relator
MARIA APARECIDA GUGEL	2	310	1	308	5	0
LUCINEA ALVES OCAMPOS	0	309	9	309	9	0
VERA REGINA DELLA POZZA REIS	32	309	3	301	2	41
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS	2	303	3	305	2	1
EVANY DE OLIVEIRA SELVA	2	305	4	310	1	0
TOTAL	38	1536	20	1533	19	42

II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	1328
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	1536
Total de procedimentos deliberados no mês	1465
Procedimentos aguardando inclusão em pauta de julgamento	04
Baixa dos autos por despacho/precedentes	65
Procedimentos aguardando distribuição a relator	1319
Procedimentos em diligência na Secretaria	122

Brasília-DF, 29 de abril de 2011.
MARIA APARECIDA GUGEL
Coordenadora da Câmara

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 351, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, através da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, situado na Rua Visconde do Uruguai nº 535/ 8º Andar, Centro, no município de Niterói/RJ, CEP 24.030-077, com fulcro no artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 c/c Resolução nº 69/CSMPT, de 12 de dezembro de 2007, VEM INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 127, caput, estabelece que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no seu artigo 129, inciso III, estabelece que é função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 estabelece que "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícia, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis";

CONSIDERANDO que o artigo 83, inciso III da Lei Complementar nº 75/93 declara a legitimidade do Ministério Público, para "promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos";

CONSIDERANDO que o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que "Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores";

CONSIDERANDO que o artigo 6º, inciso VII Lei Complementar nº 75/93 estabelece que compete ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública";

CONSIDERANDO que o Ministério Público é órgão de natureza constitucional que tem por missão institucional assegurar a efetividade dos direitos humanos fundamentais;

CONSIDERANDO que ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO tem a atribuição institucional de promover a defesa social dos direitos fundamentais da pessoa humana do trabalhador;

CONSIDERANDO que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está consagrado em nosso ordenamento jurídico constitucional como fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do artigo 1º, inciso III da Carta Política, fazendo da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado;

CONSIDERANDO que os fatos relatados no bojo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 000435.2010.01.006/9-602 ensejaram a instauração do presente procedimento investigatório em face da pela empresa AMTEAS PRAIA HOTEL LTDA. (TIO SAM HOTEL E FITNESS), inscrita no CNPJ sob o número 06.067.156/0001-76 e estabelecida na Avenida Professor Álvaro Caetano, nº 908, parte, Camboinhas, no município de Niterói/RJ, com a finalidade de apurar irregularidades atinentes ao descumprimento de normas trabalhistas de proteção à pessoa humana do indivíduo que labora (fraude à relação de emprego por intermédio de cooperativa, irregularidades quanto à extinção do contrato individual de trabalho e atraso no pagamento de salários);

CONSIDERANDO que a empresa que descumpre a legislação trabalhista pode vir a ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, bem como, se persistir na irregularidade, ser demandada judicialmente pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO;

CONSIDERANDO que incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, nos termos do artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93;

RESOLVE, com espeque no artigo 6º, inciso VII da Lei Complementar nº 75/93 e na Resolução nº 69, de 12 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL nº 000435.2010.01.006/9-602 em face da pela empresa AMTEAS PRAIA HOTEL LTDA. (TIO SAM HOTEL E FITNESS), inscrita no CNPJ sob o número 06.067.156/0001-76 e estabelecida na Avenida Professor Álvaro Caetano, nº 908, parte, Camboinhas, no município de Niterói/RJ, adotando as seguintes providências:

Designar o servidor Kleber Martins Mota, ocupante do cargo de Analista Processual, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói, para funcionar como secretário do presente inquérito civil;

ÉRICA DE ALMEIDA BONFANTE TESSAROLLO
Procuradora do Trabalho

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 99, DE 2 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a denúncia oferecida pelo Tribunal Regional do Trabalho/20ªRegião/6ª Vara do Trabalho de Aracaju/SE, no MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, bem como que dos autos do Procedimento 000499/2010 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucional e infra-constitucionalmente garantidos (Fraude na Relação de Emprego: pagamento não contabilizado; Jornada de Trabalho/hora noturna, adicional noturno, redução da hora noturna, períodos de repouso, intervalo intrajornada e feriados), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL, em face das INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MARATÁ LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.861.512/0001-30, com endereço na BR 101, Km 118, s/n, Zona Rural, no Município de Itaporanga D'Ajuda/SE.

VILMA LEITE MACHADO AMORIM

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de Itabaiana, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85:

Considerando o teor dos autos da Representação 000035.2011.20.001/9, bem como do despacho proferido nos mesmos às fls.25.

Considerando que o procedimento versa sobre a possível violação de direitos e interesses meta individuais, sobre os temas: 07.11. Trabalho Infantil Doméstico; 07.11.01.Com idade superior a 16 anos, resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face de IVANI RODRIGUES DA SILVA, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade;

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

GUSTAVO LUÍS TEIXEIRA DAS CHAGAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 156, DE 9 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971,

Considerando que a empresa MCR Indústria e Comércio Ltda., localizada na Avenida José Rufino, 1378 - Areias - Recife - PE, inscrita no CNPJ sob o nº 00.529.804/0001-82, não forneceu o objeto da Nota de Empenho 2009NE002146 (Processo nº 180.631/08), resolve:

Aplicar à empresa as seguintes penalidades:

- multa de R$ 723,99 (setecentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos), correspondente a 1% do valor adjudicado, conforme previsto no subitem 12.9 do Edital do Pregão Eletrônico nº 96/09; e

- suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara dos Deputados, pelo período de 01 (um) ano e 06 (seis) meses, de acordo com o subitem 12.1 do Edital, combinado com o Art. 7ºda Lei nº10.520/02.

ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

DESPACHOS

PROCESSO Nº 2011160020

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 24, inciso IV, reconheceu a Dispensa de licitação para Contratação da empresa **PROCLIMA Engenharia Ltda**, CNPJ Nº 00.578.617/0001-99, no valor de **R$ 70.000,00 (setenta mil reais),** para a prestação de serviços de manutenção corretiva do sistema de ar condicionado de fabricação Hitachi instalado no prédio do Conselho da Justiça Federal.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
ANTONIO HUMBERTO M. DE SOUSA BRITO
Secretário de Administração

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 9 de maio de 2011

Ratificação de Despesa-Processo TRT nº 1277/2011

OBJETO: Ratifico a despesa relativa à contratação da Empresa LTR EDITORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 61.534.186/0018-00, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, no valor total de R$ 15.400,00, para a renovação de 10 assinaturas da "Revista LTr" e de 4 do "Suplemento Trabalhista", pelo período de 12 meses (maio/2011 a abril/2012).

Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
1ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 30 DE MARÇO DE 2011
(Mandato 2010 - Gestão 2010/2012)

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro CASIMIRO VALE DA SILVA/RJ

1- Processo-COFECI nº 1338/2009. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdo: PEDRO EDSON FERREIRA - CRECI 3278. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2493/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: SANTOS E SANTOS LTDA - CRECI J-21043. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1658/2009. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuado: JUVENTINO JOSE DA SILVA - CRECI 3407. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1539/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ENGECAMP. ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - CRECI J-14261. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1541/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VILMO ROSSI - CRECI 29444. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1543/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS AUGUSTO RODRIGUES - CRECI 63963. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1544/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ODAYR DE OLIVEIRA - CRECI 26157. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1546/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO DE OLIVEIRA SUDÁRIO - CRECI 22181. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2490/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: PAULO RICARDO MARTINS FERREIRA - CRECI 9749. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 512/2009. Recte: THEREZINHA DE JESUS FIRME DO ESPÍRITO SANTO. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 796/2009. Recte: BETHA ESPAÇO IMÓVEIS LTDA CRECI J-4294 e RT PAULO ROBERTO LOUREIRO DE MAGALHÃES - CRECI 1088. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA/SP

1- Processo-COFECI nº 291/2005. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: JADSON BOLIVAR DE OLIVEIRA CARNEIRO E SILVA - CRECI 7821. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 523/2009. Recte e Recdo: CRECI 5ª Região/GO "ex officio". Repdo: PAULO CÉSAR NUNES DOS SANTOS - CRECI 8605. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1671/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: DJALMA DE ANDRADE - CRECI 3349. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1674/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: MARIA DO SOCORRO MODESTO FARIAS - CRECI 3033. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1675/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: LUCILEA PINHEIRO DE LEÃO - CRECI 3148. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito c/c multa de 01 anuidade. Vencido o Relator. 6- Processo-COFECI nº 1676/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA GAÚCHA LTDA - CRECI J-274. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1673/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: WILLIAM MAUÉS PINHEIRO - CRECI 3117. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1672/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: MARIA LÍDIA BALBI LOPES - CRECI 3162. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 525/2009. Recte: CONFIDENCIAL DE CRÉDITO METROPOLITANO LTDA - CRECI J-1451. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1331/2009. Recte: PAULO GABRIELL DA SILVA BRASIL DE MELLO. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1332/2009. Recte: LAÉCIO PEREIRA DA SILVA. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1746/2009. Recte: POINTER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3103. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MÁRCIO ARI DE MELO ALMEIDA/MG

1- Processo-COFECI nº 1335/2009. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repda: FATIMA MARIA JESUS BRAZ - CRECI 7253. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2 - Processo-COFECI nº 1336/2009. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: SANDOVAL DE ALMEIDA FILHO - CRECI 3085. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 1657/2009. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuada: JARDIM MARIANA EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-010. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1577/2009. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuado: EDUARDO VICENTINI - CRECI 11638. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 830/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: EDICOM-EDIFÍCIO COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-725. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1133/2009. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: BSI-BOLSA DE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS CONSULTORIAS E NEGÓCIOS LTDA - CRECI J-723. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1547/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO NOVA VENEZA S/C LTDA - CRECI J-1838. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1548/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: J. M. B. CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-14469. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1549/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANDRÉ LUIZ BONETTO VIEIRA - CRECI 65059. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1551/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ROBERTO DE ABREU - CRECI 61283. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1552/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ELISABETE BALARINI - CRECI 63470. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1553/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FEABRA PARTICIPACOES S/C LTDA - CRECI J-9962. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1578/2009. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuada: VICENTINI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-3499. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Reformada parcialmente a DECISÃO de origem, para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2096/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: GISELE MORAES COSTA - CRECI 15849. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2097/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: GILNEI ADALBERTO PETRAZZINI - CRECI 31424. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 2098/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: LUIS CARLOS DE ROS - CRECI 18830. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 2602/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MICHELE FURLAN - CRECI 57780. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 779/2009. Recte: DOMINGAS EDIANA TEIXEIRA - CRECI 8873. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1134/2009. Repdos: ROUFMAN RIBEIRO ROLIM - CRECI 3960 e ALUIZIO LOBO DE MACEDO CRECI 01. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Retirado de Pauta. 20- Processo-COFECI nº 1330/2009. Recte: JULIANO CARDOSO SILVA. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 1737/2009. Recte: POINTER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3103. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 22 - Processo-COFECI nº 1738/2009. Recte: POINTER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3103. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 23- Processo-COFECI nº 1740/2009. Recte: POINTER IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3103. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 24- Processo-COFECI nº 2102/2009. Recte: IMMOBILIS - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-414. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Reformada a DECISÃO de origem, para aplicar a pena de Multa de 02 anuidades, correspondentes ao seu capital social. Unânime. 25- Processo-COFECI nº 2245/2009. Recte: IMMOBILIS - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-414. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 26- Processo-COFECI nº 1135/2009. Recte: JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS PROSPERO (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra o CI HENRIQUE FIGUEIREDO TORRES MELO - CRECI 5081. DECISÃO: Retirado de Pauta.

RELATOR: Conselheiro CARLOS DUBOIS NETO/DF

1-Processo-COFECI nº 2329/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ PAULO CORREA - CRECI 25946. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2330/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ PAULO CORREA - CRECI 25946. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2345/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

officio". Autuado: RAIMUNDO GERALDO ALVES - CRECI 53854. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2346/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: KANDALAFT IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-12651. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2354/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: COPACABANA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-14099. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2605/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NELSON JOSÉ GABELINI - CRECI 59868. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2607/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO PEREIRA - CRECI 53325. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 786/2009. Recte: MARCELA SOUZA JACÓ DA SILVA. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 787/2009. Recte: JOSUEL DE JESUS DOS SANTOS. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 788/2009. Recte: CSI - CENTRAL DE SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Multa de 02 anuidades, correspondentes ao seu capital social. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1329/2009. Recte: JOSÉ CARLOS DE MATOS. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Multa de 02 anuidades. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ALCEU VALDO JULIANI/SC

1- Processo-COFECI nº 1900/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: NILDA DE AMORIM DA SILVA - CRECI 47440. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1902/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WAGNER MAZZETTI - CRECI 15947. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1904/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DARCI DE MOURA - CRECI 53976. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1905/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: GERALDO JOSÉ FRANCISCO - CRECI 44850. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2327/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA CRISTINA DOS SANTOS - CRECI 36042. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2331/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA CRISTINA DOS SANTOS - CRECI 36042. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 782/2009. Recte: JOÃO PAULO GOMES DE MORAIS. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 783/2009. Recte: MARCELO DOS SANTOS SILVA. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 784/2009. Recte: JUAREZ SOUZA DOS SANTOS JÚNIOR. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 785/2009. Recte: ROBERTO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2106/2009. Recte: ANTONIO CARLOS RODRIGUES SANTOS. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1- Processo-COFECI nº 354/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: OSNI DIAS DE SOUZA - CRECI 12535. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1794/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BRUNARD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI 13362. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1776/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GILBERTO DA SILVA PEIXOTO - CRECI 31724. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1777/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SPL - SÃO PAULO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-8660. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1909/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SIDNEI MANGANELI FILHO - CRECI 52414. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1910/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO SEGOVIA MOLINA - CRECI 22973. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2328/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NILSON SIQUEIRA PINTO - CRECI 40682. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2342/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: STAFF ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-16810. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2355/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: L'ABITARE INTER. DE NEG. S/C LTDA - CRECI J-16065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2428/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SANTANA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-13713. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2461/2009. Recte: EDENECI DA COSTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO N. RODRIGUES/AM

1- Processo-COFECI nº 1793/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: M & N. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-17062. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 314/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SILVIA HONETES DA SILVA - CRECI 60739. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 315/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RUI BERNARDES VIEIRA - CRECI 40046. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2007/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ BOMBI - CRECI 17096. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2299/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SPAZIO CONS. IMOV. S/C LTDA - CRECI J-6735. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2580/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO RAMOS - CRECI 17676. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2583/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CLÁUDIO DAL FARRA - CRECI 21877. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2608/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MICHEL FERNANDES LOUZADA - CRECI 51663. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2622/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FELICIO TADEU BRAGANTE - CRECI 36086. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2668/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: STAR-LESTE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-12973. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 211/2009. Recte: SUZETE CAVICHIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro HERMÓGENES PAULINO DO BOMFIM/PB

1- Processo-COFECI nº 2663/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: PREDIAL BAETA NEVES S/C LTDA - CRECI J-9576. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2332/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA CRISTINA DOS SANTOS - CRECI 36042. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2333/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA CRISTINA DOS SANTOS - CRECI 36042. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2334/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA CRISTINA DOS SANTOS - CRECI 36042. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2336/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NELSON COELHO DA SILVA - CRECI 23531. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2337/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NELSON COELHO DA SILVA - CRECI 23531. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2462/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MANOEL BENEDITO CARLOS - CRECI 27640. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2664/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTÔNIO BAETA DAS NEVES - CRECI 57593. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2351/2009. Recte: LOURIVAL PEREIRA DE LACERDA - CRECI 27145. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2635/2009. Recte: MORIÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-18851. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2636/2009. Recte: NELSON JOSÉ GABELINI - CRECI 59868. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VALDECI YASE MONTEIRO/TO

1- Processo-COFECI nº 0504/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CECRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-17939. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2482/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ANNY ADM. S/C LTDA - CRECI J-5966. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2483/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Repda: GIA- GUIZZARDI IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CRECI J-323. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, c/c Multa de 05 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2433/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDMILSON APARECIDO PASTORELLO - CRECI 50896. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2435/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: J. ALMEIDA IMOV. E ADM. S/C LTDA - CRECI J-16004. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2437/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EVALDO DOS SANTOS - CRECI 19631. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2479/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HILTON FERREIRA DOS SANTOS - CRECI 59550. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2480/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: IVO PINHEIRO RUSSI - CRECI 32351. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2481/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALCIDES MARQUES DE OLIVEIRA - CRECI 49078. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2484/2009. Recte: GIA GUIZZARDI IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CRECI J-323. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 171/2009. Recte: CLEIDE PACHECO MORENO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 30 DE MARÇO DE 2011
(Mandato 2010 - Gestão 2010/2012)

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
RELATOR: Conselheiro FLÁVIO KOCH/RS

1- Processo-COFECI nº 1775/2008. Recte: ADEMIR VIDEIRA - CRECI 52676. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração da pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias c/c Multa de 03 anuidades, imposta pela 2ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 832/2009. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repdo: CARLOS AMARAL COSTA - CRECI 1379. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2048/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PATRICIA VILAS BOAS MOURA - CRECI 59466. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2298/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ANTONIO CARLOS PIRON IMOV. S/C LTDA - CRECI J-12362. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2338/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DINO FERRARI - CRECI 16155. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 68 do Código de Processo Disciplinar (Resolução-COFECI nº 146/82). Vencido Relator. 6- Processo-COFECI nº 2339/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DINO FERRARI - CRECI 16155. DECISÃO Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 68 do Código de Processo Disciplinar (Resolução-COFECI nº 146/82). Vencido Relator. 7- Processo-COFECI nº 2340/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DINO FERRARI - CRECI 16155. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 68 do Código de Processo Disciplinar (Resolução-COFECI nº 146/82). Vencido Relator. 8- Processo-COFECI nº 2341/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DINO FERRARI - CRECI 16155. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2429/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JORGE RIBEIRO TUZINO - CRECI 30094. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 622/2008. Recte: SERAFIM CIPRIANI - CRECI 771. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 712/2009. Recte: EDUARDO IRANI SILVA - CRECI 11631. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Vencido Relator. 12- Processo-COFECI nº 2236/2009. Recte: IRAN IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2245. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2237/2009. Recte: CELIO AMARAL IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2637. Recdo: CRECI 4ª Re-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

gião/MG. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de advertência. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO SPINETTI ALVES/GO

1- Processo-COFECI nº 2451/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CLÁUDIA FILOMENA RIBEIRO NETO - CRECI 36707. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2464/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA - CRECI 3732. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2466/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: GERALDO HANSER JÚNIOR - CRECI 13520. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2470/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VICTOR MÁRIO ALVES - CRECI 27380. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2471/2009. Recte: LÚCIA FELIPE CAMINHOLA - CRECI 65121. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 6- Processo-COFECI nº 2474/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HILDA ELSE LOTTE BARELMANN - CRECI 31048. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2477/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PORTAL IMóVEIS S/C LTDA - CRECI J-16647. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2478/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO TADEU NOTARI - CRECI 44106. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1997/2007. Recte: VISÃO COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1818. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2065/2007. Recte: IMOBILIÁRIA INGLESES LTDA - CRECI J-2208. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 621/2008. Recte: IMOBILIÁRIA ALIANÇA LTDA - CRECI J-2143. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de censura. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JOÃO BORBA CARVALHO NETTO/PE

1- Processo-COFECI nº 456/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARILDO RIBEIRO DA SILVA - CRECI 51683. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 457/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO SÉRGIO COSTA - CRECI 34486. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1360/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JURACI MARIANO - CRECI 36607. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1361/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALDO COMITO - CRECI 13837. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1362/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FERNANDO MACHADO - CRECI 40929. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1363/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARISA PATROCÍNIO DOS SANTOS - CRECI 57790. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2051/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CELSO COSTA - CRECI 30435. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2055/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NILSON SIQUEIRA PINTO - CRECI 40682. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2316/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ROSANGELA BEATRIZ DE SOUZA COSTA - CRECI 39736. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2317/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CIFRA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-12662. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2352/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSUÉ EVALDO DE LARA SILVA - CRECI 64892. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2180/2009. Recte: TEREZINHA DE FÁTIMA SOUZA NAOÉ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2181/2009. Recte: LUIZ CARLOS DINIZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2182/2009. Recte: ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA

1- Processo-COFECI nº 0327/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ASSUNTA PIEROBON - CRECI 48999. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 544/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA FRANCISCO S/C LTDA - CRECI J-13683. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1121/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO RICARDO GOMES MARTINS - CRECI 62248. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1347/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ARAÚJO GANDARA - CRECI 33134. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1349/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MELQUIADES FERNANDEZ - CRECI 58766. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1350/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DIVISA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4667. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1353/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO LUIZ MININEL - CRECI 52402. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1356/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BRANCA IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CRECI J-18592. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1359/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMAURI DOS SANTOS - CRECI 45629. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1150/2009. Recte: ROBERTO ANTUNES DE SÁ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade multa de 02 anuidades. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1154/2009. Recte: IRENE MARTINS SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade multa de 02 anuidades. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MIGUEL LOBATO DE VILHENA/PA

1- Processo-COFECI nº 455/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SANTOS & MACEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-11842. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2485/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex offício". Repda: GIA - GUIZZARDI IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CRECI J-323. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 2486/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex offício". Repda: GIA - GUIZZARDI IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CRECI J-323. DECISÃO: Retirado de Pauta. 4- Processo-COFECI nº 316/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RUBENS EDUARDO STABILE MOREIRA - CRECI 29760. DECISÃO: Determinado o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 68 do Código de Processo Disciplinar (Resolução-COFECI nº 146/82). Unânime. 5- Processo-COFECI nº 454/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SAMUEL AFONSO PIMENTEL - CRECI 18050. DECISÃO: Determinado o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 68 do Código de Processo Disciplinar (Resolução-COFECI nº 146/82). Vencido Relator. 6- Processo-COFECI nº 1099/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GUARICANGA ADM. E IMOB. S/C LTDA - CRECI J-10917. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1102/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HABITAR ORG. IMOB. S/C LTDA. - CRECI J-12969. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1429/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CLÁUDIA MARIA DA MOTTA MAIA ALMEIDA - CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1430/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DÉCIO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-9692. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1431/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDENIL DOS SANTOS SILVA - CRECI 26626. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1437/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RAFAEL PEREIRA DIAS - CRECI 60466. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 170/2009. Recte: FERNANDO GALENO RAMOS GOMES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Vencido Relator. 13- Processo-COFECI nº 1305/2009. Recte: VIVIANE MARIA CASAGRANDE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade multa de 01 anuidade. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CLAUDEMIR NEVES/MS

1- Processo-COFECI nº 306/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: PORTAL IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-15351. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 384/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ARCADIA EMP. E PART. S/C LTDA - CRECI J-14662. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 463/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ADVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-12372. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 608/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALEXANDRE HENRIQUE SCANFERLA - CRECI 48164. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 609/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO FERNANDO SCANFERLA - CRECI 46694. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1366/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SR MARACANÃ IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-4824. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1367/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROQUE FIUZA DE TOLEDO - CRECI 17183. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1520/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: APARECIDO ANTONIO DA SILVA - CRECI 20817. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2595/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO RODRIGUES - CRECI 37966. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 849/2007. Recte: VERA LÚCIA MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 855/2007. Recte: NILSON NATAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PAULO ANTUNES MACIEL/MT

1- Processo-COFECI nº 505/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ BERTO DE FARIA - CRECI 6752. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2653/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RÔMULO JOSÉ DO NASCIMENTO - CRECI 18335. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 0659/2006. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO NORBERTO NEVES - CRECI 3882. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 02 anuidades. Vencido Relator. 4- Processo-COFECI nº 1647/2007. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: EDUARDO PAIXÃO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-13550. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 02 anuidades. Vencido Relator. 5- Processo-COFECI nº 534/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JUARES DE MELO PIMENTA - CRECI 15336. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 606/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ERIVELTO MARTINS DE OLIVEIRA - CRECI 53718. DECISÃO: Determinado o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 70 do Código de Processo Disciplinar (Resolução-COFECI nº 146/82). Vencido Relator. 7- Processo-COFECI nº 698/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO HERRERA SILVA - CRECI 20036. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1128/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DOMINGOS AURELIANO BIAGIONI - CRECI 28431. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1422/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FATIMA PEREIRA DOS SANTOS - CRECI 43584. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1427/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARILENE BARBOSA SOARES - CRECI 53350. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos à origem em diligência. 11- Processo-COFECI nº 1758/2009. Recte: EL COLIBRI IMOVEIS S/C LTDA - CRECI J-15363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ADENILSON CARLOS VIDOVIX/TO

1- Processo-COFECI nº 675/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FLÁVIO CARDOSO - CRECI 51800. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 676/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA INES MARTINS PAIXÃO - CRECI 46462. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 695/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EDELI LIGORI - CRECI 28980. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 696/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VANDA CESARIO SILVA - CRECI 57824. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 697/2009.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ADEMIR DIAS - CRECI 26992. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1070/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: C. J. I. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-12556. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2652/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VIA DO IMÓVEL S/C LTDA - CRECI J-17920. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 dias cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 168/2009. Recte: RODRIGO APARECIDO RIO BRANCO DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª REGIÃO/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 241/2009. Recte: SINAL VERDE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2651/2009. Recte: BUENO & MUNIZ IMÓVEIS PROPAGANDA E MARKETING S/C LTDA - CRECI J-19006. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1106/2008. Recte: CARLA REGINA LINO DA SILVA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Arquivamento de denúncia formulada contra NAÇÕES IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-7503. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS/AC

1- Processo-COFECI nº 328/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PEDRO SORELI - CRECI 32464. DECISÃO: Retirado de Pauta.. 2- Processo-COFECI nº 2588/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ESTRELA IMÓVEIS LTDA. - CRECI J-1284. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 1800/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JUCELINO RODRIGUES DA SILVA - CRECI 59432. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 cumulada com multa de 02 anuidades dias. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 308/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ROBERTO DE LUCCA ZINSLY - CRECI 48279. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 cumulada com multa de 02 anuidades dias. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 400/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ART CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-4860. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 584/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SILVIO ROBERTO DE JESUS MENDES - CRECI 43840. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 677/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ FRANCISCO DA SILVA - CRECI 29181. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 982/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BERTIOGA IMÓVEIS INC. E CONSTRUTORA LTDA - CRECI J-14485. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1069/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: GENTIL STOCKER - CRECI 40258. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1364/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARISA PATROCÍNIO DOS SANTOS - CRECI 57790. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1365/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DENISE SATIKO QUEIROZ - CRECI 64439. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2586/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RONALDO TORRES DE OLIVEIRA COUTO - CRECI 60893. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de suspensão da inscrição por 30 cumulada com multa de 02 anuidades dias. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2594/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO RODRIGUES - CRECI 37966. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a penalidade de censura. Unânime.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 30 DE MARÇO DE 2011
(Mandato 2010 - Gestão 2010/2012)

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro HERMES R. DE ALCÂNTARA FILHO/DF

1- Processo-COFECI nº 1571/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1572/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1573/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1574/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1575/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1576/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1577/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1578/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1579/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1580/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1581/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1582/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANTONIA DA PAIXÃO COSTA-CRECI 56065. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 380/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: AAC IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-7580. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 388/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALFREDO DA SILVA COELHO JÚNIOR-CRECI 17746. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATORA: Conselheira MARIA DE FÁTIMA S. FREIRE SOBRAL/SE

1- Processo-COFECI nº 943/2006. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: TELMA CRISTINA DA SILVA BORGES-CRECI 7884. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1795/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: RELITE ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-15286. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 60 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1806/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GABRIELA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-3269. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 404/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: POLO ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-3560. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 444/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: LC ZAGO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S / C LTDA - CRECI J-8141. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 582/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: REGINA MORAES DOS SANTOS-CRECI 33455. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 585/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TRIÂNGULO IMÓVEIS ASSESSORIA ADMINISTRADORA S/C LTDA-CRECI J-9182. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 588/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AGRIPINO DE FAZZIO NETO-CRECI 22171. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1068/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDINALDO PRAXEDES BATALHA-CRECI 21404. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2639/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA FRANCISCO S/C LTDA-CRECI J-13683. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1694/2008. Rectes: CRISTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-1581 e GASPAR RIBEIRO NETO-CRECI 6845. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CARLOS ALBERTO COUTO DA CUNHA/RN

1- Processo-COFECI nº 175/2004. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA CONDOLAR LTDA-CRECI J-21891. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 369/2004. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: METROPOLITANA COMÉRCIO E LOCAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20853. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 326/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GÂNDARA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-11584.DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 350/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: KAUFFMANN CONS. DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-10071. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 671/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CRISTINA DE JESUS JOSÉ-CRECI 49736. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 672/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RENATO ALVES MAJOR-CRECI 39109. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 674/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO LUCINDO FILHO-CRECI 36198. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1063/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: OESTE IMÓVEIS ADM S/C LTDA-CRECI J-6549. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1064/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PEVA IMÓVEIS LTDA-CRECI J-1529. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1066/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HONOR APARECIDO GOIOS BARROSO-CRECI 12365. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1067/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TRÊS L EMPREEND. IMOB. S/C LTDA-CRECI J-17667. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CARLOS ALBERTO LÚCIO DA SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 1734/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA SAILE S/C LTDA-CRECI J-13533. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 310/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FAVEZ AHMED-CRECI 31879. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 402/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ASSELAR IMÓVEIS ADM S/C LTDA-CRECI J-8093. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 403/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TRENDS CONS. E ASS. IMOB. S/S LTDA-CRECI J-14494. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 610/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS AUGUSTO MAGNO BATISTA-CRECI 24593. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 615/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: IRINEO FERNANDO BEIG-CRECI 52217. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 620/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO RODRIGUES DE CARVALHO FILHO-CRECI 18845. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 627/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NORIVAL MELHORANÇA-CRECI 7138. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 640/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARGARETE DE JESUS FERNANDES-CRECI 39840. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1591/2008. Recte: LURDES DA SILVA SANTOS-CRECI 46927. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Por maioria, mantida a DECISÃO de origem. 11- Processo-COFECI nº 141/2009. Recte: ROBERTO FALBO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro RAIMUNDO CUNHA TORRES/MA

1- Processo-COFECI nº 1220/2003. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: SEVERO & FERNANDES S/C LTDA - CRECI J-22029. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 1437/2003. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: ODAIR ALVES DA SILVA - CRECI 16506. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 1740/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA SAILE S/C LTDA-CRECI J-13533. DECISÃO: Retirado de Pauta. 4- Processo-COFECI nº 759/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ANTONIEL SANTOS MENEZES JÚNIOR-CRECI 3058. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Por maioria, mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. 5- Processo-COFECI nº 1680/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ARMANDO SAR-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MENTO FERREIRA JÚNIOR-CRECI 668. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1690/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: UBIRATAN DA SILVA VALE-CRECI 2426. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1691/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: MIGUEL ARCHANJO DE ALMEIDA-CRECI 2836. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1695/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: LÚCIO VIANA SIQUEIRA-CRECI 3332. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 754/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: ANTONIO PEREIRA DE SOUZA FILHO-CRECI 649. DECISÃO: Retirado de Pauta. 10- Processo-COFECI nº 1679/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JAQUISON SANTOS ANDRADE-CRECI 3953. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2503/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: IVALDO FONTES DE SOUSA-CRECI 3749. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2528/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: DAMASIA SALES DE FIGUEIREDO-CRECI 2623. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1677/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ OSCAR COELHO ASSUNÇÃO-CRECI 3307. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1783/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÉLIO HOTTZ GAMBINI JÚNIOR-CRECI 14358. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1784/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÉLIO HOTTZ GAMBINI JÚNIOR-CRECI 14358. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1785/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÉLIO HOTTZ GAMBINI JÚNIOR-CRECI 14358. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1786/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÉLIO HOTTZ GAMBINI JÚNIOR-CRECI 14358. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 1994/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: BENEDITO FERREIRA DA CUNHA-CRECI 42349. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1995/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: BENEDITO FERREIRA DA CUNHA-CRECI 42349. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1996/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: BENEDITO FERREIRA DA CUNHA-CRECI 42349. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 2222/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: STAEL SENA LIMA-CRECI 2226. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 22- Processo-COFECI nº 2391/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LOPES DA SILVA-CRECI 21327. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 23- Processo-COFECI nº 2392/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LOPES DA SILVA-CRECI 21327. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 24- Processo-COFECI nº 2393/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LOPES DA SILVA-CRECI 21327. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 25- Processo-COFECI nº 1678/2007. Recte: ALDEMAR CORREIA LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 26- Processo-COFECI nº 1209/2009. Recte: MIRIAN ULIANA CARNEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 27- Processo-COFECI nº 1256/2009. Recte: BARNABÉ MARTINS DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 28- Processo-COFECI nº 1261/2009. Recte: CRISTINA APARECIDA BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 29- Processo-COFECI nº 2183/2009. Recte: TAQUARI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro RÔMULO SOARES DE LIMA/PB

1- Processo-COFECI nº 1686/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: TONY DOS PASSOS TEIXEIRA-CRECI 2607. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1762/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BRUNARD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-13362. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1685/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ ADAUTO TEIXEIRA RODRIGUES JÚNIOR-CRECI 2510. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1689/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ARNALDO GOMES DA SILVA-CRECI 1510. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1696/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL-CRECI 2957. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1752/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA MAIOR S/C LTDA-CRECI J-2848. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1687/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOÃO PEDRO REIS MONTEIRO-CRECI 1486. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1688/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: WILSON MUNIZ DE SOUSA-CRECI 3373. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1764/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FARIASILVA IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA-CRECI J-9967. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2650/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: AVENIDA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-15824. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2157/2009. Recte: PAULO CÉSAR LARSEN CAPELLA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

1- Processo-COFECI nº 1692/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: KESIA WANNE SILVA SANTOS-CRECI 3085. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1693/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: PAULO ALEX CUNHA CORDEIRO-CRECI 3739. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1694/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: TONY DOS PASSOS TEIXEIRA-CRECI 2607. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1698/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ANTONIO SALAZAR MAGALHÃES ALMEIDA-CRECI 3222. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1699/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOÃO FLORÊNCIO NETO-CRECI 2906. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2573/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAUDIA MARIA DA MOTA MAIA ALMEIDA-CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2574/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAUDIA MARIA DA MOTA MAIA ALMEIDA-CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2575/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAUDIA MARIA DA MOTA MAIA ALMEIDA-CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2576/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAUDIA MARIA DA MOTA MAIA ALMEIDA-CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1697/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSENIL QUIRINO COSTA-CRECI 3357. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2641/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO EDUARDO FERRARI-CRECI 58609. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades.

RELATOR: Conselheiro JOÃO BATISTA DA PAZ BRITO/PI

1- Processo-COFECI nº 2506/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª REGIÃO/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ CARLOS COSTA OLIVEIRA-CRECI 1979. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2600/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: PREDIAL BAETA NEVES S/C LTDA-CRECI J-9576. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Por maioria, mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 3- Processo-COFECI nº 2640/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FERRARI IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-18256. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Por maioria, mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 4- Processo-COFECI nº 2508/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: ANA LÚCIA LOPES CAMPOS-CRECI 3317. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação da dívida. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2510/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: CLEBER NASCIMENTO DE SOUZA-CRECI 3197. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação da dívida. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2511/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: HAMILTON NONATO BOTELHO FRANCES-CRECI 3939. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação da dívida. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2513/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: SIPRIANO FERRAZ SANTOS-CRECI 3450. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação da dívida. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 459/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BRUNARD EMPREENDIMENTOS IMOLBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-13362. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 906/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VICTOR FERNANDES DA SILVA-CRECI 42761. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2519/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: FRANCISCO GILBERTO MARQUES-CRECI 3427. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação da dívida. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2637/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MAURO DE GODOI FARIAS-CRECI 19255. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 04 anuidades. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 238/2009. Recte: EDMILSON PIMENTA GIMENES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1159/2009. Recte: DILREY PUERTA YAMANE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1778/2009. Recte: IRINEU FERREIRA DE CARVALHO-CRECI 58211. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATORA: Conselheira SANDRA STEPHANOVICHI BRESOLIM/RO

1- Processo-COFECI nº 1666/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: SILVANA SOUZA DE JESUS-CRECI 3584. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1667/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: SARA JANE SOUZA DO NASCIMENTO NUNES-CRECI 2425. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2427/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FAMA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17379. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2577/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAUDIA MARIA DA MOTA MAIA ALMEIDA-CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2578/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAUDIA MARIA DA MOTA MAIA ALMEIDA-CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2579/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAUDIA MARIA DA MOTA MAIA ALMEIDA-CRECI 57453. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2504/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: EWALDO GEORGE PINHO DA SILVA-CRECI 2880. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2514/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ELDONOR DE FREITAS LOBATO-CRECI 0442. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2515/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: SIMONE PORPINO WINKER-CRECI 3441. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2518/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: CARLOS AUGUSTO CRUZ DE ARAÚJO-CRECI 3367. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1148/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA IVANILDA CORDEIRO-CRECI 52928. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2426/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: AGUINALDO DE ALMEIDA FAVARELLO-CRECI 59779. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 30 DE MARÇO DE 2011
(Mandato 2010 - Gestão 2010/2012)

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro UBIRAJARA SZEKIR DE OLIVEIRA/RS

1- Processo-COFECI nº 1768/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARIO MÁRCIO RECALDE-CRECI 35351. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 419/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TRÊS L EMPREEND. IMOB. S/C LTDA-CRECI J-17667. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 420/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VEIGAMAR IMÓVEIS S/C LTDA EMP. PART.-CRECI J-8138. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 429/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SOLO & CIMENTO ASS. IMOB. S/C LTDA-CRECI J-7806. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1555/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOAQUIM RAIMUNDO DE PROENÇA-CRECI 19746. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1846/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA RAINHA S/C LTDA-CRECI J-4765. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2009/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CIRSO VIEIRA DOS SANTOS-CRECI 22201. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2626/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA ÂNGELA GOBBO-CRECI 63045. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 227/2009. Recte: SÉRGIO FUILLARAT. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2158/2009. Recte: LÁZARO ANTONIO DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2315/2009. Recte: ARCANJO ANTONIO NOVO-CRECI 27883. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PETRUS LEONARDO DE SOUZA MENDONÇA/PE

1- Processo-COFECI nº 478/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SPECIAL HOME CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-17870. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1767/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: JARDIM AMARAL IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-15946. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 381/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO CARLOS GRASSO-CRECI 11833. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 385/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ADIMCO ADM. IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-1460. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 413/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CAPITAL IMÓVEIS SÃO CARLOS LTDA-CRECI J-10773. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2630/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: REINALDO GARCIA DE MIRANDA-CRECI 64483. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2631/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CLEMENTE RODRIGUES DA SILVA FILHO-CRECI 41637. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2634/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WANDERLEY KLEMP-CRECI 18351. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2638/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HILTON FERREIRA DOS SANTOS-CRECI 59550. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1263/2009. Recte: MARIA APARECIDA GARCIA DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Determinado o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 70 do Código de Processo Disciplinar. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1314/2009. Recte: BRÁULIO TOLEDO DE ALBUQUERQUE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

1- Processo-COFECI nº 492/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MONTMAR ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-12256. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 493/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MONTMAR ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-12256. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 494/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MONTMAR ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-12256. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1490/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ALVARO DINIZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-17306. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1500/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SANA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-15480. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1501/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: TEÓFILO DE PAULO-CRECI 43063. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1502/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VINI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-14679. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 424/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ENKA CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-14471. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 679/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTONIO DOS SANTOS RAMOS-CRECI 13554. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2649/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO RIBEIRO SILVA FILHO-CRECI 36109. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 225/2009. Recte: SIMONE AMARANTE BÁRBARO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro DANIEL FERNANDES ALVES/ES

1- Processo-COFECI nº 1526/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALBERTO TROMBINO-CRECI 60290. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 460/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ELIO ELIAS DE ARAÚJO-CRECI 34103. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 461/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: NATIVA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-ME-CRECI J-8067. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1400/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMÓS OLIVEIRA SANTOS-CRECI 33062. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1489/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: VERDI CONST. ASS. IMOB. LTDA-CRECI J-7999. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1491/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO SIATICOSQUI-CRECI 43460. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1492/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARIO CRUZ-CRECI 48068. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1494/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO-CRECI 58083. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1496/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCELO CURY ANDERE-CRECI 61304. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 237/2009. Recte: EDNA AUXILIADORA MACHADO REZENDE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Determinado o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata os Arts. 68 e 70 do Código de Processo Disciplinar. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1137/2009. Recte: ANTONIO DA SILVA PEDROSO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JOSÉ MARIA CAVALVANTE LIMA/CE 1- Processo-COFECI nº 422/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BERTIOGA IMÓVEIS INC. E CONSTRUTORA LTDA-CRECI J-14485. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 426/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS-CRECI 52934. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 431/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ABRAHÃO JOSÉ PEDRO NETO-CRECI 7716. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 435/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CELSO PACHECO LOMBA JÚNIOR-CRECI 30317. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 441/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ CARLOS ROSSI JÚNIOR-CRECI 19525. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 443/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: AGENDA IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA-CRECI J-1036. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 226/2009. Recte: MARCELO DA SILVA MATOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 248/2009. Recte: JAIR JOSÉ DEGRANDE TOFANIN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 251/2009. Recte: ELIAS VALERO RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 270/2009. Recte: FRANCISCO PELEGRINI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 274/2009. Recte: FERNANDO BATISTA BARTOLOMEU. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL/SE

1- Processo-COFECI nº 2297/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DONIZETE DE SOUSA-CRECI 42390. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 537/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ RUBENS CARDOSO-CRECI 22244. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1401/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ARAÚJO GANDARA-CRECI 33134. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1484/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: KLS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-13095. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1488/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA HELENA GONZALEZ POMPEU-CRECI 21108. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2460/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDSON DE PAIVA GRILLO-CRECI 8029. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2628/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JORGE LUIZ TIEGHI-CRECI 36094. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 229/2009. Recte: SANDRA MARIA SOARES DA ROCHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1138/2009. Recte: CARLOS ALBERTO DE AZEVEDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1139/2009. Recte: DENIS DE AZEVEDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1140/2009. Recte: DANILO FRANCISCO GRASSMANN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro WALDEMIR BEZERRA DE FIGUEIREDO/RN

1- Processo-COFECI nº 2356/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: R. H. IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-11411. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 689/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÉSAR AUGUSTO ABRAMO-CRECI 36338. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1465/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BELAS ARTES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA-CRECI J-12921. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1466/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VARDELIRIO BATISTA DE SOUZA-CRECI 33882. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1840/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ISMAEL NEVES MAGALHÃES-CRECI 54396. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1847/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WILSON DA SILVA CÉSAR-CRECI 30011. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1848/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: NATALIA EMPREEND. IMOB. S/C LTDA-CRECI J-18441. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1141/2009. Recte: DIRCEU SCNOCCA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1142/2009. Recte: DIRCEU SCNOCCA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 10- Processo-COFECI nº 1143/2009. Recte: DANIEL URBANO DA CUNHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1145/2009. Recte: DAYSE FAJARDO MARANHA. Recdo: CRECI 2ª Re-

VEDADA A VENDA E A ASSOCIAÇÃO A TERCEIROS - DA IMPRENSA NACIONAL

gião/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ÍTALO BENEDITO GUIMARÃES TORREÃO/MA

1- Processo-COFECI nº 312/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARTUCCI IMÓVEIS E TELEFONE LTDA-CRECI J-15175. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2359/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTONIO JOÃO DE SOUZA-CRECI 44737. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 691/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTONIO LOURENCETTI-CRECI 33372. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 693/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CLÁUDIO LOPES DOS SANTOS-CRECI 47741. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1464/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS WANDERLEY BORGES FRANCA-CRECI 23882. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1486/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VALDIR JOSÉ BORELLI-CRECI 20689. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1850/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HABINVEST IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA-CRECI J-18802. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1852/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANSELMO FERREIRA DE SOUZA-CRECI 40867. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 232/2009. Recte: SÉRGIO AUGUSTO OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1146/2009. Recte: DIOLEZIA DUARTE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1147/2009. Recte: DELI GONÇALVES VIANA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MANOEL SANT´ANNA RODRIGUES/AL

1- Processo-COFECI nº 495/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 496/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 497/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 498/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 499/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 500/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 501/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 502/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 503/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LDS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1375/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ARNALDO DE SOUZA-CRECI 52006. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1859/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EZEQUIEL LEMES-CRECI 14370. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1860/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: UNIDOS IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-14093. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

5ª CÂMARA RECURSAL

DECISÕES DE 30 DE MARÇO DE 2011
(Mandato 2010 - Gestão 2010/2012)

2ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITO/GO

1- Processo-COFECI nº 1454/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FREITAS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-3820. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicara pena de suspensão da inscrição por 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1587/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ROSINA RODRIGUES DOS SANTOS - CRECI 53652. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 313/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RUI BERNARDES VIEIRA - CRECI 40046. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 346/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FERRARI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-18256. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 383/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ASSELAR IMOV. ADM. S/C LTDA - CRECI J-8093. DECISÃO: Determinado o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 70 do Código de Processo Disciplinar. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 386/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ARC IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-12781. DECISÃO: Determinado o arquivamento do processo em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 70 do Código de Processo Disciplinar. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 415/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ AFONSO DE MEDEIROS - CRECI 35957. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1462/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HELDER JACINTO CANDEIAS DIAS - CRECI 39675. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1851/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMÉLIO ALVARENGA - CRECI 35732. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até satisfação dos débitos específicos dos anos de 2004 e 2005. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1853/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CINTIA DE FONTES CARNEIRO DE LIMA - CRECI 42850. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até satisfação do débito específico do ano de 2002. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2363/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RUI CASSAVIA FILHO - CRECI 45537. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até satisfação dos débitos específicos dos anos de 2002 e 2004. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MARIANO DYNKOWSKI/PR

1- Processo-COFECI nº 1669/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: WASHINGTON SOUSA DE MIRANDA - CRECI 3350. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1670/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: LUCIVAL DE OLIVEIRA RUIZ - CRECI 2998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1668/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: SÔNIA MARIA GALVÃO FECURY - CRECI 3445. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1565/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ARNALDO SIMONE - CRECI 27428. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1681/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: FREDSON VILHENA DA SILVA - CRECI 3192. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1682/2009. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: MARIA SILVIA MONTEIRO DO AMARAL - CRECI 2096. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1795/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA NOVO MUNDO S/C LTDA - CRECI J-8292. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2362/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: REIS MACHADO S/C LTDA.IMOV. E ADM. PATRIM - CRECI J-17935. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2589/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ORGANIZAÇÃO MGP LTDA - CRECI J-1449. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2666/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MIRABENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-16470. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1829/2010. Recte: ENALVA CARVALHO DE CASTRO (A Denunciante). Recdo: CRECI 5ª REGIÃO/GO. Assunto: AI - Pedido de reconsideração da pena de Censura aplicada pelo CRECI 5ª Região/GO aos C.I ANAILDES GARCIA CARVALHO - CRECI 7350 e SILVIO ALVES CARVALHO - CRECI 8259. Relator: Conselheiro Mariano Dynkowski/PR. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos à origem em diligência.

RELATOR: Conselheiro MOACYR PASIN/SC

1- Processo-COFECI nº 475/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARILDO RIBEIRO DA SILVA - CRECI 51683. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 483/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LELIS & FERNANDES IMOB. S/C LTDA - CRECI J-17634. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 633/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JOSÉ AFONSO - CRECI 15953. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1467/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VARDELIRIO BATISTA DE SOUZA - CRECI 33882. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1469/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RICARDO MENDES SANTOS - CRECI 46551. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1482/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: BERNARDO CAMPOS CARVALHO - CRECI 26793. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1556/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA FARIA LTDA. - CRECI J-9623. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1558/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ELIAS ANTÔNIO HALLAL - CRECI 61839. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1564/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WILSON LUIS GODOY - CRECI 19613. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2601/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTÔNIO BAETA DAS NEVES - CRECI 57593. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 891/2009. Recte: FÁTIMA MARIA BARRETO DOS SANTOS (A DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra QUALITYY CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA - CRECI J-18465. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO recorrida. Unânime.

RELATOR: Conselheiro LUIZ AUGUSTO MILL/ES

1- Processo-COFECI nº 1860/2008, Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ ACREANO BRASIL - CRECI 922. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1861/2008. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: STELIO PAULO QUEIROZ GOMES DA SILVA - CRECI 1759. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, prorrogável até a satisfação do débito. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 347/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: STILLUS IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6020. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 476/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ELIANE ALVES LUZ - CRECI 52135. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 477/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LUZANE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-16846. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 479/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FALCHI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-14334. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 480/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: AGORA ADMINISTRADORA GOUVEIA DE REPRESENTAÇÕES E ASSISTÊNCIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-6353. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 624/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS DE GENARO LTDA - CRECI J-9743. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DE-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 630/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EROS DELLA BERNARDINA - CRECI 53229. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1358/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: RITA BENEDITA DOS SANTOS - CRECI 62152. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1374/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALBERTO FERNANDES - CRECI 39195. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1425/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDSON DINIZ DE OLIVEIRA - CRECI 54923. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1433/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HELIO HISASHI KOYAMA - CRECI 51791. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 366/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AMARO UMBELINO DOS SANTOS - CRECI 30550. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 462/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ISRAEL ROQUE DOS SANTOS - CRECI 8677. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 490/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MAURO JOSÉ DE JESUS OLIVEIRA - CRECI 62121. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 491/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: LUZANE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI 16846. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1103/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA SANT'ANA S/C LTDA - CRECI J-14975. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1403/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA APARECIDA PINTO MAGALHÃES REIS - CRECI 38728. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1416/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ GALBIATTI - CRECI 53098. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2052/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VARDELIRIO BATISTA DE SOUZA - CRECI 33882. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2445/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: JAGUAR CONSULTORIA DE IMÓVEIS SC LTDA. - CRECI J-4193. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2448/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: J. ALVES COM. CONST. EMP. IMOB. LTDA - CRECI J-14516. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2455/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARQUES EMP IMOB LTDA - CRECI J-18031. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 325/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ ARAÚJO GANDARA - CRECI 33134. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2358/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VENCESLAU ALENCAR LEITE - CRECI 5903. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1157/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VERA CRUZ ASSESSORIA E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-11947. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 531/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSVALDO VANDERLEI DE ARRUDA - CRECI 25102. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2357/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDEGLANDE ALVES JÚNIOR - CRECI 63463. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2361/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: NELSON COELHO DA SILVA - CRECI 23531. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2438/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PANORAMA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5555. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2439/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOB. ZÉ GORDO S/C LTDA - CRECI 12099. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2440/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BRAGANETO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-18971. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2441/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "voluntário". Autuada: PAULO CANOVA ADMIN. COM. E EMPREENDIMENTOS S/C LTDA - CRECI J-11835. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2442/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IDEAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-14606. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MANOEL MESSIAS DOS ANJOS/PI

1- Processo-COFECI nº 1769/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUIZ BERTO DE FARIA - CRECI 6752. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 02 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1782/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GENUINA IMÓVEIS S/C LTDA. - CRECI J-1963. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1789/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO MARTINELLI - CRECI 17650. DECISÃO: Retirado de pauta. 4- Processo-COFECI nº 1791/2008. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO ROBERTO MOREIRA DE GOES - CRECI 44387. DECISÃO: Retirado de pauta. 5- Processo-COFECI nº 406/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALEXANDRE PUPO FERREIRA - CRECI 55795. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 464/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DARLENE APARECIDA CASTRALLI - CRECI 32429. DECISÃO: Determinada diligência objetivando a juntada da denúncia e das peças que a embasaram. 7- Processo-COFECI nº 643/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PEDRO ABELARDO PAIXÃO - CRECI 55475. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 656/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALEXANDRE HENRIQUE SCANFERLA - CRECI 48164. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1051/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JORGE TEIXEIRA - CRECI 59107. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1052/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BIRA IMOBILIÁRIA E ADM. S/C LTDA - CRECI J-1929. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2447/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DOUGLAS ASS. IMOB. S/C LTDA - CRECI J-15951. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO R. DO CARMO/RO

1- Processo-COFECI nº 2665/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ EUSTÁQUIO LEAL - CRECI 57496. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2667/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ EUSTÁQUIO LEAL - CRECI 57496. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1096/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TATÃO IMOB. S/C LTDA. - CRECI J-6194. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1097/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: OPEN ORG. PREDIAL EMP. NEG. LTDA - CRECI J-2511. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1105/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DIAMETRO ADM. DE IMOV. S/C LTDA - CRECI J-7396. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1107/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HOUSE CENTER IMÓVEIS S/C LTDA. - CRECI J-13563. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1116/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LEONEL CARLOS VIRUEL - CRECI 44242. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1117/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ATLAS IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-14602. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2360/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO DE FREITAS MOREIRA - CRECI 16771. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa de 03 anuidades. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2489/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: IARA CRISTINA DOS SANTOS - CRECI 9573. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2492/2009. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: PEDRO DE OLIVEIRA SANTOS - CRECI 12121. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro TUPINAMBÁS DE S. DE OLIVEIRA LIMA/AC

1- Processo-COFECI nº 1796/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex offício". Repdo: ALUÍSIO SERAFIM DE LIMA - CRECI 46676. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a DECISÃO de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2496/2009. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Autuado: JAIR VIEIRA SOARES - CRECI 11968. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2642/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS DOMINGUES - CRECI 27137. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a DECISÃO de origem para aplicar a pena de advertência, cumulada com multa de 01 anuidade. Vencido o relator. 4- Processo-COFECI nº 1119/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DORIVAL BOBBI HRASTEL - CRECI 28224. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1792/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ALDO COMITO IMOV. S/C LTDA - CRECI J-8366. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1844/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PEDRO SORELI - CRECI 32464. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1918/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NOEL ALEXANDRE DA SILVA - CRECI 43008. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1927/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PIERRY CARDAN THEODORO - CRECI 57691. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2582/2009. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MÁRCIO DE MIRANDA G. PEREIRA - CRECI 29753. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2497/2009. Recte: PATRILAR CORRETORA LTDA - CRECI J-1561. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2491/2009. Recte: CASA DA GENTE CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-22254. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a DECISÃO de origem. Unânime. Brasília (DF), 10 de maio de 2011.

JOÃO TEODORO DA SILVA. Presidente do Conselho.

SESSÃO PLENARIA Nº 05/2010

(Gestão 2010/2012)

DECISÕES DE 31 DE MARÇO DE 2011

JULGAMENTO DE PROCESSOS

1 - Processo-COFECI nº 1689/2008. Recte: CARLOS SATURNINO SOARES. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 2 - Processo-COFECI nº 079/2009. Recte: JOSÉ CARLOS DE FRANÇA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 3 - Processo-COFECI nº 526/2009. Recte: JOSIAS MARCIANO DA CRUZ FILHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 4 - Processo-COFECI nº 800/2009. Recte: UBIRATAN MOREIRA GUIMARÃES. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 5 - Processo-COFECI nº 1587/2009. Recte: BERTILHO BACKES. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 6 - Processo-COFECI nº 1651/2009. Recte: CLAUDINEI DONISETI DE LIMA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 7 - Processo-COFECI nº 2549/2009. Recte: WAGNER JOSÉ MONARETTI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 8 - Processo-COFECI nº 1266/2008. Recte: PAULO CÉZAR DE LIMA PEREIRA-CRECI 18844. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 9 - Processo-COFECI nº 1512/2010. Recte: SAULO BAPTISTA BORGES-CRECI 22146. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para conceder a anistia pleiteada. 10 - Processo-COFECI nº 1256/2008. Origem: CRECI 9ª Região/BA. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a empresa VISÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-174, (face a fechamento da empresa desde 1985). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 11 - Processo-COFECI nº 1257/2008. Origem: CRECI 9ª Região/BA. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a C.I SUELENE FREIRE DE SÁ-CRECI 8148, face a problemas de saúde. (Doença degenerativa). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 12 - Processo-COFECI nº 1258/2008. Origem: CRECI 9ª Região/BA. Assunto: Solicita homologação de anistia de débitos concedidos ao C.I BENIVALDO HERMENEGILDO DOS SANTOS-CRECI 9218, face a problemas de saúde. (Insuficiência renal crônica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 13 - Processo-COFECI nº 1677/2008. Origem: CRECI 12ª Região/PA. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I DAVID GONÇALVES DE ARAÚLO-CRECI 1277, face a problemas de saúde. (Idade avançada e visão). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 14 - Processo-COFECI nº 133/2009. Origem: CRECI 9ª Região/BA. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de dé-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

bitos concedidos a empresa SISTEMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-CRECI J-687C.I SUELENE FREIRE DE SÁ-CRECI 8148, (Empresa inativa desde de 1998). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 15 - Processo-COFECI nº 750/2009. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I RÓSULO PEDRO MAHE-CRECI 41392 (Falecido). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 16 - Processo-COFECI nº 1086/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a C.I DARCY DE MIRANDA-CRECI 9684, face a problemas de saúde. (Idade avançada, diabetes, hipertensão, tiróide e catarata nos dois olhos). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 17 - Processo-COFECI nº 1087/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I SIDNEY MAGALHÃES COUTO-CRECI 3916, face a problemas de saúde. (Idade avançada, diabetes, hipertensão, renais e próstata). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 18 - Processo-COFECI nº 1482/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I ONOFRE CAPISTRANO DA SILVA-CRECI 22584, face a problemas de saúde. (Idade avançada e câncer na próstata). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 19 - Processo-COFECI nº 1507/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I MASSARUMI ARASHIRO-CRECI 24759, face a problemas de saúde. (Idade avançada, glaucoma, hipertensão arterial e diabetes). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 20 - Processo-COFECI nº 1508/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos a C.I CLÉLIA APARECIDA DELÉO-CRECI 58189, face a problemas de saúde. (Artrite reumatóide, osteoporose, hipertensão arterial, lesões na pele e câncer de pele). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 21 - Processo-COFECI nº 1509/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I ROBERTO NAPPI-CRECI 8130, face a problemas de saúde. (Diabetes e hipertensão). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 22 - Processo-COFECI nº 1510/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I JORGE TROGLIO-CRECI 28344, face a problemas de saúde. (Úlcera varicosa, refluxo vascular, veia femoral esquerda, cardíaco e reumático). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 23 - Processo-COFECI nº 1511/2010. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com anistia de débitos concedidos ao C.I ISAO SAITO-CRECI 5674, face a problemas de saúde. (Idade avançada, pressão alta, gastrite e na coluna). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 15.106, DE 28 DE ABRIL DE 2010

Processo Administrativo nº 2483/2010. Nº Originário: 1218/2009. Recorrente: DROGARIA LAGUNA DE SÃO PEDRO LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA. Ementa: Recurso administrativo intempestivo. Inobservância da resolução CFF nº 450/06. Pelo não conhecimento. Conclusão: Vistos e Relatados os presentes Autos, decide o plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da decisão da 4ª Câmara, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 15.107, DE 25 DE AGOSTO DE 2010

Processo Administrativo nº 2949/2010. Nº Originário: 246/2009GV. Recorrente: ELI MANOEL RODRIGUES DE ANDRADE. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal ELY EDUARDO SARANZ CAMARGO. Ementa: As empresas que exercem atividades farmacêuticas devem provar perante os Conselhos de Farmácia, seu exercício por meio de profissionais habilitados e registrados. Inteligência do artigo 24 da Lei 3.820/60. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos e Relatados os presentes Autos, decide o plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo IMPROVIMENTO DO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 3ª Câmara, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 15.108, DE 25 DE AGOSTO DE 2010

Processo Administrativo nº 3019/2010. Nº Originário: 0380/2009. Recorrente: FARMÁCIA DUAS IRMÃS LTDA. Recorrido: CRF/PE. Relator: Conselheiro Federal VALMIR DE SANTI. Ementa: Inobservância do rito processual previsto em resolução administrativa do CFF. Pela nulidade absoluta dos autos. Conclusão: Vistos e Relatados os presentes Autos, decide o plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pela NULIDADE ABSOLUTA DOS AUTOS E SEU CONSEQUENTEMENTE ARQUIVAMENTO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 5ª Câmara, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 21 DE OUTUBRO DE 2010

Nº 15.109 - Processo Administrativo nº 3537/2010. Nº Originário: 4618/2009. Recorrente: DROGARIAS PACHECO S/A. Recorrido: CRF/RJ. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA. Ementa: Recurso Administrativo Intempestivo. Inobservância da resolução CFF nº 450/06. Pelo não conhecido. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, por NÃO CONHECER DO RECURSO POR INTEMPESTIVO, nos termos do voto da Relatora e da decisão da 5ª Câmara, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.
Nos processos abaixo relacionados, decide a 5ª Câmara do Conselho Federal de Farmácia proferir, por unanimidade de votos, idêntico julgado ao acórdão nº 15109, consoante acórdãos:

Nº 15.110 - Recurso Administrativo nº 3697/2010. Nº Originário: 2432/2009. Recorrente: IVETE SCHMITZ-ME. Recorrido: CRF/RS. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA.

Nº 15.111 - Recurso Administrativo nº 3618/2010. Nº Originário: 2701/2009. Recorrente: TIJU DROGAS LTDA. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal VALMIR DE SANTI.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 15.112, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo Administrativo nº 3879/2010. Nº Originário: 302/2010. Recorrente: DROG. SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ LIMA. Ementa: As empresas que exercem atividades farmacêuticas devem provar perante os Conselhos de Farmácia, seu exercício por meio de profissionais habilitados e registrados. Inteligência do artigo 24 da Lei 3.820/60. Desprovimento do Recurso. Conclusão: Vistos e Relatados os presentes Autos, decide o plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo IMPROVIMENTO DO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da decisão da 3ª Câmara, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

ACORDÃO Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2011

Julgamento dos Recursos Administrativos
Em Processos éTico-Disciplinares

Recurso Administrativo nº 01/2009; Origem Processo Disciplinar nº 001/2005 (Core-SC); Recorrente: Márcio Moser; Recorrida: Viqua Indústria de Plásticos Ltda; Relator: Conselheiro Benedicto Emmanoel Ferreira. Por unanimidade de votos, o Plenário conheceu do Recurso interposto e no mérito negou-lhe provimento, mantendo-se a decisão recorrida. Abstiveram-se de votar os delegados do Core-SC. Acordão nº 02/2011; Data 30/03/2011; Recurso Administrativo nº 02/2009; Origem: Processo Disciplinar nº 002/2005 (Core-SC) Recorrente: Ever Green Indústria e Comércio Ltda.; Recorrida: Vargas e Zimmerman Ltda.; Relator: Conselheiro Benedicto Emmanoel Ferreira. Por unanimidade de votos, o Plenário conheceu do Recurso interposto e no mérito, negou-lhe provimento, mantendo-se a decisão recorrida. Abstiveram-se de votar os delegados do Core-SC.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO Nº 91, DE 6 DE MAIO DE 2011

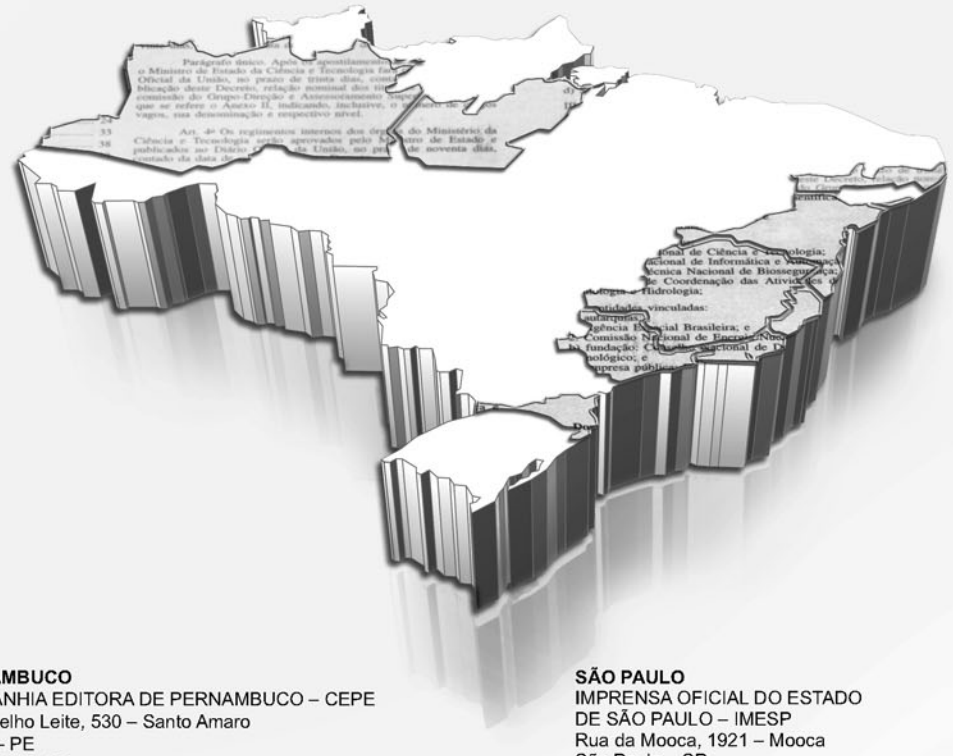
Processo Administrativo nº 40/2011.
Interessado: ALTO PADRÃO SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
Vistos, etc.
Recebi para decisão o processo administrativo em epígrafe no qual se apura a inexecução parcial do contrato firmado pelo interessado supra com o COREN-MG.
Adoto como relatório do processo o item "I - Histórico" de fls. 43. Acresço que a instrução concluiu pela ocorrência da inexecução parcial dos serviços contratados.
Passo ao mérito.
Restou incontroversa a ocorrência da inexecução parcial e o atraso nos serviços.
A empresa sequer contestou os fatos.
As falhas apresentadas causaram grandes transtornos aos trabalhos da subseção de Juiz de Fora, pois não está sendo realizada a limpeza do local de forma adequada. Também o não fornecimento do material de limpeza acarreta desconforto evidente para os servidores e inscritos que necessitam se deslocar até o local.
III - DISPOSITIVO.
Por todo o exposto, julgo a empresa ALTO PADRÃO SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA culpada pela inexecução parcial, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93:
a)pela má execução do serviço, não tendo a empresa substituído o empregado responsável pela limpeza;
b)pelas constantes faltas ao trabalho do responsável pela limpeza, sem que tenha sido enviado substituto pela empresa;
c)pelo atraso da empresa na quitação dos seus encargos trabalhistas, especialmente o décimo terceiro salário e vales-transportes;
d)pelo cumprimento do horário por parte do responsável pela limpeza;
Considerando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a natureza retributiva e pedagógica da sanção, aplico a seguinte penalidade:
a)multa no importe máximo previsto em fls. 41, qual seja, 20% (vinte por cento) do total do contrato;
Determino a imediata rescisão do contrato celebrado, devendo a Unidade de Suprimentos providenciar a imediata contratação de outra empresa.
O Gabinete deverá dar ciência da presente decisão à Unidade Financeira, Unidade de Recursos Humanos e Unidade de Suprimentos, assim como remeter cópia desta decisão e do relatório de instrução, para a empresa e determinar a publicação desta decisão.

TELMA RAMALHO MENDES
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IMPRENSA NACIONAL 1808 INTERNET www.in.gov.br

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011051200103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011051200104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.